



PPG FAU UNB

JORGE ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR



NOVAS ESTÉTICAS DOS PROTESTOS BRASILEIROS

TENSÕES ENTRE INSURGÊNCIA, CONSERVADORISMO
E DISPUTAS PELO ESPAÇO URBANO

ORIENTADOR
PROF. DR. MIGUEL GALLY DE ANDRADE

BRASÍLIA | NOVEMBRO DE 2024



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Jorge Antônio de Oliveira Júnior

**NOVAS ESTÉTICAS DOS PROTESTOS BRASILEIROS:
TENSÕES ENTRE INSURGÊNCIA, CONSERVADORISMO E DISPUTAS PELO ESPAÇO URBANO**

Brasília
Novembro de 2024

Jorge Antônio de Oliveira Júnior

**NOVAS ESTÉTICAS DOS PROTESTOS BRASILEIROS:
TENSÕES ENTRE INSURGÊNCIA, CONSERVADORISMO E DISPUTAS PELO ESPAÇO URBANO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo, na área de concentração Teoria, História e Crítica e na linha de pesquisa Estética, Hermenêutica e Semiótica.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Gally de Andrade.

Brasília

Novembro de 2024

O48n Oliveira Júnior, Jorge Antônio de
Novas estéticas dos protestos brasileiros: tensões entre
insurgência, conservadorismo e disputas pelo espaço urbano /
Jorge Antônio de Oliveira Júnior; orientador Miguel Gally.
-- Brasília, 2024.
239 p.

Tese(Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) --
Universidade de Brasília, 2024.

1. Protestos. 2. Estética. 3. Política. 4. Espaço urbano.
5. Capitalismo. I. Gally, Miguel, orient. II. Título.

Banca de defesa da tese de doutorado

Prof. Dr. Miguel Gally de Andrade (FAU UnB)

Orientador

Prof. Dra. Luciana Saboia Fonseca Cruz (FAU UnB)

Examinadora interna

Prof. Dr. Eduardo Antônio de Jesus (UFMG)

Examinador externo

Prof. Dr. Paolo Colosso (UFSC)

Examinador externo

Prof. Dra. Cláudia da Conceição Garcia (FAU UnB)

Suplente

Data da defesa:

22 de novembro de 2024

AGRADECIMENTOS

Realizar um doutorado durante a pandemia de COVID-19 foi um desafio considerável. A ausência do ambiente acadêmico nos primeiros anos trouxe dificuldades inesperadas, e manter o foco e o ânimo nesse contexto exigiu um esforço contínuo. Nesse sentido, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (PPG FAU UnB), não apenas como instituição, mas a todos os seus membros — professores, técnicos administrativos e colegas — que foram fundamentais nesse processo. Agradeço também à CAPES pelo apoio financeiro concedido no último ano de pesquisa, que possibilitou a conclusão deste trabalho.

Expresso minha gratidão ao Professor Dr. Miguel Gally por sua orientação cuidadosa e pelo respeito com o qual acompanhou meu ritmo de desenvolvimento. Reconheço, ainda, o esforço de todos os professores do PPG FAU em elaborar aulas remotas que mantiveram o interesse e a continuidade do processo de aprendizado nos primeiros anos de pandemia. Aos técnicos administrativos da secretaria do PPG FAU, meu sincero agradecimento pela disposição constante em ajudar, mesmo diante dos desafios impostos, demonstrando compromisso com o desenvolvimento do programa e de seus estudantes.

Agradeço à professora Luciana Saboia e aos professores Eduardo Antônio de Jesus e Paolo Colosso, que integraram a banca de qualificação. Suas sugestões e críticas respeitadas foram essenciais para o amadurecimento desta pesquisa, e sou grato por aceitarem compor também a banca de defesa, acompanhando o encerramento deste ciclo. Aos colegas e amigos do programa, especialmente ao Pedro, agradeço pelas discussões, troca de textos e apoio mútuo ao longo dessa trajetória.

Finalmente, à minha família. Meu agradecimento especial ao meu companheiro Éder e aos meus pais, Jorge e Gasparina, pelo apoio e incentivo que sempre me deram em todos os momentos. O suporte e a confiança de vocês foram a base que me permitiu chegar até aqui. Esta conquista é nossa!

Deixa eu te mostrar do que se faz o sangue latino!

É sorriso e luta.

É nós resistindo.

Cores e dores em festa.

Nesse continente a felicidade protesta.

Baile Sudaca

Francisco, el Hombre & Moral Distraída (2020)

RESUMO

A tese investiga as novas estéticas dos protestos no Brasil a partir de junho de 2013, um ponto de inflexão na transformação política e social do país, analisando as tensões entre insurgência, conservadorismo e as disputas no espaço público urbano. A pesquisa parte da premissa de que o protesto é uma forma de contralinguagem que subverte a lógica de controle das cidades capitalistas e reconfigura o espaço urbano através de ocupações e ações performativas. Esses protestos operam como uma ruptura no cotidiano urbano, utilizando a violência simbólica e, em alguns casos, a violência física como ferramentas de comunicação e resistência política. A tese se apoia em autores como Jacques Rancière, Chantal Mouffe, Maria Rita Kehl, Marcos Nobre, Eugênio Bucci, Suely Rolnik, entre outros, para discutir a estética política, a subjetividade insurgente e a politização dos corpos nos espaços das cidades. A pesquisa também explora como os protestos contemporâneos no Brasil moldam o imaginário coletivo, ao mesmo tempo em que enfrentam o risco de serem estetizados e absorvidos pelo capitalismo, perdendo seu caráter crítico. Nesse sentido, o papel da mídia e das redes sociais na construção das narrativas sobre as manifestações contribui para o esvaziamento da força subversiva das ações, transformando-as em espetáculos visuais. Além disso, o trabalho aborda a emergência das novas direitas no Brasil e como esses movimentos transformaram a estética dos protestos em manifestações de ressentimento e exaltação conservadora. A tese conclui com uma reflexão sobre o desafio contemporâneo de resistência no espaço urbano, questionando como desenvolver formas de contestação que escapem à lógica de mercantilização e possam, de fato, gerar mudanças estruturais no espaço urbano e nas relações sociais.

Palavras-chave: protestos; estética; política; espaço público; capitalismo.

ABSTRACT

The dissertation investigates the new aesthetics of protests in Brazil starting from June 2013, a turning point in the political and social transformation of the country, analyzing the tensions between insurgency, conservatism, and disputes in urban public space. The research is based on the premise that protest is a form of counter-language that subverts the logic of control in capitalist cities and reconfigures urban space through occupations and performative actions. These protests perform as a rupture in urban daily life, using symbolic violence and, in some cases, physical violence as tools for political communication and resistance. The dissertation draws on authors such as Jacques Rancière, Chantal Mouffe, Maria Rita Kehl, Marcos Nobre, Eugênio Bucci, Suely Rolnik, among others, to discuss political aesthetics, insurgent subjectivity, and the politicization of bodies in urban spaces. The research also explores how contemporary protests in Brazil shape the collective imagination while facing the risk of being aestheticized and absorbed by capitalism, thereby losing their critical character. In this context, the role of the media and social networks in constructing narratives about the protests contributes to the subversion of the subversive power of these actions, transforming them into visual spectacles. Furthermore, the study addresses the rise of new right-wing movements in Brazil and how these movements have transformed the aesthetics of protests into expressions of resentment and conservative exaltation. The dissertation concludes with a reflection on the contemporary challenge of resistance in urban space, questioning how to develop forms of contestation that escape the logic of commodification and can, indeed, generate structural changes in urban space and social relations.

Keywords: protests; aesthetics; politics; public space; capitalism.

SUMÁRIO

Resumo.....	7
Abstract	8
Lista de figuras.....	11
Introdução	18
Protestos: uma contralinguagem do espaço urbano	19
Apresentação da pesquisa	26
1. Estéticas do espaço urbano e as dinâmicas de poder	30
1.1 Cena e estética: fundamentos	33
1.2 Cenas urbanas, dinâmicas sociais e espaços de disputa.....	40
1.3 Cidade pós-metropolitana: espaço, tempo e habitar	47
1.4 Cotidiano urbano e a emergência de novas subjetividades	54
1.5 Estética do cotidiano: sensorialidades e sociabilidades.....	62
1.6 Cidade imaginada, estética disputada.....	67
1.7 Poder e imaginário: formação de narrativas e identidades	71
2. Transformações urbanas e políticas no Brasil contemporâneo: do direito à cidade às novas direitas	77
2.1 Desafios e contradições da urbanização capitalista: antecedentes..	81
2.2 Sujeito político e conflito democrático	88
2.3 Corpos e protestos: uma cultura da resistência.....	94
2.4 Lutas pelo direito à cidade no Brasil.....	98
2.5 Junho de 2013 e a emergência de novas demandas	106
2.6 As novas direitas e a crescente divisão no Brasil pós-2013.....	115
2.7 As eleições de 2018 e a consolidação do bolsonarismo	122
2.8 Governo Bolsonaro: fragmentos na cidade.....	130
2.9 Janeiro de 2023: golpismo, <i>fake news</i> e crise democrática.....	141

3. Estéticas dos protestos brasileiros: entre insurgência e ressentimento	149
3.1 Protestos como ato político	152
3.2 O espetáculo de 2013: mídia, imagem e narrativa	160
3.3 Estéticas do ressentimento	168
3.4 Símbolos e subjetividades.....	175
3.5 Forma-limite: a escalada violenta em Brasília	195
3.6 Cidade: palco dos protestos e espaço de disputas	202
Conclusão.....	215
<i>Post scriptum</i>	229
Referências.....	230

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Gilles Caron. <i>Manifestation paysanne à Redon</i> , 1967. Fonte: DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 138.....	20
Figura 2 – <i>Art & Language. Shouting Men</i> , 1975. Fonte: DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 155	20
Figura 3 – Hélio Oiticica. <i>Seja Marginal Seja Herói</i> , 1986. Fonte: Instituto Itaú Cultural (itaucultural.org.br).....	22
Figura 4 – <i>Thumbnail</i> de uma reportagem da Rede Record de Televisão. Fonte: Canal Hoje em Dia (youtube.com)	24
Figura 5 – Casal com camisetas do Brasil a caminho de protesto, em 2016, seguido por babá empurrando carrinho com crianças. Fonte: Veja São Paulo (vejasp.abril.com.br)	25
Figura 6 – <i>Sexta-feira</i> , 2001. Sergio Vidal. Fonte: PEDROSA; RJEILLE, 2022, p. 323.....	31
Figura 7 – Uma das várias motociatas promovidas em apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro em 2021. Fonte: Folha de São Paulo (folha.uol.com.br)	38
Figura 8 – Imagem aérea de Santa Fé, um bairro na Cidade do México, em 2018. Fonte: Ricos de um lado, pobres do outro: fotos aéreas mostram desigualdades no mundo. BBC News Brasil (bbc.com)	42
Figura 9 – Imagem de uma casa na Ocupação Dandara, em Belo Horizonte. Fonte: Comunidade Dandara (pt.wikipedia.org), 2022.	44
Figura 10 – Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP) e Avenida Paulista, em São Paulo. Fonte: Avenida Paulista – <i>Cultural, Political and Economical Center</i> (insight-architecture.com).....	45
Figura 11 – Superlotação em transporte público. Fonte: Por que a competitividade na licitação de ônibus é importante (diplomatie.org.br), 2018.	49
Figura 12 – Padre Julio Lancellotti usa uma bengala sob um viaduto em São Paulo, local onde a prefeitura instalou pedras no chão. Fonte: O que é arquitetura hostil. E quais suas implicações no Brasil (nexojornal.com.br), 2023.	51

Figura 13 – <i>Tilted Arc</i> , Richard Serra, 1981. Fonte: <i>Tilted Arc</i> (ronaldvarney.com)	55
Figura 14 – <i>Frame</i> do filme <i>Tempos Modernos</i> (1936), dirigido por Charlie Chaplin. Fonte: <i>Modern Times</i> (imdb.com).	58
Figura 15 – Fotografias de Allyne Laís presentes na exposição <i>CentrAll</i> , em Anápolis. Fonte: Allyne Laís (@allynelais) no Instagram, 2024.	65
Figura 16 - Manifestantes se reúnem na praia de Copacabana para protestar contra as mortes causadas pela Covid-19. Fonte: Manifestantes abrem “covas” na praia de Copacabana contra mortes pela Covid-19 (cnnbrasil.com.br), 2020....	69
Figura 17 – Edifícios Mirante do Cais, em Recife. Fonte: Edifício Mirante do Cais no São José (triumfoimoveis.com), 2024.....	75
Figura 18 – <i>PEC 215</i> , da série <i>Terra Prometida</i> por Osvaldo Carvalho, 2017. Fonte: PEDROSA; RJEILLE, 2022, p. 179.	79
Figura 19 – II Congresso Nacional do MST, 1990. Coleção Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Fonte: PEDROSA; RJEILLE, 2022, p. 171.....	86
Figura 20 – Praça <i>Tahrir</i> , no Cairo, em 2011. Fonte: 8 de julho. Agora, viemos para ficar (revistaforum.com.br).....	89
Figura 21 – Protestos em Bogotá, 2021. Fonte: Sindicatos organizam protestos em massa; violência se agrava em Bogotá (cnnbrasil.com.br).....	96
Figura 22 – Capa do Jornal <i>A Plebe</i> , 21 de julho de 1917 (recorte). Fonte: PEDROSA; RJEILLE, 2022, p. 235.....	101
Figura 23 – Rua de São Paulo tomada de trabalhadores com bandeiras na Greve Geral anarquista de 1917. Fonte: PEDROSA; RJEILLE, 2022, p. 234.....	101
Figura 24 – Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em 1964. Fonte: Rio Memórias – Marcha da Família com Deus pela Liberdade (riomemorias.com.br).	103
Figura 25 – Manifestantes com cartaz durante a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 1964. Fonte: idem.	103
Figura 26 – “Caras-pintadas” em 1992. Fonte: Caras-pintadas contra Collor (memoria.oglobo.globo.com).	105
Figura 27 – Diversidade de pautas foi uma das características dos protestos de junho de 2013. Fonte: Grafias de junho (grafiasdejunho.org).	109

- Figura 28 – Manifestação contra o aumento das tarifas de ônibus, trens e metrô em São Paulo, durante os protestos de 2013. Fonte: Movimento Passe Livre (wikipedia.org)..... 111
- Figura 29 – Manifestantes em frente ao Congresso Nacional, em Brasília, 2015. Fonte: Protestos contra o governo Dilma Rousseff (wikipedia.org).....118
- Figura 30 – Manifestantes na orla da Paria de Copacabana, no Rio de Janeiro, 2015. Fonte: idem.....118
- Figura 31 – Manifestantes em frente ao MASP, na Avenida Paulista, em São Paulo, 2015. Fonte: idem.....118
- Figura 32 – Manifestação em apoio à ex-presidente Dilma Rousseff em Brasília, 2016. Fonte: 'Não vai ter golpe', grita público em ato em defesa de Lula e Dilma em SP (g1.globo.com).....121
- Figura 33 – Símbolos militares levado por apoiadores de Jair Bolsonaro em manifestação na Avenida Paulista, em São Paulo, 2018. Fonte: Ato pró Bolsonaro começa na Avenida Paulista (terra.com.br). 124
- Figura 34 – “Nós te autorizamos, presidente”. Apoiadores utilizam faixa em ato em favor do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, na Avenida Paulista, em São Paulo, 2021. Fonte: Ato pró-Bolsonaro ocupa a Avenida Paulista com aglomeração e pede “intervenção militar” (g1.globo.com). 133
- Figura 35 – “Chegou a hora presidente”. Outra faixa utilizada no mesmo ato, em 2021. Fonte: idem..... 133
- Figura 36 – Homem segura cartaz em apoio a Bolsonaro, em 2021. Fonte: idem. 133
- Figura 37 – Manifestante mostra tatuagem em homenagem ao ex-presidente Jair Bolsonaro em manifestação na Avenida Paulista, em 2021. Fonte: idem. 133
- Figura 38 – Manifestação das mulheres contra Bolsonaro como parte do movimento #EleNão em Brasília, 2018. Fonte: #EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos (bbc.com)..... 138
- Figura 39 – Manifestação liderada por mulheres no Largo da Batata, em São Paulo, 2018. Fonte: idem..... 138

- Figura 40 – Mulheres foram às ruas na Cinelândia, no Rio de Janeiro, em 2018. Fonte: idem..... 138
- Figura 41 – Torcedores de times rivais se juntaram contra Bolsonaro em manifestação, em 2018. Fonte: idem. 138
- Figura 42 – Na imagem acima, à esquerda o “patriota do caminhão” e ao lado o “hino para o pneu”, em 2022. Fonte: IstoÉ – Relembre as maiores maluquices feitas por bolsonaristas em atos golpistas de 2022 (istoe.com.br)..141
- Figura 43 – Tenda de um dos acampamentos bolsonaristas em Brasília, ativo até o início de 2023. Fonte: Exército e PM cercam acampamento bolsonarista em Brasília após decisão de Moraes (gcmias.com.br)..... 142
- Figura 44 - Ônibus incendiado em Brasília na noite do dia 12 de dezembro de 2022. Fonte: Bolsonaristas radicais incendiam ônibus (g1.globo.com).....144
- Figura 45 – Bolsonaristas radicais invadem o Palácio do Congresso Nacional, em janeiro de 2023. Fonte: Filme aborda a invasão de Brasília no dia 8 de janeiro de 2023 (jornal.usp.br)..... 147
- Figura 46 – Criminosos vandalizam os edifícios da Praça dos Três Poderes, em Brasília. Fonte: idem..... 147
- Figura 47 - *Eu quero*, por Maré de Matos, 2020. Fonte: PEDROSA; RJEILLE, 2022, p. 222..... 150
- Figura 48 – *Passeata dos Cem Mil*, por Marcelo Brodsky, 2015. Fonte: PEDROSA; RJEILLE, 2022, p. 212 152
- Figura 49 – Homem com o rosto coberto segura cartaz durante manifestação no Rio de Janeiro, em 2013. Fonte: Conheça a estratégia ‘Black Bloc’, que influencia protestos no Brasil (g1.globo.com). 155
- Figura 50 – Mascarado, manifestante mostra a bandeira do Brasil em frente a uma barricada de lixo em chamas no Rio de Janeiro, em 2013. Fonte: Manifestantes adotam máscara de ‘V de Vingança’ como símbolo de protestos (terra.com.br). 156
- Figura 51 – Agência do Bradesco no Rio de Janeiro com vidros quebrados e parede pichada, em 2013. Fonte: Grafias de junho (grafiasdejunho.org)..... 162

- Figura 52 – Manifestantes fazem saudação de *Jogos Vorazes*, que vira símbolo dos protestos na Tailândia. Fonte: Saudação de *Jogos Vorazes* vira símbolo dos protestos na Tailândia (correio braziliense.com.br). 172
- Figura 53 – Manifestantes agredidos por guardas civis na entrada da prefeitura de São Paulo em junho de 2013. Fonte: Reveja cenas de violência policial durante as manifestações de junho de 2013 (fotografia.folha.uol.br) 177
- Figura 54 – Manifestantes tiram selfie com policiais do batalhão de choque em São Paulo, em março de 2015. Fonte: Espaço Militar (espacomilitar.com)... 177
- Figura 55 – Manifestação em apoio à Operação Lava Jato, em Curitiba, 2016. Fonte: Ação de políticos é apontada como principal motivo para desmonte da Lava Jato (gazetadopovo.com.br). 178
- Figura 56 – A atriz Susana Vieira e os atores Marcio Garcia e Marcelo Serrado, além de outras pessoas, em ato contra a ex-presidente Dilma e em apoio a Sergio Moro, em 2016. Fonte: Ato contra o governo Dilma reúne manifestantes em Copacabana, Rio (g1.globo.com). 178
- Figura 57 – Manifestantes com faixa em apoio a Sergio Moro em Brasília, em 2019. Fonte: Manifestação em 2019 a favor da Lava Jato em Brasília (fotografia.folha.uol.com.br). 178
- Figura 58 – Outdoor com mensagem pró-Bolsonaro em Chapecó, Santa Catarina, 2022. Fonte: Bolsonaro desvia da economia e enfatiza divisão ideológica (poder360.com.br). 181
- Figura 59 – Jair Bolsonaro e apoiadores em ato em São Paulo, 2024. Fonte: Presenças e ausências no ato pró-Bolsonaro em São Paulo (mais.opovo.com.br). 183
- Figura 60 – Multidão de apoiadores de Jair Bolsonaro em uma manifestação em Brasília, em 2019. Fonte: Qual é o saldo político das manifestações pró-Bolsonaro? (infomoney.com.br). 184
- Figura 61 – Manifestante em ato no MASP organizado pelo Grupo de Ação em Memória às Vítimas da Covid-19. Fonte: PEDROSA; RJEILLE, 2022, p. 230 187
- Figura 62 – Bolsonarista em ação durante os acampamentos em Brasília ao final de 2022. Fonte: Ódio, oração e golpe: como funcionava o acampamento bolsonarista no QG (metropoles.com). 187

- Figura 63 – Manifestante segura bandeira do Brasil Império em protesto na Avenida Paulista, em São Paulo. Fonte: Qual o significado da bandeira do Brasil Império e por que ela foi apropriada por bolsonaristas (bbc.com). 189
- Figura 64 – Bolsonarista utilizando uma reinterpretação da bandeira brasileira como manto. Fonte: "Golpe? Que golpe?", diz Bolsonaro sobre 8 de janeiro (sbtnews.sbt.com.br). 189
- Figura 65 – Bandeiras e mapas na exposição do MASP *Histórias Brasileiras*, em 2022. Fonte: Histórias Brasileiras (masp.org.br) 191
- Figura 66 – *Bandeira nacional*, por DESALI, 2021. Fonte: Oficina São João (oficinasaojoao.net) 191
- Figura 67 – O presidente Lula durante o 59º Congresso da União Nacional dos Estudantes, em Brasília. Fonte: Esquerda tentará mostrar força nas ruas em meio à queda de popularidade de Lula (gazetadopovo.com.br), 2024. 193
- Figura 68 – Manifestantes em apoio a Lula nas proximidades da Assembleia da República em Lisboa, Portugal. Fonte: Protestos antecedem fala de Lula no parlamento português (poder360.com.br), 2023. 193
- Figura 69 – Jovens no *Carnalula*, uma ação festiva em apoio à candidatura de Lula, em Belo Horizonte. Fonte: Último domingo antes das eleições é marcado por manifestações em apoio a Lula (midianinja.org), 2022..... 193
- Figura 70 – Perfurações sofridas por *As mulatas*, de Di Cavalcanti, durante a invasão no Palácio do Planalto em Brasília. Fonte: Di Cavalcanti pintou a cara do Brasil, diz curadora em referência à ataque (em.com.br)..... 199
- Figura 71 – Ativistas do movimento Ocupe Estelita, no Recife, em uma tentativa de barrar a demolição dos galpões históricos. Fonte: O que o Ocupe Estelita ensina, dez anos depois (outraspalavras.net), 2024. 206
- Figura 72 – Ativistas do movimento Ocupe Estelita, no Recife, ocupando o espaço público em oposição ao projeto de gentrificação e especulação imobiliária chamado Novo Recife. Fonte: idem. 206
- Figura 73 – Intervenção com fumaça antifascista no escadão Marielle Franco, em São Paulo. Fonte: PEDROSA; RJEILLE, 2022, p. 240 206

- Figura 74 – Homenagens à vereadora carioca Marielle Franco na ocupação *Marielle Vive*, no Rio de Janeiro. Fonte: Acampamento "Marielle Vive", do MST, faz homenagens à vereadora morta há um ano (brasildefato.com.br) 206
- Figura 75 – Coreografias criadas pelo grupo Consciência Patriótica em Fortaleza, em 2016. Fonte: Criadores da 'dança do impeachment' rebatem críticas: 'Música une pessoas no combate a comunismo e corrupção' (bbc.com). 207
- Figura 76 – Bonecos representando Lula e Dilma numa manifestação em Brasília, 2015. Fonte: Protestos marcam desfile do dia da Independência em Brasília (psdb.org.br)..... 210
- Figura 77 – Outra boneca com representação caricata da ex-presidente Dilma em João Pessoa, 2015. Fonte: Protesto pedindo impeachment de Dilma acaba em prisões de manifestantes (lickpb.com.br). 210
- Figura 78 – Pato amarelo organizado pela Fiesp esteve presente em protestos contra a ex-presidente Dilma Rousseff em São Paulo, em 2016. Fonte: Após aumento de imposto, Fiesp recoloca pato amarelo na Avenida Paulista (poder360.com.br). 210
- Figura 79 – Grupos pró e contra o impeachment são separados por cercas na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, 2016. Fonte: Manifestantes pró-impeachment celebram resultado de votação no DF (g1.globo.com). 212
- Figura 80 – No primeiro plano da imagem, os manifestantes em apoio a ex-presidente Dilma. Os favoráveis ao impeachment estão atrás do muro, nessa perspectiva. Fonte: idem. 212
- Figura 81 - Diagrama (manifestações) versão no. 3, 2016, por Ricardo Basbaum e João Camillo Penna. Fonte: PEDROSA; RJEILLE, 2022, p. 232 – 233 217
- Figura 82 – Estátua de Borba Gato incendiada na zona sul de São Paulo, em de 2021. Fonte: PEDROSA; RJEILLE, 2022, p. 222 221

INTRODUÇÃO

PROTESTOS: UMA CONTRALINGUAGEM DO ESPAÇO URBANO

Desde o final do século XIX e ao longo do século XX, os protestos de rua se afirmaram como uma estratégia central de visibilidade política nas cidades. Neles, a violência, em muitos casos, aparece como um elemento simbólico e expressivo, transformando-se em uma ferramenta de comunicação direta. Mesmo em situações em que os atos se intensificam, resultando em confrontos abertos, esses episódios mantêm sua essência como formas de diálogo — um diálogo que, ao invés de palavras, se expressa por meio de gestos, símbolos e ações visíveis. Através dessas manifestações, os participantes reafirmam sua presença no espaço urbano, reivindicando o direito de serem ouvidos e vistos. As ruas, assim, tornam-se palco para essas ações que, mesmo ao recorrerem à violência, não podem ser confundidas com caos descontrolado; ao contrário, fazem parte de uma coreografia política e social que utiliza a força visual para expor contradições e articular demandas. Isso revela que há uma narrativa em curso, onde os atos de protesto, com suas tensões e confrontos, operam como uma linguagem visual e performativa.

Nesse sentido, refletir sobre a estética dos protestos é entender como essas manifestações se inserem na dinâmica de comunicação das cidades. Ao tratar a cidade como um sistema linguístico¹ onde seus elementos físicos — monumentos, locais, infraestruturas — se comportam como signos de uma linguagem espacial, os protestos podem ser vistos como formas de subversão dessa linguagem urbana.

◀ Figura 1 – Gilles Caron. *Manifestation paysanne à Redon*, 1967. Fonte: DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 138

Trata-se da politização dos corpos em um protesto, onde o gesto do manifestante e a ocupação do espaço público representam a resistência insurgente contra o poder estabelecido. O corpo em movimento se transforma em símbolo de dissenso, enquanto o coletivo ao fundo reforça a disputa pelo espaço urbano como arena política. Essa estética, refletida nas roupas, posturas e ações dos manifestantes, desafia uma determinada condição imposta.

▶ Figura 2 – *Art & Language. Shouting Men*, 1975. Fonte: DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 155

A imagem explora a centralidade da linguagem nos protestos, representando a voz como ferramenta de resistência e disputas. As palavras que irradiam da figura remetem à ideia de que a linguagem, conscientemente explorada, pode ser usada tanto para controle quanto para insurgência. A disposição gráfica simples e forte sugere uma estética de resistência.

¹ Cf. BUCCI, 2016



Ao se apropriarem dos espaços e símbolos estabelecidos, os manifestantes introduzem um ruído nesse sistema, interrompendo a narrativa de ordem e controle que a cidade busca perpetuar.

No entanto, existe um perigo nesse processo: o risco de que a estetização dos protestos possa esvaziar seus significados políticos e transformá-los em meras performances visuais. Quando os protestos passam a ser lidos apenas como



espetáculos, a linguagem crítica e contestatória pode perder força e ser absorvida pela lógica do entretenimento e do consumo. A violência simbólica ou física que busca chamar a atenção para questões de poder e desigualdade pode se tornar um elemento estético desprovido de sua carga crítica, reduzindo o impacto político das manifestações.

Portanto, pensar na estética dos protestos requer cautela para não transformar o ato contestatório em uma mercadoria visual, assimilada pelo próprio sistema que se deseja criticar. O desafio está em manter o equilíbrio entre a forma expressiva e o conteúdo crítico, evitando que a subversão da linguagem urbana se dilua em uma performance sem efeito transformador. Seguindo esse raciocínio, a estética

Figura 3 – Hélio Oiticica. *Seja Marginal Seja Herói*, 1986. Fonte: Instituto Itaú Cultural (itaucultural.org.br)

Essa obra de Oiticica é um manifesto visual que exalta a figura do marginalizado como símbolo de resistência e heroísmo. A imagem de um corpo caído sugere a violência contra aqueles à margem da sociedade, ao mesmo tempo em que o texto subverte a narrativa dominante, enaltecendo o marginal como protagonista de uma luta política. Oiticica, com essa obra, desafia a visão tradicional do herói, associando-o ao oprimido e ao excluído, e provoca uma reflexão sobre as estruturas de poder que definem quem merece ser celebrado ou silenciado.

dos protestos pode ser entendida como uma expressão que incorpora tanto a violência simbólica quanto, em certos momentos, a violência física. No entanto, há momentos em que essa encenação transborda, consolidando-se como uma outra camada de linguagem visual.

Nesse sentido, é importante destacar que esta pesquisa se mantém dentro de limites éticos definidos. Em nenhum momento pretende-se promover ou justificar a estetização da violência, do caos ou da barbárie. A investigação busca refletir sobre a estética dos protestos de maneira crítica, sem romantizar ou legitimar atos de destruição ou desordem. O objetivo é compreender como as manifestações se inserem em um campo estético que desafia as lógicas de poder, sem comprometer os valores de dignidade humana e respeito democrático. Quando a violência se torna uma forma de comunicação, ela desafia a fronteira entre a resistência legítima e a agressão desmedida. O protesto, nesse sentido, deve ser conduzido dentro de um campo ético que respeite a dignidade humana e os valores democráticos. A violência, quando utilizada como ferramenta política, corre o risco de esvaziar a própria mensagem, transformando-se em um espetáculo que, ao invés de contestar, pode ser absorvido e neutralizado pela lógica do poder que se pretendia combater.

Dessa forma, os protestos equilibram-se em uma linha tênue, onde a violência simbólica tem o potencial de amplificar a mensagem e, ao mesmo tempo, a violência física pode desviar a atenção da crítica que se deseja fazer. O desafio está em manter a integridade da linguagem contestatória, sem que esta seja distorcida ou banalizada pela própria estética da violência que busca transmitir.

Por natureza, os protestos são manifestações de contestação que se propõe a interromper a ordem urbana estabelecida para desafiar as estruturas de poder e desigualdade. Eles funcionam como uma forma de "contralinguagem"², uma expressão simbólica que rompe com o fluxo organizado e controlado das cidades para atrair atenção e afirmar-se como uma crítica ao *status quo*. Esse rompimento com a normalidade cotidiana é essencial para que o protesto cumpra seu papel

² BUCCI, 2016, p. 31



de denúncia e resistência, forçando a sociedade a reconhecer a existência de uma insatisfação profunda. Entretanto, para que o protesto atinja seu objetivo, ele precisa ser mais do que apenas visível — ele deve ser interpretado de acordo com a intenção dos manifestantes, com a carga simbólica e política que buscam transmitir. A subversão contida em um protesto está na sua capacidade de reconfigurar o espaço urbano e desafiar esse poder estabelecido, algo que não ocorre em manifestações que apoiam a ordem vigente. Quando uma manifestação “a favor” acontece, ela perde seu potencial subversivo e, ao invés de questionar o sistema, acaba reforçando-o, funcionando mais como uma exaltação do poder vigente do que como uma verdadeira ação de resistência.

Na história recente do Brasil, a ideia de “protestos a favor” levanta questionamentos. Esse tipo de manifestação, que deveria teoricamente defender uma causa ou governo em questão, perde sua

Figura 4 – Thumbnail de uma reportagem da Rede Record de Televisão. Fonte: Canal Hoje em Dia (youtube.com)

Aqui nota-se que utiliza justamente a expressão “protesto a favor” para descrever manifestações de apoio ao então presidente Jair Bolsonaro em 2020. A imagem evidencia a participação de manifestantes vestidos com as cores verde e amarelo, símbolos nacionalistas que se tornaram característicos desse movimento. O uso da expressão “protesto a favor” sublinha o caráter afirmativo da manifestação, que visa sustentar e defender o governo, em contraste com os protestos tradicionalmente vistos como formas de contestação ou resistência.



força contestatória, pois não revela lacunas ou contradições no sistema. Diferente das manifestações “do contra”, que expõem as tensões sociais e buscam visibilidade para grupos marginalizados, não geram o conflito necessário para mobilizar mudanças. Mas o fato de um protesto ser “do contra” ou “a favor” não altera a relação de pertencimento dos participantes com o local onde ocorrem as manifestações. Por exemplo, quando a classe média alta brasileira protesta, há uma reafirmação simbólica de posse sobre o espaço urbano. Ao marcharem pelas ruas, essas pessoas reforçam sua sensação de domínio sobre a cidade, transformando o ato de se manifestar também em uma demonstração de privilégio. Embora o discurso seja de apoio a uma figura pública específica ou por demandas

Figura 5 – Casal com camisetas do Brasil a caminho de protesto, em 2016, seguido por babá empurrando carrinho com crianças. Fonte: Veja São Paulo (vejasp.abril.com.br)

A imagem retrata um casal vestindo camisetas com as cores do Brasil a caminho de um protesto contra o governo Dilma Rousseff, acompanhados pela babá uniformizada empurrando o carrinho com as crianças. Essa cena revela como esses manifestantes se sentem completamente pertencentes ao espaço público, sem qualquer necessidade de disputa ou reconquista. A naturalidade com que levam suas crianças e a babá ao ato reflete um sentimento de posse e conforto em relação ao espaço, diferentemente de manifestações que buscam contestar ou transformar a ocupação do território.

inconstitucionais, o gesto em si revela o conforto e a segurança de ocupar um território que, de forma simbólica, já lhes pertence.

Da mesma forma, quando grupos que tradicionalmente não têm espaço em áreas de prestígio ocupam temporariamente esses locais, é nítido um contraste que gera estranhamento. Sua presença em espaços que não são considerados seus por direito histórico ou econômico provoca desconforto, não pelo ato em si, mas pela quebra da lógica de exclusão territorial que define a hierarquia social no Brasil. Assim, mesmo esses protestos, acabam expondo as contradições entre quem tradicionalmente pode ocupar esses espaços e quem se atreve a reivindicá-los, ainda que momentaneamente.

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

A partir dessa contextualização, este trabalho se propõe a investigar as aqui chamadas “novas estéticas” dos protestos no Brasil, analisando as tensões entre insurgência, conservadorismo e as disputas pelo espaço público urbano. O trabalho explora os desdobramentos das manifestações nas cidades brasileiras a partir de junho de 2013, período marcado por uma transformação importante no cenário político e social do país. O objetivo central é entender como os protestos, enquanto fenômenos estéticos e políticos, atuam sobre o espaço urbano e as suas estruturas de poder, ao mesmo tempo em que se tornam palco para a expressão de diferentes demandas sociais. Nos últimos anos, o Brasil vivenciou uma crescente divisão política e a emergência de novos modos de ocupação e resistência nas ruas, o que provocou uma reconfiguração da paisagem urbana e da própria forma de interação entre a cidade e seus habitantes. O trabalho parte da premissa de que, segundo Massimo Cacciari, a cidade é um “espaço de eventos” e, nesse contexto, o protesto não apenas ocorre dentro da cidade, mas também contribui para sua constituição. O protesto transforma os espaços urbanos, atribuindo-lhes novas significações enquanto é moldado pela estrutura física e simbólica da cidade.

A tese está situada na interseção entre urbanismo, filosofia e teoria política, fundamentando-se em autores como Jacques Rancière, Chantal Mouffe, Maria Rita Kehl, Marcos Nobre, Eugênio Bucci, Suely Rolnik, entre outros, que abordam

temas como a estética política, a subjetividade insurgente e a politização dos corpos no espaço público. A pesquisa examina os protestos, com ênfase nas manifestações brasileiras, como eventos, a princípio, disruptivos que subvertem a lógica de controle imposta pelo capitalismo nas cidades contemporâneas, investigando como essas manifestações podem reconfigurar o imaginário coletivo e as formas de sociabilidade urbana. A pesquisa também reflete sobre os desafios contemporâneos de resistência no espaço urbano diante da mercantilização das manifestações e do esvaziamento simbólico provocado pela mídia e pelas redes sociais.

O estudo das novas estéticas dos protestos no Brasil, especialmente a partir de 2013, é fundamental para entender como as dinâmicas políticas e sociais se expressam no espaço urbano contemporâneo. A pesquisa se justifica pela necessidade de compreender essas manifestações como fenômenos estéticos, que transcendem a dimensão política tradicional e introduzem novas formas de expressão, resistência e ocupação nas cidades brasileiras. A cidade, entendida como uma construção capitalista que opera sob uma lógica especulativa, torna-se também palco de resistências. Nesse contexto, a maneira como esses eventos são representados, sentidos e vividos oferece um novo campo de investigação sobre como a política se manifesta através do corpo, da imagem e da ocupação do espaço urbano.

Outro ponto que justifica este estudo é a crescente divisão política no Brasil, onde as manifestações de diferentes vertentes ideológicas não só expressam demandas sociais, como também se configuram como cenários de disputa por símbolos e narrativas. A análise dos protestos conservadores e progressistas permite entender como essas forças operam no imaginário coletivo e de que maneira transformam os elementos simbólicos da cidade, como bandeiras, cores e espaços públicos, em instrumentos de poder ou resistência. Ao problematizar as tensões entre insurgência e conservadorismo, e como esses fenômenos transformam o espaço público, a pesquisa contribui para o debate sobre o direito à cidade, a democratização do espaço urbano e as formas de resistência contemporâneas. A relevância desta pesquisa também se destaca pela contemporaneidade do

tema, cujas consequências e reverberações continuam a impactar o cenário urbano e político atual.

Sendo assim, a pesquisa se estrutura, além desta introdução que contextualiza e define os termos nos quais a investigação se baseia, em três capítulos e nas conclusões, onde se concentra um esforço em tecer reflexões teóricas a partir do material pesquisado. O primeiro capítulo é dedicado à exploração teórica e conceitual da relação entre estética, poder e protesto, estabelecendo as bases para as análises desenvolvidas nos capítulos seguintes. Com base na teoria de Jacques Rancière sobre a "partilha do sensível" e na noção de "cena urbana" como espaço de dissenso, o texto apresenta a cidade como um palco de disputas simbólicas e políticas, onde a luta pelo "direito à cidade" revela as tensões entre dominação e resistência. Através dessa conceitualização, movimentos sociais e microterritorialidades são analisados como formas de reapropriação do espaço público, contestando a urbanização capitalista e criando subjetividades. Também são discutidas a estética cotidiana e o imaginário urbano, a partir de autores como Gilbert Durand e Chantal Mouffe, destacando seu papel na construção de identidades e narrativas urbanas.

O capítulo seguinte explora as complexas dinâmicas urbanas e políticas no Brasil, com foco nas contradições geradas pela urbanização capitalista e as lutas pelo direito à cidade. Ele aborda a crescente segregação espacial e a mercantilização do espaço urbano, evidenciando as tensões entre movimentos populares e políticas neoliberais. A análise avança para discutir o surgimento de novas direitas após os protestos de junho de 2013, com destaque para a crescente divisão política e o esgotamento do modelo político tradicional. O capítulo também examina as manifestações pró-Bolsonaro e as tentativas de ruptura democrática, culminando nos eventos de janeiro de 2023, e conclui discutindo o antagonismo e o papel da violência nas disputas políticas contemporâneas.

O último capítulo da tese aborda as diferentes estéticas dos protestos no Brasil, analisando como essas manifestações se tornaram tanto expressões insurgentes quanto manifestações de ressentimento. Inicialmente, esse capítulo discute os protestos como atos políticos que ocupam o espaço urbano de forma performática, desafiando as normas estabelecidas, como exemplificado nas

manifestações de 2013. Esses protestos revelaram um caráter insurgente, com coletivos como Movimento Passe Livre (MPL) e Black Blocs desempenhando papéis centrais, enquanto a mídia moldava as narrativas sobre as manifestações, transformando a violência em espetáculo visual. Em seguida, o texto aborda o surgimento de novas estéticas, com movimentos como o Movimento Brasil Livre (MBL) e manifestações pró-Bolsonaro, marcadas por uma estética de exibição e espetáculo inerente, em contraste com as insurgências anteriores. O capítulo explora como o ressentimento social molda esses protestos, levando a uma teatralização política que, muitas vezes, esvazia o conteúdo crítico das manifestações. Ao final, discute-se o papel das redes sociais e da mídia na disseminação dessas novas estéticas, bem como a forma como os protestos contemporâneos reconfiguram as percepções sobre o espaço urbano.

Por fim, a tese reflete sobre como os protestos contemporâneos interrompem o fluxo urbano e subvertem as lógicas capitalistas de controle da cidade. A cidade, como um espaço de eventos dinâmico, é moldada pelos protestos e simultaneamente molda esses atos de resistência. A pesquisa analisa como os protestos criam microterritorialidades disruptivas e revelam tensões ocultas ao transformar as percepções dos espaços públicos. No entanto, destaca-se o desafio de resistir à captura das energias criativas e contestatórias pelo capital, que apropria até mesmo os atos de subversão, transformando-os em mercadoria. Conclui-se com uma reflexão sobre a importância de desenvolver novas estratégias de resistência que evitem a captura pelo sistema capitalista e que possam efetivamente gerar transformações profundas tanto na organização social quanto no ambiente urbano.

1. ESTÉTICAS DO ESPAÇO URBANO E AS DINÂMICAS DE PODER



A cidade contemporânea se configura como um espaço marcado pela dualidade entre sua complexidade histórica e as tensões que moldam seu desenvolvimento, onde várias camadas de significado se entrelaçam, refletindo relações sociais, políticas e estéticas. Este capítulo investiga como as políticas do sensível nesses ambientes urbanos se entrelaçam com o imaginário coletivo e as dinâmicas de poder, moldando a experiência no contexto urbano. Inicia-se com a abordagem da noção de “cena” e da “partilha do sensível” proposta por Jacques Rancière, permitindo compreender a cidade como um palco onde negociações simbólicas e práticas sociais desafiam estruturas estabelecidas, revelando tensões latentes e possibilitando a emergência de novas subjetividades.

Prossegue-se com a análise das cenas urbanas e das dinâmicas sociais, destacando a cidade

Figura 6 – *Sexta-feira*, 2001. Sergio Vidal. Fonte: PEDROSA; RJEILLE, 2022, p. 323

A obra retrata uma celebração em um espaço urbano periférico, onde o público participa de uma festa ao ar livre. Essa representação propõe uma reflexão sobre a ocupação de áreas urbanas como um ato de resistência e de construção de um sentido de habitabilidade. O espaço é reivindicado tanto para o lazer, como um lugar de encontro e expressão cultural. A estética vibrante e a organização das pessoas no espaço sugerem uma conexão íntima entre a comunidade e o lugar, destacando como eventos culturais, como festas populares, incorporam diferentes camadas sensíveis ao espaço urbano, como o afeto, a memória coletiva e a reivindicação de pertencimento. A ocupação desse espaço público, marcado por uma arquitetura modesta, reforça a luta pela construção de um lugar que não se limita a uma funcionalidade imposta, mas que envolve a criação de uma vida coletiva, de relações e de sentidos compartilhados no cotidiano.

como espaço de disputa e resistência. A partir do conceito de “direito à cidade” de Henri Lefebvre e das reflexões de David Harvey sobre a urbanização capitalista, evidencia-se como os movimentos sociais reivindicam espaços urbanos mais justos e inclusivos, contestando processos de segregação socioespacial e gentrificação. Nesse contexto, as microterritorialidades e as práticas de resistência emergem como formas de reapropriação do espaço público, incorporando outras camadas sensíveis à experiência urbana.

Avançando, apresenta-se a discussão sobre a ideia de cidade pós-metropolitana, elaborada principalmente por Massimo Cacciari, além das perspectivas de Bernardo Secchi e Edward Soja, em um esforço de compreender como as transformações espaciais e temporais operam nas metrópoles contemporâneas. A fragmentação do espaço urbano, a fluidez das fronteiras e a perda de lugares habitáveis evidenciam os desafios inerentes a habitar uma cidade em constante movimento, onde o tempo e o espaço são constantemente reorganizados pelas dinâmicas capitalistas.

Nesse sentido, o cotidiano urbano e a emergência de novas subjetividades são explorados à luz das contribuições de Agnes Heller e Henri Lefebvre. O cotidiano é reconhecido como terreno fecundo para a transformação social, onde práticas de reapropriação e participação efetiva podem subverter estruturas alienantes e promover a autogestão. A estética do cotidiano, assim, se coloca como um conjunto de práticas sensíveis que demandam um esforço deliberado para compreender como as experiências sensoriais e a organização do espaço podem alinhar-se a novas formas de sociabilidade e subjetivação, ampliando o campo de possibilidades de reconhecimento e participação no mundo comum. Tais práticas se conectam com a própria ideia de imaginário.

Por fim, a partir dos estudos de Gilbert Durand, discute-se como imagens, símbolos e arquétipos influenciam a experiência estética e são moldados pelas dinâmicas de poder. As ferramentas de controle social atuam sobre o imaginário, afetando a maneira como os indivíduos percebem e interagem com a cidade. Neste ponto, articulam-se as teorias de Chantal Mouffe sobre o poder e a formação de hegemonias, ressaltando a importância do dissenso e da política agonística na construção de identidades urbanas.

1.1 CENA E ESTÉTICA: FUNDAMENTOS

A cena urbana configura-se como uma multiplicidade de espaços onde o cotidiano e o extraordinário convergem. À luz da noção de “cena” proposta por Jacques Rancière, que destaca os lugares de visibilidade e ação política, a cidade torna-se um palco onde ocorrem negociações simbólicas e práticas sociais que desafiam as estruturas estabelecidas. Neste contexto, a cena urbana se configura como um ambiente dinâmico, em que os cidadãos, por meio de suas ações e discursos, reconfiguram o espaço urbano e revelam sua natureza viva e pulsante. Contudo, antes de aprofundar a relação entre cena urbana e esses processos, faz-se necessário explorar a ideia de cena como uma plataforma estética e política, onde o cotidiano, nos espaços urbanos, se transforma em uma arena de dissenso e de reinterpretação constante das narrativas que moldam o espaço público.

Rancière desenvolve o conceito de cena como um espaço de ruptura no qual o dissenso emerge, possibilitando a reorganização das formas de percepção e entendimento do mundo social. Para ele, “a cena expõe as diferentes formas como uma mesma coisa pode ser percebida: ela é sempre para mim o momento no qual as coisas podem vacilar, ser sacudidas”.³ Sendo assim, a cena não se limita a uma representação de eventos, mas atua como um dispositivo que interrompe narrativas hegemônicas, revelando as tensões latentes nas estruturas de poder. Nesse contexto, a cena opera como um ato estético e político, promovendo uma “redisposição dos modos de aparência”⁴, que dá visibilidade a corpos, vozes e discursos anteriormente silenciados. Essa visibilidade transforma a percepção de demandas e eventos em novas interpretações que desafiam os consensos estabelecidos.

A cena, para Rancière, questiona lógicas hierárquicas e desafia a inteligibilidade tradicional. Ela não busca explicar os acontecimentos de forma linear ou causal, mas sim destacar singularidades e suas redes de significados, ou, nas palavras do autor, “uma construção de pensamentos que aparece como um tipo de

³ RANCIÈRE, 2018a, p. 31

⁴ MARQUES, 2022, p. 18

corte instantâneo na distribuição do sensível".⁵ Assim, a cena oferece uma maneira de desmontar as formas de legibilidade que sustentam as hegemonias, reorganizando o que é visível, pensável e possível. Ao atuar como uma estrutura sensível de racionalidade, a cena reordena a apresentação de objetos e eventos, criando intervalos e descontinuidades que impedem a experiência roteirizada dos sujeitos.

No âmbito da política, a cena torna-se o espaço onde a igualdade ou a desigualdade entre os sujeitos é negociada, conforme Rancière⁶, que define a política como o conflito em torno da existência de um espaço comum e sobre quem tem o direito de aparecer nele e em quais condições. A cena original da política ocorre quando aqueles que antes não eram ouvidos fazem-se ouvir, não como ruído, mas como uma demanda legítima por justiça. Nesse sentido, a cena emancipa os sujeitos ao expor as contradições entre diferentes lógicas, tensionando a existência de corpos que são simultaneamente presença e ausência, existência e inexistência.⁷

A essa reorganização, Rancière chama de "partilha do sensível", conceito fundamental para entender a cena como um campo de disputa estética e política. Esta ideia refere-se à maneira como o mundo é organizado em termos de quem pode ver, ouvir, dizer e fazer, estabelecendo uma distribuição que regula o que é visível e audível, assim como quem tem o direito de ser percebido e compreendido na esfera pública.⁸ Esse regime de distribuição sensível configura as inclusões e exclusões políticas, definindo os limites do possível e do impossível dentro de uma sociedade, revelando o entrelaçamento do estético e do político.

Rancière utiliza a expressão partilha do sensível para sintetizar sua reflexão sobre a articulação entre o político e o estético, superando a dicotomia tradicional entre esses dois campos. A ambiguidade da noção de "partilha"⁹ — que implica tanto em compartilhar quanto em dividir — expõe a complexidade da reconfiguração das formas de percepção e participação no espaço comum. Ao distanciar-se do desencantamento pós-moderno, Rancière busca reformular os termos da

⁵ RANCIÈRE, 2021b, p. 59

⁶ RANCIÈRE, 2021b, p. 59

⁷ RANCIÈRE; JDEY, 2021, p. 55

⁸ RANCIÈRE, 2009, p. 15

⁹ RANCIÈRE, 2009, p. 7

compreensão sobre a relação entre as dimensões estética e política.¹⁰ O autor propõe uma compreensão contemporânea da inteligibilidade estética, definindo o estético não como uma teoria da arte em geral, mas como um “modo de articulação entre maneiras de fazer, formas de visibilidade dessas maneiras de fazer e modos de pensabilidade de suas relações”.¹¹ Assim, o sensível torna-se o terreno primordial onde o estético e o político se entrelaçam.

Dentro dessa noção de estética, Rancière explora como as práticas artísticas não apenas existem em meio a essas divisões sensíveis, mas também têm o potencial de deslocá-las, transformando a percepção dos sujeitos e do mundo que os cerca. Para ele, a política se configura como um processo de “modos de subjetivação”¹², ou seja, a criação de novas capacidades de enunciação que desafiam e reconfiguram um campo de experiência dado. Esse movimento político e estético opera através de atos simultaneamente argumentativos e poéticos, que abrem e reabrem possibilidades de percepção e compreensão do mundo. Dessa forma, a criação de “mundos estéticos litigiosos”¹³ envolve a redistribuição do sensível que possibilita novas formas de existência e participação no comum.

No regime estético delineado por Rancière, ativo desde o final do século XVIII, coexistem duas lógicas: a separação entre arte e vida — onde a arte se distancia de qualquer funcionalidade, conforme Theodor Adorno ao dizer que a função da arte é não ter função — e a indiferenciação entre arte e vida, em que a experiência estética se incorpora à experiência comum, segundo Vera Pallamin.¹⁴ Essa tensão entre autonomia e heteronomia é um ponto central na dinâmica da

¹⁰ Quando Vera Pallamin afirma que Jacques Rancière assume uma “posição distante do desencantamento pós-moderno”, ela está se referindo ao fato de que Rancière não compartilha do ceticismo e da desilusão característicos de grande parte do pensamento pós-moderno em relação à capacidade emancipatória da política e da arte. O “desencantamento pós-moderno” refere-se a uma postura filosófica que questiona as grandes narrativas e ideais universais da modernidade, frequentemente resultando em relativismo, fragmentação e uma visão pessimista sobre a possibilidade de transformação social significativa. Rancière, por sua vez, distancia-se dessa visão ao reafirmar o potencial transformador presente na interseção entre o estético e o político. Assim, a posição distante do filósofo em relação ao desencantamento pós-moderno reside em sua defesa da política como um campo de conflito produtivo e da estética como um meio de subversão e reinvenção das percepções sociais, mantendo viva a esperança na capacidade humana de promover mudanças significativas (PALLAMIN, 2015, p. 11).

¹¹ RANCIÈRE, 2009, p. 13

¹² RANCIÈRE, 2018b, p. 42

¹³ RANCIÈRE, 2018b, p. 70

¹⁴ PALLAMIN, 2015, p. 11

partilha do sensível, implicando que a criação e a resistência estão intrinsecamente ligadas a essa reconfiguração contínua das formas de visibilidade, das funções das palavras e dos movimentos dos corpos. Assim, o estético e o político tornam-se mutuamente constituintes, na medida em que o estético, no regime da partilha do sensível, articula formas de ação, percepção e pensamento no domínio político.

A partilha do sensível permite entender o espaço político como algo em constante contestação e renegociação, e a cena, ao ser ativada, desafia essa distribuição introduzindo o dissenso. O dissenso reconfigura a partilha do sensível ao expor as injustiças, incoerências e excessos das representações hierarquizantes, como destaca Ângela Marques.¹⁵ Esse processo pode levar à criação de novas chaves de leitura e compreensões dos eventos sociais, permitindo que novas subjetividades e formas de existência se manifestem.

A reorganização inerente à partilha do sensível, tal como descrita por Rancière, destaca o dissenso como um mecanismo capaz de interferir nas inteligibilidades hegemônicas. A cena dissensual, ao construir outro universo de aparências, revela o que antes era invisível ou reapresenta o que já era visível de maneira transformada.¹⁶ Diferente de uma narrativa linear e previsível, o dissenso favorece uma narrativa experimental, capaz de imaginar outras maneiras de organização do mundo e do político. Para Rancière, o dissenso desestabiliza o que pode ser visto, ouvido e dito dentro de uma ordem social, abrindo possibilidades inéditas de interpretação e ação.

A cidade, então, pode ser concebida como um espaço de luta pelo reconhecimento e visibilidade de subjetividades não representadas na ordem consensual do sensível. Nesse cenário, os excluídos do espaço público tradicional se fazem ver e ouvir, rompendo com a lógica de controle — ou “polícia”, termo usado por Rancière — que regula a distribuição de corpos, lugares e tempos na sociedade¹⁷. Dessa maneira, a cena urbana funciona como um campo onde a partilha

¹⁵ MARQUES, 2022, p. 19

¹⁶ A principal diferença entre a cena e a cena dissensual reside na intensidade da ruptura: enquanto a cena pode envolver uma negociação ou contestação dentro de limites já conhecidos, a cena dissensual promove uma quebra mais profunda, desestabilizando as formas de inteligibilidade social e revelando as tensões entre inclusão e exclusão (RANCIÈRE, 2021a, p. 14–15).

¹⁷ RANCIÈRE, 2018b, p. 43

do sensível é desafiada e reconfigurada, introduzindo novas narrativas e novos sujeitos políticos. No entanto, ao reconhecer essas novas narrativas, é fundamental observar que nem todas se alinham com agendas progressistas ou emancipadoras. A ascensão do neoconservadorismo exemplifica como essas novas narrativas podem reforçar antigas estruturas de poder sob um novo manto moral e político.

Nesse sentido, o neoconservadorismo se configura como uma resposta conservadora às transformações sociais recentes, especialmente nas questões de gênero, família e subjetividades. Ele se apropria da crise contemporânea, promovendo uma narrativa de resgate da moralidade e da ordem familiar, apoiada pela lógica neoliberal. Byung-Chul Han, ao analisar o Estado de vigilância criado por George Orwell, exemplifica essa lógica: a liberdade e o direito de escolha são amplamente promovidos, mas sempre dentro de parâmetros controlados por uma narrativa moral e conservadora que favorece a manutenção de hierarquias sociais e a preservação de valores tradicionais, como a família nuclear.¹⁸ No neoconservadorismo, assim como no panóptico digital descrito por Han, os sujeitos se expõem voluntariamente, internalizando os mecanismos de controle moral, particularmente sobre gênero e sexualidade. A liberdade aparente, que Han descreve como o fundamento do controle contemporâneo, também se reflete no discurso neoconservador, que utiliza a retórica da liberdade de escolha para disfarçar um controle disciplinador mais profundo. Segundo o autor:

A técnica de poder do regime neoliberal não é proibitiva, protetora ou repressiva, mas prospectiva, permissiva e projetiva. [...] Em vez de confissões extorquidas, há exposição voluntária. O smartphone substitui a câmara de tortura. O Grande Irmão tem agora um rosto amável. A eficiência da sua vigilância está em sua amabilidade.¹⁹

Essa é a chave da transformação neoconservadora: ao invés de se basear unicamente na repressão, ela aproveita a lógica neoliberal de consumo e autonomia, mobilizando afetos como o medo e o ressentimento diante das mudanças sociais, especialmente aquelas relacionadas às pautas de gênero e direitos das minorias. Como Han sugere, a exposição voluntária é uma forma mais eficaz de controle, já que os próprios indivíduos, convencidos de sua liberdade, reforçam e

¹⁸ HAN, 2018, p. 55–58

¹⁹ HAN, 2018, p. 57



reproduzem as normas que os subordinam. Dessa maneira, o neoconservadorismo, enquanto se articula com o neoliberalismo, propaga a ilusão de liberdade ao mesmo tempo que reafirma uma ordem moral e disciplinadora.

Por essa razão, a disputa pela visibilidade e pela reconfiguração do espaço urbano não é monopolizada pelas forças insurgentes progressistas. Movimentos neoconservadores também se apropriam da estética dos protestos e da ocupação do espaço público para consolidar suas próprias narrativas. Esse conservadorismo, muitas vezes camuflado sob o manto da resistência, utiliza as mesmas ferramentas performativas para restaurar e legitimar uma ordem moral e social que se sente ameaçada pelos avanços progressistas. Assim, a mesma cidade que se torna palco de subversão também pode ser moldada por uma estética conservadora que busca limitar a diversidade e as mudanças sociais.

Figura 7 – Uma das várias motociatas promovidas em apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro em 2021. Fonte: Folha de São Paulo (folha.uol.com.br)

Um ato que simboliza como a extrema-direita brasileira se apropria do espaço público para afirmar sua narrativa conservadora. Essa ocupação não visa subverter o sistema, mas reafirmar uma ordem moralista e autoritária, utilizando símbolos nacionais como a bandeira e o patriotismo, que servem para mobilizar ressentimentos e justificar a manutenção de hierarquias sociais tradicionais. Ao reconfigurar a cidade como palco de exibição e controle, esses movimentos não promovem pluralidade ou inclusão, mas uma estética excludente que busca restaurar valores conservadores.

O exemplo das manifestações pró-Bolsonaro e das motociatas realizadas pelo ex-presidente ilustram como a extrema-direita no Brasil reconfigurara o espaço público para afirmar uma narrativa conservadora e excludente. A subversão do sensível, que deveria abrir espaço para a inclusão e a pluralidade, aqui se transforma em um campo de reafirmação do poder vigente, com a utilização de símbolos nacionais e a mobilização de ressentimentos sociais para justificar a restauração de uma ordem moralista e autoritária. Ao apropriar-se do espaço urbano, esses movimentos neoconservadores introduzem uma outra camada narrativa, que, longe de subverter o sistema, visa fortalecê-lo.

Portanto, a cena urbana, ao mesmo tempo que se configura como um espaço de reinvenção e contestação, também pode ser apropriada por forças conservadoras que buscam reconfigurar o sensível para manter o *status quo*. As novas possibilidades que emergem nesse contexto não se limitam a narrativas progressistas, mas incluem a ascensão de uma estética política que freia o avanço de direitos e reforça velhas hierarquias. Assim, o dissenso revela seu caráter ambivalente: ao mesmo tempo em que pode abrir espaço para novas subjetividades e subverter as ordens sociais, também pode ser instrumentalizado para consolidar o conservadorismo e frear transformações no espaço urbano.

1.2 CENAS URBANAS, DINÂMICAS SOCIAIS E ESPAÇOS DE DISPUTA

Prosseguindo com essa compreensão da cena como uma articulação estética e política que reconfigura a partilha do sensível, é possível expandir essa análise para o contexto urbano e suas dinâmicas sociais. A cidade, nesse sentido, torna-se um espaço privilegiado onde as tensões e negociações em torno da visibilidade, da participação e da transformação social se materializam de forma intensa e multifacetada.

O entendimento contemporâneo da cidade e do espaço público configura-se como um campo de disputas simbólicas, sociais e políticas, onde o uso, a apropriação e a transformação desses espaços refletem intrinsecamente as relações de poder e as práticas sociais envolvidas. A cidade pode ser vista, a princípio, como uma aglomeração de infraestruturas físicas, mas revela-se também como um espaço dinâmico em que as interações sociais são constantemente articuladas e rearticuladas. Essa visão crítica, que enxerga a cidade como um produto social, é fundamental para compreender as dinâmicas urbanas que moldam a vida nas metrópoles.

Dentro desse cenário capitalista de disputas e possibilidades na cidade contemporânea, o "direito à cidade" se coloca como elemento central para compreender e orientar práticas que buscam transformar o espaço urbano. Proposta por Henri Lefebvre²⁰, essa ideia reflete uma crítica à fragmentação e à funcionalização da vida impostas pelo avanço do capitalismo e da industrialização, que romperam o tecido social e produziram segregação socioespacial. O direito à cidade configura-se, sobretudo, como um direito à vida urbana transformada e renovada, englobando a participação ativa na produção e na transformação dos espaços habitados.

Esse direito manifesta-se tanto como um grito imediato das lutas e reivindicações dos movimentos sociais urbanos — pela moradia digna, pelos serviços públicos, contra a mercantilização dos bens comuns — quanto como uma demanda por uma cidade que ainda não existe, mas que pode ser construída. É uma aspiração por um novo humanismo, uma nova práxis, que desafia as lógicas

²⁰ LEFEBVRE, 2008, p. 117–118

capitalistas e propõe a imaginação de futuros possíveis.²¹ Ao reivindicar o direito à cidade, os cidadãos não apenas contestam as estruturas existentes e se engajam na criação de novos imaginários sociais e políticos, alinhando-se à concepção da cena urbana como espaço de dissenso e reinvenção.²² Em outras palavras, trata-se de um exercício de imaginação que confronta as restrições do real com o possível de um outro devir, naquilo que Boaventura de Sousa Santos chama de “exploração de novas possibilidades e vontades humanas, por via da oposição da imaginação à necessidade do que existe, em nome de algo radicalmente melhor que a humanidade tem o direito de desejar e que vale a pena lutar”.²³

Para compreender plenamente essa reivindicação, é importante analisar como a urbanização contemporânea está intrinsecamente ligada tanto às estratégias capitalistas de territorialização quanto aos esforços de resistência social que emergem em resposta a essas dinâmicas. David Harvey²⁴ argumenta que o capitalismo utiliza a urbanização para absorver o excesso de capital acumulado, transformando a cidade em uma plataforma vital para manter sua lógica de expansão contínua e evitar, ou melhor, postergar crises econômicas. Nesse sentido, a urbanização atua como uma válvula de escape para a superacumulação de capital, reconfigurando o espaço urbano de acordo com as necessidades do capital. Contudo, essa transformação não ocorre sem conflitos; a cidade torna-se um espaço de disputa onde as populações marginalizadas lutam contra as desigualdades sociais e espaciais exacerbadas por esse processo.

Nesse contexto, a cidade se configura simultaneamente como um meio de dominação e um palco para a resistência. Movimentos sociais têm se organizado para reivindicar o direito à cidade, transformando o espaço urbano em um local

²¹ LEFEBVRE, 1999, p. 67

²² O direito à cidade hoje também é reivindicado por atores neoconservadores que articulam uma agenda que freia o avanço de direitos e consolida uma visão tradicionalista da sociedade. Esses movimentos populistas da extrema-direita utilizam o espaço urbano para afirmar uma narrativa de crise e resgate moral, contestando não as estruturas capitalistas, mas os avanços sociais progressistas, reforçando, assim, velhas hierarquias e exclusões sociais. Ao lado das práticas insurgentes que buscam transformar o espaço urbano em um palco de dissenso e reinvenção, emergem narrativas que se apropriam do discurso de crise para moldar a cidade como palco de resistência ao que chamam de “ameaças” à moralidade tradicional.

²³ SANTOS, 2018, p. 322

²⁴ HARVEY, 2008, p. 45–48



de contestação e insurgência contra o neoliberalismo e suas políticas de austeridade. A utilização do espaço público para protestos exemplifica essa resistência, na qual os manifestantes desafiam as lógicas de exploração que moldam a cidade. Como observa Harvey²⁵, a urbanização neoliberal acentua as desigualdades sociais ao privatizar o espaço e reduzir o acesso dos cidadãos aos bens públicos, o que resulta em uma crescente demanda por justiça espacial e social.

Corroborando a Harvey, Bernardo Secchi, ao afirmar que existe uma “nova questão urbana”, destaca a impossibilidade de resolver separadamente os problemas da desigualdade social, da mobilidade urbana e da crise climática.²⁶ Para Secchi, as injustiças sociais manifestam-se cada vez mais como injustiças espaciais, evidenciando a

Figura 8 – Imagem aérea de Santa Fé, um bairro na Cidade do México, em 2018. Fonte: Ricos de um lado, pobres do outro: fotos aéreas mostram desigualdades no mundo. BBC News Brasil (bbc.com)

A fotografia evidencia a nítida segregação socioespacial, contrastando duas realidades urbanas distintas. À esquerda, observa-se um tecido urbano denso e irregular, típico de bairros informais, com construções compactas e vias estreitas. À direita, aparece um condomínio de moradias padronizadas, com ruas planejadas e áreas verdes, representando um espaço de maior poder aquisitivo. A imagem ressalta a desigualdade urbana, onde o planejamento e a infraestrutura atendem de maneira desigual os diferentes grupos sociais, reforçando a fragmentação do território na metrópole mexicana.

²⁵ HARVEY, 2005, p. 88–89

²⁶ SECCHI, 2019, p. 24–27

intrínseca relação entre desigualdade e território. A cidade torna-se, assim, um palco onde a segregação não mais se organiza apenas pela distância centro-periferia, mas pelos muros que erguem enclaves de riqueza ao lado de bolsões de pobreza. Essa configuração espacial reflete o “caráter da nova sociedade e de sua política de distinção”, na qual os espaços privatizados, como condomínios fechados e shopping centers, criam benefícios inacessíveis à maioria da população. Nesse sentido, a cidade dos ricos e a cidade dos pobres — em referência ao próprio título da obra de Secci — materializam-se em espaços fisicamente próximos, porém socialmente distantes, reforçando as barreiras que dificultam a construção de uma vida urbana mais justa e sustentável.

A cidade, em sua complexidade, pode ser compreendida como um mosaico em constante movimento, onde forças culturais e políticas se entrelaçam e pequenos territórios de resistência, as microterritorialidades²⁷, emergem. Esses espaços, criados e ocupados por grupos marginalizados, desafiam as normas impostas pela hegemonia capitalista, ressignificando ruas, praças e edifícios abandonados como locais de convivência e cultura. Ao fazer isso, esses grupos não apenas rompem com a estrutura de poder existente, mas também propõem novas formas de subjetividade e maneiras alternativas de habitar o espaço urbano.

Nesse cenário, as microterritorialidades se configuram como respostas concretas às dinâmicas de controle urbano. Elas se materializam em locais aparentemente esquecidos ou marginalizados e são apropriadas por práticas culturais e políticas que desestabilizam as lógicas dominantes. Ao transformar esses pequenos espaços em zonas de resistência, grupos excluídos encontram maneiras de criar pertencimento e propor novas formas de organização social, rompendo com o uso tradicional imposto à cidade. A cidade, longe de ser um espaço homogêneo e estático, torna-se uma arena de transformação constante, onde essas

²⁷ O conceito de “microterritorialidades” é discutido por diversos autores dentro dos estudos urbanos e culturais, mas é particularmente associado ao pensamento de Gilles Deleuze e Félix Guattari. Eles abordam a ideia de “territorialização” e “desterritorialização” em suas obras, como *Mil Platôs*. Microterritorialidades, nesse contexto, referem-se a pequenos espaços de resistência, reconfiguração e criação de novos significados que surgem em oposição às dinâmicas de controle e homogeneização. No contexto urbano, autores como Michel Maffesoli também falam de microterritorialidades, referindo-se a pequenos territórios que emergem dentro das cidades como locais de resistência e identidade coletiva, especialmente na sua obra *O Tempo das Tribos* (DELEUZE; GUATTARI, 2000; MAFFESOLI, 2014).



microterritorialidades desconstruem as estruturas de poder e abrem brechas para novas subjetividades.

A cena urbana²⁸, por sua vez, amplia essa discussão ao ser entendida como um campo dinâmico de interação, onde as políticas de inclusão e exclusão são continuamente negociadas. Diferente das microterritorialidades, que se manifestam em espaços reduzidos e pontuais, a cena urbana envolve uma visão mais ampla da cidade como um local de conflito e cooperação, em que movimentos de contestação e repressão coexistem e se enfrentam. Exemplos como os protestos de 2013 no Brasil evidenciam como a cena urbana se transforma em

Figura 9 – Imagem de uma casa na Ocupação Dandara, em Belo Horizonte. Fonte: Comunidade Dandara (pt.wikipedia.org), 2022.

Um exemplo de microterritorialidade, a Ocupação Dandara, em Belo Horizonte, transformou um terreno que não cumpria sua função social em um espaço de resistência e pertencimento para centenas de famílias sem-teto. Ao ocupar e ressignificar esse local, essas pessoas desafiaram as lógicas dominantes de especulação imobiliária e exclusão urbana, propondo outras formas de organização social e afirmando seu direito à cidade.

²⁸ O termo "cena urbana" tem sido explorado na teoria urbana contemporânea por autores como Michel de Certeau, que em sua obra *A Invenção do Cotidiano* discute como as práticas cotidianas nas cidades reconfiguram e produzem significados no espaço urbano. Certeau enfatiza a ideia de que as interações e práticas sociais transformam o espaço urbano em uma espécie de "cena" em que se desenrolam narrativas, resistências e conflitos (CERTEAU, 2014).



um palco de mobilização social, onde questões como mobilidade e o direito à cidade são debatidos e expostos. Esse ambiente torna-se, assim, um “laboratório” de experimentação política, em que as injustiças sociais se revelam na forma de injustiças espaciais, desafiando o modelo de urbanização excludente e segregador.

A relação entre cena urbana e microterritorialidades revela como as dinâmicas de resistência se concretizam nos espaços urbanos, onde práticas como intervenções artísticas e ocupações de praças subvertem a ordem estabelecida e introduzem diferentes maneiras de participação. Essas ações, ao transformar o espaço público em um lugar de contestação e ressignificação, também reconfiguram a partilha do sensível, ou seja, um rearranjo do que pode ser visto e ouvido na cidade. Ao reivindicar sua presença nesses territórios, os

Figura 10 – Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP) e Avenida Paulista, em São Paulo. Fonte: Avenida Paulista – *Cultural, Political and Economical Center* (insight-architecture.com).

A Avenida Paulista, especialmente a região em frente ao MASP, pode exemplificar a ideia de cena urbana em razão de se estabelecer como um espaço central de interação, conflito e expressão na cidade de São Paulo. Esse local é palco frequente de manifestações políticas, eventos culturais e sociais, tornando-se um ponto de encontro onde diversas forças da sociedade se confrontam e negociam o uso do espaço público. Movimentos de protesto e atos de repressão convivem nesse cenário, refletindo a dinâmica de inclusão e exclusão na vida urbana.

grupos envolvidos desafiam a lógica de quem tem o direito de decidir sobre o uso do espaço urbano e reorganizam a cena política e estética da cidade, revelando tensões profundas entre a autoridade e o dissenso. Nesse processo, a dimensão estética funciona como um mecanismo ativo de redistribuição de poder, conferindo visibilidade política a grupos antes marginalizados.

Nesse sentido, e retomando Certeau, as intervenções urbanas transformam-se em gestos que reescrevem a história do lugar, questionando as narrativas hegemônicas e criando outras linhas de fuga possíveis. Esses atos performáticos produzem uma nova cena urbana, na qual o estético e o político se entrelaçam, gerando novas formas de engajamento social. Logo, essas ações demonstram como a cena urbana é um lugar onde as regras de percepção e participação são constantemente desafiadas e reinventadas. A novidade dessas práticas está justamente em sua capacidade de unir estética e política em uma dinâmica que redefine o espaço urbano como um território de dissenso e possibilidade, onde tanto a resistência quanto a subversão podem florescer.

1.3 CIDADE PÓS-METROPOLITANA: ESPAÇO, TEMPO E HABITAR

Ao pensar sobre a cidade contemporânea, percebe-se que a dificuldade em nomear e compreender plenamente suas complexidades leva à proliferação de termos metafóricos, como observa Bernardo Secchi.²⁹ Esses momentos de crise urbana, tanto no presente quanto no passado, são frequentemente caracterizados por metáforas que tentam capturar a essência da cidade, seus desafios e aquilo que ela deveria ser. As metáforas, segundo Secchi, funcionam como um recurso necessário para dar sentido a algo que escapa à compreensão imediata, uma forma de atribuir significado às dinâmicas urbanas que nos são, em grande parte, incompreensíveis. Na medida em que o projeto urbano busca moldar a cidade — não apenas em sua materialidade física, mas em sua concepção simbólica — essas imagens metafóricas são frequentemente utilizadas de maneira acrítica, revelando o quanto as representações urbanas tentam, ainda que imperfeitamente, lidar com o enigma da cidade em transformação constante.³⁰

Em consonância com a crítica espacial proposta por Edward Soja, a cidade contemporânea, ou a “pós-metrópole”, transcende sua materialidade física para incorporar múltiplas camadas de significados sociais, culturais e políticos. Soja, em sua “trialeítica”³¹ do espaço, apresenta uma análise que vai além da descrição do ambiente urbano, enfatizando como as cidades são produtos de processos históricos, sociais e econômicos em constante transformação. A partir dessa

²⁹ SECCHI, 2019, p. 27

³⁰ Refletindo as transformações sociais, econômicas e culturais de cada época, a noção de cidade se transformou ao longo dos últimos séculos. No século XIX, Karl Marx e Friedrich Engels destacaram a cidade como centro de concentração de população, capital e necessidades, enfatizando as condições precárias dos trabalhadores urbanos. Idefonso Cerdá viu a cidade como fragmentos históricos mal reunidos, enquanto Friedrich Ratzel associou sua organização espacial às dinâmicas sociais e geográficas. No início do século XX, pensadores como Max Weber e Robert Park aprofundaram a compreensão sociológica da cidade. Weber definiu a “comunidade urbana” como uma organização social ocidental com autonomia e mercado próprios. Park considerou a cidade um “estado de espírito”, mais do que um espaço físico, ressaltando seu caráter social e psicológico. Após as guerras mundiais, a reflexão sobre a cidade intensificou-se. Henri Lefebvre descreveu a cidade como a “projeção da sociedade sobre o terreno”, indicando que as dinâmicas urbanas refletem as relações de poder e classe. Manuel Castells tratou o espaço urbano como produto das condições sociais e econômicas. Mais recentemente, David Harvey caracterizou a cidade como um “sistema dinâmico complexo”, onde forma espacial e processo social interagem constantemente. Essa diversidade de perspectivas mostra que a cidade é um fenômeno em constante transformação, cujas múltiplas definições ao longo do tempo refletem tentativas de compreender sua natureza mutável e complexa (VASCONCELOS, 2015, p. 17–23).

³¹ SOJA, 2000, p. 10–12

perspectiva, ele integra o conceito de *thirdspace*³², ou o espaço vivido, como uma dimensão essencial para compreender as dinâmicas complexas que moldam a vida urbana. Esse conceito permite uma leitura da cidade que articula o espaço percebido e concebido, revelando como o ambiente urbano se constitui tanto por suas estruturas materiais quanto por suas representações e práticas sociais.

Ao aplicar essa análise à cidade contemporânea, Soja leva ao entendimento de que a urbanização, mais do que um processo de expansão física, é um fenômeno que reflete e reforça as relações de poder e a produção de desigualdades sociais e espaciais. A pós-metrópole, com suas periferias em expansão e centros urbanos reconfigurados, exemplifica como as formas espaciais urbanas estão diretamente ligadas às dinâmicas de acumulação capitalista e à organização social. Nesse contexto, Massimo Cacciari problematiza a cidade enquanto território a partir da relação entre tempo e espaço, destacando que uma cidade só pode ser verdadeiramente habitada se ela oferecer os lugares necessários para que isso ocorra. Segundo o autor, habitar vai além de se alojar temporariamente ou de usar o espaço para atividades cotidianas; é preciso que o território permita uma experiência plena e qualitativa de estar, o que só é possível quando há espaços que fornecem condições de habitabilidade.³³ No entanto, essas características de qualidade e permanência não interessam às dinâmicas do território pós-metropolitano, cujo objetivo é encurtar distâncias e transformar esses lugares em meros pontos de passagem, esvaziando-os de sentido e significado.

Para Cacciari, a cidade contemporânea assumiu a condição de pós-metrópole, ou cidade-território, uma vez que se trata de configurações urbanas tão diferentes entre si, cujos limites se confundem em diferentes instâncias — espacial, política, social, cultural etc. — que a própria terminologia “cidade” enquanto *polis*, *urbes* ou *civitas* é insuficiente para definir as dinâmicas atuais. Seguindo esse raciocínio, Juhani Pallasmaa afirma que a cidade contemporânea, a partir de dinâmicas rápidas e mecanizadas, impedem que se estabeleçam vínculos íntimos e corporais com ela, o que induz a uma pacificação do corpo e a um “apagamento

³² SOJA, 1996, p. 125–144

³³ CACCIARI, 2010, p. 35



da consciência". O que o autor chama de "cidade visual" é a condição mesma do distanciamento entre o corpo e a paisagem, incapazes de interagir.³⁴

As questões que se colocam aqui são diversas. A condição humana contemporânea impõe um sentimento de ubiquidade, incompatível com as distâncias físicas estabelecidas pelos lugares e incentivadas por estratégias capitalistas de locomoção no território urbanizado. Os problemas e soluções de trânsito, geralmente, se concentram sobre os tempos de deslocamento e o quão efetivo será o atravessamento dos lugares, reduzindo-os não apenas em dimensão, mas em quantidade. Cacciari reforça que habitamos territórios indefinidos cujas funções distribuem-se para além de qualquer lógica de programação, mas de acordo com

Figura 11 – Superlotação em transporte público. Fonte: Por que a competitividade na licitação de ônibus é importante (diplomatique.org.br), 2018.

Esta ilustração humorística e crítica do artista Alves captura a realidade das cidades contemporâneas que Massimo Cacciari discute, refletindo a tensão entre a necessidade de mobilidade e a experiência de alienação dentro do espaço urbano superlotado. Segundo Cacciari, a cidade moderna é um palco de contradições onde a promessa de conectividade e acesso contrasta com a realidade de confinamento e isolamento. Aqui, o ônibus lotado simboliza mais que um meio de transporte. Ele é um microcosmo da urbanidade: cada passageiro, apesar de fisicamente próximo aos outros, parece encapsulado em sua própria esfera, destacando a fragmentação social e a perda de comunidade. Essa imagem instiga a reconsideração das políticas urbanas e o planejamento de cidades que melhor atendam às necessidades humanas de espaço, conforto e dignidade.

³⁴ PALLASMAA, 2017, p. 47

interesses especulativos.³⁵ Ainda que existam algumas centralidades orientadas por atividades ou características afins, essa maneira de agrupamento pode ocorrer livremente. A própria relação de centro e periferia, ainda de acordo com o autor, podem se alternar recíproca e incessantemente, a depender de especulações e estratégias mercantis, o que reitera a condenação do autor a uma abstração da tipologia de cidade. Cacciari afirma ainda:

Chamamos cidade a esta "área" por razões absolutamente ocasionais. Os seus limites não são mais que um mero artifício. O território pós-metropolitano é uma geografia de acontecimentos, uma ativação de ligações, que atravessam paisagens híbridas. O "limite" do espaço pós-metropolitano só é dado pela "fronteira" da rede de comunicações; à medida que a rede se alarga podemos dizer que estamos a "sair" da pós-metrópole, mas é evidente que se trata de uma "fronteira" *sui generis*: só existe para ser ultrapassada.³⁶

Trata-se, portanto, de uma concepção de cidade enquanto espaço de eventos, territórios em constantes disputas que tem em seu conjunto de elementos os lugares, indispensáveis à habitabilidade e dispendiosos em relação aos deslocamentos. Assim, pode-se dizer que habitamos em territórios onde a métrica espacial não é suficiente, ou melhor, incompatível com as dinâmicas contemporâneas. Cacciari corrobora essa afirmação ao indicar que traçados que visavam conectar centro e periferia, áreas residenciais e industriais, ou seja, lógicas típicas da organização urbana e metropolitana, não tem mais validade porque os eventos são imprevisíveis.³⁷ Não se trata da incapacidade de arquitetos e urbanistas, ou mesmo da boa vontade política, mas porque a imprevisibilidade de quem habita os territórios tornaria a cidade um experimento aleatório com um espaço amostral inquantificável.

Em grandes cidades, principalmente, a métrica espacial está em crescente desuso. Casualmente, as perguntas sobre deslocamento tratam do tempo gasto, em algumas vezes do custo financeiro, mas raramente da distância física. Ou seja, os lugares habitáveis dos territórios só correspondem a essa designação enquanto local de destino no processo de deslocamento temporal. Se não, ele é justamente o empecilho que modifica o tempo gasto no deslocamento. Dito isso, as

³⁵ CACCIARI, 2010, p. 52

³⁶ CACCIARI, 2010, p. 54

³⁷ CACCIARI, 2010, p. 55



constantes transformações pelas quais as cidades passam em busca da mobilidade, como afirma Cacciari, entram em conflito com o espaço pós-metropolitano. Devido a rápida transformação do próprio território, “as funções assumem o aspecto de acontecimento”.³⁸ Como exemplifica o autor, mais do que uma função, os espaços são ocupados por algo que lhes “acontece”, como um supermercado e, algum tempo depois, ser substituído por outra função. Dessa maneira, o que difere os tipos de acontecimentos nos territórios é justamente a sua duração no tempo.

Esses acontecimentos, cada vez mais recorrentes e menos programáveis, são respostas a variações de estímulos, de presenças ou formas em velocidades nunca experimentadas pela civilização

Figura 12 – Padre Júlio Lancellotti usa uma bengala sob um viaduto em São Paulo, local onde a prefeitura instalou pedras no chão. Fonte: O que é arquitetura hostil. E quais suas implicações no Brasil (nexojornal.com.br), 2023.

Na imagem, o padre Júlio Lancellotti em uma ação de crítica à arquitetura hostil, representada pelos blocos de pedras sob um viaduto. Essa intervenção urbana também pode ser interpretada à luz das teorias de Cacciari sobre a cidade contemporânea, onde o espaço público é esvaziado de significado e se torna inabitável, servindo apenas como controle social e exclusão. A arquitetura hostil exemplifica essa dinâmica, criando barreiras físicas que impedem a presença e o uso pleno do espaço por populações vulneráveis.

³⁸ CACCIARI, 2010, p. 57

urbana. Enquanto dinâmicas capitalistas incentivam sentimentos de onipresença ao impor incompatibilidades entre trabalho e qualidade de vida, demandamos da cidade essa mesma “qualidade de vida”, fornecida através de lugares habitáveis, acolhedores e com estadias demoradas. Assim, o tempo e o espaço das cidades são divergentes porque organiza-se o território de maneira monofuncional, ou seja, atribuindo atividades específicas às arquiteturas, tanto às edílicas quanto às urbanas, e, conseqüentemente, ampliando a necessidade de deslocamento ao mesmo tempo que se articulam estratégias de redução do tempo desses mesmos deslocamentos. A ideia de multifuncionalidade é tratada como especificidade de uma proposta e não como condição essencial, como afirma Cacciari ao explicar que se continua a intervir por compartimentos estanques.³⁹ Nesse sentido, a necessidade de habitar lugares é contraditória a essa compartimentação das atividades que cria, justamente, espaços não habitáveis entre si.

A arquitetura, ao fazer a mediação entre corpo e cidade, condiciona o tempo do habitar. Pallasmaa afirma que espaço e tempo não são dimensões independentes justamente por serem as responsáveis, simultaneamente, a interligar as pessoas e o mundo e, ao concordar com Cacciari, o autor enfatiza que o espaço suprime as experiências do tempo na cidade contemporânea.⁴⁰ Antes da modernidade, segundo Pallasmaa, as cidades e as edificações eram experiências de um tempo lento e, conseqüentemente, cadenciado em relação as transformações espaciais. Por outro lado, “as paisagens urbanas e os edifícios experencialmente unidimensionais de hoje expressam um tempo presente achatado que enfraquece nossa sensação de tempo e empobrece nossa participação sensorial e nossa imaginação”.⁴¹

Essa conurbação entre dimensões sensoriais engendra o que Pallasmaa define por “espaço existencial”.⁴² Trata-se do espaço vivido, estruturado a partir dos significados e valores de indivíduos ou grupos, consciente ou inconscientemente. Ainda que essencialmente esse espaço seja constituído pela experiência única, memórias e conteúdos empíricos do indivíduo, o compartilhamento dessas

³⁹ CACCIARI, 2010, p. 65

⁴⁰ PALLASMAA, 2017, p. 115

⁴¹ PALLASMAA, 2017, p. 118

⁴² PALLASMAA, 2017, p. 61

experiências do espaço existencial pode estruturar identidades coletivas e um sentido de pertencimento. Dessa maneira, as manifestações de protestos nos lugares da cidade, além de romperem com a métrica temporal ao ocupar espaços “entre” edifícios, propõe uma conjuntura capaz de alterar a relação entre as pessoas e a cidade. Em outras palavras, ao romper com a supressão dos espaços urbanos no tempo, as manifestações propõem também uma ruptura com essa condição de pós-metrópole proposta por Cacciari, uma vez que o protagonismo nessa condição de ocupação é subvertido em relação às dinâmicas cotidianas.

Dessa maneira, a cidade contemporânea se revela como um espaço complexo e em constante disputa, onde as dinâmicas aceleradas e as estratégias capitalistas frequentemente provocam um distanciamento entre as pessoas e o ambiente urbano. No entanto, práticas que reivindicam os espaços urbanos — como as manifestações públicas — têm o potencial de romper com essas dinâmicas, reintroduzindo dimensões temporais e espaciais que favorecem uma renovada relação entre os habitantes e a cidade. Esse entrelaçamento entre a materialidade dos espaços urbanos e as experiências vividas pelos indivíduos destaca a importância de considerar como as práticas cotidianas podem ressignificar e transformar nossa compreensão e engajamento com a cidade. Ao se aprofundar na análise sobre o cotidiano nos espaços urbanos, abre-se caminho para compreender as possibilidades de transformação que emergem das ações diárias dos sujeitos.

1.4 COTIDIANO URBANO E A EMERGÊNCIA DE NOVAS SUBJETIVIDADES

O conceito de cotidiano, tal como explorado por Agnes Heller, revela-se fundamental para compreender a complexidade das experiências humanas no interior da estrutura social. Heller argumenta que o cotidiano é o “fermento secreto” da história, funcionando como a base invisível sobre a qual as grandes transformações históricas se desenvolvem.⁴³ Nesse sentido, o cotidiano não se limita ao palco das atividades rotineiras, mas configura-se como o espaço onde as mudanças sociais começam a germinar, mesmo antes de se manifestarem no plano mais amplo da política ou da cultura. Essa perspectiva sugere que qualquer análise histórica ou sociológica que ignore o cotidiano será intrinsecamente incompleta, uma vez que ele permeia todos os aspectos da vida humana, moldando tanto o indivíduo quanto a sociedade em geral.

Para Heller, o cotidiano possui uma relação direta com a reprodução social. Nele, os indivíduos desempenham atividades que não apenas garantem sua sobrevivência, mas também recriam as condições que possibilitam a continuidade da sociedade. É nesse espaço que se encontram todas as capacidades humanas, desde os sentidos até as habilidades intelectuais e emocionais.⁴⁴ O cotidiano, portanto, não deve ser subestimado como o âmbito de atividades automatizadas ou triviais. Pelo contrário, trata-se de um campo heterogêneo, onde diferentes tipos de atividades coexistem e variam em importância de acordo com o contexto social. Um exemplo emblemático disso é o trabalho, que pode ocupar posições distintas dentro da hierarquia do cotidiano, dependendo da estrutura social em um dado momento histórico.

Além de sua heterogeneidade, o cotidiano é marcado por uma série de características que o tornam um campo de investigação complexo e dinâmico. Heller aponta, por exemplo, a espontaneidade⁴⁵ inerente ao cotidiano, manifestada na forma como as pessoas adotam modismos e comportamentos sociais de maneira irrefletida. Essa irreflexão, contudo, não diminui a relevância do cotidiano. Pelo contrário, reflete a maneira como os indivíduos operam dentro de um conjunto de

⁴³ HELLER, 1998, p. 20

⁴⁴ HELLER, 2016, p. 63

⁴⁵ HELLER, 2016, p. 43–45



práticas sociais que, embora pareçam automáticas, desempenham um papel fundamental na manutenção da ordem social. A economia de pensamento e ação presente no cotidiano, na qual os sujeitos agem com base na probabilidade e na experiência prática, demonstra como o pragmatismo molda a vida diária, como ao atravessar uma rua, por exemplo, calculando rapidamente a segurança e agindo de acordo com as possibilidades imediatas.

Outro aspecto essencial do cotidiano é sua relação com a alienação. Heller distingue claramente entre o cotidiano e a alienação, ressaltando que o cotidiano em si não é necessariamente alienado. A alienação ocorre quando as estruturas da vida cotidiana se cristalizam em absolutos, tornando-se rígidas e incapazes de refletir as necessidades e capacidades humanas. A autora defende

Figura 13 – *Tilted Arc*, Richard Serra, 1981. Fonte: *Tilted Arc* (ronaldvarney.com)

Esta obra, criada pelo artista Richard Serra em 1981, alterou o cotidiano das pessoas ao forçá-las a desviar seu caminho habitual na *Foley Federal Plaza*, em Nova York, interferindo no fluxo natural dos pedestres. A estrutura, uma barreira de metal curvada, gerou desconforto para muitos que utilizavam o espaço diariamente, pois interrompia o uso funcional da praça. Richard Serra projetou a escultura para provocar essa interação, incentivando uma reflexão sobre como essa estrutura física do ambiente pode impactar o comportamento e a percepção das pessoas no espaço público.

que "alienação é sempre alienação em face de alguma coisa e, mais precisamente, em face das possibilidades concretas de desenvolvimento genérico da humanidade".⁴⁶ Contudo, Raymond Williams afirma que o uso contemporâneo mais generalizado da palavra "alienação" é derivado provavelmente de uma forma de psicologia que envolve uma perda de conexão com nossos próprios sentimentos e necessidades mais profundos. Nesse sentido, o autor afirma que "se alienarmos os processos de vida dos quais somos parte, terminamos, mesmo que de forma desigual, alienando a nós mesmos".⁴⁷

A disputa sobre os significados da palavra vem de longa data, sendo tratada de maneiras distintas por autores como Jean-Jacques Rousseau, Hegel, Feuerbach e Freud. Embora todos falem de um campo de afastamento ou estranhamento, Marx, ao estruturar seu raciocínio em um materialismo histórico, pensa em alienação na lógica do trabalho, a partir da modernidade, e projeta na palavra uma condição de ruptura entre produtor e produção. Ao analisar os textos de Marx, Jorge Grespan afirma que, para ele, a alienação diz respeito não aos problemas religiosos, mas à situação do mundo capitalista e conserva a forma de autonomização da inversão.⁴⁸ Privado da propriedade dos meios de produção, o indivíduo não se reconhece mais plenamente no produto do seu trabalho e tem acesso a ele apenas mais tarde, ao comprá-lo no mercado. Em vez de se apropriar de imediato do produto resultante do ato do seu trabalho, o trabalhador precisa comprá-lo no mercado, muitas vezes produzido por ele mesmo para seu empregador. A apropriação só acontece por meio da mediação do mercado, que se apresenta como a instância central da economia. O produtor não se reconhece no produto, não se reconhece como produtor e afirma-se, socialmente, como comprador e consumidor.

Nesse sentido, o cotidiano é a esfera mais propensa à alienação, mas também oferece espaço para a resistência e a possibilidade de uma vida não alienada. A chave para essa resistência reside na capacidade dos indivíduos de hierarquizar conscientemente suas atividades cotidianas, transformando a própria

⁴⁶ HELLER, 2016, p. 53

⁴⁷ WILLIAMS, 2011, p. 113

⁴⁸ GRESPAN, 2021, p. 25

organização da vida diária em uma ação moral e política.⁴⁹ Ao refletir sobre o cotidiano, Heller também reconhece que ele é inescapável, mas não absoluto. Todos os indivíduos vivem dentro do cotidiano, mas isso não significa que sua existência se limite a ele. Mesmo atividades que transcendem o cotidiano, como a arte e a ciência, têm suas raízes nas capacidades desenvolvidas nesse espaço. Assim, o cotidiano serve como um campo de preparação para o transcendente, oferecendo as ferramentas necessárias para que os indivíduos superem o particular e alcancem o genérico, um nível de compreensão ou ação que seja mais universal, abstrato e aplicável a um contexto mais amplo. Em outras palavras, o genérico representa um domínio que vai além das experiências e preocupações específicas do dia a dia, envolvendo conceitos, ideias ou práticas que têm validade e significado para além do imediato.⁵⁰

Nessa perspectiva, o cotidiano se configura como um terreno onde se entrelaçam controle e emancipação — a mesma dualidade que Henri Lefebvre explora em sua análise da vida diária. Lefebvre busca resgatar o cotidiano como elemento central para revelar as dinâmicas fundamentais da sociedade moderna. Para ele, o cotidiano é o espaço onde se cristalizam as forças sociais, políticas e econômicas que moldam a vida em sociedade, especialmente no contexto da modernidade capitalista, marcada por um desenvolvimento desigual.⁵¹ A análise do cotidiano, portanto, oferece uma perspectiva reveladora sobre a constituição do Estado, os avanços técnico-produtivos e a cultura material e simbólica incorporada pelo sujeito social. Ao trazer à luz esse processo, Lefebvre propõe um conhecimento ativo sobre o cotidiano, que penetra em suas dinâmicas e desvela como ele constitui uma base estruturante, ainda que não definitiva, da vida social.

Lefebvre argumenta que o cotidiano é a base da sociedade porque é nele que as forças sociais se concretizam e se reproduzem, constituindo uma forma de

⁴⁹ HELLER, 2016, p. 58

⁵⁰ HELLER, 2016, p. 27

⁵¹ LEFEBVRE, 1991, p. 18–20



vida que, embora estruturada, permanece aberta a transformações. A vida cotidiana se define por contradições que envolvem elementos como necessidade e desejo, satisfação e frustração, trabalho e não-trabalho, refletindo tanto a organização social quanto as experiências pessoais.⁵² A crítica do cotidiano permite, assim, compreender as relações sociais e as formas de alienação que permeiam a vida moderna, mas também aponta para as potencialidades de superação dessas condições. Nesse sentido, Lefebvre destaca que o cotidiano é um fio condutor para uma teoria social que não se fragmenta em especializações, mas que, ao contrário, abarca a totalidade das relações sociais e econômicas que sustentam a vida moderna.⁵³

Dessa maneira, Lefebvre não se limita a criticar o cotidiano como espaço de alienação⁵⁴; ele

Figura 14 – *Frame* do filme *Tempos Modernos* (1936), dirigido por Charlie Chaplin. Fonte: *Modern Times* (imdb.com).

Embora as condições de trabalho não sejam as mesmas desde *Tempos Modernos*, a alienação apenas ganhou "outras cores". Hoje, ela se manifesta em práticas como a automatização excessiva, a precarização do trabalho e o trabalho em plataformas digitais, onde o indivíduo é desconectado do produto e da sua própria identidade como trabalhador. A fragmentação das atividades e a pressão por produtividade, ainda que menos mecânica, continuam a desumanizar, mantendo a essência da alienação retratada por Chaplin.

⁵² LEFEBVRE, 1991, p. 20

⁵³ LEFEBVRE, 1991, p. 42

⁵⁴ LEFEBVRE, 1991, p. 20, 40–41

reconhece que os avanços técnico-produtivos, embora frequentemente responsáveis por perpetuar formas de trabalho abstrato e lazer passivo, também contêm as condições necessárias para a superação dessas alienações. A modernidade capitalista, com suas promessas de progresso e produtividade, muitas vezes cria espaços abstratos que se distanciam das necessidades e experiências dos indivíduos. No entanto, Lefebvre vê na reapropriação desses espaços e na autogestão uma possibilidade concreta de transformação social. Ao recuperar o cotidiano como categoria central de análise, ele oferece uma crítica ao produtivismo e ao consumo desmedido, mostrando que, ao invés de suprimir a crítica, o progresso técnico moderno a intensifica, ao mesmo tempo que oferece as condições para a criação de um cotidiano mais rico e significativo.

O uso das técnicas e inovações tecnológicas é, então, ressignificado para atender às necessidades da vida coletiva, em vez de servir apenas aos interesses do capital. Lefebvre defende que a técnica, quando liberada de seu caráter alienante, pode ser utilizada de forma otimizada, promovendo o bem-estar social e a participação ativa dos cidadãos na organização de suas comunidades e no uso do espaço urbano. Essa reapropriação das técnicas implica uma transformação na forma como a sociedade se relaciona com a tecnologia e com o trabalho, utilizando-as como ferramentas de emancipação, e não de opressão. A noção de autogestão torna-se, assim, central para essa nova configuração do cotidiano, onde os indivíduos deixam de ser meros consumidores passivos de bens e serviços, passando a ter controle efetivo sobre os processos que moldam suas vidas.⁵⁵

A participação efetiva, por sua vez, surge como mecanismo fundamental para a construção desse cotidiano transformado. Lefebvre argumenta que a democratização das decisões políticas e a reapropriação dos espaços públicos são passos indispensáveis para a superação das formas tradicionais de dominação e segregação urbanas. O cotidiano, nessa perspectiva, é um espaço de disputa e criação, onde práticas autogestionárias possibilitam novas formas de habitar a cidade e de se relacionar com o território.⁵⁶ Assim, a participação ativa dos indivíduos, ao transformar a cidade em um local de convivência mais justo, contribui

⁵⁵ LEFEBVRE, 1991, p. 53–68

⁵⁶ LEFEBVRE, 1991, p. 215

para a formação de uma subjetividade coletiva que valoriza a cooperação, a solidariedade e a justiça social como elementos centrais de um outro cotidiano possível.

A reapropriação dos espaços e das práticas sociais conduz a uma nova estrutura da sensibilidade, que desafia as lógicas hegemônicas impostas pela urbanização capitalista. Esse processo não se limita à ocupação física dos territórios, mas envolve uma transformação mais profunda na maneira como os indivíduos percebem e interagem com o ambiente urbano. Paolo Colosso sugere que, ao ressignificar os espaços e torná-los novamente acessíveis ao uso comum, os cidadãos criam formas de sensibilidade coletiva em que o valor de uso prevalece sobre o valor de troca.⁵⁷ Essa mudança na sensibilidade é indispensável para a superação das alienações cotidianas, pois permite que os indivíduos experimentem o espaço de maneira mais plena, consciente e compartilhada, subvertendo as lógicas de fragmentação e isolamento promovidas pelo capitalismo. Nesse sentido, a reapropriação emerge como um ato tanto político quanto sensorial, que reformula a relação entre o sujeito e o espaço, criando possibilidades de interação e pertencimento.

Assim, reforça-se a ideia de que as transformações sociais não podem ser plenamente alcançadas sem uma reconfiguração profunda da vida cotidiana. O cotidiano torna-se, dessa maneira, o parâmetro a partir do qual se avalia a qualidade das mudanças sociais, uma vez que é nele que se manifestam as tensões, os desejos e as possibilidades de superação das alienações. A convergência entre Heller e Lefebvre se estabelece justamente nesse ponto: ambos reconhecem o cotidiano como o solo onde se enraízam tanto as práticas de dominação quanto as experiências de emancipação. Ao redefinir o cotidiano por meio da reapropriação dos espaços e da criação de novas sensibilidades, Lefebvre propõe que a verdadeira mudança qualitativa ocorre quando as estruturas alienantes são substituídas por práticas que ressignificam o viver comum. Assim, se tornam necessárias reflexões sobre como as experiências sensoriais e a organização do espaço podem alinhar-se a novas formas de sociabilidade e subjetivação, conduzindo-

⁵⁷ COLOSSO, 2019, p. 172

nos à exploração da estética do cotidiano como dimensão essencial nesse processo.

1.5 ESTÉTICA DO COTIDIANO: SENSORIALIDADES E SOCIABILIDADES

A estética do cotidiano tem se tornado um campo de investigação que questiona a separação tradicional entre arte e vida diária, propondo uma valorização das experiências estéticas que ocorrem fora dos domínios artísticos institucionalizados. Ao ampliar o escopo da experiência estética para além das belas-artes, essa abordagem reconhece o potencial transformador das práticas cotidianas na reconfiguração do espaço urbano e das relações sociais. Yuriko Saito⁵⁸ oferece um panorama para compreender como o cotidiano pode ser esteticamente significativo e politicamente emancipador, especialmente por estabelecer diálogo com autores que operam nesse regime específico, como John Dewey e Jacques Rancière.

Ampliando o escopo da estética ocidental, tradicionalmente focada nas belas artes, a estética do cotidiano, como aponta Saito, inclui objetos, eventos e atividades da vida diária, como utensílios domésticos, tarefas diárias e interações sociais. Esta abordagem resgata a visão de que a experiência estética pode emergir em qualquer aspecto da vida, desafiando a limitação imposta pela estética centrada na arte e na beleza, ao destacar a falta de enquadramento institucional para objetos cotidianos, a anonimidade dos criadores e a integração de envolvimentos corporais e resultados práticos na experiência estética. Em vez de invalidar a estética tradicional, busca-se enriquecer o discurso estético ao incorporar novas dimensões de análise, inspiradas por ideias de John Dewey e Arnold Berleant, que propuseram uma estética do envolvimento e da experiência cotidiana. Contribuições de estudiosos como Melvin Rader, Joseph Kupfer, Thomas Leddy e Katya Mandoki exploraram a estética em diversos contextos da vida diária — do gustativo ao olfativo — estabelecendo as bases para uma abordagem multicultural que abrange tradições europeias, chinesas e japonesas.⁵⁹

O conceito de cotidiano, para além do que foi abordado em Heller e Lefebvre, é, segundo Saito, fluido e dependente do contexto cultural e pessoal, abrangendo desde atividades diárias como comer e limpar até eventos ocasionais como festas e viagens, o que torna difícil definir suas fronteiras. O debate também

⁵⁸ SAITO, 2024

⁵⁹ SAITO, 2024

envolve a definição de estética, que pode incluir desde sensações corporais comuns até experiências mais elaboradas — ao sensível, ou “aos efeitos sobre sua sensibilidade”⁶⁰ a qual Rancière se refere em sua partilha. Alguns autores argumentam que a chave para a apreciação estética do cotidiano está na “desfamiliarização”, que transforma o comum em algo especial, enquanto outros defendem o valor estético intrínseco da familiaridade e funcionalidade, proporcionando conforto e estabilidade.⁶¹ Assim, a estética do cotidiano abrange tanto experiências positivas, como o prazer de uma função bem executada, quanto negativas, como monotonia e tédio, desafiando a visão tradicional de que o estético está apenas no que é belo ou extraordinário.

A noção de estética negativa amplia ainda mais essa discussão, reconhecendo que elementos estéticos desagradáveis, como feiura e repulsa, são comuns na vida cotidiana e afetam diretamente a qualidade de vida. Diferente da estética tradicional que privilegia qualidades positivas, essa abordagem enfatiza a necessidade de respostas ativas para transformar experiências estéticas negativas, como ruídos e poluição visual, evidenciando o caráter ativista da estética cotidiana. A inclusão de qualidades estéticas como desordem, fofura e simplicidade suscita debates sobre sua validade em relação a qualidades mais tradicionais como beleza e elegância. Contudo, essas qualidades cotidianas, embora aparentemente simples, são predominantes na vida diária e possuem um contexto cultural que as qualifica como estéticas.⁶²

A estética ambiental, que se concentra na atmosfera e ambiência de situações compostas por múltiplos elementos, como sons e cheiros, ganha destaque nas obras de Gernot Böhme e na tradição estética japonesa.⁶³ A estética social,

⁶⁰ RANCIÈRE, 2009, p. 13

⁶¹ Saito defende que a alienação do cotidiano funciona como uma anestesia aos estímulos sensíveis. Em suas palavras: “a resposta predominante no discurso da estética do cotidiano é a de que a apreciação estética da vida cotidiana exige uma *desfamiliarização*, um estranhamento ou a atribuição de uma aura aos objetos e práticas diárias. Como estamos frequentemente ocupados com as tarefas imediatas do dia a dia, as considerações práticas acabam por mascarar o potencial estético dos objetos e atividades comuns. Além disso, tais experiências carecem de uma estrutura coerente, que inclua unidade, caráter pervasivo e um claro início e fim. Em resumo, segundo Dewey, nossa rotina cotidiana opera de forma mecânica, sem uma evolução orgânica interna, sendo, portanto, ‘anestésica’” (tradução do autor). SAITO, 2024

⁶² SAITO, 2024

⁶³ SAITO, 2024

por sua vez, foca nas interações humanas e nas virtudes estéticas que moldam o caráter moral e promovem interações sociais harmoniosas. Essa perspectiva amplia o campo de investigação para além do visual, incluindo a sensibilidade e habilidades necessárias para interpretar dinâmicas e criar ambientes agradáveis. A estética do cotidiano também explora a dimensão estética de “fazer” coisas, enfatizando o envolvimento ativo em atividades comuns, como cozinhar ou plantar flores, que oferecem oportunidades para o exercício da imaginação e criatividade. Embora essas experiências sejam frequentemente vistas como privadas, é importante para a estética cotidiana validar e promover a comunicação intersubjetiva dessas vivências, enriquecendo a compreensão.

Esse discurso da estética cotidiana acontece em paralelo à tentativa de apagar a distinção entre arte e vida na arte contemporânea, no qual, de acordo com Saito, práticas como a arte relacional e a estética dialógica rejeitam definições tradicionais de autoria e espaço institucional.⁶⁴ Assim como a arte abraça a vida cotidiana, o cotidiano também adota práticas artísticas em áreas não tradicionalmente associadas à estética, como negócios e educação. Tal abordagem sugere que a estética cotidiana deve ser vista como uma extensão do discurso estético, integrando-se ao fluxo contínuo da experiência humana, e não como algo separado. Essa visão enfatiza a necessidade de um modelo que aborde de maneira abrangente o engajamento estético com o mundo, considerando arte, natureza e cotidiano de forma interligada.

No entanto, a estética cotidiana enfrenta desafios e oportunidades para expandir sua influência e rigor teórico. É necessário estabelecer uma base teórica sólida que aborde tensões como vida e arte, cotidiano e não-cotidiano, e apoie a intersubjetividade das experiências estéticas. Com o avanço da tecnologia e as mudanças climáticas, o campo também deve explorar como essas transformações rápidas impactam o cotidiano e a própria natureza da estética cotidiana. O

⁶⁴ SAITO, 2024



crescente interesse por estéticas culturais não-ocidentais oferece uma oportunidade para situar a estética cotidiana em um contexto global, promovendo diálogos interculturais que desafiem suposições tradicionais ocidentais sobre arte, vida e estética.⁶⁵ Assim, a estética cotidiana se expande de maneira inclusiva, ao mesmo tempo que busca um fundamento teórico que permita trocas intersubjetivas, interculturais e interdisciplinares.

Nesse sentido, a estética do cotidiano também requer um engajamento ativo e contestatório com a configuração sensível da sociedade. Autores como Saito e Thomas Leddy argumentam que a estética do cotidiano permite uma democratização

Figura 15 – Fotografias de Allyne Laís presentes na exposição *CentrAll*, em Anápolis. Fonte: Allyne Laís (@allyne-lais) no Instagram, 2024.

Esta obra exemplifica a desfamiliarização no contexto urbano, uma ideia central na estética do cotidiano de Yuriko Saito. Na legenda da imagem postada em sua conta no *Instagram*, Allyne Laís convida os observadores a encarar os cabos de energia e o par de tênis pendurado como elementos estéticos: "Fios de energia não são uma coisa muito linda de se ver, mas e se a gente brincar de olhar para eles como rabiscos que emolduram uma cena ou que guardam algo inusitado?" Com isso, ela sugere uma nova maneira de perceber esses objetos urbanos comuns, propondo um olhar curioso e lúdico que transforma o cenário cotidiano em algo intrigante e esteticamente rico. Os cabos cruzados contra o céu e os tênis suspensos se tornam símbolos visuais que desafiam nossa percepção habitual e celebram a intersecção entre o ordinário e o extraordinário.

⁶⁵ SAITO, 2024

das práticas estéticas, trazendo para o centro da discussão experiências que são muitas vezes marginalizadas pelas hierarquias tradicionais.⁶⁶ A estética do cotidiano não só desafia as normas de apreciação estética, mas também se torna um meio de resistência política ao reconfigurar a partilha do sensível.

Nessa perspectiva, a cidade se revela como um espaço de disputa estético-política contínua, onde o dissenso, a desierarquização e o desarranjo desconstróem narrativas dominantes e promovem novas formas de vida coletiva. Ao possibilitar novas formas de leitura e compreensão dos eventos sociais, essas práticas desafiam a ordem hegemônica e oferecem um espaço contínuo de renegociação política e estética. Assim, a estética do cotidiano, enraizada na experiência urbana, emerge tanto quanto uma crítica às normas estéticas tradicionais, como também um meio ativo de resistência e transformação social, ampliando o campo de possibilidades de reconhecimento, convivência, existência e participação no mundo comum.

⁶⁶ SAITO, 2024

1.6 CIDADE IMAGINADA, ESTÉTICA DISPUTADA

Dos campos possíveis altamente influenciados pela estética, o imaginário é, segundo Gilbert Durand, abordado de maneira a propor uma visão que se diferencia significativamente da lógica tradicional, especialmente da lógica dualista de Aristóteles, privilegiando uma compreensão mais ampla e fluida da experiência humana. Para Durand, o imaginário é uma dimensão central e constitutiva da existência humana, que opera por meio de imagens, símbolos e arquétipos organizados em torno de estruturas simbólicas. Essas estruturas, que ele denomina “trajetos antropológicos”⁶⁷, articulam desejos e impulsos do sujeito com o ambiente ao seu redor, configurando um sistema simbólico que transcende as categorias da racionalidade pura e adentra o campo estético. A respeito do raciocínio ocidental, Durand diz:

O Ocidente, isto é, a civilização que nos sustenta a partir do raciocínio socrático e seu subsequente batismo cristão, além de desejar ser considerado, e com muito orgulho, o único herdeiro de uma única Verdade, quase sempre desafiou as imagens. É preciso frisar este paradoxo de uma civilização, a nossa, que, por um lado, propiciou ao mundo as técnicas, em constante desenvolvimento, de reprodução da comunicação das imagens e, por outro, do lado da filosofia fundamental, demonstrou uma desconfiança iconoclasta (que “destrói” as imagens ou, pelo menos, suspeita delas) endêmica.⁶⁸

Ou seja, apesar de o Ocidente ter sido o berço de inovações que amplificaram o uso e a difusão de imagens, ele carrega uma herança filosófica e religiosa que vê essas representações visuais com desconfiança. A civilização ocidental, influenciada pelo pensamento socrático e pelo cristianismo, tende a desconfiar das imagens por considerá-las potencialmente ilusórias ou enganosas, o que resulta em uma postura contraditória: ao mesmo tempo em que desenvolve e dissemina imagens, também questiona sua legitimidade como meio de acessar a verdade.

A estética, nesse contexto, torna-se inseparável do imaginário, pois é através das imagens e símbolos que a sensibilidade humana se expressa e apreende o mundo. Durand identifica dois grandes regimes do imaginário: o regime diurno e o regime noturno. O regime diurno está associado à lógica da separação, da luz

⁶⁷ DURAND, 2012, p. 42

⁶⁸ DURAND, 1999, p. 3

e da ordem, enquanto o regime noturno lida com a fusão, a síntese e o inconsciente, promovendo uma integração entre elementos aparentemente contraditórios.⁶⁹ Esses regimes operam como modos de estruturação das imagens e influenciam diretamente a experiência estética, moldando as percepções e emoções que emergem na interação com o mundo.

Um aspecto fundamental da teoria de Durand é a ideia de que o imaginário está enraizado tanto nas estruturas biológicas quanto nas culturais, funcionando como um “museu” de todas as imagens possíveis.⁷⁰ Essa metáfora evidencia a riqueza e a complexidade das produções simbólicas humanas, desde mitos e ritos até a arte e a cultura contemporânea. O imaginário, ao abarcar essa diversidade, torna-se o terreno onde a estética floresce, permitindo que a experiência sensível se manifeste em múltiplas formas e contextos. A função principal da imaginação, para Durand, é “negar eticamente o negativo”⁷¹, ou seja, transformar o medo, a alienação e a finitude em narrativas e símbolos que afirmam a vida e possibilitam a expressão estética.

Nesse sentido, as ferramentas de controle social exercem uma influência significativa sobre o imaginário e, conseqüentemente, sobre a estética. Ao impor narrativas hegemônicas e restringir a circulação de determinadas imagens e símbolos, mecanismos de poder podem limitar o horizonte imaginativo dos indivíduos e das comunidades. Isso resulta em uma redução da diversidade estética e na imposição de padrões que servem aos interesses de manutenção da ordem estabelecida.

A cena urbana, vista como um espaço onde o imaginário e a estética se manifestam de forma tangível, torna-se um palco privilegiado para observar essa dinâmica. As cidades são repletas de signos, símbolos e imagens que compõem o imaginário urbano e influenciam a experiência estética dos habitantes. No entanto, as estratégias de controle social podem se materializar na própria configuração do espaço urbano, através de arquiteturas que segregam, monumentos que exaltam narrativas oficiais e políticas que regulam o uso dos espaços públicos.

⁶⁹ DURAND, 2012, p. 57–58

⁷⁰ DURAND, 2012, p. 427

⁷¹ DURAND, 1993, p. 108



Essas ações afetam a maneira como o imaginário se desenvolve, limitando as possibilidades estéticas que emergem da interação livre e criativa com a cidade.

Ao mesmo tempo, práticas estéticas cotidianas e intervenções artísticas no espaço urbano podem desafiar essas estruturas de controle, reconfigurando o imaginário e ampliando as experiências estéticas disponíveis. Grafites, performances de rua e ocupações artísticas são exemplos de como o imaginário pode resistir às imposições hegemônicas, criando fissuras no tecido urbano que permitem a emergência de novas sensibilidades. Essas práticas ativam o regime noturno do imaginário descrito por Durand, promovendo a fusão e a

Figura 16 - Manifestantes se reúnem na praia de Copacabana para protestar contra as mortes causadas pela Covid-19. Fonte: Manifestantes abrem "covas" na praia de Copacabana contra mortes pela Covid-19 (cnnbrasil.com.br), 2020.

A imagem das covas abertas na praia de Copacabana, marcadas por cruzes e bandeiras, é uma intervenção que transforma um espaço de lazer em um cenário simbólico de luto coletivo. Essa intervenção afeta drasticamente o imaginário urbano ao confrontar o público com a materialização da morte em um local icônico de vida e descontração. Ao trazer a tragédia da Covid-19 para o centro do espaço público, a cena rompe com a rotina e provoca uma reflexão sobre a perda e a negligência estatal, reconfigurando a praia como um espaço de resistência e memória.

síntese de elementos diversos e contestando a lógica de separação e ordem imposta pelo regime diurno.

A articulação entre imaginário e estética também se manifesta na forma como os indivíduos percebem e interpretam a cidade. O imaginário urbano é constantemente alimentado por imagens que carregam significados estéticos, desde a imponência de alguns edifícios até a intimidade das vielas e dos espaços comunitários. No entanto, quando ferramentas de controle social direcionam quais imagens devem prevalecer — por meio de políticas urbanas que privilegiam certos fazeres arquitetônicos ou através da gentrificação que apaga traços culturais locais — a experiência estética dos habitantes é moldada de acordo com interesses específicos, muitas vezes alheios às necessidades e desejos da comunidade.

Assim, o imaginário não é apenas um repositório passivo de imagens, mas um campo de disputa onde a estética desempenha um papel fundamental. A forma como as pessoas imaginam e sentem a cidade influencia suas ações e pode servir como catalisador para movimentos de resistência que buscam redefinir o espaço urbano. Ferramentas de controle social que alteram o imaginário buscam não apenas manter uma ordem física, mas também controlar a subjetividade e a sensibilidade dos indivíduos, limitando sua capacidade de imaginar alternativas e de se engajar esteticamente com o ambiente.

Dessa forma, compreender a relação entre imaginário, estética e controle social é fundamental para analisar como as cidades são vividas e significadas. O imaginário urbano, constantemente afetado pelas políticas e práticas de poder, pode ser tanto um instrumento de dominação quanto de emancipação. Ao reconhecer a capacidade do imaginário de gerar novas formas estéticas que resistem às imposições hegemônicas, abre-se espaço para a criação de uma cidade mais inclusiva e diversa, onde a estética do cotidiano desempenha um papel ímpar na promoção de experiências significativas e na construção de identidades coletivas. Ao tensionar as relações entre imaginário, estética e poder, podemos investigar como práticas artísticas e culturais podem contribuir para resistir a essas tendências e promover uma reconfiguração sensível da cidade, alinhada a valores de democracia, pluralidade e justiça social.

1.7 PODER E IMAGINÁRIO: FORMAÇÃO DE NARRATIVAS E IDENTIDADES

Como discutido, o imaginário não se limita a abstrações culturais; ele participa ativamente da construção de narrativas que moldam a realidade social, refletindo valores, expectativas e hierarquias que permeiam a vida cotidiana. Quando problematizado em face da ideia de dissenso, o imaginário adquire uma dimensão estratégica, podendo ser utilizado como ferramenta eficaz para o controle social, dominação política e manipulação das identidades urbanas. Regimes autoritários moldam e instrumentalizam o imaginário para consolidar suas formas de controle e subordinação, operando através de forças hegemônicas que buscam determinar quais narrativas prevalecem no espaço público.

Segundo Chantal Mouffe, o poder está intrinsecamente ligado à construção de identidades políticas e à formação de hegemonias. Ao criticar o liberalismo por seu foco excessivo no consenso e pela tentativa de despolitizar o espaço público, Mouffe argumenta que o poder nunca pode ser completamente erradicado, pois é "constitutivo das relações sociais".⁷² Ainda de acordo com a autora, o:

Ponto de convergência – ou de arruinamento mútuo – entre a objetividade e o poder é o que nós queremos dizer com "hegemonia". Esse modo de apresentar o problema indica que o poder não deve ser concebido como uma relação externa acontecendo entre duas identidades préconstituídas, mas sim como *constituindo as identidades elas mesmas*. Considerando-se que qualquer ordem política é a expressão de uma hegemonia, de um padrão específico de relações de poder, a prática política não pode ser entendida como simplesmente representando os interesses de identidades pré-constituídas, mas como constituindo essas próprias identidades em um terreno precário e sempre vulnerável (grifo do autor).⁷³

Dessa maneira, a identidade pode ser entendida como o resultado de um processo de construção que ocorre por meio de relações de poder, e qualquer formação social é produto de práticas hegemônicas, razão pela qual o conflito — ou a disputa pelo poder — é inerente à política. Nesse sentido, a identidade política de indivíduos e grupos nunca é fixa, mas formada através de processos de exclusão e diferenciação, o que Mouffe denomina antagonismo. Esse antagonismo,

⁷² MOUFFE, 2005, p. 19

⁷³ MOUFFE, 2005, p. 19

contudo, deve ser domesticado no contexto democrático, transformando-se em uma forma de conflito regulado que ela chama de "agonismo".⁷⁴

A política agonística de Chantal Mouffe é uma resposta às limitações do liberalismo contemporâneo, que busca despolitizar a esfera pública ao priorizar o consenso e neutralizar conflitos. Para Mouffe, o conflito é inerente às relações sociais; qualquer tentativa de eliminar ou suprimir a dissidência falha em reconhecer a pluralidade fundamental da sociedade. Diferentemente de uma concepção de política baseada no consenso racional, a política agonística reconhece a impossibilidade de uma sociedade homogênea, aceitando que dissenso e antagonismo são constitutivos do tecido social. Mouffe desafia a visão liberal de que o espaço público pode ser governado por um acordo racional que exclui a dimensão do poder e do conflito, propondo, em vez disso, uma democracia baseada na ideia de agonismo, onde divergências políticas são articuladas de forma legítima e produtiva.

A articulação entre poder e imaginário torna-se ainda mais perceptível quando se considera a teoria de Gilbert Durand. Para Durand, como visto, o imaginário é um campo simbólico que organiza as percepções e emoções dos indivíduos, influenciando a maneira como compreendem e experienciam o mundo. O poder manifesta-se na capacidade de moldar esse campo simbólico, regulando quais imagens, símbolos e narrativas dominam o espaço social. Assim como em Mouffe, onde o poder político é exercido na construção de identidades e na definição do que é considerado legítimo no espaço público, em Durand o poder simbólico atua ao delimitar os trajetos antropológicos e as estruturas do imaginário que organizam a experiência humana.

⁷⁴ A diferença entre agonismo e antagonismo está no modo como os conflitos políticos são encarados e organizados. O antagonismo refere-se a uma forma de conflito em que os adversários se veem como inimigos irreconciliáveis, resultando em confrontos que podem levar à exclusão, violência ou destruição mútua. Nesse cenário, o "outro" é visto como uma ameaça à identidade própria, e o conflito é de natureza adversarial. O agonismo, por outro lado, é uma forma de conflito transformado, em que os adversários são reconhecidos como oponentes legítimos dentro de um quadro democrático. Em vez de buscar a eliminação do "outro", o agonismo pressupõe uma disputa que, embora intensa, respeita a pluralidade e a coexistência de diferenças. Para Chantal Mouffe, o agonismo é essencial para uma democracia saudável, pois canaliza o conflito inevitável para formas institucionalizadas de disputa, evitando o colapso violento e permitindo a expressão de diversas identidades e demandas (MOUFFE, 2005, p. 21).

Essa interseção entre poder e imaginário revela um campo fértil para a análise das disputas simbólicas e políticas. Enquanto Mouffe sustenta que as hegemônias são construídas por meio de práticas que excluem certas identidades e narrativas, Durand complementa ao destacar que o imaginário é o espaço onde essas exclusões se cristalizam em símbolos e imagens que estruturam o entendimento coletivo. O poder, portanto, além de moldar a esfera política no sentido tradicional, atua no nível simbólico, determinando quais imagens e símbolos dominam o imaginário coletivo e quais são marginalizados. Isso implica que as disputas políticas são também disputas pelo controle do imaginário, onde diferentes forças buscam consolidar ou subverter as representações que sustentam a ordem social e política vigente.

Dessa forma, o poder em Mouffe e o imaginário em Durand estão profundamente interligados. O processo de construção de hegemônias políticas descrito por Mouffe depende fundamentalmente da capacidade de moldar o imaginário coletivo, estabelecendo um conjunto de símbolos e narrativas que legitimam certas formas de poder e marginalizam outras. As identidades políticas, formadas no contexto de antagonismos e agonismos, emergem de representações simbólicas que estruturam a maneira como indivíduos e grupos se veem e se relacionam com o mundo. Simultaneamente, essas representações são continuamente contestadas e rearticuladas à medida que novas forças sociais desafiam a hegemonia existente, introduzindo novas formas de subjetividade e compreensão coletiva.

Portanto, o poder, além de sua dimensão coercitiva ou institucional, é também um poder sobre o imaginário — sobre as formas de percepção e os significados que circulam na sociedade. A luta política, vista sob as perspectivas de Mouffe e Durand, é, em última instância, uma luta pelo imaginário: pela capacidade de definir os horizontes de possibilidade e moldar as identidades que emergem dessas disputas simbólicas. Esse entendimento aprofunda a compreensão de como as estratégias de controle social afetam e alteram o imaginário, influenciando diretamente a estética que permeia o espaço urbano.

O conceito de dissenso, central na teoria política agonística de Chantal Mouffe, posiciona o espaço público como palco de constantes disputas entre diferentes projetos hegemônicos. Para Mouffe, o dissenso é expressão da

pluralidade inerente à sociedade democrática, onde o conflito não pode ser eliminado, mas deve ser canalizado por meio de formas que reconheçam a legitimidade da oposição.⁷⁵ O dissenso não representa apenas divergências dentro de um consenso estabelecido; é uma ruptura fundamental com a ordem simbólica dominante, desafiando normas e valores que estruturam o espaço social e político. Surge como resistência às tentativas de impor um consenso definitivo, propondo um novo terreno para a disputa hegemônica. Além disso, a política não se refere apenas à gestão institucional, mas à organização da experiência sensível; a estética desempenha papel crucial na configuração de visibilidades e invisibilidades, regulando quem pode ocupar o espaço urbano e como ele é percebido.⁷⁶

Essa intersecção entre dissenso e estética torna-se particularmente interessante ao pensarmos na estética urbana. As formas de expressão cultural e visual que permeiam a cidade são também formas de dissenso, contestando estruturas de poder que buscam normalizar e controlar o espaço público. No entanto, assim como existem estéticas que promovem o dissenso e a reinvenção do urbano, há também estéticas que servem ao controle e à exclusão. As estéticas autoritárias ou neoliberais materializam-se em espaços privatizados, arquiteturas excludentes que simbolizam poder e políticas urbanas que reforçam a segregação espacial e social. Essas práticas estéticas operam por regular comportamentos e moldar a percepção da cidade como espaço de consumo e controle, em vez de encontro e participação.

Por outro lado, estéticas urbanas emergentes de práticas dissensuais — como intervenções artísticas, grafites e ocupações — subvertem essa lógica ao propor novas formas de sensibilidade e pertencimento. Essas estéticas reconfiguram o espaço público ao desafiar narrativas hegemônicas que buscam restringir

⁷⁵ MOUFFE, 2015, p. 14–15

⁷⁶ Chantal Mouffe faz uma distinção importante entre “o político” e “a política”. Para ela, “o político” refere-se à dimensão ontológica do conflito inerente à vida social, que envolve a constituição de identidades e a relação de antagonismo entre grupos e indivíduos. É a esfera do confronto, da oposição e das disputas de poder, algo inerente à condição humana e à formação de coletividades. Já “a política” está relacionada às práticas e instituições que organizam, regulam e gerenciam o conflito dentro de uma sociedade. Ela é a esfera das interações políticas formais, como eleições, governos, partidos, e decisões que buscam canalizar os conflitos para formas institucionais de competição, como o agonismo, que substitui o antagonismo violento por uma forma civilizada de disputa. Essa diferenciação é central para a sua teoria da democracia agonística, que busca reconhecer e incorporar o conflito como parte da dinâmica democrática (MOUFFE, 2015, p. 7–13).



o uso da cidade, promovendo uma visão mais inclusiva e democrática do espaço urbano. A articulação entre dissenso e estética, à luz das teorias de Mouffe e Rancière, permite compreender como as lutas políticas e simbólicas no espaço urbano são também lutas estéticas que pretendem transformar a maneira como os indivíduos percebem e interagem com a cidade. Nesse terreno de disputa, a cidade revela-se como campo de possibilidades — uma afirmação constantemente retomada nesta pesquisa —, onde diferentes formas de viver e experimentar o espaço urbano podem emergir, resistindo às tentativas de normalização e controle.

Nesse cenário, à luz das ideias de Rancière, a política agonística rejeita a noção de uma esfera pública neutra e despolitizada, propondo que o espaço público é, na verdade, o campo onde projetos hegemônicos entram em conflito para moldar normas, valores e identidades sociais. Mouffe é profundamente crítica às concepções pós-políticas

Figura 17 – Edifícios Mirante do Cais, em Recife. Fonte: Edifício Mirante do Cais no São José (triumfoimoveis.com), 2024.

A imagem dos edifícios Mirante do Cais destaca a disputa pelo imaginário urbano em Recife, onde a gentrificação e o avanço de projetos imobiliários transformam o Cais José Estelita em um ícone da especulação imobiliária. Movimentos de resistência, como o Ocupa Estelita, se mobilizam para preservar o local como espaço público e cultural. Essa paisagem é moldada pela lógica do mercado, com apartamentos sendo comercializados por preços que alcançam os 2,5 milhões de reais, destacando a batalha pelo controle sobre como a cidade e suas identidades são percebidas.

promovidas por teorias neoliberais, que tentam apagar antagonismos e substituir a política por consenso tecnocrático ou governança. Ela insiste que uma democracia verdadeira deve reconhecer a dimensão constitutiva do conflito e garantir que espaços de dissenso permaneçam abertos. A política agonística não busca eliminar o conflito, mas oferece uma estrutura para sua expressão legítima, permitindo que identidades políticas se formem e se reformulem continuamente em um campo de disputa, em vez de serem fixadas por um consenso estático. Como consequência, a manipulação do imaginário urbano por forças hegemônicas resulta em estéticas que promovem uma visão unidimensional da cidade, alinhada aos interesses de controle e subordinação.

2. TRANSFORMAÇÕES URBANAS E POLÍTICAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: DO DIREITO À CIDADE ÀS NOVAS DIREITAS



Este capítulo explora as complexas relações entre urbanização, protestos e dinâmicas políticas que definem o cenário brasileiro contemporâneo. Iniciando com uma análise das contradições inerentes ao capitalismo urbano, a discussão aborda como as cidades, especialmente nas metrópoles latino-americanas, tornaram-se palco tanto da exclusão social quanto da resistência. Conforme observado

por David Harvey, “a cidade é lugar em que o fato e a imaginação simplesmente têm de se fundir”⁷⁷, e é justamente essa fusão entre o real e o simbólico que transforma o espaço urbano em um campo de disputas.⁷⁸ A mercantilização do espaço, aliada à financeirização da terra, figura como eixo central na reprodução das desigualdades, impulsionando movimentos que buscam reafirmar o direito à cidade e contestar essas dinâmicas excludentes. Nesse contexto, os estudos de Manuel Castells e David Harvey são fundamentais para entender como a cidade se transforma em um campo de disputas socioespaciais.

Ao avançar, o capítulo explora as teorias de Jacques Rancière e Chantal Mouffe, problematizando o conceito de sujeito político e a disputa entre o agonismo e o antagonismo no campo democrático. Essa análise oferece uma base teórica para compreender os protestos recentes, não apenas como fenômenos de dissidência, mas como arenas onde diferentes visões de sociedade colidem, redefinindo o espaço público. A partir desse arcabouço teórico, o texto investiga as especificidades dos protestos urbanos contemporâneos, particularmente os eventos de junho de 2013, que marcaram uma ruptura na política brasileira. Com a explosão das demandas populares e a fragilização das

◀ Figura 18 – PEC 215, da série Terra Prometida por Osvaldo Carvalho, 2017. Fonte: PEDROSA; RJEILLE, 2022, p. 179.

Esta obra criada por Osvaldo Carvalho em 2017 retrata os protestos indígenas em Brasília. A Proposta de Emenda Constitucional 215, conhecida como PEC 215, buscava transferir do Executivo para o Congresso a competência para demarcação de terras indígenas, o que provocou grande controvérsia e mobilização por parte dos povos nativos, que viam na medida uma ameaça a seus territórios tradicionais. A imagem ilustra a intensidade das disputas entre urbanização e resistência, com ícones arquitetônicos de Brasília e manifestantes indígenas enfatizando a complexidade das relações entre urbanização e resistência. Os símbolos arquitetônicos da capital brasileira ao lado dos indígenas armados com arcos e flechas destacam a tensão entre a mercantilização do espaço e as lutas pelo direito à cidade. Essa cena evidencia tanto as contradições do capitalismo urbano quanto a persistência da resistência cultural em meio à crescente polarização política e social, refletindo as lutas contra as dinâmicas excludentes e a defesa dos territórios e direitos indígenas.

⁷⁷ HARVEY, 2008, p. 17

⁷⁸ No entanto, essa fusão entre o real e o simbólico, conforme sugerido por David Harvey, exige cautela. A imaginação, ao se misturar com o fato, pode tanto impulsionar a criatividade insurgente quanto abrir espaço para manipulações. Essa mesma lógica, empregada criticamente para transformar o espaço urbano, pode ser apropriada por narrativas distorcidas, como as da extrema-direita, que utilizam a imaginação para manipular a realidade e criar *fake news*, orientando a percepção pública por meio de desinformações que servem a interesses excludentes e conservadores.

estruturas políticas tradicionais, abriu-se espaço para novas direitas e polarizações, culminando na ascensão de Jair Bolsonaro. Esse tema é tratado por meio de uma análise das transformações que vão desde o surgimento dessas forças antissistêmicas até a consolidação do bolsonarismo, com seus protestos performativos que reafirmam valores conservadores, configurando-se como uma espécie de contra-dissidência.

Por fim, o capítulo examina o ataque à Praça dos Três Poderes em 2023, que reflete a tensão máxima entre desinformação, radicalização e a tentativa de subversão das instituições democráticas. Ao final, questiona-se como essas dinâmicas podem ser compreendidas à luz das teorias que permeiam o capítulo, destacando o papel do sujeito político e o impacto de estratégias antidemocráticas para o futuro da democracia brasileira.

2.1 DESAFIOS E CONTRADIÇÕES DA URBANIZAÇÃO CAPITALISTA: ANTECEDENTES

A ideia de uma “questão urbana”, em sua intersecção com as dinâmicas conflitantes do capitalismo e o direito à cidade, reflete um quadro de tensões que envolve, essencialmente, a maneira como o processo de urbanização opera como instrumento de reprodução das desigualdades socioeconômicas inerentes ao capitalismo contemporâneo. Historicamente, a urbanização nas cidades capitalistas tem consolidado um cenário em que a especulação imobiliária e a gentrificação acabam por expulsar as populações mais pobres dos centros urbanos, relegando-as às periferias, desprovidas de infraestrutura adequada e serviços essenciais. Tais processos evidenciam a mercantilização do espaço urbano, no qual o valor de troca prevalece sobre o valor de uso, exacerbando as desigualdades e aprofundando a segregação espacial e social.⁷⁹

O espaço urbano se transforma em uma mercadoria, intensificando as desigualdades através da financeirização da terra e da habitação. As grandes metrópoles latino-americanas exemplificam de maneira ainda mais acentuada essa tendência, onde a especulação imobiliária impulsionada pelo capital financeiro molda o desenvolvimento urbano. O aumento expressivo da emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) no Brasil, que passou de nove em 2002 para 140 em 2016, reflete essa crescente dependência do mercado financeiro para viabilizar empreendimentos imobiliários.⁸⁰ Essa expansão financeira, presente também na Argentina, Chile e México, gera profundas implicações para o desenvolvimento urbano dessas cidades, direcionando os projetos imobiliários para atender às demandas do capital, e não às necessidades sociais, agravando a exclusão socioespacial.

Primeiramente, a maior presença de capital financeiro no setor imobiliário transforma o espaço urbano em uma mercadoria altamente especulativa, onde o valor de troca, ou seja, o quanto os imóveis podem render financeiramente, supera

⁷⁹ Anete Ivo, ao estudar Adam Smith, oferece uma visão que associa a urbanização com o controle da pobreza. Ela descreve uma massa de homens sem propriedade como uma ameaça à ordem pública, uma ideia que reflete a perspectiva predominante até hoje, onde o empobrecimento gerado pelo capitalismo é visto de forma repressiva, com a ordem social sendo controlada pelos proprietários (IVO, 2012, p. 69).

⁸⁰ SHIMBO; RUFINO, 2019, p. 7

o valor de uso, o quanto as pessoas precisam desses espaços para morar e viver. No Brasil, essa financeirização resulta em um aumento expressivo nos leilões de imóveis, com um crescimento de mais de 90% nos últimos cinco anos.⁸¹ Isso evidencia como o endividamento das famílias, gerado por financiamentos habitacionais, está diretamente ligado à expulsão dessas pessoas de seus lares, exacerbando a segregação socioespacial.

No Chile, o aumento da participação de seguradoras em investimentos imobiliários em 80%, junto com a compra de um terço dos terrenos urbanos por intermediários financeiros, aponta para uma reconfiguração do planejamento urbano, onde atores financeiros ditam o uso do solo. Isso resulta em cidades cada vez mais fragmentadas, com áreas voltadas exclusivamente para a especulação imobiliária, deixando as classes populares à margem do desenvolvimento urbano. Já na Argentina e no México, a criação de instrumentos financeiros voltados para o setor imobiliário, como créditos hipotecários e fundos de investimento imobiliário, reforça a aliança entre construtoras e o setor financeiro, promovendo um modelo de urbanização que privilegia o lucro em detrimento da inclusão social.⁸² Esses processos reforçam a exclusão dos mais vulneráveis, aprofundando as desigualdades no acesso à moradia digna.

Em cidades brasileiras como São Paulo e Belo Horizonte, a emissão de debêntures — títulos de dívida emitidos por empresas para captar recursos e financiar projetos ou reestruturar dívidas — e a criação de parcerias público-privadas para financiar grandes projetos urbanos, como o Arco Tietê, revelam como o planejamento urbano é cada vez mais guiado por interesses financeiros.⁸³ Isso pode comprometer a função social da cidade, uma vez que os projetos acabam atendendo às demandas de investidores e grandes construtoras, e não às necessidades da população.

Nesse contexto, a urbanização torna-se um mecanismo de perpetuação das desigualdades sociais, aprofundando as contradições do capitalismo e colocando em xeque o direito à cidade. No Brasil, as políticas habitacionais, como a

⁸¹ SHIMBO; RUFINO, 2019, p. 7

⁸² SHIMBO; RUFINO, 2019, p. 8

⁸³ GESTÃO URBANA SP, [s.d.]

construção de conjuntos habitacionais populares, foram respostas parciais à crescente demanda por moradia, mas não conseguiram solucionar os problemas estruturais relacionados ao acesso à cidade e à integração das áreas periféricas ao restante do tecido urbano.⁸⁴

A análise de Manuel Castells sobre a “questão urbana” reforça a ideia de que a cidade é um campo de disputas políticas, onde diferentes projetos de sociedade se confrontam. O direito à cidade, segundo Castells, surge como uma resposta às injustiças provocadas pela urbanização capitalista, pois a cidade deveria ser um espaço de convivência coletiva e criação social. No entanto, esse espaço é sistematicamente mercantilizado, e a exclusão social torna-se uma consequência direta dessa mercantilização.⁸⁵ No Brasil, a urbanização acelerada resultou na criação de vastas periferias, muitas vezes desprovidas de planejamento urbano adequado, onde milhões de pessoas vivem em condições precárias, sem acesso a serviços essenciais como transporte, saúde e educação.⁸⁶

Além disso, a fragmentação da cidade se agrava com as políticas urbanas neoliberais, que priorizam as parcerias público-privadas e a desregulamentação do mercado imobiliário. Essas políticas, de acordo com Anete Ivo, aprofundam a privatização dos serviços públicos, como habitação e transporte, tornando ainda mais difícil o acesso a esses direitos pelas classes populares.⁸⁷ Nesse cenário, a cidade divide-se entre áreas elitizadas, concentradas em determinadas regiões, e periferias excluídas, que carecem das condições mínimas de vida digna. A privatização do espaço público e a elitização do acesso aos bens urbanos são expressões diretas da lógica de financeirização descrita por David Harvey.⁸⁸

Sobre a questão urbana no Brasil, Ivo argumenta que essa crise urbana e social se entrelaça com uma crise de legitimidade das autoridades locais, cujas políticas urbanas falham em atender às demandas das populações mais vulneráveis. Nas palavras da autora:

Pode-se afirmar que, no processo histórico de países com altos índices de desigualdade, como é o caso das cidades latino-americanas, a questão situa-se em torno de algumas tensões, entre as quais uma dissociação

⁸⁴ MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2022

⁸⁵ CASTELLS, 2020, p. 77–79

⁸⁶ SILVA, 2023

⁸⁷ IVO, 2000, p. 20

⁸⁸ HARVEY, 2008, p. 130–134

entre o econômico, o político e o social, o que tem efeito sobre os significados da política, definindo limites ou possibilidades do sistema de representações políticas e sociais, da própria democracia e, portanto, das possibilidades reais de construção do compartilhamento da vida social.⁸⁹

Ou seja, essa dissociação entre o econômico, o político e o social cria um cenário em que as diferentes dimensões da vida coletiva se tornam desconectadas, dificultando a articulação entre as demandas econômicas e a representação política. Como resultado, as tensões que limitam a capacidade do sistema político de responder efetivamente às necessidades sociais se intensificam, comprometendo tanto a qualidade da democracia quanto as possibilidades de construir um espaço de convivência mais igualitário e integrado.

No Brasil, o processo de redemocratização, ocorrido na segunda metade dos anos 1980, coincidiu com a adoção de políticas neoliberais que acentuaram as desigualdades sociais. A exclusão do trabalho, somada à falta de perspectivas para as novas gerações, resultou em uma “desfiliação”⁹⁰, termo que Castells utiliza para indicar a formação de um conjunto de vulnerabilidades que compromete a mobilidade social e a coesão entre os diferentes grupos urbanos. Segundo o autor:

A exclusão não é ausência de relação social, mas um conjunto de relações sociais particulares à sociedade tomada como um todo. Não existem pessoas fora da sociedade, mas um conjunto de posições cujas relações com seu centro são cada vez mais distendidas. [...] É do centro que parte a onda de choque que atravessa a estrutura social.⁹¹

Dito isso, a implementação das políticas sociais no país enfrentou obstáculos significativos, como o caráter patrimonialista do Estado e a centralização das decisões políticas, dificultando a construção de uma cidade mais justa e integrada.⁹² A violência urbana, assim como as manifestações nas periferias das grandes cidades, reflete a desconexão entre o Estado e a sociedade, revelando as limitações das políticas públicas em lidar com os crescentes desafios da exclusão social e da segregação urbana.

De acordo com Ivo, nas sociedades de capitalismo periférico, como o Brasil, os bairros populares dos grandes centros urbanos passaram a abrigar grandes

⁸⁹ IVO, 2010, p. 29

⁹⁰ CASTELLS, 2020, p. 15

⁹¹ CASTELLS, 2020, p. 442–443

⁹² Nas palavras da autora “a cultura patrimonial predominante no Brasil constrói a sociedade por castas divididas entre proprietários e não proprietários, entre elite e ralé” (SPOSATI, 1999, p. 132).

massas de trabalhadores migrantes. Esses migrantes, em busca de empregos, ocuparam áreas de maneira irregular e precária, sem infraestrutura adequada, o que impulsionou tanto a produção industrial quanto a expansão dos limites das cidades. As políticas urbanas de habitação popular nos anos 1970 buscaram responder parcialmente a essa demanda crescente por moradia, principalmente por meio da construção de grandes conjuntos habitacionais.⁹³

Nessa conjuntura, as ações populares urbanas se configuraram como movimentos de protesto e reivindicações por melhores condições de vida, especialmente nas cidades latino-americanas, como exemplifica Anete Ivo.⁹⁴ As demandas giravam em torno de questões essenciais, como moradia, transporte, acesso a serviços básicos como energia elétrica e água, além do enfrentamento do alto custo de vida. Nesse cenário, os mecanismos de reprodução social das classes populares urbanas traziam à tona duas dimensões fundamentais: o direito dessas classes à cidade, ou seja, à sua reprodução social, e a legitimação de sua presença no espaço público urbano. Esses movimentos, portanto, assumiram um caráter transclassista⁹⁵, englobando tanto trabalhadores formais e informais quanto segmentos da classe operária e da classe média, unindo-se em torno de conflitos decorrentes das condições cotidianas de vida nas cidades.

Segundo Saskia Sassen, com a globalização e as transformações nas dinâmicas espaciais, novas hierarquias urbanas se estabeleceram. Para tanto, a autora afirma que "as pessoas marginalizadas encontraram sua voz e estão fazendo suas próprias reivindicações sobre a cidade".⁹⁶ Essa ideia se conecta diretamente à emergência dos protestos urbanos ao evidenciar como as classes populares em específico passaram a se articular politicamente em resposta às condições desiguais e precárias das cidades. À medida que esses grupos enfrentavam a falta de acesso à moradia digna, transporte, saneamento básico e outros serviços essenciais, as tensões urbanas se intensificaram, levando à formação de movimentos que reivindicavam não só o direito à cidade, mas materializavam um clamor por

⁹³ IVO, 2010, p. 21-22

⁹⁴ IVO, 2010, p. 21

⁹⁵ SASSEN, 1998, p. 103

⁹⁶ SASSEN, 1998, p. 107



Figura 19 – II Congresso Nacional do MST, 1990. Coleção Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Fonte: PEDROSA; RJEILLE, 2022, p. 171.

O cartaz do II Congresso Nacional do MST, realizado em 1990, ilustra a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra pela ocupação e produção de terras no Brasil, como uma forma de reivindicar direitos básicos. Com slogans como “Resistir”, “Ocupar” e “Produzir”, a imagem reflete a mobilização popular em torno das demandas por moradia, acesso à terra e inclusão social, questões fundamentais nas lutas das classes marginalizadas. A presença coletiva dos manifestantes sugere um aspecto performativo do espaço público, conforme discutido por Maria Stella Bresciani, em que a ocupação do território se torna um palco de reivindicação social e política, simbolizando o direito à cidade e ao território rural.

reconhecimento e inclusão no espaço público, uma demanda por serem legitimados como sujeitos ativos na produção e uso da cidade.

A presença coletiva desses sujeitos ativos nos espaços mencionados cria uma condição especial. Maria Stella Bresciani afirma que “nestes espaços instauram-se possibilidades de ação pela presença coletiva dos atores sociais e pelo registro dessa presença dramatizada em espetáculo”.⁹⁷ Esse aspecto performático do espaço público

⁹⁷ BRESCIANI, 2002, p. 30

remete à ideia de que ele se torna o palco onde as questões sociais e políticas são encenadas e visibilizadas. Nesse sentido, protestar refere-se a um tipo de performance de reivindicação, uma ação que vislumbra o direito à cidade e contesta as estruturas que perpetuam as desigualdades socioespaciais nas sociedades capitalistas. Dessa maneira, os movimentos de protesto refletem tanto uma insatisfação com a gestão urbana quanto uma demanda por maior participação social nas decisões que afetam diretamente o espaço urbano. Protestar, assim, é também uma denúncia à falência do Estado em garantir o direito à cidade e de criar oportunidades para que as classes populares se apropriem dos espaços urbanos que lhes são historicamente negados.

2.2 SUJEITO POLÍTICO E CONFLITO DEMOCRÁTICO

Os conjuntos de levantes populares a partir de 2010 marcaram o início do século XXI.⁹⁸ Associar esse século às tensões no tecido social, como a recusa a medidas neoliberais e levantes sobre questões raciais e de gênero, questiona justamente a distribuição de lugares e vozes nas estruturas hierárquicas sociais. Por isso, pensar nos protestos contemporâneos é pensar justamente sobre um elemento central à sua dinâmica: o sujeito político.

Nesse sentido, a ideia de sujeito político proposta por Jacques Rancière para compreender a dinâmica dos protestos e manifestações como eventos que contestam a ordem social estabelecida é fundamental. Para Rancière, o sujeito político é definido por sua capacidade de interromper a lógica consensual do poder, introduzindo um dissenso que redefine o espaço público e as relações sociais. Nas palavras do filósofo:

Um sujeito político não é um grupo que “toma consciência” de si, se dá voz, impõe seu peso na sociedade. É um operador que junta e separa as regiões, as identidades, as funções, as capacidades que existem na configuração da experiência dada, quer dizer, no nó entre as divisões da ordem policial e o que nelas já se inscreveu como igualdade, por frágeis e fugazes que sejam essas inscrições.⁹⁹

Portanto, o sujeito político não é uma entidade estática, mas uma figura que emerge quando a estrutura social dominante é desafiada. Para Rancière, política e polícia têm significados próprios e fundamentais para a localização do sujeito político nas ações disruptivas. O autor define a política como uma ruptura com a ordem consensual, a qual ele chama de “polícia”, que organiza os corpos, lugares e funções dentro de uma sociedade.¹⁰⁰ Nessa ordem, o dissenso não é permitido, pois tudo parece ter um lugar fixo. A política, por outro lado, surge quando aqueles que estão excluídos dessa ordem, ou seja, os que não têm parte no jogo das funções e papéis sociais reconhecidos, se levantam e reivindicam seu lugar. O sujeito político, portanto, é aquele que faz visível o invisível e audível o inaudível. Ele não é necessariamente aquele que já detém poder ou reconhecimento, mas sim aquele que denuncia uma injustiça e demanda sua inclusão no espaço público.

⁹⁸ SAFATLE, 2019

⁹⁹ RANCIÈRE, 2018b, p. 51

¹⁰⁰ RANCIÈRE, 2018b, p. 41



Para Rancière, dois conceitos centrais se entrelaçam com essa noção de sujeito político: o *dano* e a *ficção*. O dano¹⁰¹ refere-se à lesão que o sistema dominante causa ao excluir certos sujeitos de participar plenamente da vida pública e política. Isso pode se manifestar na negação de direitos ou na marginalização de grupos sociais. Já a ficção diz respeito à criação de um novo regime de visibilidade e de sensibilidade, operando através da distribuição dos lugares, definindo o que é visível, dizível, factível, e excluindo aqueles que não têm lugar. Não se trata de algo que se opõe ao real, mas de uma determinada percepção do sensível que se constitui a partir de uma subjetivação da noção de realidade.¹⁰² Quando a ficção é de ordem policial, ou

Figura 20 – Praça *Tahrir*, no Cairo, em 2011. Fonte: 8 de julho. Agora, viemos para ficar (revistaforum.com.br).

A imagem da Praça Tahrir em 2011 retrata o ponto central da Revolução Egípcia, que foi parte da Primavera Árabe. Os protestos começaram em janeiro de 2011, desencadeados por décadas de repressão política, corrupção, abuso de poder, pobreza e falta de liberdades sob o regime do presidente Hosni Mubarak, que governava o Egito desde 1981. A revolução foi inspirada pelos eventos na Tunísia, onde manifestações populares resultaram na queda do presidente Ben Ali. Na Praça Tahrir, milhões de egípcios se reuniram exigindo a renúncia de Mubarak, reformas democráticas e melhores condições de vida. Após 18 dias de protestos, Mubarak renunciou, marcando um momento histórico na luta por democracia no Egito.

¹⁰¹ “No original, *tort*. Indica o dano causado a alguém, com sentido não apenas físico, mas, sobretudo, jurídico. *Avoir tort* é estar errado, não ter razão; *faire tort* a alguém é fazer-lhe mal” (RANCIÈRE, 2018b, p. 20).

¹⁰² RANCIÈRE, 2009, p. 53

seja, existe para manter o controle, ela é chamada de consenso. Dessa forma, a ficção não se trata de algo imaginário oposto ao real, mas de tornar visível o que antes era invisível e mudar os significados do visível.

Neste sentido, o problema da ficção consensual é que ela é capaz de negar seu caráter fictício e se fazer passar por realidade, conforme aponta Rancière.¹⁰³ Diante disso, a emergência do sujeito político é vital, pois implica que a política é, em essência, um processo criativo de reinscrição no espaço público e que rompe a ficção consensual e que causa dano ao próprio sujeito. O sujeito político se constitui justamente ao reconfigurar os termos do debate e ao forçar uma reinterpretação da realidade social, trazendo à tona narrativas que foram previamente silenciadas ou marginalizadas.

Contudo, a concepção de um único tipo de “pessoa ativista” revela-se restrita e insuficiente, especialmente diante da complexidade das manifestações urbanas no Brasil pós-2013. As mobilizações desse período envolveram uma pluralidade de atores sociais, com motivações e interesses diversos, o que torna inadequado limitar a análise a um perfil homogêneo de ativista. Pensar a esfera política como um campo de agonismos e antagonismos, como sugere Chantal Mouffe, amplia essa compreensão ao deslocar o foco da figura individual para as dinâmicas coletivas que permeiam os conflitos democráticos. Nessas disputas, os atores podem se posicionar ora como adversários, engajados em um embate legítimo dentro das regras democráticas, ora como inimigos, que rejeitam a coexistência pluralista e buscam eliminar o outro. Essa abordagem permite uma análise mais complexa e matizada dos protestos, reconhecendo as múltiplas camadas de conflito e alianças que coexistem nas manifestações e refletindo a natureza multifacetada da política urbana contemporânea.

Retomando a perspectiva de Chantal Mouffe, sua teoria da democracia agonística oferece uma abordagem distinta sobre o conflito e o papel dos atores sociais na política.¹⁰⁴ O agonismo, segundo Mouffe, é uma característica central das sociedades democráticas, pois reconhece que o conflito entre diferentes grupos sociais e identidades é inevitável. No entanto, ela distingue entre o *agonismo* e o

¹⁰³ RANCIÈRE, 2009, p. 58

¹⁰⁴ MOUFFE, 2005, 2015

antagonismo, duas formas diferentes de lidar com esse conflito. O agonismo refere-se à disputa entre adversários que, embora tenham interesses divergentes, aceitam a legitimidade do outro e disputam dentro de um quadro democrático. Para Mouffe, a política agonística envolve a canalização do conflito em um espaço público onde adversários podem confrontar-se, mas sem buscar a eliminação do outro. Em uma democracia pluralista, o papel da política não é eliminar o conflito, mas proporcionar um terreno onde essas disputas possam ocorrer de maneira legítima e construtiva.

Por outro lado, o antagonismo emerge quando o outro é visto como um inimigo irreconciliável, e não como um adversário legítimo. Quando o conflito atinge o nível de antagonismo, as disputas não podem mais ser resolvidas de forma democrática, uma vez que o objetivo passa a ser a destruição do inimigo, em vez de sua contestação. Nesse sentido, o antagonismo é prejudicial à democracia, pois mina as bases da pluralidade e do respeito pela diversidade de opiniões.¹⁰⁵

No contexto das lutas urbanas e protestos, a ideia de agonismo é particularmente relevante. Movimentos sociais que reivindicam o direito à cidade, por exemplo, podem ser vistos como atores agonísticos, que disputam o espaço público e a distribuição dos recursos urbanos, sem necessariamente buscar a destruição total da ordem existente. Esses movimentos, ao reivindicarem seu lugar no espaço urbano, expressam um conflito legítimo sobre a forma como a cidade deve ser habitada e governada, mas ainda dentro dos limites democráticos. Os atores sociais que Mouffe descreve como participantes da política agonística variam amplamente, incluindo desde trabalhadores organizados e movimentos sociais até grupos informais e marginalizados. O ponto central é que esses grupos, embora em conflito, aceitam as regras básicas da convivência democrática e disputam sua legitimidade dentro do sistema político. Isso estabelece um paralelo interessante com a noção de sujeito político de Rancière, já que ambos os autores reconhecem

¹⁰⁵ A autora explica que “essa dimensão antagonística, que não pode nunca ser completamente eliminada, mas apenas ‘domada’ ou ‘sublimada’ ao ser, por assim dizer, ‘exaurida’ de um modo agonístico, é o que, em minha perspectiva, distingue meu entendimento de agonismo daquele formulado por outros ‘teóricos agonísticos’, os que são influenciados por Nietzsche ou Hannah Arendt, como William Connolly ou Bonnie Honig. Parece-me que suas concepções deixam aberta a possibilidade de que o político, sob algumas condições, torne-se absolutamente congruente com o ético – otimismo de que não compartilho” (MOUFFE, 2005, p. 20).

a importância do conflito e da disputa para a existência de uma política genuína, embora Mouffe se concentre mais na preservação de um terreno comum de disputa, enquanto Rancière enfatiza a ruptura com a ordem estabelecida.

Nesse sentido, nem todo manifestante automaticamente se constitui como sujeito político, pois nem toda manifestação necessariamente questiona as hierarquias estabelecidas ou desafia a ordem dominante. Muitas manifestações podem, de fato, reproduzir consensos já existentes ou reforçar divisões de poder, sem necessariamente gerar um espaço de dissenso. Entretanto, mesmo protestos que não desafiam diretamente a ordem dominante, eles podem ser vistos como parte de uma disputa agonística, na medida em que expressam a pluralidade de interesses e identidades em uma sociedade democrática. Esses manifestantes, ao participarem de uma luta por reconhecimento ou por direitos, desempenham o papel de adversários legítimos que estão inseridos em um conflito político, mas que reconhecem a legitimidade da disputa dentro dos limites da democracia.

No entanto, Mouffe também alerta para a possibilidade de que alguns conflitos se tornem antagonistas, quando os participantes de protestos ou manifestações deixam de reconhecer o outro como um adversário legítimo e o veem como um inimigo que precisa ser eliminado. O ator que opera em um regime antagonista se coloca à margem da ideia de sujeito político e, ao mesmo tempo, desafia os princípios do agonismo democrático. Diferente do regime agonístico, que vê no conflito uma oportunidade para disputar legitimamente diferentes interesses dentro do quadro democrático, o ator antagonista busca o conflito pelo próprio conflito, transformando o adversário em inimigo irreconciliável. Esse ator não necessariamente questiona a hegemonia dominante ou a estrutura política vigente, pois seu objetivo principal não é construir uma alternativa viável ao poder ou disputar o espaço público com base em ideias ou propostas substanciais. Em vez disso, sua estratégia reside na polarização das relações sociais, simplificando o campo político em uma dicotomia de "nós contra eles". Essa lógica polarizadora visa acentuar as divisões, mobilizando afetos e antagonismos em vez de fomentar um debate racional ou pluralista. Ao criar um clima de constante conflito, ele atrai mais atenção, deslocando o foco do debate público de questões concretas para um

espetáculo de oposição, onde a contestação ao outro é vista como a única forma de ação política.

O antagonismo é incompatível com o modelo democrático agonístico de Mouffe, que pressupõe a coexistência de adversários legítimos em um campo de disputa política pluralista. O antagonista, ao enxergar o outro como um inimigo a ser eliminado, rompe com a dinâmica agonística. Em vez de buscar um espaço de disputa, ele deseja ocupar o lugar do outro, o que impede o conflito de ser canalizado de maneira produtiva e mina as bases de uma democracia saudável e plural. Quando isso acontece, o espaço democrático se enfraquece, ameaçando gravemente a convivência política.

Portanto, nem todo manifestante ou protestante pode ser considerado um sujeito político no sentido que Rancière coloca, de uma figura que traz o dissenso e reconfigura o espaço público. Entretanto, mesmo aqueles que não desempenham esse papel disruptivo podem ser entendidos como atores agonísticos dentro da estrutura proposta por Mouffe, pois estão inseridos em uma disputa política legítima, que reconhece a pluralidade e a inevitabilidade do conflito. Em contrapartida, quando o conflito se transforma em antagonismo, tanto a noção de sujeito político quanto a de adversário agonístico se diluem, e o que resta é a polarização e a exclusão do outro, comprometendo a própria existência de uma esfera pública democrática. Assim, embora os protestos e manifestações sejam espaços onde o sujeito político pode emergir, nem todos os participantes assumem esse papel de maneira efetiva. A politização de um movimento depende não apenas da ação coletiva, mas também da maneira como essa ação se relaciona com a ordem existente.

2.3 CORPOS E PROTESTOS: UMA CULTURA DA RESISTÊNCIA

A ação coletiva de protestar resulta de uma complexa articulação entre atores sociais, práticas e lugares. Esses elementos interagem de forma interdependente, ao mesmo tempo que formam o protesto, são moldados por ele. As particularidades de cada um agregam camadas de significados e sensibilidade aos protestos, transformando o espaço físico e social em que ocorrem. Locais onde os protestos se desenvolvem — com atores, práticas e símbolos específicos — compõem o cenário da ação e são constantemente modificados pelas dinâmicas das manifestações.

Para compreender melhor essa interação, é fundamental considerar a dimensão cultural¹⁰⁶ que estrutura os protestos. Segundo James Jasper, três componentes centrais ajudam a entender as manifestações: cognição, emoção e moral.¹⁰⁷ Esses elementos são capazes de moldar uns aos outros, e, ainda que sejam analisáveis individualmente, estão sempre interligados. A cognição envolve a maneira como as crenças e afirmações são construídas e como as identidades coletivas e narrativas ganham sentido dentro do contexto dos protestos. É importante que esses elementos não sejam deslocados de seu contexto, sob o risco de não se entender como as pessoas vivenciam essas ideias. As emoções ajudam a moldar a percepção dos eventos de maneira mais eficiente que o pensamento racional. Emoções e cognições atuam em conjunto, atribuindo tons e nuances às narrativas, criando heróis e vilões e conferindo sentido às situações vivenciadas. A moral, por sua vez, é composta por princípios e intuições. Os princípios persuadem ou doutrinam conforme uma perspectiva moral, enquanto as intuições são moldadas pelas emoções e influenciam como algo é cognitivamente processado.

¹⁰⁶ Os movimentos sociais, nas palavras de Jasper, “são esforços persistentes e intencionais para promover ou obstruir mudanças jurídicas e sociais de longo alcance, basicamente fora dos canais institucionais normais sancionados pelas autoridades”. Essa afirmativa deve ser considerada a partir de seu caráter direcionador, e não de modo restritivo, uma vez que, por mais que os movimentos sejam essencialmente “não institucionais”, por exemplo, isso não impede que eles mantenham relações próximas com entidades políticas ou se transformem em grupos de interesses de determinados partidos políticos. Inclusive a própria ideia progressista de justiça social como algo inerente a esses ativismos se mostra desatualizada. Ou seja, há uma conurbação nos limites que diferenciam os movimentos sociais de outros fenômenos semelhantes e, por isso, a dimensão cultural dessas formas de ativismo torna-se imprescindível na sua abordagem (JASPER, 2016, p. 23).

¹⁰⁷ JASPER, 2016, p. 26–27

Esses componentes morais e emocionais são fundamentais na formação dos valores que sustentam as demandas dos protestos.

Esses aspectos culturais guiam a maneira como os elementos físicos dos protestos são apropriados pelos manifestantes. A utilização de recursos como megafones ou a resposta à repressão, como o uso de spray de pimenta e gás lacrimogêneo, reflete as escolhas individuais e coletivas dos manifestantes. De acordo com Jasper, essas escolhas envolvem “cálculos, afinidades, medos e intuições morais”.¹⁰⁸ Além disso, o conceito de arena, utilizado por Jasper para designar os espaços onde os protestos ocorrem, é fundamental. As arenas oferecem possibilidades para diferentes tipos de ocupação, cada uma imbuída de seus custos, perigos e promessas. As expectativas sobre o comportamento adequado nessas arenas, formalizadas ou não, influenciam diretamente a ação coletiva.

Além dos aspectos culturais e físicos, a literatura sobre protestos também explora as bases individuais da mobilização. Ted Robert Gurr, por exemplo, introduziu a teoria da privação relativa,¹⁰⁹ na qual a insatisfação individual em resposta a mudanças sociais leva ao engajamento em formas alternativas de atuação política. Na América Latina, caracterizada por altos níveis de desigualdade, a privação relativa é uma força central na mobilização de protestos. Contudo, em sociedades mais desenvolvidas, a relação entre descontentamento e participação em protestos é mais fraca, sugerindo que diferentes contextos econômicos geram diferentes dinâmicas de contestação.¹¹⁰

Segundo Ribeiro e Borba, a disponibilidade de recursos individuais se configura como indispensável na análise dos protestos. No modelo de “voluntarismo cívico”, identificam-se que fatores como tempo, dinheiro e redes sociais influenciam o engajamento tanto em formas convencionais de participação política quanto em protestos. No Brasil, os autores afirmam que o nível educacional está

¹⁰⁸ JASPER, 2016, p. 29

¹⁰⁹ GURR, 2015

¹¹⁰ RIBEIRO; BORBA, 2015, p. 190



associado ao comportamento de protesto, indicando que o acesso a recursos influencia diretamente quem pode ou não participar de manifestações. A desigualdade de acesso reflete, portanto, a desigualdade na capacidade de ação coletiva.¹¹¹

Outro elemento central é a mudança cultural, conforme discutido por Ronald Inglehart, que aponta uma transição para valores pós-materialistas, especialmente em sociedades avançadas.¹¹² Esses valores enfatizam a autoexpressão e a participação ativa na vida pública, influenciando formas mais diretas de contestação política. Contudo, na América Latina, os efeitos dessa mudança cultural são menos evidentes, conforme destacam Ribeiro e Borba, devido à exclusão política e às

Figura 21 – Protestos em Bogotá, 2021. Fonte: Sindicatos organizam protestos em massa; violência se agrava em Bogotá (cnnbrasil.com.br)

A imagem retrata os protestos na Colômbia, que se intensificaram nos últimos anos, especialmente em 2021, contra a proposta de reforma tributária do governo de Iván Duque. Esses protestos foram motivados por um profundo descontentamento com a desigualdade econômica, a violência policial e a falta de oportunidades, agravadas pela pandemia da Covid-19. As manifestações reuniram milhares de colombianos, que exigiam mudanças estruturais no país. O movimento se expandiu para reivindicações mais amplas, incluindo direitos sociais e contra a repressão do Estado.

¹¹¹ RIBEIRO; BORBA, 2015, p. 191

¹¹² INGLEHART, 2015

desigualdades estruturais.¹¹³ Os mesmos autores ainda discutem sobre o papel da orientação ideológica política também merece atenção. De acordo com pesquisas comparativas levantadas por eles, há a indicação de que pessoas identificadas com a esquerda¹¹⁴ tendem a participar mais ativamente de protestos, especialmente aqueles que contestam a estrutura de poder.

Essas diferentes abordagens oferecem uma perspectiva mais abrangente sobre os elementos que compõem os protestos. A privação relativa, os recursos disponíveis, a mudança cultural e as orientações ideológicas atuam conjuntamente para moldar o comportamento dos manifestantes e definir a forma como os protestos emergem e se desenvolvem. Sendo assim, os protestos se configuram como fenômenos dinâmicos, influenciados tanto por condicionantes individuais quanto coletivos, refletindo as especificidades socioeconômicas e políticas de cada contexto.

¹¹³ RIBEIRO; BORBA, 2015, p. 192

¹¹⁴ A esquerda no espectro político é associada a ideias e movimentos que defendem a igualdade social, justiça econômica e a redução das desigualdades de poder e riqueza. Tradicionalmente, a esquerda promove políticas que buscam redistribuir recursos, aumentar o papel do Estado na regulação da economia e na provisão de serviços sociais, como saúde, educação e proteção social. As correntes de esquerda variam desde o socialismo democrático, que busca reformas dentro de sistemas democráticos, até formas mais radicais, como o comunismo, que propõe uma reorganização fundamental da sociedade e da economia. No espectro político, a esquerda historicamente se posiciona em defesa dos trabalhadores, dos direitos das minorias e de políticas de bem-estar social, contrastando com a direita, que tende a valorizar a liberdade econômica, a propriedade privada e a manutenção da ordem social estabelecida (HEYWOOD, 2016).

2.4 LUTAS PELO DIREITO À CIDADE NO BRASIL

Ao longo de sua história, o Brasil foi palco de importantes e emblemáticas revoltas, motins e levantes que expuseram as profundas tensões sociais e políticas presentes no país. A proposta deste texto, no entanto, não é elaborar uma historiografia das manifestações brasileiras, mas sim apresentar um panorama, uma visão geral dos principais episódios de insurreição no Brasil, com o objetivo de fornecer um contexto histórico que ilumine as origens e as dinâmicas dos movimentos sociais surgidos após 2013. Compreender essa conexão é essencial para entender como essas mobilizações se inserem em um legado mais amplo de lutas sociais no país.

De acordo com Schwarcz e Starling¹¹⁵, desde o período colonial, a exploração econômica, a escravidão e o controle político exercido pela Coroa Portuguesa geraram insatisfações que culminaram em revoltas como a Conjuração Mineira, em 1789, amplamente reconhecida como o mais importante movimento anticolonial da América portuguesa. Embora sufocada, a Conjuração Mineira simbolizou o desejo de autonomia e a busca por um projeto republicano adaptado à realidade das Minas Gerais, questionando diretamente o domínio português. Antes disso, outros movimentos como a Revolta da Cachaça, em 1660, já demonstravam o descontentamento dos colonos com as políticas fiscais da metrópole, marcando o início de uma tradição de resistência que se estenderia por séculos.

Ainda durante o período colonial brasileiro, o país foi palco de outras revoltas que refletiam as tensões entre diferentes grupos sociais. A Revolta dos Beckman, no Maranhão, em 1684, opôs-se ao monopólio da Companhia de Comércio do Maranhão e à proibição da escravização de indígenas, enquanto os Motins do Maneta, em 1711, na Bahia, se insurgiram contra a alta tributação sobre o sal e mercadorias importadas. Esses movimentos, embora em contextos regionais distintos, compartilhavam um traço comum: a resistência à exploração econômica e ao abuso de poder das autoridades locais. Da mesma forma, a Guerra dos Mascates, entre 1710 e 1711, em Pernambuco, representou o conflito entre a elite açucareira de Olinda e os comerciantes de Recife, ilustrando as disputas de poder e

¹¹⁵ Cf. *Revoltas, conjurações, motins e sedições no paraíso dos trópicos* in SCHWARCZ; STARLING, 2015.

status no Brasil colonial. Ainda que questionassem as políticas locais e a exploração imposta pela Coroa sobre os colonos, esses episódios muitas vezes mantinham a lealdade ao rei.

À medida que o século XVIII avançava, o descontentamento com o domínio português nas regiões mais ricas da colônia, especialmente em Minas Gerais, deu origem a várias sedições. A Sedição de Vila Rica, em 1720, foi uma das mais importantes, simbolizando a resistência contra o estabelecimento das Casas de Fundição, onde o ouro era fundido e tributado. Esses movimentos expressavam tanto a insatisfação com a política tributária quanto um crescente desejo de autonomia. Na virada para o século XIX, a Conjuração Baiana de 1798 representou um marco ao mobilizar setores populares, como artesãos, soldados e escravos, em defesa da igualdade política e liberdade. Sobre esse fato, Schwarcz e Starling comentam que:

a Conjuração Baiana levou para o centro da linguagem política da colônia uma alteração notável: a ideia de que homens vítimas de uma dupla injustiça — a da urgência da sobrevivência e a da vergonha da obscuridade — tinham igualmente direito à sua personalidade legal de cidadãos, a serem protegidos por ela, e a agirem por meio dela na cena pública e na condução dos negócios da capitania.¹¹⁶

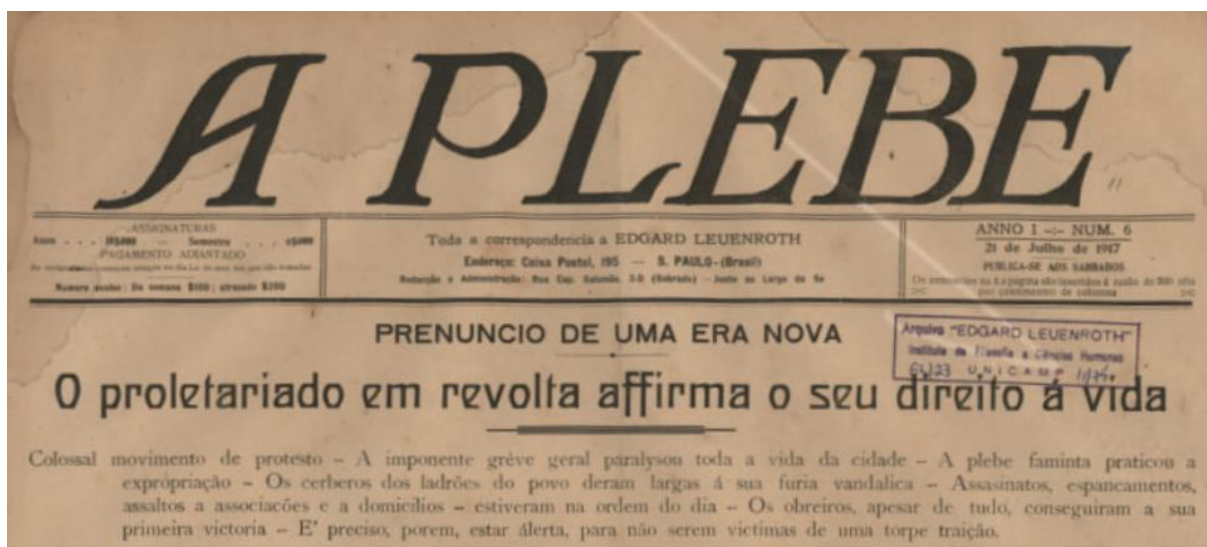
Embora essa revolta tenha sido brutalmente reprimida, ela evidenciou a crescente influência das ideias iluministas e da Revolução Francesa, abrindo espaço para futuras reivindicações de emancipação social no Brasil.

No século XIX, as revoltas e insurreições continuaram a marcar a história do Brasil, especialmente no período regencial e nas décadas que antecederam a Proclamação da República. A Revolta dos Malês, em Salvador, em 1835, foi uma das mais significativas, organizada por escravos islâmicos que lutavam pela abolição da escravidão e pela criação de uma sociedade muçulmana.¹¹⁷ Essa revolta ilustrou a força dos movimentos de resistência entre a população escravizada, que via na insurgência uma forma de combater a opressão. Outras revoltas, como a Cabanagem, no Pará, e a Sabinada, na Bahia, entre 1835 e 1840, refletiram o desejo de maior autonomia política das províncias em relação ao governo central.¹¹⁸

¹¹⁶ SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 216

¹¹⁷ SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 377

¹¹⁸ SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 381



No século XX, o Brasil passou por uma série de transformações políticas e sociais que deram origem a novos tipos de protestos e mobilizações, agora focados em questões urbanas e operárias. A Revolta da Vacina, em 1904, no Rio de Janeiro, foi um dos primeiros movimentos de resistência popular frente às políticas urbanas autoritárias, que priorizavam os interesses das elites em detrimento das classes populares. "A manifestação era resultado da má informação, mas também da mistura apressada de tantas levas populacionais — com histórias, costumes e aprendizados distintos"¹¹⁹. Logo, a divergência entre as partes gerou uma explosão

¹¹⁹ SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 490

de violência, com destruição de transportes, edifícios e ataques a agentes de saúde. O governo reagiu com estado de sítio, prisões e deportações para o Acre. Embora a revolta tenha sido contida e a varíola erradicada no Rio de Janeiro, o conflito deixou um saldo de trinta mortos e cento e dez feridos. Poucos anos depois, a Greve Geral de 1917, em São Paulo, foi a primeira grande mobilização operária no país, onde trabalhadores industriais lutaram por melhores condições de trabalho e justiça social.¹²⁰ Esses eventos revelaram como as questões urbanas e o direito à cidade estavam profundamente interligados às lutas sociais emergentes no Brasil.

À medida que o século passado avançava, os protestos no Brasil tornaram-se mais frequentes, abrangendo desde questões trabalhistas até demandas políticas. A Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, em 1922, foi uma manifestação militar que refletia o descontentamento com a estrutura oligárquica da política brasileira, enquanto a Passeata dos Cem Mil, em 1968, durante a ditadura militar, consolidou o espaço urbano como um palco central para as disputas políticas e sociais. Schwarcz e Starling contextualizam esse evento ao decreto do AI-5, o qual, segundo as autoras, foi um “golpe dentro do golpe e (que) acaba com as garantias individuais e com a liberdade de imprensa”.¹²¹ A

◀ Figura 22 – Capa do Jornal *A Plebe*, 21 de julho de 1917 (recorte). Fonte: PEDROSA; RJEILLE, 2022, p. 235.

A capa da edição de 21 de julho de 1917 do jornal *A Plebe*, com o título “Prenúncio de uma nova era: o proletariado em revolta afirma o seu direito à vida”, reflete o fervor da Greve Geral de 1917 em São Paulo. A publicação, anarquista e anticlerical, apoiava as lutas operárias por melhores condições de trabalho e justiça social, destacando a importância das manifestações urbanas no Brasil. Durante o período de circulação, *A Plebe* se tornou uma importante voz das correntes libertárias e do movimento operário, enfrentando censura e repressão, mas mantendo-se firme na luta pelos direitos dos trabalhadores e pela transformação social.

◀ Figura 23 – Rua de São Paulo tomada de trabalhadores com bandeiras na Greve Geral anarquista de 1917. Fonte: PEDROSA; RJEILLE, 2022, p. 234.

Essa greve, que começou no bairro da Mooca, foi o primeiro grande movimento trabalhista no Brasil, liderado por imigrantes italianos, portugueses e espanhóis que traziam um histórico de organização sindical. O aumento da jornada de trabalho sem compensação salarial, agravado pela Primeira Guerra Mundial, levou os operários a protestar por melhores condições. Após repressão policial e grande adesão ao movimento, os grevistas conseguiram aumento salarial e direitos. Esse evento abriu caminho para a consolidação do movimento sindical no Brasil, que se fortaleceria durante a Era Vargas e inspiraria a criação de centrais sindicais modernas, como a CUT.

¹²⁰ SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 501–502

¹²¹ O AI-5 (Ato Institucional nº 5), decretado em 13 de dezembro de 1968, foi uma medida autoritária adotada durante a ditadura militar no Brasil, que deu poderes quase ilimitados ao regime. Ele permitiu o fechamento do Congresso, a cassação de direitos políticos, a suspensão do habeas corpus para crimes políticos e instituiu a censura à imprensa, além de aumentar a repressão a opositores. O AI-5 marcou o período mais repressivo da ditadura, com intensificação da violência estatal contra movimentos sociais, políticos e culturais (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 1074).

mobilização contra a repressão do regime militar envolveu diversos setores da sociedade, tornando-se um símbolo de resistência e luta pela democracia no Brasil. Ao final da década de 1970, as greves operárias do ABC Paulista reafirmaram a cidade como espaço de luta, unindo trabalhadores contra as injustiças sociais e econômicas perpetuadas pelas elites. À época, o então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Luiz Inácio Lula da Silva, foi preso por liderar as greves do ABC.

Analisando esses cenários de revoltas e protestos em demanda a justiça social, a “Marcha com Deus, pela Família e pela Liberdade”, realizada em 1964, merece um comentário próprio em razão da sua peculiaridade à época. Ao contrário da maioria das revoltas anteriores, que expressavam demandas populares por direitos e melhores condições de vida, a marcha foi organizada pelas elites conservadoras do país, em um esforço para frear as reformas propostas pelo governo de João Goulart.¹²² Motivada pelo medo da “ameaça comunista” e pela defesa de valores tradicionais, a marcha mobilizou diversos setores da sociedade, incluindo a Igreja Católica, empresários e políticos conservadores, que viam nas reformas de Goulart uma bravata aos seus privilégios. A marcha, que teve amplo



¹²² CORDEIRO, 2021, p. 3



▲ Figura 24 – Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em 1964. Fonte: Rio Memórias – Marcha da Família com Deus pela Liberdade (riomemorias.com.br).

Esse foi um movimento que reuniu milhares de pessoas contrárias ao governo de João Goulart e às reformas de cunho socialistas. A marcha, impulsionada por setores conservadores e religiosos, é vista como um marco de apoio ao golpe militar que instaurou a ditadura no Brasil. Conhecida também como a “Marcha da Vitória”, simbolizou a resistência ao comunismo e a defesa de valores tradicionais, ato esse fundamental na legitimação do regime autoritário que se seguiu.

Figura 25 – Manifestantes com cartaz durante a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 1964. Fonte: idem.

apoio midiático, utilizou símbolos religiosos como “Deus” e “Família” para ganhar legitimidade entre a população, ao mesmo tempo em que disfarçava seus reais interesses políticos e econômicos.

Solange de Deus Simões ressalta que políticos, militares e mulheres desempenharam importantes papéis na maioria dos eventos dessa marcha. Esses grupos, por si só, já representam uma diversidade de referências políticas, sociais e simbólicas envolvidas. No entanto, embora as ações tenham sido lideradas, organizadas e concebidas com base nos referenciais simbólicos trazidos por esses grupos, é importante destacar que elas não podem ser reduzidas apenas a essas categorias. A própria autora diz que:

Os organizadores das marchas não se esqueceram, contudo, das especificidades históricas e culturais de cada lugar onde se realizava o movimento, buscando fortalecer, ainda mais, o apelo ideológico, na medida

Manifestantes carregando um cartaz que ironiza o governo de João Goulart. Com humor e referências à corrida espacial, a mensagem sugere que os comunistas deveriam “virar estrelas”, reforçando o sentimento anticomunista predominante no movimento.

em que recorriam não apenas aos valores morais e religiosos internalizados na população como também se referiam e prestavam homenagens a fatos e figuras históricas importantes do lugar.¹²³

Esse movimento, que culminou no golpe militar de 1964, representou uma ruptura na tradição de protestos no Brasil, pois, em vez de reivindicar direitos e liberdades para as massas populares, visava preservar a ordem social vigente e os interesses das elites. A utilização da religião e da moralidade familiar como justificativa para a intervenção militar revela como as classes conservadoras conseguiram mobilizar um grande número de pessoas em torno de uma causa que, em última análise, beneficiava apenas uma minoria. Diferente dos movimentos de trabalhadores e escravos que marcaram a história brasileira, a “Marcha com Deus” foi uma expressão clara do conservadorismo e do medo de mudanças que pudessem alterar a estrutura de poder no país.

No entanto, ao analisar esse movimento dentro de um contexto mais amplo, percebe-se que ele se insere em um padrão mais complexo de ação política no Brasil, onde interesses de diferentes grupos sociais convergem e divergem de formas ambíguas. Movimentos como esse, embora mobilizados por massas, muitas vezes refletem disputas internas dentro das elites, além de contradições entre diferentes setores sociais. Um exemplo disso é a Campanha das Diretas Já, entre 1983 e 1984, que, apesar de ter sido importante para a redemocratização do Brasil, também contou com o apoio de setores conservadores que desejavam manter uma transição controlada do regime militar para uma democracia que não ameaçasse os interesses das elites econômicas e políticas.¹²⁴

De maneira similar, os protestos contra a corrupção em 1992, que culminaram no impeachment de Fernando Collor, mostram como as classes médias e altas também se mobilizam em momentos de instabilidade política, a fim de preservar seus interesses econômicos e políticos. A adesão popular ao movimento dos “caras-pintadas” demonstra que, embora setores das elites tenham se beneficiado da queda de Collor, a população também exerceu um papel ativo e decisivo. Essas

¹²³ SIMÕES, 1985, p. 106

¹²⁴ Vale lembrar que foi nesse contexto de transição que alguns dos partidos políticos mais relevantes das três décadas seguintes se formaram, com destaque ao PSDB, herdeiro inclusive da cor da campanha das Diretas Já (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 731).



manifestações, entretanto, inauguraram “o traço carnavalesco e a marca do bom humor”¹²⁵, elementos que, em alguma medida, se tornariam mais recorrentes na década de 2010. Logo, ao invés de tratar os protestos brasileiros como facilmente cooptados por interesses dominantes, é mais adequado reconhecê-los como campos de disputa, onde tanto elites quanto classes populares participam, influenciam e contestam. A complexidade desses movimentos reside justamente nas múltiplas forças sociais que os moldam, tornando difícil identificar de maneira simples e unidimensional quem realmente move esses eventos e com quais finalidades.

Figura 26 – “Caras-pintadas” em 1992. Fonte: Caras-pintadas contra Collor (memoria.oglobo.globo.com).

Estética carnavalesca, com jovens pintados com as cores da bandeira brasileira, expressando uma mistura de protesto e celebração. Essa dimensão performática, com rostos pintados e gritos de ordem, teve predominância de manifestantes de classe média, especialmente branca.

¹²⁵ “Surgiram bonecos gigantes de Collor vestido como presidiário, fantasias de ratazanas com bigodes e óculos como os de Paulo César Farias, esquifes com o nome do presidente e de Zélia Cardoso de Mello” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 739).

2.5 JUNHO DE 2013 E A EMERGÊNCIA DE NOVAS DEMANDAS

Junho de 2013 marcou uma ruptura significativa no cenário político brasileiro, afetando diretamente o modelo de polarização que predominava entre PT e PSDB. Até então, esses dois partidos eram os polos de um sistema que organizava o poder político, com governos de coalizão que dividiam cargos de acordo com o peso institucional de cada força política.¹²⁶ No entanto, a partir de junho de 2013, essa dinâmica começou a se transformar, sinalizando o início de um declínio no modelo de presidencialismo de coalizão que havia prevalecido até aquele momento.

Para compreender melhor essa ruptura e os desdobramentos de junho de 2013, é fundamental examinar as bases que sustentaram o sucesso eleitoral do PT, pois essas mesmas bases ajudaram a precipitar sua própria derrocada. Segundo Perry Anderson, entre 2005 e 2011, os governos petistas, especialmente o governo Lula, implementaram uma série de políticas públicas que fidelizaram ou conquistaram temporariamente diferentes parcelas da população brasileira.¹²⁷ Isso foi possível, em parte, devido à melhoria nas condições comerciais, decorrente da alta demanda de matéria-prima da China e de outros países, o que aumentou os valores de exportação e o volume de retorno fiscal para gastos sociais. O aumento da exportação de commodities de 28% para 44% ao final do segundo mandato de Lula indicava a força que essa estratégia econômica ainda possuía quando Dilma Rousseff assumiu a presidência.

Além da conjuntura internacional favorável, que impulsionou as exportações brasileiras, o governo do PT aproveitou-se dela para favorecer o mercado interno. Essa estratégia baseou-se no aumento de renda e poder de compra da população, por meio de iniciativas como fortalecimento do salário-mínimo, ampliação do emprego formal com carteira assinada, programas sociais de transferência de renda e ampliação do crédito para consumo popular. Essas medidas tiveram êxito em dinamizar o mercado interno e possibilitar a expansão de micro e pequenas empresas. No entanto, conforme afirma André Biancarelli, o sucesso continuado dessa política depende da expansão progressiva do mercado interno, do

¹²⁶ NOBRE, 2022, p. 11

¹²⁷ ANDERSON, 2020, p. 94

constante aumento no poder de compra do salário-mínimo e da potencialização das políticas de transferência de renda.¹²⁸ Essas estratégias garantiriam que o crescimento da renda sempre fosse superior ao nível de endividamento das famílias, o que não se sustentou após 2011.

Em 2010, já havia indícios dos problemas que esse modelo político de consumo excessivo, consolidado a partir do boom das commodities, iria enfrentar. Para evitar esse colapso, o ministro da economia da época, Guido Mantega, propôs uma articulação entre setores públicos e privados na formulação de uma nova matriz econômica que pudesse superar o déficit nas exportações. Em linhas gerais, ao mudar os rumos da política econômica, Mantega “esperava beneficiar a indústria com uma desvalorização do real e impulsionar os investimentos do setor privado, com concessões fiscais e juros mais baixos”¹²⁹, o que não ocorreu. Mesmo com a redução da taxa básica de juros para um patamar inédito de 2% no final de 2012, não foi suficiente para trazer o apoio do setor privado ao governo. Diante desse contexto, o custo de vida começou a crescer de maneira significativa em 2011, principalmente com a aquisição de produtos privados. Ao não se sentirem atendidas pela saúde pública, por exemplo, a classe média passou a contratar planos de saúde, bem como a buscar a educação privada, carros particulares, entre outros. Em outras palavras, o PT formou consumidores e não deu a devida atenção aos bens coletivos. Outro exemplo dessa negligência no governo petista refere-se ao problema da habitação. Delegar a um programa social, o Minha Casa Minha Vida, e a ausência de uma reforma urbana fizeram com que construtoras e incorporadoras lucrassem em detrimento da qualidade das habitações produzidas, ignorando o fato de que aproximadamente um décimo da população não tinha acesso a uma moradia adequada.¹³⁰

Essas informações ajudam a construir o contexto político e econômico em que junho de 2013 se insere. O Brasil não estava em recessão, nem mesmo com altas taxas de desemprego, mas a redução da capacidade do modelo político estruturado nas *commodities* havia resultado em um aumento no endividamento

¹²⁸ BIANCARELLI, 2014, p. 272–274

¹²⁹ ANDERSON, 2020, p. 95

¹³⁰ ANDERSON, 2020, p. 97

devido ao aumento no custo de vida. Marcos Nobre, ao tratar de junho de 2013 como um marco central na transformação política do Brasil, considera esses eventos como uma resposta à conjuntura que vinha se formando ao longo dos anos anteriores.¹³¹ Segundo Nobre, junho de 2013 não foi um episódio isolado, ou, nas palavras do autor, “não foi um raio em céu azul”¹³², mas o ponto de convergência de uma série de descontentamentos acumulados dentro do modelo político brasileiro, especialmente aquele configurado pelo “pemedebismo”.¹³³

O sistema, que vinha funcionando desde a redemocratização, começa a mostrar sinais de desgaste por volta de 2013, quando a população passa a perceber que os benefícios prometidos não alcançavam todas as esferas sociais. A crise de representatividade, a percepção de que as decisões políticas eram tomadas de forma alheia aos interesses populares e a insatisfação com a qualidade dos serviços públicos — particularmente em áreas como transporte, saúde e educação — formaram o pano de fundo para os protestos. Assim, o PT viu o apoio de parte da população diminuir, enquanto não se formavam ou expandiam as bases populares aliadas. Anderson afirma que “os pobres continuaram sendo beneficiários passivos do governo petista, que nunca se dispôs a educá-los ou organizá-los, muito menos mobilizá-los como força coletiva”.¹³⁴ Ou seja, tem-se um processo em que grande parte das pessoas beneficiadas pelas políticas públicas do PT, seja pela distribuição de renda, acesso ao ensino superior ou demandas habitacionais, ainda que precárias, não foram politizadas.

O movimento de junho de 2013 explodiu com demandas diversas de uma juventude urbana que já estava descolando do PT e não foi conquistada pelas organizações tradicionais da esquerda do campo democrático popular. Embora o número de universitários e trabalhadores de carteira assinada tenha crescido, os

¹³¹ NOBRE, 2022, p. 13

¹³² No contexto do livro “Limites da Democracia: de Junho de 2013 ao governo Bolsonaro”, Nobre utiliza essa metáfora para criticar a interpretação de que os protestos de junho de 2013 teriam surgido de forma abrupta e inexplicável, sem conexão com os processos políticos e sociais em curso no Brasil (NOBRE, 2022, p. 12–14).

¹³³ Esse termo, cunhado pelo autor, descreve o presidencialismo de coalizão que permitia a governos sucessivos, como os liderados pelo PT e PSDB, controlar uma vasta rede de apoio parlamentar por meio da distribuição de cargos e benesses a partidos menores, como o PMDB — atualmente MDB. (NOBRE, 2013, p. 8).

¹³⁴ ANDERSON, 2020, p. 96



sindicalizados e membros de organizações estudantis não acompanharam. Apesar da diversificação dos aparelhos de cultura promovida durante os governos do PT, os movimentos culturais não conseguiram acompanhar a crescente demanda por mudanças mais profundas na sociedade. Isso pode ser explicado pelo fato de que os grupos beneficiados pelas políticas do governo não foram inseridos em um processo de politização no sentido proposto por Jacques Rancière. Em vez de serem envolvidos em um movimento de ruptura que os tornasse visíveis como sujeitos políticos ativos, capazes de redefinir a ordem social, esses grupos permaneceram como destinatários das políticas, sem serem integrados em uma luta mais ampla por transformação política. Dessa forma, eles não foram mobilizados como uma força coletiva com potencial para alterar as condições políticas existentes. Ou seja, faltou uma disputa política efetiva para que esses grupos emergissem como agentes centrais na reorganização das estruturas de poder, capazes de transcender a inclusão econômica e atuar como

Figura 27 – Diversidade de pautas foi uma das características dos protestos de junho de 2013. Fonte: Grafias de junho (grafiasdejunho.org).

Essa imagem ilustra a pluralidade de demandas que marcaram esse movimento histórico. Os cartazes, com reivindicações que vão desde questões políticas como a PEC 37 até pautas sociais como educação, saúde e transporte público, refletem a insatisfação generalizada com o governo e as instituições. A diversidade de vozes presentes expõe a fragmentação e amplitude das causas populares naquele momento, em que diferentes grupos sociais se uniram para expressar seu descontentamento. Esse protesto se tornou símbolo de uma ruptura política e de um novo momento de mobilização no país, onde questões de mobilidade urbana, corrupção e os direitos básicos ganharam visibilidade nas ruas.

protagonistas na reinvenção da sociedade. Nesse sentido, o PT não conseguiu crescer sua influência no movimento de massas, e havia uma demanda por mais que não foi satisfeita.

O problema da neutralização política, conforme apontado por Chantal Mouffe, e da conseqüente influência do pensamento liberal, reside na crença de que uma democracia consensual e pacificada seria suficiente para resolver os problemas sociais. Essa visão ignora que a política, em sua essência, envolve conflito e antagonismo, e que a verdadeira democracia exige a disputa contínua entre projetos sociais divergentes, ao invés de uma harmonização artificial que apenas perpetua as desigualdades estruturais. Como apresentado, para que exista política, é necessário o conflito de concepções de mundo distintas. Nesse embate, devem ser discutidos mecanismos de atualização do princípio de igualdade que proponham a reorganização dos papéis sociais, dando visibilidade aos que antes não eram vistos e voz aos que não eram ouvidos. Contudo, o que se vê no Brasil são tentativas de reforçar a desigualdade por meio de uma estratégia ficcional curiosa, que deixa ver uma aparência de oposição e contradição, uma vez que supostamente se opõe ao Estado, mas que é naturalmente pacificada por não se opor objetivamente à condição hegemônica.

De fato, não existe consenso sobre o que foi junho de 2013, uma vez que este momento foi muito diverso, heterogêneo e complexo. Nobre vai além:

Diz o quase consenso em torno do tema que o evento é complicado demais para caber em uma explicação única, que suas causas são tão misteriosas que só serão conhecidas depois de passado muito tempo — que talvez nunca o sejam. E foi assim que, além de inexplicável, Junho se tornou singular, único. O que facilitou ainda mais passar a outro assunto. Que foi, naturalmente, a sucessão de desgraças que se seguiu, ininterrupta, sem trégua.¹³⁵

Maria da Glória Gohn¹³⁶, em sua tentativa de sistematizar os eventos de junho de 2013, divide o período em três momentos não necessariamente cronológicos. O primeiro, chamado de “a desqualificação e o descaso”, teve o Movimento Passe Livre (MPL) como protagonista e foi marcado pela reprovação midiática e tentativa de criminalização dos protestos, além de uma adesão social ainda tímida.

¹³⁵ NOBRE, 2022, p. 14

¹³⁶ GOHN, 2014, p. 22–25



Com a intensificação da repressão policial, que resultou em centenas de feridos, a opinião pública mudou sua narrativa, levando à massificação do movimento e à ocupação das ruas por mais de um milhão de pessoas em seu ápice no dia 20 de junho. Esse segundo momento, que Gohn denomina de “violência, revolta popular e susto pelo movimento de massa”, evidenciou a crescente solidariedade aos manifestantes, atraindo grupos que até então não participavam das manifestações. A visibilidade proporcionada pelas redes sociais e pela mídia alternativa expôs o que a grande imprensa vinha desvirtuando, ajudando a mobilizar pessoas que não necessariamente estavam alinhadas com as pautas originais, como o aumento das tarifas. Com a inclusão de novos atores, vieram novas demandas, o que esvaziou as pautas iniciais e dificultou a organização do movimento. Por fim, o terceiro momento, que Gohn define como “a vitória na

Figura 28 – Manifestação contra o aumento das tarifas de ônibus, trens e metrô em São Paulo, durante os protestos de 2013. Fonte: Movimento Passe Livre (wikipedia.org).

Essa foi uma manifestação organizada pelo Movimento Passe Livre (MPL) em São Paulo, durante os protestos de 2013, contra o aumento das tarifas de ônibus, trens e metrô. O MPL, fundado em 2005 no Fórum Social Mundial, defende a tarifa zero para o transporte coletivo e se destacou naquele ano ao mobilizar os primeiros protestos em resposta ao aumento da tarifa para R\$ 3,20. O cartaz principal exposto na manifestação, “Se a tarifa não baixar, a cidade vai parar”, simboliza o descontentamento popular com a política de transporte urbano e o alto custo do transporte público, questões que atingiam diretamente a população trabalhadora e de baixa renda. O aumento da repressão policial, que inicialmente visava conter os manifestantes, acabou desencadeando uma onda de protestos em escala nacional, ampliando a pauta e expondo uma série de insatisfações sociais e políticas reprimidas.

demanda básica”, ocorreu com o cancelamento do aumento das tarifas de transporte no dia 19 de junho, refletindo a conquista simbólica dos manifestantes. No entanto, o crescimento das manifestações trouxe questões mais amplas, como educação, saúde, segurança e corrupção, que se tornaram bandeiras genéricas e, por vezes, esvaziadas, permitindo que grupos diversos ocupassem os mesmos espaços políticos, sem lideranças claras ou uma demanda unificada.

Dito isso, a partir de 2013, algumas condições começaram a ser construídas para os desdobramentos futuros. Foi um evento de ruptura em uma certa normalidade que existia antes na política brasileira, que era marcada pela lógica da governabilidade entre esquerda e direita moderadas, além de um momento de bom desempenho econômico, como mencionado anteriormente. Essa condição de normalidade, em um contexto capitalista, foi gradativamente desgastada a partir de uma crise econômica combinada com uma modificação da relação entre pessoas e classe política, questões sobre a Copa do Mundo de 2014 e outras greves e ocupações anteriores, além de debates sobre a tarifa zero e o direito à moradia, frutos de trabalhos sindicais.¹³⁷ Todos esses elementos convergem em uma ebulição social naquele momento, o que abre uma nova conjuntura.¹³⁸ Isso quer dizer que certas coisas que não faziam parte dessa então normalidade passam a ser. Por exemplo, dizeres como “meu partido é meu país” ou “o gigante acordou” tornam-se frases de efeito em relação ao descrédito ao contexto político e econômico da época, o que altera a relação da população com os três poderes.

As mudanças provocadas por essa ebulição trouxeram ao debate popular temas que já existiam anteriormente, mas com outras dimensões. A reforma política, por exemplo, que já vinha sendo discutida, adquiriu uma força renovada após os acontecimentos de junho de 2013. De acordo com Sabrina Fernandes, quando

¹³⁷ As manifestações de junho de 2013 ocorreram em um cenário já marcado por um histórico de insatisfações populares em várias regiões do Brasil. Greves de professores, protestos por melhorias nos transportes públicos e conflitos envolvendo quilombolas, indígenas, sem-terra e sem-teto eram frequentes no noticiário dos meses anteriores. Demandas por transporte de qualidade já existiam há décadas, com movimentos reivindicando melhorias em diversas capitais, como Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre. Além disso, havia uma crescente indignação com o contraste entre os altos gastos com a Copa de 2014 e a precariedade dos serviços públicos. A isso se somava um sentimento de frustração diante de problemas como a corrupção, clientelismo político e projetos polêmicos em tramitação no Congresso, como a PEC 37 (GOHN, 2014, p. 19–22).

¹³⁸ ANDERSON, 2020; FERNANDES, 2023; GOHN, 2014; NOBRE, 2022

ocorre uma ruptura na normalidade política, como foi o caso dessas manifestações, os fenômenos políticos e sociais são reformulados, ganhando maior visibilidade e se tornando mais centrais no debate público.¹³⁹ Esse momento, para a autora, representou uma oportunidade para a emergência de novos atores políticos, que passaram a ser disputados tanto pela esquerda quanto pela direita. Ambos os espectros buscaram capturar esses novos sujeitos para seus projetos, utilizando estratégias diferentes, inclusive estéticas, para direcionar suas demandas e formar novos coletivos, refletindo as dinâmicas de reorganização do campo político naquele período.

Uma parte das pessoas que estavam nessas manifestações se colocou contrária à sua representação por outras, o que implica em uma rejeição às lideranças, principalmente aos partidos e às bandeiras. Como consequência, o nível de reconhecimento de legitimidade das organizações de esquerda nos atos, ao levar suas bandeiras sociais, é minguido justamente porque as pautas genéricas e esvaziadas são de uma aceitação e assimilação mais imediata. Fernandes aponta para um processo que pode ser compreendido à luz das ideias de Rancière e Mouffe, onde o que ocorreu nesse contexto se relaciona com uma tentativa de deslocar o conflito inerente à política, transformando questões profundamente políticas em problemas de ordem técnica e administrativa. Em vez de encarar os conflitos como expressões legítimas de dissenso, próprios de uma sociedade plural, houve uma tentativa de reduzir os debates sociais a questões de gestão, apagando as lutas de poder que realmente estavam em jogo. Esse processo contribuiu para a criação de uma “ficção consensual”, como Rancière chamaria, onde o dissenso é ocultado e os antagonismos são diluídos em um falso consenso, comprometendo a visibilidade dos conflitos que definem a política. Ao mesmo tempo, sob a ótica de Mouffe, essa negação do conflito contribuiu para deslegitimar o espaço agonístico da política, onde posições divergentes e contrárias poderiam se confrontar em um debate democrático real.

De junho de 2013 em diante, o esvaziamento de pautas gerou grandes oportunidades na disputa por esses novos atores, principalmente pela direita. Esses

¹³⁹ FERNANDES, 2019, p. 54

grupos transformaram a estética e o discurso das manifestações, criando movimentos e alterando os nomes dos eventos. A comunicação direta e a divulgação sensacionalista de suas ideias foram ferramentas centrais para essa reorientação. A esquerda, por outro lado, não conseguiu lidar bem com esse esvaziamento. Fernandes observa que a esquerda enfrentou dificuldades em disputar as multidões de junho, tanto pela menor capacidade de mobilização, quanto porque esses atores não “chegavam prontos”, ou seja, não estavam politicamente organizados.¹⁴⁰ Retomando Rancière, esses manifestantes não eram necessariamente sujeitos políticos, o que permitiu que apenas uma minoria aderisse à agenda da esquerda, composta por aqueles que já tinham algum grau de politização. Assim, a direita se beneficiou mais desse cenário, moldando os rumos das mobilizações e cooptando os novos personagens para seu projeto político.

Nesse sentido, é perceptível que a linguagem política contemporânea requer um certo nível de teatralização performática, mobilizando tanto a oratória quanto a imagem e a representação simbólica. Junho de 2013 mostrou com clareza que códigos imagéticos de fácil assimilação e expressões simbólicas simples são capazes de estruturar o discurso político e gerar adesão em massa. Isso reforça a ideia de que o discurso político utiliza signos estéticos para se conectar com o público. Assim, a identificação dos agrupamentos que se mobilizam nas ruas pode estar mais relacionada à estética do que propriamente à política. O processo de “estetização da política” se intensifica no contexto pós-junho de 2013, em que a política se vale da estética para envolver o público e gerar identificação emocional com as causas defendidas. Junho de 2013, mais do que os “caras-pintadas” da década de 1990, demonstra convergência entre formas artísticas performáticas e a ação política, ou seja, os traços carnavalescos a qual Schwarcz e Starling¹⁴¹ se referiam, criando redes que aproxima as pessoas por meio de imagens potentes.

¹⁴⁰ FERNANDES, 2019, p. 62

¹⁴¹ SCHWARCZ; STARLING, 2015

2.6 AS NOVAS DIREITAS E A CRESCENTE DIVISÃO NO BRASIL PÓS-2013

A partir do impeachment de Fernando Collor em 1992, o pemedebismo a qual Marcos Nobre se refere emergiu como uma força estabilizadora do sistema político brasileiro. Seu principal papel foi manter um ritmo lento e controlado de democratização e enfrentamento das desigualdades sociais, alinhando-se ao neoliberalismo global dos anos 1990. Esse modelo favoreceu uma acomodação das forças políticas em torno de um “novo centro”, que priorizava a estabilidade e o consenso, em detrimento de reformas mais profundas e inclusivas. No entanto, esse pacto político começou a desmoronar após junho de 2013, quando a insatisfação popular evidenciou o esgotamento desse modelo político, incapaz de responder adequadamente às demandas sociais emergentes.

Entre 2003 e 2016, o PT conduziu governos que não acompanharam a transformação digital que estava em curso no campo político e social nesse período. Nobre sugere que esses governos ainda operavam predominantemente através de métodos e estruturas datadas dos anos 1990, sem incorporar o uso de tecnologias digitais, como as redes sociais e ferramentas online, que estavam mudando a maneira como a política era feita e como as pessoas se mobilizavam.¹⁴² Durante esses anos, o governo petista criou conselhos, conferências nacionais de políticas públicas e mecanismos de participação. Ao mesmo tempo, as chamadas “novas direitas” começaram a se organizar nas redes digitais, o que se tornaria o novo espaço central da política. Paralelamente, “novas esquerdas” ganharam visibilidade com as manifestações de junho de 2013. Segundo Nobre, “a conjunção desses movimentos subterrâneos, invisíveis na esfera pública formal, que foi junho de 2013, tenha surgido como surpresa e como ameaça não só para governos petistas, mas para o sistema político como um todo”.¹⁴³

A presença da esquerda tradicional, liderada pelo PT, no poder federal, desequilibrava a expansão desses dois movimentos. Isso ocorreu porque a nova esquerda enfrentava maiores dificuldades em se posicionar como força de oposição a um governo com o qual compartilhava ideais progressistas. Em contrapartida, o discurso da nova direita se mostrava mais acessível às massas, pois pautas como

¹⁴² NOBRE, 2022, p. 127

¹⁴³ NOBRE, 2022, p. 127

“lutar por mais saúde e educação” ou “combater a corrupção” eram apresentadas de forma simplificada, sem a necessidade de uma contextualização social mais profunda. Esse formato facilitava a assimilação por atores sociais emergentes, que estavam ingressando naquele momento no cenário de disputas políticas. Mesmo assim, as novas esquerdas continuaram a influenciar a política após junho de 2013, através de movimentos como os “Comitês Populares da Copa e as chamadas primaveras feminista e secundarista, por exemplo, além do surgimento da Coalizão Negra por Direitos”.¹⁴⁴ As novas direitas, por sua vez, consolidaram sua força como uma oposição extrainstitucional, aproveitando-se da falta de abertura do sistema político para novas vozes. Essa característica antissistema das novas direitas, formada pela rejeição às instituições políticas tradicionais, foi decisiva para que elas, e não a esquerda, capturassem o impulso de mudança que emergiu naquele período, especialmente com a Operação Lava Jato como “escudo” simbólico e político.¹⁴⁵

A partir de junho de 2013, o sistema político brasileiro, até então blindado pelo pemedebismo, começou a demonstrar vulnerabilidades. Embora o sistema político tenha perdido o controle sobre parte da política, não surgiu naquele momento uma alternativa de poder institucional, seja à direita ou à esquerda. A reação das instituições foi de resistência a qualquer tipo de reforma ou abertura para as novas forças políticas que emergiam, tanto à direita quanto à esquerda. Esse bloqueio institucional forçou as novas direitas a se organizarem como uma oposição extrainstitucional, que posteriormente seria canalizada pela candidatura de Jair Bolsonaro em 2018, consolidando a ascensão de uma direita antissistema e digital.

Entretanto, as manifestações após esse mês logo arrefeceram. Embora pequenos protestos, especialmente sindicais, tenham ocorrido em cidades como o Rio de Janeiro, eles não conseguiram repetir o impacto midiático ou o volume de manifestantes de junho de 2013. O ano seguinte, 2014, trouxe consigo grandes

¹⁴⁴ NOBRE, 2022, p. 128

¹⁴⁵ O conjunto de forças antissistema precisava de um elemento comum para se opor ao sistema político e impedir que ele retomasse o controle. Esse “escudo” foi encontrado na Operação Lava Jato, que desempenhou um papel fundamental na crise democrática brasileira. Ao atacar figuras-chave, a Lava Jato criou um ambiente de descrédito das instituições políticas, permitindo que essas vertentes de direita ganhassem força e moldassem a crise democrática brasileira. Além disso, a ascensão de um partido digital de extrema direita, aliado à candidatura de Bolsonaro, transformou essa oposição extrainstitucional em uma força anti-institucional (NOBRE, 2022, p. 131).

expectativas de novas manifestações devido à realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil. Muitos esperavam que os mesmos manifestantes que criticaram os gastos exorbitantes com eventos esportivos em 2013 voltassem às ruas. Contudo, esses protestos não se materializaram de forma significativa, e a Copa ocorreu sem maiores turbulências, sendo amplamente vista como um sucesso de público.

A partir de 2015, no entanto, o Brasil vivenciou uma nova onda de grandes manifestações, com características distintas das de 2013. Nesse momento, as mobilizações adquiriram uma nova clivagem, marcada por uma divisão crescente entre apoiadores e críticos do governo federal. O que restou das energias impulsivas e catalizadoras de 2013 foi, em grande parte, capturado por uma lógica de confrontação política tradicional, que opôs defensores do PT e opositores do governo de Dilma Rousseff. Dessa forma, as manifestações de junho de 2013, que inicialmente refletiam uma diversidade de demandas e vozes, foram gradualmente absorvidas pela crescente bifurcação política, resultando em um cenário onde as disputas em torno do impeachment de Dilma Rousseff passaram a centralizar o debate público e sufocar a multiplicidade original dos protestos.

Dilma foi reeleita em 2014 por uma margem estreita, o que alimentou uma insatisfação crescente entre setores da sociedade e a oposição. Logo após as eleições, o PSDB, derrotado no segundo turno, questionou os resultados, pedindo a cassação do mandato da presidente, alegando fraudes eleitorais. Ao mesmo tempo, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, instaurou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras para investigar o escândalo de corrupção conhecido como "Petrolão", que envolvia figuras de destaque do governo e sua base aliada. De acordo com Ângela Alonso, em meio a esse contexto, o tema da corrupção passou a ocupar o centro das mobilizações, especialmente com o desenrolar da Operação Lava Jato, que ganhou enorme repercussão ao expor uma rede de corrupção que envolvia empresários, políticos e partidos.¹⁴⁶

Em março de 2015, grandes manifestações voltaram a ocupar as ruas. Na Avenida Paulista, em São Paulo, milhares de pessoas se reuniram vestindo verde

¹⁴⁶ ALONSO, 2017, p. 54



Figura 29 – Manifestantes em frente ao Congresso Nacional, em Brasília, 2015. Fonte: Protestos contra o governo Dilma Rousseff (wikipedia.org).



Figura 30 – Manifestantes na orla da Paria de Copacabana, no Rio de Janeiro, 2015. Fonte: idem.



Figura 31 – Manifestantes em frente ao MASP, na Avenida Paulista, em São Paulo, 2015. Fonte: idem.

No dia 15 de março de 2015, protestos ocorreram em todos os estados brasileiros, com mobilizações em ao menos 160 cidades. Houve manifestações também em seis cidades do exterior, como Buenos Aires, Londres e Miami. As estimativas de participação variaram entre 1,4 milhão e 3 milhões de pessoas, dependendo da fonte. Em São Paulo, o protesto na Avenida Paulista foi o maior, com a Polícia Militar estimando 1 milhão de participantes, enquanto o Datafolha contabilizou 210 mil. O discurso predominante pedia o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff e responsabilizava o PT pelo escândalo de corrupção na Petrobras. Algumas vozes defendiam uma intervenção militar. O governo paulista, pela primeira vez, liberou as catracas do metrô para os manifestantes, um gesto interpretado como apoio aos protestos.

e amarelo, carregando bandeiras nacionais e entoando cânticos patrióticos. Estima-se que cerca de um milhão de pessoas, segundo a Polícia Militar, ou

mais de 200 mil, segundo o Datafolha, participaram desse protesto contra o governo petista e as práticas de corrupção que emergiram com a Lava Jato.¹⁴⁷ Em agosto do mesmo ano, novos protestos massivos ocorreram em várias cidades do país, consolidando a oposição ao governo de Dilma Rousseff. Esses movimentos passaram a ser marcados pela presença de setores conservadores e grupos de classe média e alta, organizados em torno de entidades empresariais e patronais, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), além de grupos emergentes da direita, como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem Pra Rua, que ganharam força através das redes sociais.

O sentimento de insatisfação culminou no final de 2015, quando a Câmara dos Deputados aceitou o pedido de impeachment de Dilma. A partir desse momento, o país viu ser consolidada uma profunda divisão política, com dois blocos principais emergindo: os apoiadores do impeachment, que entoavam o grito de “Fora Dilma”, e os defensores do governo, que protestavam com a frase “Não vai ter golpe”. Em 2016, a divisão se intensificou à medida que o processo de impeachment avançava. De um lado, os setores conservadores e os grupos de classe média que participaram das manifestações de junho se aglutinaram em torno das pautas anticorrupção, dando apoio à Operação Lava Jato e ao juiz Sérgio Moro, que se tornou uma figura de destaque, símbolo de uma “moralidade pública”.¹⁴⁸ De outro, os defensores de Dilma, compostos por sindicatos, movimentos sociais e a militância petista, tomaram as ruas para protestar contra o impeachment, que viam como uma tentativa de golpe institucional.

Esse embate nas ruas resultou em confrontos, e a divisão política se consolidou de maneira ainda mais evidente. Os apoiadores do impeachment, que entoavam discursos sobre “pátria, religião, família e valores da sociedade

¹⁴⁷ ALONSO, 2017, p. 55

¹⁴⁸ Sérgio Moro representou uma tentativa de revitalização da direita tradicional brasileira, ganhando destaque como símbolo de moralidade pública e combate à corrupção durante a Operação Lava Jato. No entanto, essa direita, já enfraquecida, não conseguiu se sustentar diante da crescente divisão política e foi gradualmente cooptada pela extrema direita, que adotou uma retórica mais radical e autoritária. Moro, então, se tornou o último suspiro dessa direita conservadora, sendo rapidamente absorvido por uma nova agenda populista que consolidaria a extrema direita no cenário político brasileiro (ALONSO, 2017, p. 55–56).

tradicional"¹⁴⁹, predominantemente de classe média e alta, foram pejorativamente chamados de "coxinhas", enquanto os defensores de Dilma, organizados por sindicatos e movimentos sociais, receberam o apelido de "mortadelas". A pluralidade observada em junho de 2013, que abrigava diversas vozes e setores opostos da sociedade, foi progressivamente sufocada por essa divisão. Essa pluralidade, que poderia ter dado lugar a um agonismo político saudável, acabou sendo substituída por um embate rígido entre dois campos antagônicos. A direita tradicional, buscando um espaço entre a esquerda e a extrema direita emergente, acabou se alinhando à última, minando a diversidade inicial dos protestos e consolidando uma postura mais reacionária.

Quando o impeachment foi aprovado pelo Senado em agosto de 2016, removendo Dilma Rousseff da presidência, o processo de divisão atingiu seu auge, separando ainda mais os setores sociais e políticos no Brasil. Na votação em Brasília, em abril de 2016, essa divisão se despontou claramente, com os manifestantes fisicamente separados por uma cerca: de um lado, os defensores de Dilma, vestidos de vermelho, e do outro, os partidários do impeachment, trajando camisas amarelas da seleção brasileira. Essa barreira, imposta pelo governo do Distrito Federal, não apenas delimitava fisicamente os grupos, mas simbolizava uma profunda fragmentação política no país. A aproximação da direita conservadora com a extrema direita consolidou esse distanciamento, sufocando a possibilidade de um debate agonístico mais amplo.

Portanto, o que se viu após junho de 2013 foi uma reorganização das forças políticas, com o enfraquecimento da pluralidade dos protestos originais e a ascensão de uma agenda conservadora que se fundiu com a extrema direita. A Operação Lava Jato foi fundamental nesse processo, ao desencadear uma crise política e jurídica que ajudou a redefinir as coalizões políticas. A narrativa do "pós-junho" passou a ser dominada por interpretações divergentes dos acontecimentos de

¹⁴⁹ Essa tônica remete à "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" de 1964, como visto, um movimento conservador que apoiava a intervenção militar e a derrubada do governo de João Goulart. Em ambos os casos, esses valores foram utilizados como símbolos de resistência contra governos percebidos como ameaças à ordem estabelecida e aos princípios morais e religiosos defendidos por setores conservadores da sociedade.



2013, refletindo um momento de profundas mudanças na política brasileira, tanto nas ruas quanto nas instituições.

Figura 32 – Manifestação em apoio à ex-presidente Dilma Rousseff em Brasília, 2016. Fonte: 'Não vai ter golpe', grita público em ato em defesa de Lula e Dilma em SP (g1.globo.com).

O slogan “não vai ter golpe” emergiu como uma resposta estratégica das forças progressistas, unindo diversos setores que, embora críticos à política do governo Dilma Rousseff, reconheciam a gravidade do *impeachment* como um ataque às bases democráticas do país. O bordão, que começou a circular timidamente em 2015, ganhou força conforme o processo de destituição da ex-presidente avançava e mobilizava milhões de brasileiros. Esse grito de resistência foi além dos apoiadores do governo, envolvendo intelectuais, artistas e movimentos sociais que, mesmo desapontados com o Partido dos Trabalhadores, viam no *impeachment* uma tentativa de interromper um projeto popular e de justiça social iniciado em 2003. Em 31 de março, uma data marcada pela lembrança do golpe militar de 1964, manifestantes tomaram as ruas em defesa da democracia, lembrando a trajetória de figuras como João Goulart, cuja deposição foi igualmente considerada um atentado à vontade popular.

2.7 AS ELEIÇÕES DE 2018 E A CONSOLIDAÇÃO DO BOLSONARISMO

A ascensão de Jair Bolsonaro à presidência em 2018 é resultado de uma série de fatores complexos e interconectados, que começaram a ganhar forma bem antes da sua candidatura oficial. Como aponta Marcos Nobre, embora ainda não saibamos tanto sobre os antecedentes da eleição de Bolsonaro como sabemos sobre eventos similares em outros países, é perceptível que a crise econômica global de 2008 e o surgimento dessas citadas novas direitas desempenharam um papel fundamental nesse processo.¹⁵⁰ Esses novos grupos, compostos por setores que se posicionavam contra as elites políticas e econômicas estabelecidas, encontraram um Brasil em profunda insatisfação, que se intensificou com os eventos de junho de 2013 e os escândalos políticos subsequentes.

Embora o eleitorado evangélico, as forças de segurança e o agronegócio tenham se consolidado como bases importantes de apoio a Bolsonaro, esses setores já estavam em reorganização desde os anos 2000.¹⁵¹ No entanto, é importante destacar que, diferentemente do que se poderia inferir, o PT não representava as elites políticas tradicionais. Pelo contrário, embora tenha se tornado hegemônico durante os governos Lula e Dilma, o partido nunca foi plenamente aceito pelas elites brasileiras. Mesmo quando no poder, o PT se viu sob constante resistência desses grupos, que reagiram prontamente às políticas redistributivas e inclusivas que o partido tentou implementar.

As manifestações de junho de 2013 revelaram de forma contundente o esgotamento do modelo político que havia se mantido desde o Plano Real, indicando que tanto a esquerda quanto a direita não conseguiram captar a profundidade do descontentamento social. Em vez de responder às demandas emergentes por reformas estruturais, o sistema político tentou manter o *status quo*. Nesse contexto, vale ressaltar que o processo que culminou na saída de Dilma Rousseff em 2016, muitas vezes apresentado pela direita como impeachment, é interpretado pela esquerda como golpe. Dilma, que foi inocentada das acusações de “pedaladas fiscais”¹⁵² e não perdeu seus direitos políticos, viu seu governo ser contestado já nas

¹⁵⁰ NOBRE, 2022, p. 205

¹⁵¹ NOBRE, 2022, p. 133

¹⁵² BBC NEWS BRASIL, 2023b

eleições de 2014, quando Aécio Neves questionou o resultado. Posteriormente, Michel Temer, seu vice-presidente, articulou movimentos que enfraqueceram o PT internamente, criando condições para sua saída e a posterior ascensão de Bolsonaro, com Lula preso e impossibilitado de concorrer em 2018.

Nesse sentido, o impeachment de Dilma foi um dos eventos-chave que evidenciaram a fragmentação do sistema político e a incapacidade das forças tradicionais de se adaptar às novas demandas sociais. Como observa Nobre, ao ignorar o clamor por mudanças e blindar-se contra as pressões populares, o sistema político perdeu a oportunidade de avançar e modernizar a democracia brasileira.¹⁵³ O resultado foi a emergência de uma nova direita populista que, aproveitando o vácuo político, reestruturou o cenário e abriu caminho para a eleição de Bolsonaro, transformando profundamente a política brasileira.

Duas teorias foram elaboradas por Marcos Nobre¹⁵⁴ para interpretar os desdobramentos desde 2013. A primeira, chamada de “teoria do ovo da serpente”, sugere que a crise política atual começou com os protestos de junho de 2013, quando as forças reacionárias tomaram a liderança das manifestações, levando à deposição de Dilma e à prisão de Lula. Já a “teoria da quebra das regras informais” defende que o problema se iniciou na transição entre o primeiro e o segundo mandato de Dilma, especialmente quando o PSDB decidiu questionar judicialmente o resultado das eleições de 2014. Para essa última vertente, a quebra das normas que sustentavam o presidencialismo de coalizão foi o gatilho para a série de rupturas que culminaram com a eleição de Bolsonaro em 2018.

A ascensão do bolsonarismo ao poder não pode ser compreendida apenas como um movimento autoritário sem conexão com a realidade democrática brasileira. Como aponta Nobre, o bolsonarismo se apropria de críticas reais à democracia tal como funcionava no Brasil, aproveitando-se de suas falhas, especialmente no que se refere à falta de representatividade e à corrupção sistêmica. Essas críticas, embora legítimas, foram distorcidas para justificar a ideia de uma “verdadeira democracia” que, no caso de Bolsonaro, se aproxima perigosamente de

¹⁵³ NOBRE, 2020, p. 57

¹⁵⁴ Marcos Nobre discute com detalhes essas teorias no anexo “O que fazer de Junho de 2013?”, do seu livro “Ponto-final: A guerra de Bolsonaro contra a democracia” (NOBRE, 2020, p. 57–62).



um regime autoritário, onde os valores democráticos são subvertidos em nome de um ideal de ditadura. O bolsonarismo, nesse contexto, cria uma ficção política, retomando Rancière, ao redesenhar os sentidos de “democracia” e “autoridade”. Ele projeta um imaginário de uma democracia ideal que, na verdade, esvazia os valores democráticos tradicionais, apresentando-os como corrompidos e sugerindo que o retorno a uma ordem autoritária seria o caminho para restaurar a verdadeira democracia. Dessa maneira, o bolsonarismo manipula as críticas às falhas do sistema democrático para estabelecer uma nova narrativa, em que a “restauração da ordem” é apresentada como a solução para a corrupção e a ineficácia do Estado. Nessa ficção política, a ditadura é romantizada e reconfigurada como o regime que traria estabilidade, o que subverte a noção de democracia para justificar práticas autoritárias. Assim, tal narrativa molda o imaginário político,

Figura 33 – Símbolos militares levado por apoiadores de Jair Bolsonaro em manifestação na Avenida Paulista, em São Paulo, 2018. Fonte: Ato pró Bolsonaro começa na Avenida Paulista (terra.com.br).

Um boneco inflável gigante que representa o então candidato em trajes militares, simbolizando a associação de sua figura com a ordem, disciplina e autoridade, características frequentemente evocadas por seus apoiadores. A estética dessa manifestação reflete o culto à personalidade, com a figura de Bolsonaro sendo apresentada como um “salvador da pátria” que, segundo seus seguidores, traria estabilidade ao país. O uso de símbolos nacionais, como as cores da bandeira e a faixa presidencial, também reforça a narrativa de que Bolsonaro é o legítimo representante dos interesses patrióticos, contrastando com a ideia de que seus opositores estariam ligados à corrupção e à fragilização do país. Esse cenário exemplifica como a candidatura de Bolsonaro em 2018 foi embasada em uma retórica conservadora, que prometia uma retomada dos valores tradicionais, especialmente no que diz respeito à segurança, família e moralidade, cativando uma parcela da população insatisfeita com os rumos políticos e sociais do Brasil naquele momento.

criando uma ficção consensual onde o autoritarismo é disfarçado de solução democrática.

No entanto, o bolsonarismo não emergiu em um vácuo. Seu crescimento foi facilitado pela resposta ineficaz do campo democrático, que, em muitos casos, passou a defender o retorno a uma ordem anterior, ignorando que as bases do sistema político antes de 2013 já haviam se desmoronado. Esse desejo de restaurar a “normalidade” acabou fortalecendo o bolsonarismo, pois ele se apresenta como uma alternativa a essa mesma ordem política que a população rejeitava.¹⁵⁵ Além disso, a fusão entre Bolsonaro e o bolsonarismo com as novas direitas obscurece as diferenças internas nesse campo, fortalecendo as alas mais autoritárias ao invés de fomentar uma reorganização democrática dentro da direita.

A estratégia bolsonarista se mostrou eficaz ao criar uma rede digital de apoio, que mobilizou amplos setores da sociedade anteriormente marginalizados pela política institucional, em grande parte utilizando valores conservadores e neoliberais como alicerces dessa mobilização. O bolsonarismo ofereceu a esses grupos uma narrativa que ressoava com suas angústias econômicas e morais, promovendo a restauração de uma ordem que prometia tanto prosperidade quanto uma reafirmação de valores tradicionais. Em um contexto de crescente insatisfação, essas estratégias se tornaram atraentes para uma população que já não se reconhecia mais no sistema político e buscava um horizonte de maior prosperidade.

Esse movimento de atração envolveu setores da sociedade que viam a crise econômica e as mudanças sociais como ameaças diretas, tanto à sua posição econômica quanto aos valores morais que consideravam fundamentais. O conservadorismo moral, em torno da defesa da família, da ordem e da religião, aliado ao neoliberalismo econômico, que promovia o empreendedorismo individual e a redução do papel do Estado, ofereceu a eles uma visão de futuro que parecia mais segura. No entanto, o fato de Bolsonaro ter consolidado seu poder não significa que sua ascensão era inevitável. Como Marcos Nobre argumenta, outros caminhos poderiam ter sido seguidos, e a eleição de Bolsonaro não estava

¹⁵⁵ NOBRE, 2022, p. 90

predestinada, mas foi resultado de uma série de fatores interconectados que criaram um cenário propício para sua vitória. Nas palavras do autor:

Bolsonaro é resultado, não é causa nem acaso. Sua ascensão à presidência nada teve de inevitável, como se não estivessem objetivamente abertas outras possibilidades. Pelo contrário, continuavam a ocorrer intensas batalhas políticas fora do radar da política institucional, que só episodicamente alcançavam visibilidade na esfera pública tradicional.¹⁵⁶

Dessa maneira, a falta de uma resposta eficaz da esquerda e de forças democráticas tradicionais permitiu que o bolsonarismo se fortalecesse, explorando fissuras no sistema político e se apresentando como o único defensor dos “interesses do povo” contra um *establishment* corrompido.

Com o fim do governo Dilma Rousseff, a crise política se aprofundou. Aécio Neves, ao questionar os resultados eleitorais, fomentou um movimento que rapidamente fugiu ao seu controle e deu espaço para a reorganização das já mencionadas novas direitas. Segundo Nobre, “foi nesse momento que se organizou — ou reorganizou — um dos muitos avatares do pemedebismo, um codinome pelo qual é muitas vezes conhecido, no debate público, o Centrão”.¹⁵⁷ Desde a Constituinte de 1988, esse grupo parlamentar vinha se consolidando como uma força conservadora capaz de frear avanços progressistas. Liderado por Eduardo Cunha, manipulando as tensões entre as cúpulas partidárias e a base parlamentar para influenciar os rumos da política nacional, especialmente no processo que resultou na destituição de Dilma de sua posição presidencial em 2016.

Para compreender melhor esse momento na política brasileira, é importante contextualizar o seguinte: Eduardo Cunha, ex-presidente da Câmara dos Deputados e figura de destaque no movimento evangélico, desempenhou um papel central durante a crise política que culminou no afastamento de Dilma Rousseff. Cunha, que mais tarde foi condenado por corrupção e preso, utilizou sua posição para manobrar o jogo político entre deputados e lideranças partidárias, promovendo uma agenda que frequentemente ia ao encontro de pautas reacionárias e conservadoras, desafiando setores do próprio governo Dilma que defendiam avanços sociais. A partir de 2015, seu desejo de remover Dilma do poder e controlar o processo político, com o objetivo de “estancar a sangria” da operação Lava

¹⁵⁶ NOBRE, 2022, p. 146

¹⁵⁷ NOBRE, 2022, p. 160

Jato, começou a conflitar com os interesses mais amplos do sistema político, que buscava neutralizar a operação sem necessariamente entregar todo o controle a Cunha.¹⁵⁸

A forma como Cunha conduzia as negociações na Câmara, com métodos que enfraqueciam a autoridade das cúpulas partidárias, gerou tensões tanto entre aliados quanto adversários. O governo Dilma, numa tentativa de manter a estabilidade e controlar a crescente crise, alinou-se com essas lideranças políticas contra Cunha. No entanto, esse movimento não antecipou as consequências mais amplas. O afastamento de Dilma e a cassação de Cunha não foram apenas o resultado de um embate entre essas figuras, mas parte de um processo político mais profundo e estratégico, em que ambos acabaram sendo removidos do cenário por forças que buscavam reorganizar o poder político no Brasil, cada qual com seus próprios interesses na equação.

Esse cenário de desintegração do sistema político culminou na ascensão de Jair Bolsonaro, que conseguiu canalizar o descontentamento popular e a fragmentação institucional em uma candidatura presidencial vitoriosa. A operação Lava Jato acabou sendo instrumentalizada para pavimentar o caminho de Bolsonaro. No entanto, a aliança entre as novas direitas e o “lavajatismo” mostrou-se temporária e frágil, com as divergências internas do campo conservador se intensificando à medida que o bolsonarismo assumia o controle do cenário político.¹⁵⁹ Bolsonaro, como mencionado, se consolidou como um presidente antissistema, mantendo-se em constante campanha política, buscando assegurar sua base de apoio. Desde o início, governou para uma parcela específica da população, identificada como “os bons brasileiros”, ou seja, aqueles que o apoiavam. O objetivo era transformar essa minoria em uma força dominante, dentro de um projeto autoritário que avançava conforme as oportunidades surgiam. Esse projeto autoritário, no entanto, ainda estava em fase inicial quando a pandemia de Covid-19 atingiu o Brasil, em março de 2020.

A crise pandêmica expôs a natureza destrutiva da administração de Bolsonaro, que, em vez de enfrentar a emergência de forma eficaz, utilizou sua tática

¹⁵⁸ NOBRE, 2022, p. 163.

¹⁵⁹ NOBRE, 2022, p. 165

de parasitismo político, desviando a responsabilidade para o “sistema”. Marcos Nobre faz a seguinte observação:

A tática antissistema de Bolsonaro se beneficia do fato de que o “sistema” continua a funcionar, ao mesmo tempo que se beneficia de atacar esse mesmo “sistema” como origem de todos os males. Essa tática é de grande relevância para o projeto autoritário de Bolsonaro por pelo menos duas razões: embaralha deliberadamente a divisão entre situação e oposição, reconfigurando-a em uma divisão entre “sistema” e “antissistema”; prepara uma constante destruição das instituições democráticas por dentro, buscando identificar a “democracia existente” ao “sistema” e propondo a identificação da “verdadeira democracia” com o período da ditadura militar.¹⁶⁰

Ou seja, ao atacar as instituições democráticas e evitar governar de maneira convencional, Bolsonaro consolidou uma postura antissistema, marcada por constantes ataques à ciência, à mídia e às estruturas institucionais. Sua estratégia foi além de apenas criticar: ele construiu uma estética antissistema que funcionou como uma imunidade política, rejeitando valores convencionais associados ao “sistema”. Isso ofereceu ao bolsonarismo um escudo contra críticas e permitiu que ele desviasse das responsabilidades políticas, apresentando-se como uma alternativa ao *establishment*. Ao se posicionar como alguém “fora do sistema”, Bolsonaro fortaleceu sua base ao capitalizar sobre o descontentamento popular, ao mesmo tempo que minava as instituições, dando coerência às suas críticas constantes à Constituição e promovendo um discurso de negação — não apenas em relação à pandemia, mas a qualquer valor associado ao “sistema corrompido”. Essa estética antissistema não só sustentou sua retórica, como também neutralizou resistências, convertendo o descontentamento em força política e tornando o bolsonarismo resiliente às críticas tradicionais.

Essa tática também teve consequências para a oposição a Bolsonaro, que encontrou dificuldade em se organizar, em parte devido à pandemia. Mesmo com a realização da CPI da Covid no Senado, sua oposição parlamentar não conseguiu se consolidar de maneira efetiva.¹⁶¹ Enquanto isso, Bolsonaro manteve sua agenda de governo e seu discurso contra o “sistema”, apoiado em ações simbólicas e táticas de desinformação, como a defesa de remédios ineficazes e a minimização dos impactos da crise sanitária.

¹⁶⁰ NOBRE, 2022, p. 178

¹⁶¹ NOBRE, 2022, p. 180

Nesse contexto, o pemedebismo foi reconfigurado, desta vez ocupado pela extrema direita. Grupos que haviam se sentido atacados e deslegitimados durante os governos anteriores do PT, como as forças de segurança e os evangélicos, ganharam protagonismo no governo Bolsonaro. Os militares, por exemplo, revidaram após terem sido alvos da Comissão da Verdade, que expôs os crimes da ditadura militar, colocando em xeque uma suposta imagem e legado das Forças Armadas. Esse processo de revisão do passado gerou uma reação de ressentimento entre os militares, que buscaram se reerguer politicamente durante o governo Bolsonaro, ocupando posições-chave e moldando a agenda do governo.

De forma semelhante, os evangélicos, que se viam marginalizados pela pauta progressista de costumes promovida por governos anteriores, reagiram contra as políticas de inclusão de direitos LGBTQIA+, como o casamento homoafetivo e o reconhecimento de identidades de gênero. Para eles, essas pautas afrontavam seus valores religiosos e ameaçavam uma pretensa estrutura tradicional da família. Assim, ao lado de Bolsonaro, esses grupos encontraram uma oportunidade de resgatar e promover seus valores conservadores, ao mesmo tempo que contribuíam para a construção de uma base autoritária.

Partidos como o Partido Progressista (PP) e o Partido Liberal (PL) assumiram a liderança do cartel de apoio parlamentar, mas o bolsonarismo trouxe uma nova dinâmica para o pemedebismo.¹⁶² Com uma base de apoio autoritária e uma organização digital robusta, o bolsonarismo intensificou o desmonte das instituições democráticas. O modelo de negociação política foi transformado em algo mais próximo de uma lógica de controle centralizado, especialmente com o uso de mecanismos como o orçamento secreto, reforçando uma prática de governo que minava os pilares da democracia representativa.

¹⁶² NOBRE, 2022, p. 188

2.8 GOVERNO BOLSONARO: FRAGMENTOS NA CIDADE

Um dos desdobramentos das novas direitas, agora encarnadas em bolsonarismo, foi popularizar um tipo diferente de manifestação, os “protestos a favor”, ou atos, como a mídia comumente os chama. Diferente dos movimentos tradicionais, que historicamente se estruturaram em torno da contestação e ruptura com o *status quo*, esses atos se destacam pelo apoio a uma figura específica, a defesa de valores conservadores e, em muitos casos, pela validação das estruturas de poder já estabelecidas. Em vez de promover mudanças profundas na ordem social, especialmente em relação às questões urbanas, essas manifestações têm um caráter performático e simbólico, menos disruptivo do ponto de vista social, sendo marcadas por elementos que reforçam uma identidade comum entre os participantes. Essa lógica de manifestação, onde o protesto é uma afirmação de valores conservadores e uma defesa da ordem baseada em uma visão cristã de mundo — mesmo que o Brasil seja oficialmente um Estado laico —, tem como exemplo mais evidente os atos pró-Bolsonaro, que ganharam força durante sua campanha presidencial e ao longo de seu governo.

Essa forma de manifestação não é inédita enquanto arranjo. Como visto, um de seus precedentes pode ser identificado na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, realizada em 1964, antes da promulgação da Constituição de 1988, que assegura formalmente a condição laica do Estado brasileiro. À época, a separação entre religião e política não era tão clara quanto no ordenamento jurídico pós-1988, permitindo que valores religiosos tivessem uma influência ainda mais direta sobre a mobilização política. A marcha de 1964, organizada em reação ao governo de João Goulart e apoiada por setores conservadores da sociedade, compartilha semelhanças com os protestos pró-Bolsonaro, especialmente na maneira como ambos os movimentos evocam uma suposta moralidade tradicional, defendem valores cristãos e mobilizam um imaginário de combate a uma ameaça comunista ou socialista que jamais existiu.

No entanto, é importante observar que essa ameaça comunista, tanto em 1964 quanto no contexto contemporâneo, é amplamente anacrônica. Em 1964, o comunismo nunca representou uma ameaça real ao governo de Goulart, e atualmente, o fantasma do comunismo está ainda mais distante da realidade política



global, sendo invocado mais como uma estratégia retórica para mobilizar setores conservadores do que como uma resposta a qualquer perigo concreto. Esses "protestos a favor", portanto, se fundamentam na reafirmação de uma narrativa



hegemônica que busca preservar privilégios históricos injustos, muitas vezes camuflados como valores conservadores. Esses valores, que eram dominantes em um contexto pré-constituição de 1988, confrontam os avanços sociais e os direitos

assegurados pela Carta Magna, que hoje garantem a igualdade e a justiça social a diversos grupos historicamente marginalizados.

No bolsonarismo, a divisão política torna essa dinâmica ainda mais evidente, com os manifestantes se posicionando como protetores de uma identidade nacional supostamente ameaçada por forças internas, representadas principalmente pelo PT e seus aliados. No entanto, entender essa configuração como um simples confronto entre dois polos opostos seria uma simplificação inadequada. A ideia de que se trata de “dois lados da mesma moeda” ignora a assimetria presente nas bases políticas e sociais desses movimentos. Enquanto os protestos progressistas historicamente buscam ampliar direitos e promover transformações sociais, as manifestações bolsonaristas têm como foco preservar uma ordem social baseada em privilégios conservadores, frequentemente rejeitando avanços sociais ou a ampliação de direitos para minorias, que são hoje assegurados pela Constituição de 1988.

A cobertura midiática e o caráter visual e simbólico dos protestos pró-Bolsonaro revelam um contraste com as manifestações de oposição, tanto na forma quanto no conteúdo. As manifestações a favor de Bolsonaro demonstram uma repetição visual constante — o verde e amarelo, as bandeiras do Brasil e os slogans contra o PT. Essa repetição de símbolos reflete a identidade consolidada de um grupo que se opõe ao que considera uma ameaça ao seu ideal de “ordem”, ao mesmo tempo em que

◀◀ Figura 34 – “Nós te autorizamos, presidente”. Apoiadores utilizam faixa em ato em favor do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, na Avenida Paulista, em São Paulo, 2021. Fonte: Ato pró-Bolsonaro ocupa a Avenida Paulista com aglomeração e pede “intervenção militar” (g1.globo.com).

◀◀ Figura 35 – “Chegou a hora presidente”. Outra faixa utilizada no mesmo ato, em 2021. Fonte: idem.

◀ Figura 36 – Homem segura cartaz em apoio a Bolsonaro, em 2021. Fonte: idem.

◀ Figura 37 – Manifestante mostra tatuagem em homenagem ao ex-presidente Jair Bolsonaro em manifestação na Avenida Paulista, em 2021. Fonte: idem.

As imagens retratam atos pró-Bolsonaro realizados em 2021, onde manifestantes, predominantemente vestidos de verde e amarelo, ocupam a Avenida Paulista em apoio ao ex-presidente, clamando por “intervenção militar” e “autorizações” para ações extraordinárias. As faixas exibem frases como “Chegou a hora, presidente” e “Nós te autorizamos, presidente”, reforçando o caráter de culto à personalidade e de confiança irrestrita no líder, características que marcaram boa parte da base bolsonarista. Em um contexto de pandemia, os manifestantes também pediram a reabertura econômica e rejeitaram as medidas de isolamento social, alinhando-se à retórica do próprio governo federal, que minimizava os efeitos da COVID-19. O apelo à intervenção militar e à reabertura econômica reflete a agenda conservadora e neoliberal defendida pelo governo Bolsonaro, que, ao longo de 2021, consolidou sua base de apoio através do uso estratégico de símbolos nacionais e de uma retórica anticomunista. A exibição massiva de bandeiras e cartazes também demonstra a apropriação da estética patriótica como uma ferramenta de propaganda política, transformando o espaço público em um cenário de resistência ao que os manifestantes enxergam como uma ameaça à soberania e à ordem nacional.

reforça um sentimento de pertencimento entre os apoiadores.¹⁶³ Em contraste, a cobertura dessas manifestações é menos profunda e analítica, sugerindo que, ao contrário dos protestos de oposição que frequentemente apresentam uma diversidade de pautas e análises políticas mais densas, os protestos bolsonaristas se limitam a um conjunto de demandas previsíveis, como “combate à corrupção” e a defesa de valores tradicionais. A falta de inovação temática e a centralidade na identidade visual demonstram que esses atos, em sua maioria, operam como reafirmação de uma narrativa já estabelecida, sem buscar transformações ou articulações complexas. A própria repetição dessas temáticas, reforçadas pela mídia, pode ser interpretada como um reflexo da estrutura ideológica do movimento, que se baseia em uma contínua reafirmação daquilo que já é considerado “certo” por seus participantes.

A sequência de protestos que marcaram o Brasil entre 2018 e 2022 reflete um cenário de crescente divisão política. Manifestações pró-Bolsonaro ganharam notoriedade nas datas comemorativas de 7 de setembro, especialmente em 2021 e 2022, quando milhares de apoiadores se reuniram em cidades como Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. Esses atos se caracterizaram pela presença de símbolos nacionais, como a bandeira do Brasil e as cores verde e amarela, e reiteraram temas caros ao bolsonarismo, como a defesa da liberdade, do voto impresso e críticas ao Supremo Tribunal Federal (STF). Embora os números oficiais variem, as manifestações de 2022 foram vistas como uma demonstração de apoio ao governo e de pressão em relação ao cenário eleitoral iminente.

Esse comportamento gera uma dinâmica singular nos protestos pró-Bolsonaro: eles não apenas reproduzem discursos já estabelecidos, mas também fazem do próprio espaço público um palco para a reafirmação daquilo que consideram ser a verdadeira representação da “brasilidade”. Esse uso do espaço urbano, ao invés de subvertê-lo, como muitas vezes ocorre nos movimentos de oposição,

¹⁶³ O portal de notícias UOL, ao cobrir as manifestações ocorridas nos dias 29 e 30 de setembro de 2018 — contra e a favor do ex-candidato à presidência Jair Bolsonaro, respectivamente — adotou abordagens bastante distintas. No caso do ato favorável a Bolsonaro, o texto se limitou a uma descrição visual dos participantes, ressaltando o uso de bandeiras do Brasil e as cores verde e amarelo. Já no protesto contrário ao ex-candidato, a cobertura foi mais aprofundada, com uma análise que buscou discutir os significados políticos e sociais da manifestação, explorando suas pautas e possíveis impactos. ROSSI; CARNEIRO; GRAGNANI, 2018; UOL ELEIÇÕES 2018, 2018

serve para reforçar a ordem existente ou, pelo menos, a ordem que os manifestantes bolsonaristas defendem. A repetição constante de símbolos e slogans e a falta de novas pautas sugerem uma tentativa de manter um *status quo* conservador frente ao que percebem como uma ameaça externa.

Por outro lado, manifestações de oposição ao governo Bolsonaro também mobilizaram grandes contingentes, como as que ocorreram em 2021, com números que alcançaram cerca de 750 mil pessoas em junho. Essas manifestações trouxeram à tona críticas à gestão da pandemia de Covid-19, à corrupção, e às políticas de desmonte de direitos sociais. Ante disso, a manifestação #EleNão, que ocorreu em setembro de 2018, marcou um momento histórico no cenário político brasileiro. Considerada a maior manifestação de mulheres na história do país, esse evento, além de sua dimensão expressiva em termos de participação, também revelou o descontentamento generalizado com a candidatura de Jair Bolsonaro à presidência, sobretudo entre grupos que se opunham ao discurso autoritário, misógino e antidemocrático associado ao então candidato.

O movimento #EleNão começou a ganhar força nas redes sociais e rapidamente se tornou um espaço de organização para milhares de mulheres. A partir daí, a campanha se expandiu para fora das redes, levando multidões às ruas de várias cidades brasileiras e internacionais, com destaque para os grandes protestos em São Paulo e Rio de Janeiro. No Brasil, estima-se que mais de 100 mil pessoas tenham participado.¹⁶⁴ O caráter do protesto foi de rejeição a Bolsonaro e seus posicionamentos, que incluíam declarações ofensivas às mulheres, bem como seu apoio a pautas consideradas autoritárias e regressivas. O movimento, no entanto, ia além do feminismo, abraçando uma série de demandas sociais e democráticas. O #EleNão representou, assim, a luta por uma sociedade mais inclusiva, que rejeitava o discurso de ódio e de exclusão que ganhava força nas eleições daquele ano.

¹⁶⁴ COLETTA, 2018



No entanto, o impacto direto dessas manifestações sobre as eleições de 2018 foi limitado. Bolsonaro, mesmo diante de tamanha rejeição, especialmente entre o eleitorado feminino, manteve sua posição de liderança nas pesquisas e, posteriormente, saiu vitorioso no segundo turno. Isso não significa que o #EleNão tenha sido irrelevante. Ao contrário, a manifestação e seus desdobramentos abriram espaço para discussões fundamentais sobre o papel das mulheres e das minorias na política brasileira e sobre a necessidade de uma luta contínua contra o



autoritarismo e o retrocesso social. Além disso, o #EleNão estabeleceu um precedente importante para futuras mobilizações.¹⁶⁵ A capacidade de organização através das redes sociais mostrou-se uma ferramenta poderosa de resistência, e os

¹⁶⁵ ROSSI; CARNEIRO; GRAGNANI, 2018

grupos que se formaram em torno dessa causa continuaram a exercer pressão sobre o governo Bolsonaro durante todo o seu mandato.

Ao final de seu mandato e sem conseguir se reeleger, Jair Bolsonaro ainda se tornou o símbolo central do que se pode considerar o último grande marco dos atos em seu apoio: o ataque a Brasília em janeiro de 2023, que será abordado na sequência deste texto. No entanto, antes de concluir essa análise, é relevante destacar um outro ato, dessa vez menos expressivo, mas igualmente sintomático desse período, ocorrido em abril de 2024, quando o ex-presidente proferiu um discurso. Embora não tenha tido a mesma repercussão de eventos anteriores, esse pronunciamento revela importantes aspectos sobre sua tentativa contínua de permanecer relevante no cenário político brasileiro.

No dia 21 de abril de 2024, Jair Bolsonaro discursou durante um ato realizado em Copacabana, Rio de Janeiro, em uma manifestação que reuniu aproximadamente 32.750 apoiadores. Embora o número fosse menor do que em eventos anteriores, como os 185 mil presentes na Avenida Paulista, o evento destacou alguns pontos importantes da atual cena política da direita no Brasil e as tentativas de Bolsonaro de se manter relevante mesmo após deixar a presidência. Esse evento reflete não apenas o apoio popular, mas também como o bolsonarismo tenta manter seu impacto nas ruas e nas redes sociais.

A estrutura do ato foi visivelmente profissional, demonstrando o investimento na comunicação

◀◀ Figura 38 – Manifestação das mulheres contra Bolsonaro como parte do movimento #EleNão em Brasília, 2018. Fonte: #EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos (bbc.com).

◀◀ Figura 39 – Manifestação liderada por mulheres no Largo da Batata, em São Paulo, 2018. Fonte: idem.

◀ Figura 40 – Mulheres foram às ruas na Cinelândia, no Rio de Janeiro, em 2018. Fonte: idem.

◀ Figura 41 – Torcedores de times rivais se juntaram contra Bolsonaro em manifestação, em 2018. Fonte: idem.

As imagens retratam uma série de protestos progressistas que ocorreram no dia 29 de outubro, todos parte do movimento "Ele Não", em diversas capitais brasileiras, em 2018, contra a candidatura de Jair Bolsonaro e o governo Michel Temer. Na figura 38, as mulheres, ao darem as costas para o Congresso e a Praça dos Três Poderes, em Brasília, realizam um gesto simbólico de resistência e crítica ao governo e ao sistema político que ele representava. Além disso, o fato de essas manifestações terem ocorrido em locais diferentes dos quais os atos bolsonaristas vinham ocorrendo com frequência também é significativo. Em São Paulo, por exemplo, o protesto ocorreu no Largo da Batata, em contraste com a Avenida Paulista, onde normalmente se concentravam as manifestações da direita. No Rio de Janeiro, as manifestações progressistas ocorreram na Cinelândia, e não em Copacabana, reforçando uma demarcação espacial da disputa ideológica. Essas escolhas podem simbolizar a tentativa de se distanciar dos espaços já marcados pelas manifestações conservadoras, criando uma territorialidade alternativa que reforça a pluralidade de vozes e a contestação às estruturas de poder hegemônicas.

e na produção de conteúdo para as redes sociais, uma das principais armas de Bolsonaro. O evento contou com drones sobrevoando a multidão, imagens transmitidas em tempo real e um sistema de som de alta qualidade. Essa sofisticação indica que, mesmo na oposição, Bolsonaro e seus aliados continuam utilizando ferramentas modernas de comunicação, aprimorando a forma como suas mensagens chegam ao público. Esse detalhe deve servir como um alerta para seus opositores, especialmente porque Bolsonaro mostrou habilidade em adaptar e fortalecer seu movimento através de novos canais, mantendo o engajamento entre seus apoiadores.

Outro ponto relevante foi a manutenção de símbolos já consolidados entre os bolsonaristas, como o uso da camisa da seleção brasileira, bandeiras do Brasil e a rejeição ao vermelho. Esses elementos visuais reforçam uma identidade comum entre os bolsonaristas, o que pode ser comparado a uma “torcida uniformizada”, que se reconhece e se une em torno de cores e símbolos. Além dos elementos simbólicos, o evento em Copacabana mostrou a habilidade do bolsonarismo em construir narrativas a partir de eventos recentes, algo que se repetiu várias vezes ao longo dos últimos anos. Desta vez, as menções ao bilionário Elon Musk e às críticas ao ministro do STF Alexandre de Moraes dominaram o discurso. Musk, por exemplo, foi exaltado como defensor da liberdade de expressão, um tema central para a direita bolsonarista, que usa as redes sociais para disseminar suas mensagens e fortalecer sua base. Essa capacidade de transformar declarações e acontecimentos em catalisadores de sua agenda é uma tática poderosa, que mantém o bolsonarismo ativo e atento a qualquer oportunidade de mobilização.

A presença de mulheres foi outro destaque do evento. A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro abriu os discursos, seguida por Zoe Martinez, uma jovem cubana de 24 anos que era pré-candidata a vereadora em São Paulo à época. O foco nas mulheres durante o ato foi uma tentativa nítida de reverter a perda de popularidade de Bolsonaro entre o eleitorado feminino, que foi uma das bases mais resistentes à sua candidatura em 2018 e que ainda representa um desafio para o bolsonarismo.

Embora o evento de Copacabana tenha tido menos impacto em termos de participação popular do que esperado, ele reforça o fato de que Bolsonaro ainda possui uma base leal, capaz de mobilizar um número significativo de pessoas. Dados da pesquisa Quaest mostram que 35% dos eleitores brasileiros seguem com fidelidade ao ex-presidente, percentual suficiente para garantir sua relevância em disputas eleitorais futuras. No entanto, o ato também revela as limitações desse apoio em cidades grandes como o Rio de Janeiro, onde a manifestação não foi capaz de reunir multidões comparáveis a outros eventos.¹⁶⁶

Em resumo, o ato em Copacabana demonstrou que, mesmo com números reduzidos, o bolsonarismo continua a ser uma força política relevante, com uma estrutura profissional de mobilização e um discurso capaz de galvanizar seus apoiadores em torno de temas como liberdade de expressão e oposição ao STF. A manifestação também deixou lições importantes para o governo de Lula, que enfrenta dificuldades para lidar com as pautas centrais dessa atmosfera cultural bolsonarista. Assim, ainda que o impacto direto do evento seja questionável em termos de tamanho e repercussão, ele reforça que o bolsonarismo ainda tem capacidade de influenciar a política brasileira nos próximos anos.

¹⁶⁶ DURAN, 2024

2.9 JANEIRO DE 2023: GOLPISMO, *FAKE NEWS* E CRISE DEMOCRÁTICA



As manifestações bolsonaristas que se intensificaram no Brasil após as eleições de 2022 culminaram no ataque à Praça dos Três Poderes, em Brasília, no dia 8 de janeiro de 2023. Esses atos, marcados por uma invasão de prédios governamentais e atos de vandalismo, foram uma tentativa explícita de instigar um golpe militar para impedir a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, recém-eleito presidente do Brasil.

O contexto desses eventos é marcado por uma série de fatores que remontam às eleições presidenciais de 2022, em que Jair Bolsonaro perdeu para Lula. No período eleitoral, Bolsonaro e seus apoiadores lançaram uma campanha massiva de desinformação, alegando, sem provas, que o sistema eleitoral brasileiro havia sido fraudado. Essas

Figura 42 – Na imagem acima, à esquerda o “patriota do caminhão” e ao lado o “hino para o pneu”, em 2022. Fonte: IstoÉ – Relembre as maiores maluquices feitas por bolsonaristas em atos golpistas de 2022 (istoec.com.br).

O ano de 2022 foi marcado por intensos conflitos políticos, especialmente após as eleições presidenciais que elegeram Lula (PT), derrotando Jair Bolsonaro (PL). Após o resultado, apoiadores radicais de Bolsonaro protestaram contra o desfecho das eleições, pedindo, entre outras coisas, uma intervenção militar. Apesar da gravidade dessas demandas, muitos episódios protagonizados pelos manifestantes foram tão inusitados que se tornaram cômicos. Entre os momentos mais icônicos, destaca-se o bolsonarista que se recusou a descer do capô de um caminhão que furou o bloqueio ilegal nas estradas, além de apoiadores que cultuaram um pneu ao som do hino nacional. Outros episódios, como a atriz Cássia Kis rezando ajoelhada em uma manifestação no Rio de Janeiro, torcedores do Corinthians desobstruindo bloqueios aos gritos de “democracia”, e uma manifestante que acreditava que a polícia estava “comprada” por Saddam Hussein, também difundiram nas redes sociais, transformando o cenário de protestos golpistas em fonte de piadas e memes.



alegações foram amplificadas por grupos de extrema direita e disseminadas por meio de redes sociais, criando um clima de descrédito sobre a legitimidade do processo eleitoral.

Desde o dia 30 de outubro de 2022, quando o resultado das eleições foi anunciado, uma série de protestos começaram a tomar forma em diferentes partes do Brasil.¹⁶⁷ Grande parte desses protestos foi composta por apoiadores de Bolsonaro que, incentivados por discursos de líderes do movimento, começaram a se reunir em frente a quartéis militares, exigindo uma intervenção militar com base em uma interpretação equivocada do artigo 142 da Constituição Federal.¹⁶⁸ Essa interpretação, defendida pelos manifestantes, sustentava a ideia de que as Forças Armadas poderiam atuar como um

Figura 43 – Tenda de um dos acampamentos bolsonaristas em Brasília, ativo até o início de 2023. Fonte: Exército e PM cercam acampamento bolsonarista em Brasília após decisão de Moraes (gcmmais.com.br).

Essa estrutura, com dizeres exigindo intervenção militar com base em uma alegada fraude eleitoral, reflete o nível de organização e os recursos disponíveis aos manifestantes. Eles montaram acampamentos com infraestrutura básica e tecnologia, em diferentes pontos estratégicos do Brasil, incluindo em frente a quartéis militares. Esses locais tornaram-se epicentros de discursos antidemocráticos que buscavam, por meio de uma interpretação equivocada da Constituição, legitimar um golpe militar para evitar a posse de Lula. Esses atos preparatórios culminaram nos ataques à Praça dos Três Poderes, em 8 de janeiro de 2023, quando os manifestantes tentaram instigar uma ruptura nas instituições democráticas, espelhando a narrativa de contestação à legitimidade das eleições.

¹⁶⁷ GRAGNANI, 2022

¹⁶⁸ REDAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020

“poder moderador” e intervir nos poderes constituídos para impedir a posse de Lula.

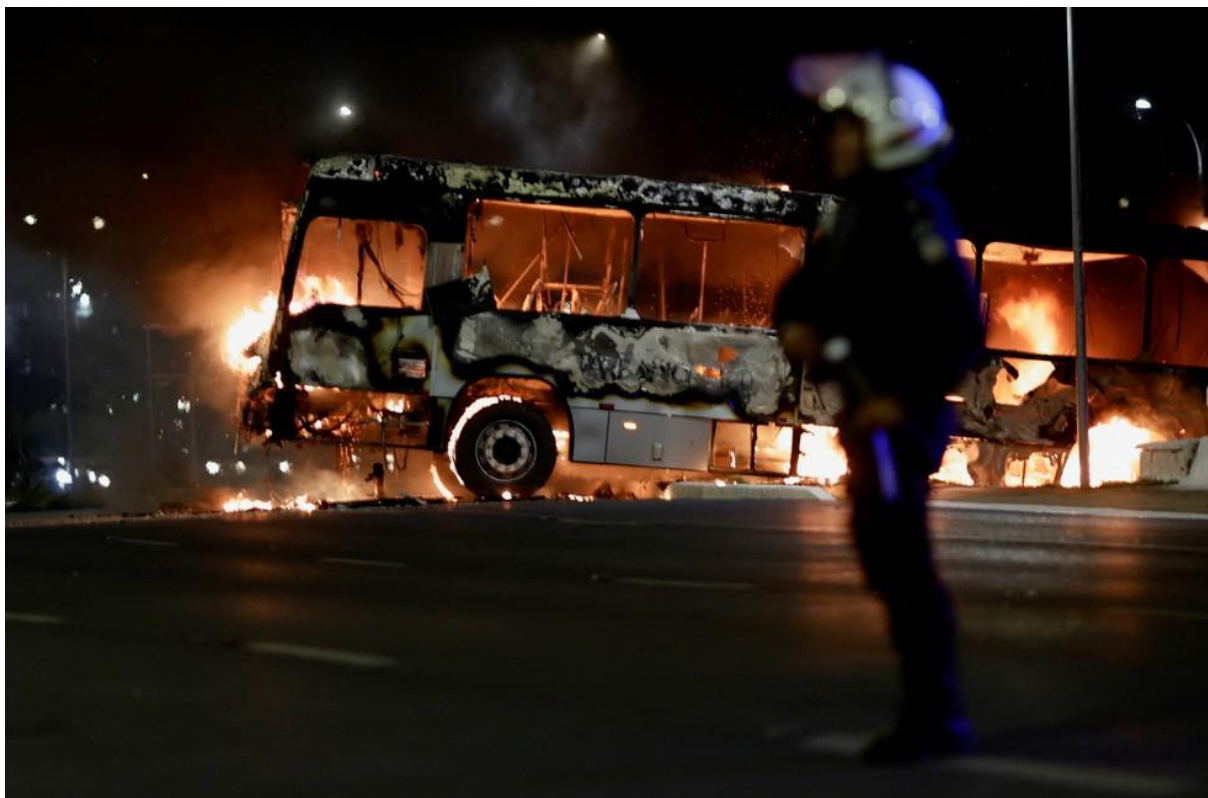
Com o passar do tempo, esses protestos foram ganhando força e se estruturando de maneira mais organizada, com a formação de acampamentos em frente a prédios do Exército, especialmente em Brasília. Os manifestantes montaram uma infraestrutura considerável nesses locais, incluindo barracas, tendas para alimentação, banheiros químicos e até mesmo palcos para a realização de discursos e arrecadação de fundos.¹⁶⁹ Uma característica notável desses acampamentos foi a presença de tendas equipadas com tecnologia de ponta, como computadores, geradores de energia e roteadores de internet, o que demonstra o nível de organização e a quantidade de recursos financeiros disponíveis dos manifestantes.

A narrativa da fraude eleitoral e a ideia de um golpe militar foram alimentadas por discursos incendiários nas redes sociais e em plataformas como o *Telegram* e o *WhatsApp*, onde vídeos e mensagens convocando os apoiadores de Bolsonaro para uma “resistência” contra o governo eleito circulavam amplamente.¹⁷⁰ Muitos desses apoiadores acreditavam que a única maneira de “salvar” o Brasil era através de um golpe militar, uma crença que refletia a retórica antedemocrática que permeou grande parte da campanha bolsonarista, resgatando o imaginário de 1964 e da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que evocava a defesa de uma moralidade tradicional e a suposta necessidade de intervenção militar para preservar a ordem e os valores conservadores.

Um dos momentos mais significativos no caminho para o ataque de 8 de janeiro foi a diplomação de Lula como presidente, em 12 de dezembro de 2022.

¹⁶⁹ Essa ideia de ocupar como forma de protesto é recorrente, mas nesse caso deve ser examinada com cautela. Ocupação, no contexto dos protestos no Brasil, adquire diferentes significados a depender do grupo e do momento histórico. As ocupações realizadas pelos apoiadores de Jair Bolsonaro em 2022, em frente aos quartéis, tinham como objetivo contestar os resultados eleitorais e solicitar uma intervenção militar, evocando um discurso conservador e antidemocrático. Esse movimento contrasta com ocupações progressistas, como, por exemplo, as ocupações estudantis de 2016, que visavam resistir à reforma educacional proposta pelo governo e defender uma educação pública de qualidade, e o movimento “Ocupe Estelita”, no Recife, que mobilizou a sociedade civil em torno da luta contra a especulação imobiliária e pela preservação do Cais José Estelita, defendendo a cidade como um espaço de uso comum e democrático.

¹⁷⁰ FOLHA DE SÃO PAULO, 2022



Naquela noite, atos de vandalismo tomaram conta de Brasília, com tentativas de invasão à sede da Polícia Federal e ataques a delegacias.¹⁷¹ Esses episódios foram um prenúncio do que estava por vir. No entanto, as forças de segurança enfrentaram dificuldades em desmobilizar os manifestantes e desmontar os acampamentos nos dias que antecederam o ataque.

Em 7 de janeiro de 2023, cerca de 100 ônibus transportando apoiadores de Bolsonaro chegaram a Brasília, aumentando consideravelmente o número de manifestantes. Esses grupos vinham sendo convocados desde o início daquele mês por meio de redes sociais, e a tensão na capital do país estava em níveis alarmantes. Mesmo com a reunião de várias autoridades de segurança, incluindo

Figura 44 - Ônibus incendiado em Brasília na noite do dia 12 de dezembro de 2022. Fonte: Bolsonaristas radicais incendeiam ônibus (g1.globo.com).

Embora inserida no contexto dos atos de vandalismo que ocorreram em Brasília após a diplomação de Lula em dezembro de 2022, a cena também evoca uma forma de subversão do espaço público e das estruturas de poder. No imaginário das revoltas urbanas, imagens como essa remetem a uma ruptura simbólica com o controle estatal sobre o espaço urbano. Historicamente, a queima de ônibus e a destruição de estruturas públicas foram gestos performativos usados para contestar a autoridade governamental e expor desigualdades latentes na sociedade. Contudo, neste caso específico, a subversão se apresenta de forma ambígua: ao contrário de movimentos que reivindicam inclusão e justiça, os atos vistos aqui visam à deslegitimação de um processo democrático e à manutenção de um projeto autoritário, criando uma narrativa que se distancia da ideia de dissenso emancipatório que subversões simbólicas geralmente representam.

¹⁷¹ G1 DF, 2022

representantes do governo federal e do Distrito Federal, a resposta das forças de segurança se mostrou insuficiente para conter o que estava prestes a acontecer.

No dia 8 de janeiro, uma multidão estimada em cerca de 4 mil pessoas marchou em direção à Praça dos Três Poderes.¹⁷² Ao longo do caminho, os manifestantes foram escoltados pela Polícia Militar do Distrito Federal, o que gerou críticas posteriores sobre a possível leniência das autoridades locais. Quando chegaram ao Congresso Nacional, os invasores romperam as barreiras de proteção e começaram a depredar o prédio, quebrando vidraças, invadindo escritórios e danificando patrimônio público. O Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal (STF) também foram invadidos, e imagens de manifestantes vandalizando esses locais rapidamente se espalharam pelas redes sociais.

A reação das forças de segurança foi lenta, e as imagens transmitidas ao vivo de policiais interagindo pacificamente com os invasores levantaram suspeitas de conivência.¹⁷³ Em resposta aos ataques, o presidente Lula, que estava em São Paulo no momento, decretou uma intervenção federal na segurança pública do Distrito Federal e nomeou Ricardo Cappelli como interventor.¹⁷⁴ Essa medida permitiu que as forças federais assumissem o controle da situação, e ao longo das horas seguintes, a polícia começou a dispersar os manifestantes e prender centenas de envolvidos nos ataques.

Os danos causados aos prédios públicos foram imensos, não apenas em termos materiais, mas também simbólicos. Obras de arte de valor inestimável, como o painel de Athos Bulcão no Congresso Nacional e o relógio de pêndulo de Balthazar Martinot no Palácio do Planalto, foram danificados.¹⁷⁵ A restauração desses bens culturais foi uma prioridade nos dias que se seguiram aos ataques.

Não é leviano dizer que o impacto político e social do 8 de janeiro ainda está sendo sentido no Brasil. Diversas investigações foram abertas para identificar os

¹⁷² TELES; GODOY, 2023

¹⁷³ LIMA, 2023

¹⁷⁴ O GLOBO, 2023

¹⁷⁵ TURTELLI, 2023



financiadores e organizadores dos ataques, muitos dos quais estão ligados a setores do agronegócio e empresários apoiadores de Bolsonaro. Além disso, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) foi instaurada para investigar os atos de 8 de janeiro e apurar as responsabilidades das autoridades envolvidas, incluindo o ex-ministro da Justiça de Bolsonaro, Anderson Torres, que foi preso logo

após os ataques.¹⁷⁶ Durante uma busca em sua residência, a polícia encontrou uma minuta de decreto que sugeria a possibilidade de instaurar um estado de defesa, uma medida que poderia ter sido usada para alterar o resultado das eleições.

As investigações também revelaram a participação de militares da reserva e de alguns membros das forças de segurança nos atos golpistas, levantando preocupações sobre a infiltração de elementos antidemocráticos nas instituições brasileiras. Em imagens divulgadas após os ataques, é possível ver membros do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), incluindo o general Gonçalves Dias, interagindo de maneira suspeita com os invasores dentro do Palácio do Planalto. Essas imagens levaram à queda de Dias, que foi acusado de ser leniente com os golpistas.¹⁷⁷

O ataque de 8 de janeiro de 2023, frequentemente comparado à invasão do Capitólio dos Estados Unidos em 6 de janeiro de 2021, revela semelhanças significativas em termos de motivação, organização e execução.¹⁷⁸ Em ambos os episódios, grupos radicalizados, movidos pela recusa de presidentes derrotados incapazes de reconhecer a legitimidade das eleições, atacaram as instituições democráticas. No entanto, ao refletir sobre a existência de um sujeito político nesses casos, segundo a perspectiva de Jacques Rancière, a resposta é intrincada. Nesse contexto, os participantes desses

◀ Figura 45 – Bolsonaroistas radicais invadem o Palácio do Congresso Nacional, em janeiro de 2023. Fonte: Filme aborda a invasão de Brasília no dia 8 de janeiro de 2023 (jornal.usp.br).

◀ Figura 46 – Criminosos vandalizam os edifícios da Praça dos Três Poderes, em Brasília. Fonte: idem.

Essas imagens do ataque a Brasília em 2023 mostram manifestantes Bolsonaroistas invadindo e vandalizando o Congresso Nacional, em um ato que ressignifica o uso de táticas historicamente associadas a movimentos progressistas. A ocupação dos espaços, os gestos de braços levantados e a ação de arremessar objetos remetem ao imaginário clássico de protestos, onde tais gestos simbolizam a resistência contra a opressão. No entanto, essa apropriação revela uma inversão significativa: ao utilizarem essas mesmas táticas, os manifestantes não buscam inclusão ou emancipação social, mas, pelo contrário, promovem a exclusão e a perpetuação de hierarquias. O ataque exemplifica como formas de contestação, que antes carregavam um simbolismo insurgente de luta por justiça, são agora convertidas em ferramentas para reforçar uma ordem antidemocrática. Isso subverte a lógica tradicional de resistência e transforma a ocupação do espaço público em um instrumento de defesa de projetos autoritários.

¹⁷⁶ BBC NEWS BRASIL, 2023a

¹⁷⁷ FALCÃO, 2023

¹⁷⁸ CRAVEIRO, 2023

ataques podem não se enquadrar plenamente como sujeitos políticos. Embora seus atos representem uma ruptura com uma dada ordem, eles não criam um campo de visibilidade ou emancipação política, mas, ao contrário, reforçam uma lógica de exclusão e a manutenção de uma ordem antidemocrática. A recusa em aceitar a pluralidade democrática e o desejo de restaurar uma ordem hierárquica contradiz a noção de dissenso político produtivo que Rancière descreve. Assim, embora tenham exercido uma forma de contestação, os invasores não operaram dentro do campo da emancipação política que caracteriza o sujeito político, mas sim em um antagonismo que visa a eliminação do dissenso legítimo.

Este episódio exemplifica o que Chantal Mouffe define como antagonismo, onde as diferenças políticas se transformam em um confronto irreconciliável, alimentado por uma divisão extrema e uma rejeição à legitimidade do outro. O uso estratégico de *fake news* intensificou esse antagonismo, distorcendo a realidade e promovendo uma reação emocional visceral contra as instituições democráticas, como os pedidos por intervenção militar e as alegações infundadas de fraude eleitoral. Esses elementos fomentaram um ambiente de hostilidade e desconfiança, exacerbando as tensões sociais. Para superar esse antagonismo e avançar em direção a uma democracia agonista, conforme sugere Mouffe, é fundamental criar uma arena política onde os conflitos sejam enfrentados de maneira construtiva e pluralista, permitindo que diferentes posições possam coexistir sem recorrer à violência ou à destruição institucional. A restauração da confiança nas instituições e o combate à desinformação são passos essenciais para essa transformação.

3. ESTÉTICAS DOS PROTESTOS BRASILEIROS: ENTRE INSURGÊNCIA E RESSENTI- MENTO



As estéticas dos protestos brasileiros, especialmente a partir de 2013, podem ser entendidas como uma ferramenta teórica para revelar dinâmicas de poder, ressentimento e resistência no espaço público. Ao abordar as políticas do sensível dessas manifestações, configura-se uma outra perspectiva para entender as disputas no cenário urbano. Este capítulo busca analisar as manifestações por meio da articulação político-simbólica, em que corpos, gestos, elementos e ações performáticas reconfiguram o uso das ruas e espaços públicos. Essa abordagem revela a complexidade dos protestos, transformando as cidades em arenas de disputa e alterando as relações de poder e visibilidade.

A estética aqui se apresenta como algo intrinsecamente político, próprio da partilha do sensível, que não apenas simboliza a resistência, como também a encarna. Os protestos rearticulam o espaço urbano como um campo de disputa simbólica e

Figura 47 - *Eu quero*, por Maré de Matos, 2020. Fonte: PEDROSA; RJEILLE, 2022, p. 222

Na obra acima, os dizeres “eu quero incendiar esta configuração de mundo” expressam uma máxima que fundamenta tanto protestos insurgentes quanto conservadores, ainda que suas motivações e alvos sejam profundamente distintos. No caso dos protestos insurgentes, o desejo de “incendiar” está diretamente relacionado à ruptura com a hegemonia e com as estruturas opressoras que perpetuam desigualdades. A ideia de fogo aqui é transformadora, visando desestabilizar sistemas que mantêm o status quo e criar possibilidades de emancipação social. Já nos protestos conservadores, esse ato tem um sentido inverso: o ataque se volta contra as pautas progressistas e os avanços que promovem pluralidade e inclusão. Nesse contexto, o fogo não é uma ferramenta de transformação, mas um instrumento de eliminação da mudança e da diferença. A ideia de “incendiar”, portanto, pode assumir uma natureza agonística ou antagônica, dependendo de quem o maneja. Quando agonístico, o fogo simboliza a contestação dentro dos limites democráticos, permitindo que diferentes visões convivam em conflito construtivo. Quando antagônico, o fogo é usado para negar o espaço do outro, eliminando a pluralidade e promovendo a exclusão.

material, onde se expressam tanto demandas explícitas quanto ressentimentos profundos. Nesse sentido, a ação nas ruas é mais do que uma reivindicação direta — ela representa uma manifestação de ressentimento acumulado, um desejo de transformação que emerge nas fissuras de uma sociedade marcada por desigualdades profundas. Os eventos desse período, 2013 a 2023, trouxeram à tona, intensificaram e exauriram novas formas de insurgência, desde as ocupações do espaço público até a disseminação de símbolos que se tornaram parte do imaginário coletivo.

A ideia inicial de uma estética única de protesto passou por adaptações e transformações, impulsionadas pelo fortalecimento de movimentos conservadores e pela ascensão de figuras populistas que capitalizaram o ressentimento popular. A partir de 2015, o imaginário estético dos protestos integrou abertamente elementos do espetáculo, como visto nas manifestações pró-impeachment. Essas mobilizações, caracterizadas por performances e simbologias específicas, evidenciam uma transição para uma política teatral, onde a estética do confronto assume novas nuances.

Este capítulo busca, portanto, articular como essas estéticas do protesto, ao invés de refletirem apenas uma contestação do *status quo*, revelam as camadas de ressentimento e os conflitos latentes que se materializam na cidade. A cidade, como espaço simbólico e físico, é colocada como um campo de disputas na qual o espaço público é reivindicado, negociado e, por vezes, apropriado por diferentes atores sociais.

3.1 PROTESTOS COMO ATO POLÍTICO



Ao longo da história, os protestos populares têm se configurado como expressões de ocupação do espaço público e de mobilização coletiva em torno de ideais e demandas sociais, assumindo um papel poderoso na articulação de reivindicações e descontentamentos. No Brasil, essas manifestações moldaram a esfera política em momentos decisivos, marcando rupturas e insurgências contra ordens hegemônicas. É importante reconhecer que cada um desses atos — sejam eles protestos, levantes, insurreições ou manifestações — assume um papel distinto no imaginário social, refletindo as tensões, anseios e contradições de uma sociedade. Dessa maneira, pensar sobre expressões estéticas de ações insurgentes envolve entender os

Figura 48 – *Passeata dos Cem Mil*, por Marcelo Brodsky, 2015. Fonte: PEDROSA; RJEILLE, 2022, p. 212

Nessa obra, a expressão “mar de gente” adquire uma dimensão literal e simbólica ao retratar uma massa de manifestantes que, em 1968, tomou as ruas do Rio de Janeiro para protestar contra a ditadura militar e a repressão política no Brasil. O mar de pessoas que se estende pela imagem evoca a ideia de uma força coletiva, como uma maré que avança inexoravelmente, ocupando e transformando o espaço público. Esse protesto não é apenas a vocalização de demandas, mas uma verdadeira ocupação simbólica e performática do espaço, onde corpos e cartazes se mesclam em uma única corrente de resistência. A imagem capta o poder desse movimento massivo e sua teatralidade, uma cena na qual a presença física é a própria mensagem de rejeição à opressão.

protestos como atos que são, ao mesmo tempo, políticos e estéticos, contribuindo para a formação da subjetividade coletiva.

Um protesto pode ser visto como uma maré que sobe lentamente, tomando forma nas ruas, nas praças, em cada esquina onde corpos e vozes se encontram para questionar e desafiar as normas estabelecidas. Ele é o grito coletivo do descontentamento cotidiano, o gesto de resistência que pulsa nos cartazes, nas marchas e nas palavras de ordem. Sua força reside na presença física e na ocupação dos espaços públicos, simbolizando a rejeição a uma situação, uma política, uma decisão. Ao mesmo tempo, o protesto mantém um certo respeito pelos limites impostos pela ordem social, acreditando na possibilidade de negociação e mudança dentro dos parâmetros do que é considerado aceitável. No entanto, essa forma de mobilização também carrega consigo uma teatralidade própria, na qual a ocupação do espaço público adquire um caráter performático, e as ações ganham um simbolismo visual e físico que transcende a simples vocalização de demandas.

Mas quem é o sujeito que protesta? A definição de “povo” em um protesto não é apenas uma questão política ou social, mas uma construção visual e simbólica que reflete escolhas de inclusão e exclusão. A estética do protesto configura o “povo” como uma unidade de corpos que se apresentam no espaço público, mas, ao mesmo tempo, desenha fronteiras invisíveis sobre quem pode ou não participar desse espetáculo. Judith Butler sugere que, ao criar uma imagem coletiva, inevitavelmente se excluem certas figuras e narrativas que não se ajustam à estética dominante.¹⁷⁹ Como exemplifica a autora, no movimento Pegida, na Alemanha, essa construção estética foi utilizada para criar uma imagem do “povo” como um corpo homogêneo, onde apenas aqueles que se alinhavam à ideia de uma identidade europeia tradicional poderiam ser visíveis e pertencentes.¹⁸⁰ A exclusão dos imigrantes muçulmanos não era apenas política, mas sobretudo estética, onde a própria presença desses corpos no espaço público era vista como um desvio da imagem do que deveria ser o povo. No Brasil, a popularização de Jair Bolsonaro se construiu também assim, em torno de uma estética do “cidadão de

¹⁷⁹ BUTLER, 2018, p. 9

¹⁸⁰ BUTLER, 2018, p. 9–10

bem"¹⁸¹, onde aqueles que correspondiam a uma estética conservadora, alinhada com valores tradicionais, eram vistos como pertencentes à nação, enquanto os grupos dissidentes e aqueles que destoavam desse padrão eram excluídos. Essa exclusão não se limitava ao plano político ou social, mas se manifestava de forma estética e performativa — não bastava apenas parecer, era necessário agir de acordo com essa imagem idealizada de "cidadania", reforçando, assim, as desigualdades preexistentes.

Esse processo estético-performativo, no entanto, encontra seu contraponto na insurgência popular. Em junho de 2013, o Brasil viveu uma explosão dessa estética insurgente, quando milhões de pessoas tomaram as ruas e praças em um clamor por mudanças. O movimento, que em sua superfície parecia unir a cidade em torno de demandas populares, carregava em seu interior tensões latentes, estados psíquicos diversos, e uma disputa pelo espaço público que exigia uma reflexão mais profunda sobre quem realmente tinha voz e visibilidade nessa mobilização. Mas o que essa massa desejava de si mesma e dos outros? Ao mesmo tempo em que os cantos e marchas simbolizavam a união, o protesto também evidenciava uma complexa rede de desejos e expectativas. A insurgência nas ruas do Brasil em 2013 pode ser pensada para além de uma expressão de descontentamento político, mas também como uma tentativa de reorganizar as formas de ver, sentir e agir no espaço público.

No entanto, essa tentativa de reorganização enfrentou desafios internos significativos. Durante algumas manifestações ocorridas nesse emblemático mês, episódios como o saque de lojas e edifícios públicos revelaram tensões entre os diferentes grupos envolvidos, expondo as dificuldades de lidar com ações dispersas e não coordenadas. Em um sistema que se apresentava como autogerido e sem líderes centrais, a diversidade de objetivos e a ausência de uma hierarquia rígida tornaram o diálogo com os poderes constituídos mais complexo. Essas divergências internas também complicavam a própria dinâmica da mobilização, especialmente quando alguns grupos adotavam ações independentes que muitas vezes desafiavam os princípios compartilhados pelos demais manifestantes.¹⁸²

¹⁸¹ LIMA; LIMA, 2019

¹⁸² GOHN, 2014, p. 44-45



Dentro desse contexto, de acordo com Maria da Glória Gohn, três coletivos emergiram com protagonismo durante os protestos: o Movimento Passe Livre (MPL), o Anonymous e os Black Blocs.¹⁸³ O MPL, fundado em 2003, já tinha um histórico de lutas por transporte público gratuito antes das jornadas de junho de 2013. Sua organização horizontal e independente de partidos e instituições marcou uma nova forma de ativismo no Brasil. Suas ações, como as Revoltas da Catraca em Florianópolis e o Churrascão da Gente Diferenciada em São Paulo, evidenciam uma abordagem criativa, performática e não violenta, focada em ridicularizar esteticamente as estruturas de poder e promover a Tarifa Zero.

Figura 49 – Homem com o rosto coberto segura cartaz durante manifestação no Rio de Janeiro, em 2013. Fonte: Conheça a estratégia 'Black Bloc', que influencia protestos no Brasil (g1.globo.com).

A estratégia Black Bloc, que ganhou destaque em protestos ao redor do mundo, incluindo no Brasil, prega a desobediência civil com características anarquistas, utilizando roupas pretas e máscaras para dificultar a identificação dos manifestantes. Seu objetivo é protestar contra o capitalismo e governos, muitas vezes destruindo propriedades de empresas que apoiam o sistema que criticam. Popularizado em eventos como os protestos antiglobalização de Seattle em 1999, o movimento é descentralizado e tem raízes em diversas manifestações ao longo dos anos, incluindo as revoluções no Egito.

¹⁸³ GOHN, 2014, p. 45–63



O Anonymous, por sua vez, trouxe uma dimensão internacional para os protestos, utilizando táticas de *hacktivismo* para denunciar abusos de poder e defender a liberdade de expressão. Sua forte presença digital e o uso da icônica máscara de Guy Fawkes, inspirada pelo filme *V de Vingança*, simbolizam uma resistência contra as estruturas hegemônicas, seja no Brasil ou em movimentos globais como a Primavera Árabe. No entanto, sua atuação nos protestos de junho de 2013 no Brasil foi marcada por uma desconexão com as massas nas ruas, levando a um isolamento progressivo à medida que a violência aumentava nos atos.

Já os Black Blocs¹⁸⁴ se destacaram por sua estética e tática de confronto direto. Com uma abordagem que combina violência simbólica e

Figura 50 – Mascarado, manifestante mostra a bandeira do Brasil em frente a uma barricada de lixo em chamas no Rio de Janeiro, em 2013. Fonte: Manifestantes adotam máscara de 'V de Vingança' como símbolo de protestos (terra.com.br).

Essa imagem, capturada durante os protestos de junho de 2013 no Brasil, mostra um manifestante usando a icônica máscara de Guy Fawkes, segurando a bandeira nacional. A máscara, popularizada pelo filme *V de Vingança* (2006), foi originalmente inspirada na figura histórica de Guy Fawkes, um revolucionário inglês que, em 1605, tentou explodir o Parlamento Britânico como parte da Conspiração da Pólvora. Fawkes não usava essa máscara, mas ela se tornou um símbolo de resistência ao governo e às injustiças, principalmente após sua reinterpretação nos quadrinhos de Alan Moore, onde o personagem "V" luta contra um regime autoritário. Nos protestos de 2013 no Brasil, ela foi usada por manifestantes como uma forma de simbolizar o descontentamento popular contra a corrupção, a repressão do Estado e a busca por mudanças estruturais no país, resgatando o espírito de resistência e revolução.

¹⁸⁴ "O black bloc não é um movimento. É uma estética, um código simples de reproduzir. Quando vai para a rua, a sociedade identifica: o black bloc chegou. É um comportamento emergente. A ausência de liderança, que virou clichê, é ausência de mediação." Declaração de Bruno Torturra no debate "Longa jornada junho adentro". Torturra é um jornalista e ativista brasileiro que desempenhou um papel importante na cobertura e reflexão sobre os protestos no Brasil, especialmente durante junho de 2013. Ele ficou conhecido por seu trabalho como cofundador do *Mídia Ninja* (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação), um coletivo de mídia independente que utilizava

performática, eles visavam atacar os símbolos do capitalismo, como bancos e multinacionais. Para os Black Blocs, a destruição de propriedade não era vista como violência, mas como uma forma legítima de contestar a ordem vigente. A tática, importada da Alemanha dos anos 1980, ganhou força nas manifestações brasileiras, especialmente após os primeiros episódios de violência policial. No entanto, sua atuação gerou divisões tanto dentro dos protestos quanto na percepção pública, levando a uma crescente criminalização por parte do Estado e da mídia.

Em essência, essas manifestações, além de desafiar as estruturas políticas tradicionais, reconfiguraram as formas de subjetivação coletiva e os modos de engajamento político no espaço público. O MPL, Anonymous e os Black Blocs, cada um com suas características específicas, construíram novas formas de ocupação e intervenção nas cidades, redefinindo o significado de resistência no contexto brasileiro contemporâneo. Dessa maneira, o corpo em protesto, ao se posicionar como agente de resistência, assume uma postura que transcende a simples oposição ao Estado e ao capital: ele insere-se em uma dinâmica estética que questiona as formas dominantes de viver e agir. Esse processo de insurgência corpórea cria uma sensibilidade política, uma espécie de percepção ampliada do que significa habitar e transformar o espaço público. Essa insurgência se manifesta através da estética dos atos, seja na performatividade criativa do MPL, na resistência digital e simbólica do Anonymous, ou na linguagem visual e confrontacional dos Black Blocs, sugerindo que essas mobilizações trouxeram à tona novos modos de se entender como sujeito político.

Nesse sentido, a essência dos protestos tradicionais, principalmente aqueles identificados até o final de junho de 2013, reforçam a perspectiva de Massimo Cacciari sobre a cidade ser compreendida enquanto um espaço de eventos. Embora Cacciari não se refira diretamente a protestos, ele entende a cidade como um ambiente dinâmico, transformado pelas interações e tensões que nela ocorrem.

tecnologias digitais e redes sociais para transmitir em tempo real os protestos e eventos políticos de maneira não mediada pelos grandes veículos de comunicação tradicionais. Sua atuação com a *Mídia Ninja* representou um contraponto à forma tradicional de noticiar, dando voz direta aos manifestantes e possibilitando uma visão mais plural e imediata dos protestos, contrastando com a abordagem editorial da grande mídia (BUCCI, 2016, p. 98).

Os protestos, ao ocupar os espaços públicos, expressam demandas sociais e alteram temporariamente o próprio ambiente urbano, reconfigurando-o e atualizando sua função como palco de disputas e mudanças. Sendo assim, esses eventos reiteram o caráter mutável da cidade ao mesmo tempo em eles próprios se tornam partes dela.

Junho de 2013 continua a ser amplamente debatido por uma série de razões, mas o ponto de interesse aqui é que ele marca o ápice de uma estética clássica dos protestos no Brasil. As ações do MPL, Anonymous e Black Blocs exemplificam essa estética, caracterizada pela horizontalidade, pela ocupação massiva dos espaços públicos e pela tensão entre táticas de resistência não violenta e confrontos diretos com o poder estatal. Esses protestos possuíam um caráter performativo, em que o uso de máscaras, a formação de blocos de resistência e as ações coordenadas criavam um espetáculo visual e simbólico. O confronto, seja através de ações pacíficas ou violentas, tornava-se tanto um ato de reivindicação, quanto um gesto que questionava a ordem vigente, desestabilizando as normas sociais e expondo uma outra política do sensível. Esse processo de insurgência corpórea gerava uma percepção ampliada sobre o que significa ocupar e subverter o espaço público, onde o ato de resistir e tomar não apenas comunicava demandas, mas criava possibilidades de se pensar e viver a cidade. O que é particularmente significativo sobre 2013 é que, além de ser o clímax dessa estética clássica, ele também abriu espaço para o surgimento de uma nova estética que se consolidaria nos anos seguintes, redefinindo a forma e o sentido das manifestações no Brasil.

Essa transição torna-se mais evidente com a ascensão de movimentos como o Vem Pra Rua e o MBL — esse em 2014 —, que trouxeram novas dinâmicas para o cenário político. Diferentemente da insurgência horizontal de 2013, esses movimentos apresentaram lideranças definidas e uma organização mais centralizada, com forte apelo nas redes sociais. O MBL, em particular, construiu uma narrativa política liberal e conservadora que ganhou destaque nos protestos pró-impeachment de Dilma Rousseff, substituindo a estética de 2013 por uma mobilização dominada pela classe média, carros de som e outros recursos tradicionais de

manifestação.¹⁸⁵ Nesse novo ciclo, a mídia e as redes sociais desempenharam um papel central, moldando as narrativas públicas e reforçando uma mudança expressiva nas formas e demandas dos protestos.

¹⁸⁵ G1 SP, 2023

3.2 O ESPETÁCULO DE 2013: MÍDIA, IMAGEM E NARRATIVA

A partida inaugural da Copa do Mundo de 2014, entre Brasil e Croácia, marcou o início de um processo simbólico no qual a insurgência tradicional, com suas formas de resistência e contestação, começou a ser apropriada e transformada em espetáculo midiático. O evento de 12 de junho não apenas abriu oficialmente o maior torneio de futebol mundial, mas também serviu como um ponto de inflexão para a reconfiguração dos símbolos nacionais e sua apropriação política. Segundo Eugênio Bucci, o governo brasileiro esperava que o evento projetasse uma imagem de prosperidade e controle, mas o que veio à tona foi a insurgência das massas, ainda que revestida por uma nova estética performática.¹⁸⁶ A cerimônia de abertura revelou tanto um fervor nacionalista, em grande medida alimentado pela paixão ao futebol, quanto um profundo descontentamento político. O hino nacional, cantado de forma espontânea e a capela por milhares de torcedores, se transformou em uma demonstração de orgulho patriótico. Bucci destaca:

Para além da pirraça política, da rusga, da fustigação, o que estava em cena na abertura da Copa do Mundo no Brasil era uma disputa simbólica em torno das imagens identitárias da nação. A guerra das imagens não poderia ter sido mais explícita. A reverência exibicionista do público diante do hino contrastava com o desprezo desbocado diante da presidente da República. O hino era reivindicado como um objeto de adoração; a presidente era ofendida como um entulho a ser cuspidor fora.¹⁸⁷

Contudo, o mesmo público que se unia em torno desse símbolo nacional rapidamente direcionou sua insatisfação contra a então presidente Dilma Rousseff, com ofensas proferidas de forma rítmica e amplificadas pela transmissão ao vivo para milhões de telespectadores em todo o mundo, uma mobilização embrionária das novas estéticas que acompanhariam as maiores manifestações nacionais no seguinte.¹⁸⁸ Assim, esse evento inaugurou uma fase no embate simbólico que viria a caracterizar a política brasileira nos anos seguintes: uma apropriação dos símbolos mais acessíveis da nação, como o hino, as cores da bandeira, e o uniforme da seleção de futebol.

Esse episódio não foi isolado. Ele se inseria em um contexto mais amplo de manifestações e protestos que vinham ganhando força desde o ano anterior. A

¹⁸⁶ BUCCI, 2016, p. 21-22

¹⁸⁷ BUCCI, 2016, p. 23

¹⁸⁸ JIMÉNEZ, 2014

partida inaugural da Copa do Mundo simbolizou, de certa forma, a continuidade desse descontentamento, mesmo que o “Não vai ter Copa”¹⁸⁹, lema de alguns dos protestos, não tenha se concretizado de forma significativa. O que estava em jogo, além das questões políticas, era uma disputa simbólica sobre a identidade do Brasil. O trauma das manifestações de 2013 pairava sobre o evento de 2014. No ano anterior, o Brasil havia testemunhado um dos maiores levantes populares de sua história recente, com mais de um milhão de pessoas protestando em centenas de cidades em um único dia. As autoridades assistiam ao caos se desenrolar sem entender completamente suas causas ou como lidar com a fúria popular. O medo de que os protestos de 2013 se repetissem durante a Copa fez com que o governo aumentasse o controle e a presença policial nas ruas.¹⁹⁰ A repressão foi intensificada, e os responsáveis pela segurança pública adotaram uma postura de confronto, pronta para reagir a qualquer sinal de tumulto.

Enquanto o governo tentava assegurar que a Copa de 2014 transcorresse sem maiores incidentes, grupos como os Black Blocs, Anonymous e o Movimento Passe Livre (MPL) mantinham-se ativos no desafio às estruturas de poder. Os Black Blocs, com sua estética de confronto direto e uso de máscaras, emergiram como símbolos de resistência, articulando uma violência simbólica direcionada a ícones do capitalismo, como bancos e multinacionais. Mesmo sob intensa repressão policial, esses grupos permaneceram presentes, embora marginalizados pelas narrativas midiáticas, que os retratavam como “vândalos”, um enquadramento que reforçava a legitimidade das ações repressivas do Estado.¹⁹¹ Ao se vestirem com uniformes padronizados, máscaras de gás e roupas escuras, os Black Blocs

¹⁸⁹ O movimento “Não vai ter Copa” veio como uma reação ao descontentamento com o uso excessivo de recursos públicos para a organização do evento, em um contexto de grandes desigualdades sociais e econômicas no Brasil. Para os manifestantes, a Copa do Mundo simbolizava a prioridade dada pelo governo a interesses internacionais e ao lucro, em detrimento de investimentos em áreas essenciais como saúde, educação e infraestrutura. A FIFA, envolta em escândalos de corrupção, tornou-se um alvo central dessas críticas, representando o afastamento do futebol de suas origens populares e sua transformação em um espetáculo controlado pelo capital especulativo. Assim, o slogan “Não vai ter Copa” condensava o sentimento de frustração com o descompasso entre as demandas sociais e as ações do governo, que parecia privilegiar uma elite em vez de atender às necessidades reais da população (ARIAS, 2014).

¹⁹⁰ BORGES, 2014

¹⁹¹ FOLHA DE SÃO PAULO, 2023



criaram uma identidade visual que se tornou um elemento central nas manifestações. Essa figura, no entanto, não surgiu espontaneamente no Brasil. Ela é uma reprodução de uma estética internacional, industrializada e alimentada pelas imagens midiáticas que capturaram os protestos ao redor do mundo.¹⁹² A tática dos Black Blocs era menos uma estratégia organizada de ativismo e mais uma performance visual, amplificada pelos vídeos e fotografias, que transformaram seus atos em um espetáculo global.

Ao fazer uso da pluralidade inicial das manifestações de 2013, a imprensa desempenhou um papel central, moldando a percepção pública desses movimentos ao deslegitimar suas reivindicações e validar as medidas estatais. Essa construção narrativa não é neutra; pelo contrário, ela evidencia como os protestos são mediados pela linguagem jornalística, que seleciona, filtra e interpreta os eventos conforme normas culturais e políticas

Figura 51 – Agência do Bradesco no Rio de Janeiro com vidros quebrados e parede pichada, em 2013. Fonte: Grafias de junho (grafiasdejunho.org).

Esse ato de destruição simboliza o sentimento de revolta que permeou os protestos daquele período, onde a população se levantou contra a corrupção e a precariedade dos serviços públicos. Sérgio Cabral, ex-governador do Rio de Janeiro, foi uma figura amplamente criticada durante esses protestos, associado a esquemas de corrupção e má gestão. A pichação, além de ironizar a responsabilidade de Cabral, reflete a insatisfação popular com a classe política e as instituições financeiras, vistas como cúmplices das injustiças sociais. A ação contra o banco, que é parte do sistema capitalista, representava uma resposta direta ao sentimento de exploração e desigualdade, muito presente no discurso dos manifestantes. A ação aqui, embora criticado enquanto fato jornalístico, foi entendida por muitos como um ato de desobediência civil e de ruptura, marcando a contestação dos poderes econômico e político.

¹⁹² A.O., 2016

estabelecidas. Ao enfatizar a violência sem contextualizar as causas estruturais que impulsionam essas mobilizações, a mídia transforma as manifestações em meras cenas de caos, obscurecendo o sentido político de suas ações. Assim, a estética dos confrontos e a busca pela visibilidade midiática se entrelaçam, com os manifestantes moldando suas performances nas ruas para maximizar seu impacto na opinião pública, conscientes do poder simbólico das imagens em circulação.

A tentativa de capturar a estética dos confrontos nas ruas envolve um campo conceitualmente complexo, permeado por armadilhas discursivas. Antes, contudo, é essencial discutir sobre a ideia de “fato jornalístico”. A linguagem das ruas, em sua busca por repercussão e impacto, aspira a ser traduzida pela imprensa em uma narrativa bombástica, que inscreva o acontecimento nas páginas dos veículos de comunicação. Mas o que define um fato jornalístico? Qual é a autoridade de uma notícia para se afirmar como a descrição fiel de uma realidade? A imprensa, em geral, apresenta os fatos como verdades objetivas, como se fossem independentes da observação e da linguagem que os captura. No entanto, segundo Bucci, o que se perde de vista nessa abordagem é que esses fatos só emergem como entidades de linguagem, já que são construções discursivas legitimadas por normas culturais e linguísticas.¹⁹³ Seja no placar de uma partida de futebol ou no relato de um evento científico, os fatos jornalísticos sempre passam pelo crivo das convenções sociais e culturais. Nesse sentido, o jornalismo não cria campos de conhecimento, ele apenas relata o que já foi assimilado e codificado pela linguagem humana. Desse modo, as manifestações, ao se tornarem objetos de relato jornalístico, deixam de ser apenas descrições de eventos, tornando-se interpretações mediadas que buscam validação pública e simbólica.

No entanto, ao serem amplamente disseminadas e consumidas como imagens, as representações dos protestos correm o risco de serem compreendidas como fatos acabados, perdendo de vista a complexidade que envolve suas causas e significados. Walter Benjamin, em sua análise sobre a estetização da política, alerta para o perigo de que eventos sociais, como as manifestações, sejam

¹⁹³ BUCCI, 2016, p. 38–39

reduzidos a meros espetáculos de massa.¹⁹⁴ Ele observa como, durante o regime fascista, os jogos de imagens, paradas e símbolos foram utilizados para estetizar a política, criando uma totalidade coercitiva que apelava às emoções mais profundas das massas. Nesse contexto, a reprodução técnica das imagens, especialmente nos meios de comunicação de massa, torna-se um instrumento de manipulação, onde o conteúdo político é esvaziado e o foco recai sobre a aparência superficial do evento.

A estetização dos protestos, assim, corre o risco de transformar os atos de insurgência em produtos de consumo midiático, distanciando-os de suas motivações políticas e sociais. Essa transformação ocorre quando a mídia, ao enfatizar determinados aspectos visuais — como a violência ou os confrontos —, converte os protestos em espetáculos. Essa estetização da política pode resultar em uma condição de degenerescência, onde o conteúdo crítico e disruptivo dos protestos é diluído em uma narrativa consumível para o público, muitas vezes desviando o foco da luta política e reforçando a alienação entre sujeito e objeto. A política, portanto, é transformada em imagem, e a imagem em mercadoria, perpetuando a lógica capitalista de consumo de eventos e esvaziando o potencial revolucionário das manifestações.

Durante a reprodução dos protestos de 2013, a cobertura midiática procurou separar os manifestantes pacíficos dos Black Blocs, construindo a imagem destes últimos como os grandes responsáveis pela desordem pública. Nesse processo, a imprensa legitimou a repressão policial, enquanto simultaneamente glamorizava a violência simbólica dos Black Blocs ao retratá-los com um certo fascínio estético, mesmo ao condená-los verbalmente.¹⁹⁵ Bucci observa que a mídia adota diferentes tons dependendo da violência praticada. Enquanto a repressão policial era frequentemente justificada como uma medida de controle da ordem pública, a violência dos manifestantes era amplamente condenada.¹⁹⁶ Essa dualidade cria

¹⁹⁴ BENJAMIN, 2018, p. 96–97

¹⁹⁵ BUCCI, 2016, p. 34–35

¹⁹⁶ Durante as manifestações de junho de 2013, a narrativa da mídia em relação à violência não foi consistente ao longo do tempo. No início, os Black Blocs foram amplamente criticados e retratados como vândalos que ameaçavam a ordem pública, o que legitimava a repressão policial. No entanto, conforme os confrontos se intensificaram, especialmente a partir do dia 13 de junho em São Paulo, a violência desproporcional das forças policiais gerou uma reação contrária. A brutalidade empregada pela polícia, amplamente divulgada pelas próprias coberturas jornalísticas, gerou uma

uma narrativa que beneficia as forças do Estado, que se apresentam como protetoras da ordem contra a ameaça do caos. Em contrapartida, os atos de violência por parte dos manifestantes, mesmo quando simbólicos, eram retratados como atentados graves contra a sociedade, exacerbando a sensação de perigo e instabilidade.¹⁹⁷

A tentativa de controlar essas narrativas por parte do governo e da imprensa encontrou nas redes sociais um desafio inesperado. As comunicações estatais, por sua natureza hierárquica e centralizada, operam em um ritmo mais lento e são guiadas por protocolos que limitam a espontaneidade. Em contraste, as redes sociais funcionam de maneira descentralizada e imediata, permitindo que qualquer indivíduo produza e compartilhe conteúdos, muitas vezes contestando as versões oficiais dos fatos em tempo real.

No contexto das redes sociais, a estabilidade do Estado é desafiada, pois as plataformas digitais promovem um espaço em que as convicções e as narrativas dominantes podem ser criticadas, desconstruídas e reformuladas em tempo real. Ao contrário da comunicação oficial, que se apoia em uma estrutura hierárquica e se baseia em pressupostos normativos que raramente são colocados em discussão, as redes sociais oferecem um ambiente onde o entendimento não é automaticamente garantido, mas sim constantemente negociado. Nesse cenário, as interpretações dos eventos e as pretensões de validade não são mais atribuídas de forma acrítica pelo governo ou pela mídia, mas passam a ser fruto de disputas comunicativas, em que os participantes da rede questionam e reavaliam as narrativas oficiais, gerando novas formas de consenso, ainda que frágeis e provisórias. Essa dinâmica cria uma arena onde o Estado e a mídia tradicional não conseguem exercer controle pleno sobre a interpretação dos eventos, sobretudo quando se trata de protestos e manifestações que desafiam diretamente a autoridade. A tentativa de impor uma narrativa única e controlada, como a separação entre

comoção pública. Isso despertou solidariedade com os manifestantes e incentivou mais pessoas, especialmente da classe média, a aderirem aos protestos, resultando em um movimento muito maior e mais diversificado do que o originalmente previsto. Segundo Buccì, "a mesma imprensa que tinha pedido "rigor" policial não teve como deixar de noticiar e criticar, no dia seguinte, o descalabro do despreparo da tropa. As pessoas comuns, que começavam a se assustar com os Black Blocs, sentiram verdadeiro pavor não mais desse grupo, mas dos brutamontes deformados que, em lugar de zelar pela ordem pública, promoviam ainda mais insegurança" (BUCCI, 2016, p. 59

¹⁹⁷ BUCCI, 2016, p. 54-60

manifestantes pacíficos e violentos, é contestada rapidamente nas redes, onde a multiplicidade de versões dos fatos ganha terreno.

Nesse cenário, a imprensa alternativa, amplificada pelas redes sociais, ganhou destaque. A *Mídia Ninja*, sob a liderança de Bruno Torturra, desempenhou um papel central nas manifestações de 2013 ao oferecer uma cobertura mais próxima e direta dos protestos, transmitindo os eventos em tempo real, sem a intermediação das tradicionais editorias jornalísticas. Ao contrário da grande mídia, que tendia a simplificar as manifestações com base na estética e no comportamento dos manifestantes para justificar ou deslegitimar as mobilizações, a *Mídia Ninja* permitiu que as múltiplas vozes dos protestos emergissem, promovendo uma cobertura mais plural e participativa. Nesse sentido, Torturra argumenta que os movimentos como o dos Black Blocs, por exemplo, são mais estéticos que políticos, uma vez que suas ações visuais criam um código reconhecível que desafia as normas sociais estabelecidas, independentemente de sua liderança ou objetivos.¹⁹⁸

Esse novo formato de comunicação trouxe à tona a complexidade das manifestações, especialmente no que diz respeito à violência performática dos Black Blocs. Torturra ressalta que, embora a estética de confronto adotada por esses grupos tenha chocado os leitores de formação mais tradicional, sua tática performática consistia em quebrar fisicamente os símbolos de poder na cidade.¹⁹⁹ Mesmo que desprovidos de uma reflexão teórica mais profunda, como os movimentos de vanguarda surrealista ou dadaísta que os precederam, como exemplifica Bucci²⁰⁰, os Black Blocs adotaram uma forma radical de intervenção urbana, onde a violência simbólica contra as instituições e o poder estabelecido servia como uma denúncia do que consideravam ser a opressão estrutural urbana. No entanto, há um limite ético e estético que deve ser reconhecido, já que a violência física em protestos, quando descontrolada, pode desaguar em práticas perigosas e até mortais, como ocorreu na morte do cinegrafista Santiago Andrade em 2014.²⁰¹

¹⁹⁸ TORTURRA, 2013

¹⁹⁹ CONVERSAS, 2020

²⁰⁰ BUCCI, 2016, p. 99

²⁰¹ G1 RIO, 2014

A estética do confronto, embora se apresente como uma intervenção urbana que desafia símbolos de poder e cria uma resistência visual, precisa ser vista de forma crítica, pois envolve ações que podem ultrapassar limites éticos e gerar consequências negativas tanto para os participantes quanto para o movimento como um todo. Enquanto a imprensa atua como uma “calibradora” da violência, regulando o discurso sobre o que é aceitável ou condenável, as redes sociais emergem como o principal campo de batalha para as narrativas políticas.²⁰² Nessas plataformas, a dinâmica de difusão é potencializada por perfis e algoritmos que amplificam mensagens e permitem a replicação em massa de informações, muitas vezes distorcidas ou falsas. Isso cria um ambiente no qual a construção de uma narrativa hegemônica depende menos de fatos e mais da capacidade de manipulação dos algoritmos e do uso de robôs, que replicam discursos e *fake news* de forma desproporcional, desequilibrando o campo comunicacional e influenciando diretamente o imaginário coletivo, como se viu nas eleições de 2018.²⁰³

Nesse contexto, por exemplo, essa dinâmica foi habilitada pela utilização de robôs digitais, que ajudaram a pautar o debate público e a consolidar determinadas narrativas, ao mesmo tempo em que criavam uma falsa sensação de pluralidade de vozes. Assim, as redes sociais oferecem um espaço onde qualquer pessoa pode contribuir para construir ou desconstruir narrativas, permitindo que versões dos acontecimentos sejam contestadas e reformuladas em tempo real. No entanto, essa mesma característica de descentralização também torna possível a manipulação sistemática da opinião pública, resultando em um desequilíbrio de poder na esfera política que enfraquece a capacidade de o governo e a imprensa controlarem o discurso público de maneira equânime.

²⁰² BUCCI, 2016, p. 35

²⁰³ NOBRE; ALMEIDA; FERREIRA, 2019

3.3 ESTÉTICAS DO RESENTIMENTO

A violência performática que se insere na estética dos protestos não é um fenômeno novo. Eugênio Bucci destaca que, “assim como as guerras mais odiosas servem de insumo a obras-primas da literatura, desde o *Baghavat Gita*, texto sagrado do hinduísmo, ou a *Ilíada*, de Homero, as confluências, sobreposições e compartilhamentos de linguagem entre política e espetáculo (oratória, drama e teatralização) vêm, no mínimo, desde a Grécia antiga”.²⁰⁴ É difícil contestar que a política depende de uma teatralização performática, onde discursos e gestos são meticulosamente construídos para causar impacto. Esse fenômeno, de certa forma, atinge sua expressão mais intensa na era atual, onde a imagem e o espetáculo visual dominam a maneira como a política é percebida e compreendida.

O que Javier Cercas faz em *Anatomia de um Instante* exemplifica isso.²⁰⁵ Na obra, Cercas examina o golpe militar frustrado ocorrido na Espanha em 23 de fevereiro de 1981. Liderado pelo tenente Antonio Tejero, um grupo armado invadiu a câmara dos deputados com o objetivo de colocar o país sob controle militar, apenas seis anos após o fim da ditadura franquista.²⁰⁶ Sob a mira de metralhadoras, quase todos os parlamentares obedeceram à ordem dos golpistas de se agacharem, exceto três figuras centrais: Adolfo Suárez, o general Gutiérrez Mellado e o líder comunista Santiago Carrillo, que permaneceram de pé em uma demonstração de resistência física e simbólica. Cercas explora como essa consciência de cena dos políticos, especialmente de Suárez, revelou a teatralidade inerente à política e, de certa forma, mudou o curso da história ao expor a fragilidade e o fracasso do golpe, que teve seu impacto multiplicado pela transmissão ao vivo das câmeras no local. Suárez, ao se manter de pé enquanto os tiros cruzavam o plenário, demonstrou uma compreensão da dimensão performática da política, revelando que a política é, em grande medida, uma questão de visibilidade e controle da narrativa.

²⁰⁴ BUCCI, 2016, p. 104

²⁰⁵ CERCAS, 2012

²⁰⁶ Cercas descreve sua proximidade ao relatar que, nas palavras dele: “Falei com políticos, militares, guardas civis, espões, jornalistas, pessoas que viveram na linha de frente da política durante os anos de transição do franquismo para a democracia e que conheceram Adolfo Suárez, o general Gutiérrez Mellado e Santiago Carrillo, além de pessoas que viveram o 23 de fevereiro nos locais onde se decidiu o desfecho do golpe” (traduzido pelo autor) (CERCAS, 2012, p. 12).

Essa teatralização da política, conforme observado por Cercas, revela como gestos políticos assumem uma estética própria, carregada de simbolismo e transmitida globalmente pela mídia. Mas o que leva alguém a agir como Suárez? Quais sentimentos e motivações se entrelaçam no agir estético-político de um indivíduo em um momento de crise? Suárez, ao permanecer de pé diante de um golpe militar, estava ciente do impacto simbólico de sua ação. Contudo, o que define essa consciência? Em situações como essa, o indivíduo parece agir movido por uma complexa rede de emoções, como o medo, a coragem e a indignação, que se imbricam na sua percepção do que está em jogo. Muitas vezes, há uma consciência parcial dessa dimensão estética — o indivíduo entende que seu ato não é também um gesto performático que dialoga com a história e com o imaginário coletivo. Bucci argumenta que esse fenômeno não está restrito ao passado ou a figuras históricas como Suárez. Na política contemporânea, fragmentos estéticos derivados da indústria do entretenimento são usados estrategicamente para construir suas imagens²⁰⁷, tornando a política cada vez mais uma disputa pela atenção e pela imagem.

Contudo, a estética performática dos protestos no Brasil, especialmente a partir de 2013, também está profundamente enraizada em sentimentos de frustração e ressentimento. Pensar especificamente sobre ressentimento, de acordo com Maria Rita Kehl, é abordar uma “constelação afetiva que serve aos conflitos característicos do homem contemporâneo, entre as exigências e as configurações imaginárias próprias do individualismo e os mecanismos de defesa do eu a serviço do narcisismo”.²⁰⁸ A autora acrescenta que “ressentir-se significa atribuir ao outro a responsabilidade pelo que nos faz sofrer”²⁰⁹ e, nesse contexto, torna-se importante analisar as estéticas das manifestações brasileiras sob essa perspectiva.

No contexto da cultura política brasileira, o ressentimento, segundo Kehl, se manifesta em dois aspectos principais.²¹⁰ O primeiro está relacionado à herança do autoritarismo paternalista, que fomentou a expectativa de que os líderes políticos deveriam resolver todos os problemas da sociedade. Esse paternalismo criou

²⁰⁷ BUCCI, 2016, p. 107

²⁰⁸ KEHL, 2020, p. 9

²⁰⁹ KEHL, 2020, p. 9

²¹⁰ KEHL, 2020, p. 22–25

uma passividade na população, que se vê mais como expectadora do que como agente ativa das transformações políticas. Assim, é comum surgirem cobranças ressentidas quanto ao que os governantes não fizeram, enquanto se espera passivamente que esses problemas sejam resolvidos. No entanto, é importante distinguir esse ressentimento conformista dos movimentos populares genuínos de reivindicação e luta, que envolvem uma participação ativa e engajada. Ao longo da história, especialmente durante o processo de redemocratização nos anos 1980, essa diferença ficou evidente, quando setores da sociedade que se beneficiaram das reformas econômicas acusavam os militantes sociais de ressentidos por insistirem em reparações de injustiças que não deveriam ser ignoradas.

O segundo aspecto do ressentimento político no Brasil decorre de um certo purismo presente na esquerda, aliado à falta de autocritica de alguns militantes, ainda de acordo com Kehl.²¹¹ Esses grupos tendem a externalizar a culpa pelas suas derrotas políticas, acusando os poderosos sem refletir sobre sua própria responsabilidade nos fracassos. Essa postura age como um disfarce em sua amargura sob uma pretensa superioridade moral. No entanto, tal atitude mantém o ressentido numa posição passiva e reativa, incapaz de transformar a realidade. Essa dinâmica é amplamente retratada na arte contemporânea, onde o personagem ressentido é construído como uma figura moralmente superior, silenciosamente acusadora, mas raramente questionada em sua própria integridade. Ou seja, estar ressentido cria a ilusão de estar automaticamente na posição de quem tem razão.

O ressentimento, aqui, deve ser compreendido de maneira distinta das formas tradicionais de opressão discutidas por autores como Giorgio Agamben. Em regimes autoritários, o ressentimento pode vir da impossibilidade de agir contra a opressão, uma vez que os direitos são suspensos e a vida humana é reduzida à sobrevivência biológica, como ocorre na “vida nua” descrita por Agamben.²¹² No entanto, nos protestos bolsonaristas e em manifestações que buscam

²¹¹ KEHL, 2020, p. 22–25

²¹² Giorgio Agamben explora como o Estado moderno coloca a “vida biológica” no centro de suas práticas, conectando-se a uma lógica antiga de poder sobre a vida e a morte, que ele chama de “vida nua”. Ele argumenta que essa gestão biopolítica da vida humana é uma atualização de um princípio arcaico de poder, no qual o Estado exerce controle sobre a vida desprovida de direitos, revelando a continuidade entre práticas modernas e antigas de dominação (AGAMBEN, 2007, p. 14).

desestabilizar o sistema democrático, esse ressentimento não se baseia em uma condição de opressão real, mas sim na percepção de que os manifestantes são vítimas de um sistema que os frustra. A frustração se origina, paradoxalmente, de expectativas não atendidas em um contexto democrático, onde as promessas de igualdade e representatividade não se concretizam conforme suas aspirações pessoais e políticas.²¹³ No caso das manifestações brasileiras, o ressentimento foi alimentado por expectativas não cumpridas em um regime democrático, onde a promessa de igualdade social e de melhorias em áreas como saúde e educação foi frustrada, gerando uma sensação de traição. Embora essas demandas fossem legítimas, elas foram manipuladas por forças políticas da direita, que canalizaram o sentimento de indignação gerado por questões como a reeleição de Dilma Rousseff em 2014.

Nesse cenário, a mistura entre política e espetáculo se intensifica, com a raiva e frustração dos manifestantes sendo expressas esteticamente, enquanto se percebem não como agentes de transformação, mas como vítimas de um sistema que os teria traído. Essa narrativa de vitimização, carregada de simbolismo e performatividade, contribui para a ampliação do ressentimento, em vez de promover mudanças estruturais. Desde as manifestações de 2013 até o ataque a Brasília em 2023, a estética dos protestos desempenhou um papel ímpar na sua visibilidade e mobilização. Elementos como bonecos infláveis gigantes, bandeiras, cores e vestimentas simbólicas se tornaram frequentes, refletindo a tentativa de garantir presença e ocupação dos espaços urbanos e tornando essa estética mais própria e característica desse tipo de manifestação ao longo dos anos.

Essa nova estética de confronto transcende o campo político e conecta-se com uma lógica de visibilidade global, como observado em protestos ao redor do mundo, incluindo os manifestantes tailandeses em 2014 que adotaram o gesto dos três dedos da série *Jogos Vorazes*.²¹⁴ O desejo de visibilidade, mais estético do

²¹³ "O que dizer da frustração? É um dano imaginário. [...] A frustração não produz a passividade impotente e lamuriosa, característica do ressentimento; ao contrário, mobiliza uma intensa atividade reivindicativa: 'A frustração é por si mesma o domínio das exigências desenfreadas e sem lei', porque o objeto desse dano imaginário é um objeto real. Ao menos do ponto de vista fenomenológico, tais 'exigências desenfreadas e sem lei' não se parecem com as manifestações mais comuns do ressentimento. Na frustração, o objeto perdido é real, 'por mais imaginária que seja a frustração'" (KEHL, 2020, p. 12).

²¹⁴ BUCCI, 2016, p. 112–113



que ético, revela uma centralidade da imagem na política contemporânea. No entanto, o que se configura como um “desejo de ser visto” oculta uma tensão mais profunda: a transformação da frustração e da raiva em um ressentimento canalizado para pautas reacionárias, como a defesa de intervenções militares e o desrespeito às instituições democráticas, temas recorrentes nessas manifestações.

Para Kehl, o ressentimento nas democracias liberais emerge justamente na discrepância entre a promessa de igualdade e sua não realização prática. Os movimentos sociais que se originam desse ressentimento tendem a oscilar entre tentativas ativas de transformação social e manifestações reativas de insatisfação, como as que vimos no Brasil a partir de 2013. Porém, diferentemente dos movimentos insurgentes que lutam por mudanças

Figura 52 – Manifestantes fazem saudação de *Jogos Vorazes*, que vira símbolo dos protestos na Tailândia. Fonte: Saudação de *Jogos Vorazes* vira símbolo dos protestos na Tailândia (correiobrasiliense.com.br).

O gesto de três dedos na Tailândia, além de seu simbolismo político, carrega um forte caráter performático que transforma o ato de protesto em uma cena disruptiva e impactante. Inspirado em *Jogos Vorazes*, ele vai além de apenas uma expressão de indignação. É um ato visualmente marcante que, quando repetido por multidões em silêncio ou em momentos de confronto com a realeza, cria uma poderosa imagem de resistência. Ao ser realizado em situações de poder, como cortejos reais ou audiências judiciais, o gesto rompe com as normas de submissão impostas, introduzindo um momento de dissenso público que questiona diretamente as estruturas autoritárias. Essa performance política gera uma cena que ressignifica o espaço público, subvertendo o que antes era uma demonstração de respeito em um ato de dissidência.

estruturais, os protestos bolsonaristas carregam uma insatisfação passiva, que bloqueia a ação efetiva. O ressentimento político, ao ser alimentado por uma frustração constante e pela percepção de vitimização, impede que esses movimentos resultem em mudanças de fato, pois os manifestantes se mantêm em uma posição reativa, não propositiva. Esse ressentimento político pode gerar uma estética que expressa o sentimento de traição em relação à promessa de igualdade ou justiça não realizada, podendo-se cristalizar em uma forma marcada por uma ausência de futuro, onde os elementos simbólicos e visuais se tornam performáticos, mas vazios de conteúdo emancipatório real. Assim, a estética do ressentimento reflete uma reação à experiência de falência política, onde a ação parece estar sempre à beira de desaparecer, sem jamais se realizar completamente.²¹⁵

Essa estética pode, então, ser compreendida como uma tentativa de reapropriação de uma autonomia perdida, mas que, tal como a autonomia estética descrita por Vladimir Safatle, não consegue superar a sensação de impotência diante das estruturas que a produzem.²¹⁶ Pode-se falar de uma estética que molda comportamentos e práticas e, em certa medida, esses campos podem buscar uma autonomia em suas próprias lógicas operacionais. O ressentimento estético no campo político se articula pela reiteração de símbolos e performances que ecoam lutas passadas, mas que já não possuem a força transformadora original, pois estão desprovidas de um projeto efetivo de mudança.²¹⁷ Em vez disso, tornam-se uma forma de expressão impotente que se repete incessantemente, como uma reação que busca visibilidade, mas não encontra meios para efetivar uma ruptura.

Esse tipo de ressentimento é fundamental para entender as mobilizações recentes no Brasil. Os manifestantes, ao se identificarem como vítimas de uma conjuntura que os oprime — mesmo sem operarem em condições de subordinação —, constroem uma narrativa de vitimização que legitima suas ações de resistência ao que percebem como um sistema injusto. Isso é evidente nas manifestações pós-impeachment, nas quais o discurso de que os “cidadãos de bem” estavam sendo prejudicados por um governo corrupto e ineficaz foi intensamente

²¹⁵ Esse raciocínio foi construído a partir da interpretação da crítica que Vladimir Safatle faz à autonomia estética (SAFATLE, 2022).

²¹⁶ SAFATLE, 2022, p. 31

²¹⁷ KEHL, 2020, p. 11

promovido. O ressentimento dessas pessoas, então, é canalizado para uma raiva direcionada contra instituições democráticas, que culmina em atos violentos e em apelos por soluções autoritárias.

Nesse sentido, o ressentimento político se torna uma força que impede o avanço democrático. A dinâmica paternalista, que gerou “a expectativa popular de que os líderes tenham o poder e a obrigação de ‘resolver’ os problemas que afligem a sociedade”²¹⁸, caracteriza parte da política brasileira e alimenta uma frustração.” A igualdade é vista como uma concessão dos poderosos, e não como uma conquista popular e, assim, o ressentimento assume um caráter profundamente passivo: em vez de lutar por uma transformação real, os manifestantes esperam que as mudanças venham como dádivas, perpetuando uma narrativa de subordinação e vitimização. Isso explica por que muitas das mobilizações pró-impeachment e bolsonaristas, apesar de seu impacto visual e simbólico, não resultaram em transformações estruturais concretas. Assim, uma outra estética dos protestos, que vai desde as manifestações pró-impeachment até os atos bolsonaristas, se mostra como uma estética construída sobre as bases desse ressentimento. Ela se expressa por meio de uma raiva difusa e performática, mais voltada para o espetáculo e a visibilidade do que para a articulação de uma agenda política consistente. Os indivíduos, presos em uma narrativa de queixa constante, alimentam uma frustração contínua, sem, no entanto, gerar movimentos que promovam uma verdadeira transformação social.

²¹⁸ KEHL, 2020, p. 22

3.4 SÍMBOLOS E SUBJETIVIDADES

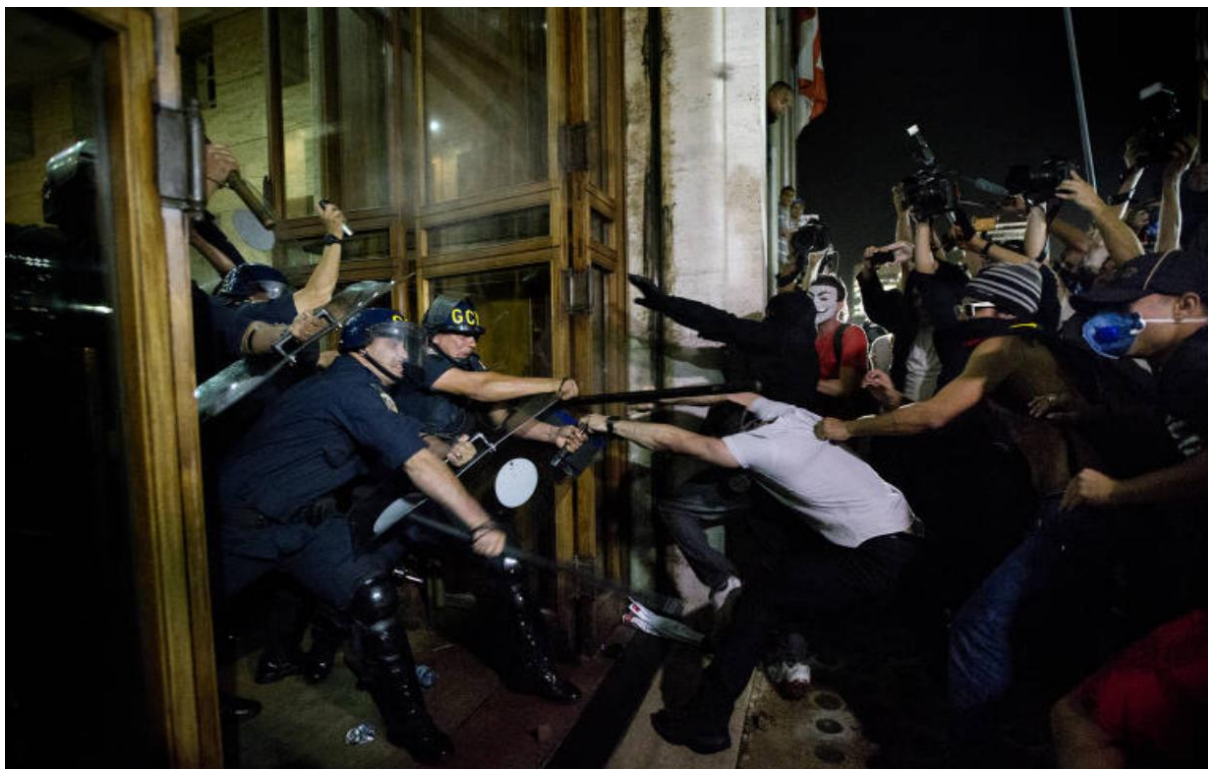
A estética dos protestos pode ser entendida, a partir de um olhar ampliado, como o modo como os corpos se organizam, se conectam e interagem no espaço público, criando formas de subjetivação e produzindo novas sensibilidades. A abordagem de Raluca Soreanu, em seu estudo sobre os protestos de 2013 no Brasil, traz essa perspectiva ao explorar a estética enquanto uma “ciência do contato”, como descrita por Félix Guattari.²¹⁹ Essa estética advém da proximidade social, da relação entre corpos, rostos e gestos que, para além das expressões visuais, constroem uma outra subjetividade coletiva através de maneiras de cuidado e contenção mútua. Ao propor que os protestos se configuram como uma resposta ao esvaziamento do contato sensível, Soreanu identifica um novo paradigma estético que se afasta das tradicionais representações de violência e binarismos, e se orienta pela criação de laços sociais mais complexos e democráticos.²²⁰

No contexto dos protestos de 2013, essa estética se manifestou na maneira como os corpos se reuniram em torno de uma causa comum, onde o toque, a presença e a proximidade física tornaram-se elementos centrais. Os manifestantes desafiaram a visão mediada pelos aparelhos de controle e vigilância do Estado quando, por exemplo, começaram a utilizar máscaras e vinagre para se proteger contra as câmeras de reconhecimento facial e o gás lacrimogêneo usado pela polícia, e trouxeram o corpo para o centro da ação política. Nesse sentido, o rosto, como sugerem Deleuze e Guattari, deixou de ser um ponto central de rostificação²²¹ — ou seja, um símbolo de individualização, de uma máxima personificada produzida por uma “máquina abstrata” — e se reconfigurou como parte de um corpo coletivo, integrado às demais partes físicas que participam ativamente da luta social. A radicalidade dessa nova estética reside justamente em uma “recorporeificação” do sujeito político, onde o rosto se iguala aos braços, às pernas, à voz, tornando-se uma peça dentro de um todo mais amplo. Ou seja, essa estética coletiva se opõe à lógica fragmentadora do capitalismo ao trazer o corpo físico de volta ao centro da ação e da expressão política, em contraste com a alienação e

²¹⁹ GUATTARI, 2012; SOREANU, 2015, p. 207–208

²²⁰ DELEUZE; GUATTARI, 2000; SOREANU, 2015, p. 206

²²¹ DELEUZE; GUATTARI, 2000, p. 189



abstração que esse sistema e outras formas de poder costumam impor sobre os indivíduos, promovendo uma dinâmica de comunhão e interdependência.

Entre 2014 e 2016, a estética dos protestos brasileiros passou por uma espécie de desdobramento. A narrativa que havia emergido em 2013, com corpos

em contato e rostos destituídos de hierarquias, deu lugar a uma estética mais narcisista e autocentrada. Os protestos pró-impeachment e os atos a favor de Jair Bolsonaro trouxeram uma outra dimensão para a política visual, onde o engajamento era mediado por símbolos de autoafirmação e pertencimento, como as camisetas da seleção brasileira e as bandeiras nacionais. A estética do contato, nessas manifestações, deu lugar a uma estética do espetáculo, onde o espaço do protesto se tornou também um palco para a performance do indivíduo. Essa mudança representa uma transição significativa: o que antes, em 2013, era uma estética de proximidade e cuidado, transformou-se em uma estética de exibição, caracterizada pela produção incessante de imagens que alimentam tanto uma nova subjetividade política quanto a sua própria reprodução. Esse processo, especialmente após a Copa do Mundo de 2014, passou a se orientar para a reafirmação da própria identidade e para o culto a lideranças autoritárias.

Nesse período, embora o Estado permanecesse indiferente às demandas que ecoaram nas ruas em 2013, uma única questão pareceu ganhar destaque: o combate à corrupção. Esse clamor, entretanto, não encontrou espaço nos debates presidenciais de 2014, nem ressoou nos gabinetes de Brasília²²², sendo ignorado tanto pelo governo quanto pela oposição. Essa conjuntura engendrou a consolidação de uma máquina transformadora da

◀ Figura 53 – Manifestantes agredidos por guardas civis na entrada da prefeitura de São Paulo em junho de 2013. Fonte: Reveja cenas de violência policial durante as manifestações de junho de 2013 (fotografia.folha.uol.br)

◀ Figura 54 – Manifestantes tiram selfie com policiais do batalhão de choque em São Paulo, em março de 2015. Fonte: Espaço Militar (espacomilitar.com)

As duas imagens ilustram momentos radicalmente diferentes no que deveria ser compreendido como "protesto." Na primeira, de junho de 2013, manifestantes são reprimidos violentamente pela Guarda Civil ao tentarem ocupar a prefeitura de São Paulo. Esta cena retrata uma estética de proximidade e conflito, onde o corpo está no centro da ação política, exposto, desprotegido e em confronto direto com as forças de controle do Estado. Aqui, a resistência se manifesta na presença física e na tentativa de romper com as barreiras impostas pelo poder. Os manifestantes utilizam seus corpos como ferramentas de luta, confrontando diretamente as forças da ordem. Já na segunda imagem, de 2015, a lógica do protesto é completamente transformada. Manifestantes tiram selfies amigáveis com policiais do Batalhão de Choque, criando uma estética mais narcisista e superficial. Esse tipo de interação, caracterizado pela cordialidade e pela exibição de autoafirmação, contrasta fortemente com a violência e a repressão vistas em 2013. Em vez de desafiar a autoridade, a cena parece celebrar a presença das forças de segurança, representando uma nova estética de espetáculo e de exibição pública de identidade política. Essas duas imagens não podem ser vistas como representações do mesmo tipo de evento, pois uma retrata um corpo coletivo em luta contra a opressão, enquanto a outra celebra a ordem estabelecida. Assim, o conceito de protesto é esvaziado de seu significado na segunda imagem, onde a performance individual e a produção de imagens para reafirmar identidades políticas substituem a ação coletiva e insurgente que caracterizou os eventos de 2013.

²²² BUCCI, 2016, p. 141



Figura 55 – Manifestação em apoio à Operação Lava Jato, em Curitiba, 2016. Fonte: Ação de políticos é apontada como principal motivo para desmonte da Lava Jato (gazetadopovo.com.br).



Figura 56 – A atriz Susana Vieira e os atores Marcio Garcia e Marcelo Serrado, além de outras pessoas, em ato contra a ex-presidente Dilma e em apoio a Sergio Moro, em 2016. Fonte: Ato contra o governo Dilma reúne manifestantes em Copacabana, Rio (g1.globo.com).



Figura 57 – Manifestantes com faixa em apoio a Sergio Moro em Brasília, em 2019. Fonte: Manifestação em 2019 a favor da Lava Jato em Brasília (fotografia.folha.uol.com.br).

percepção política brasileira: a Operação Lava Jato. Iniciada em 2014, essa operação acabou se tornando o verdadeiro canal para essas vozes que pediam o fim da corrupção, com a Justiça Federal, o Ministério Público e a Polícia Federal assumindo o protagonismo na luta contra a corrupção, enquanto o Executivo e o Legislativo se mostravam apáticos.²²³

As imagens refletem um momento de mobilização popular em torno da Operação Lava Jato, com Sérgio Moro, então juiz, sendo elevado à figura de símbolo anticorrupção. O apoio massivo a essa operação, em conjunto com a apropriação de símbolos nacionais como as camisetas da seleção e bandeiras do Brasil, foi instrumentalizado para criar uma narrativa que vinculava moralidade pública e patriotismo ao combate à corrupção. No entanto, essa adoração quase messiânica por Moro e pela Lava Jato não resistiu ao tempo. Com o passar dos anos, a operação mostrou sinais de esgotamento, e a figura de Moro perdeu seu lugar de destaque, principalmente após sua passagem controversa pelo governo de Jair Bolsonaro. As manifestações, que antes pareciam espontâneas e cheias de esperança por um país mais justo, passaram a ser vistas por muitos como parte de uma estratégia política maior, em que a operação e seu principal protagonista foram usados para atender a interesses pontuais, revelando as contradições e limitações de uma agenda que, sob o pretexto de combater a corrupção, enfraqueceu as instituições democráticas.

²²³ Perry Anderson explica: “Em 2013, gravações feitas numa casa de câmbio que funcionava dentro de um lava-jato em Brasília levaram à prisão de um doleiro com uma longa ficha criminal. Preso em Curitiba, o doleiro tentou proteger sua família fazendo revelações sobre o esquema de corrupção da Petrobras, do qual havia sido um dos principais intermediários na transferência de recursos entre empreiteiros, diretores e políticos, dentro e fora do país. Em pouco tempo, surgiram diversas

A Lava Jato rapidamente se consolidou como a maior operação anticorrupção da história do país após encontrar um esquema de propina envolvendo a Petrobras.²²⁴ Em comparação ao escândalo do mensalão, que resultou na condenação de 25 réus, incluindo figuras importantes do PT, como José Dirceu e José Genoino, os números da Lava Jato eram impressionantes: prisões em massa, acordos de delação e a identificação de bilhões de reais em propinas desviadas da Petrobras. A operação atingiu políticos de alto escalão e empresários poderosos, transformando o juiz Sérgio Moro em uma figura central do cenário político. Sua popularidade cresceu massivamente, consolidando sua imagem como um “defensor implacável da justiça” em meio a uma crise política e moral sem precedentes no país. Eugênio Bucci reitera:

O juiz federal responsável pela operação, Sergio Moro, começou a aparecer em cartazes das manifestações como um salvador da pátria. Em pouco tempo, passou das capas de revista para a idolatria generalizada. Em abril de 2016, era o único brasileiro a figurar na lista da revista *Time* das cem pessoas mais influentes do mundo, na categoria líderes, ao lado de Barack Obama e Ângela Merkel. Antes disso, tinha aparecido como o 13º líder mais influente para transformar o mundo pela revista *Fortune*.²²⁵

Sérgio Moro se tornou uma figura central e quase mítica no cenário político brasileiro, pois parecia ser o único a escutar os anseios dos manifestantes que haviam tomado as ruas em 2013. Enquanto isso, o restante do cenário político tratava os protestos com desdém, ignorando-os completamente. As eleições de 2014, especialmente o segundo turno entre Dilma Rousseff e Aécio Neves, não refletiram as demandas populares. Aécio, que havia tentado atrair os jovens com um “papo reto”²²⁶, rapidamente teve sua imagem pública destruída, com o STF autorizando investigações contra ele. Dilma, apesar de vencer a eleição, não escapou da crise que se avizinhava.²²⁷

acusações contra nove das principais construtoras brasileiras, o que levou à prisão de diretores famosos, incluindo três diretores-executivos da Petrobras, e à abertura de investigações contra mais de cinquenta deputados, senadores e governadores. Dos sete partidos envolvidos, os principais eram o PMDB, o PP (Partido Progressista, filho da ditadura) e o PT. Não se sabe qual deles faturou mais com o esquema, mas, como ninguém se iludia a respeito dos dois primeiros, foi a exposição do PT que teve relevância política” (ANDERSON, 2020, p. 103).

²²⁴ COMPROVA, 2022; MEMORIA GLOBO, 2021

²²⁵ BUCCI, 2016, p. 143

²²⁶ LÔBO, 2013

²²⁷ Acreditando no poder do marketing político, Dilma Rousseff conduziu sua campanha com promessas que logo se revelariam falsas. Em 2013, já desorientada pelos protestos, ela havia buscado orientação dos marqueteiros, que a guiaram por respostas vazias e desconexas. Em 2014, a

Segundo Anderson, “no Brasil, ‘família’, ‘Deus’ e ‘liberdade’ eram palavras de ordem tradicionais da direita que saudou a chegada da ditadura militar em 1964”.²²⁸ Em março de 2015, uma nova direita, aquela mencionada por Marcos Nobre, emergiu com força nos protestos contra Dilma, superando até o PSDB em virulência. Composta por jovens de classe média, essa direita falava pouco de Deus e família, focando na liberdade como sinônimo de livre mercado e vendo o Estado como inimigo.²²⁹ Grupos como Vem Pra Rua e MBL adotaram táticas inspiradas no Movimento Passe Livre, que deu início aos protestos de 2013. Pequenos, mas altamente ativos nas redes sociais, especialmente no Facebook, esses grupos conseguiram mobilizar um número maior de pessoas em comparação à esquerda.

A partir de 2015, as contradições entre o discurso eleitoral de Dilma e sua prática política tornaram-se insustentáveis. A confiança no governo despencou com a aplicação de medidas econômicas impopulares e a continuidade das denúncias da Operação Lava Jato. A insatisfação popular, antes mobilizada por grupos como o MPL, agora encontrava eco em manifestações de grupos de direita, que recebiam apoio velado de partidos da oposição.²³⁰ Esse cenário de desilusão e frustração generalizada consolidou o ambiente político de 2015 e 2016, com manifestações recorrentes, índices de aprovação em queda e um governo que se via cada vez mais pressionado.

Após o controverso impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, essa dinâmica de protesto baseada no espetáculo não se dissipou; ao contrário, encontrou uma nova figura em que se ancorar. Jair Bolsonaro, com seu discurso simplificado e postura beligerante, representou para muitos o líder paternalista descrito por Maria Rita Kehl. Ele personificava uma espécie de “pai autoritário”, pronto para proteger e guiar seus seguidores, oferecendo respostas fáceis para questões complexas. As manifestações que precederam sua eleição em 2018, assim como

estratégia foi repetir o erro: seu marketing eleitoral a levou a desferir ataques ferozes contra Marina Silva e mentir para o eleitorado, prometendo que não seguiria medidas econômicas recessivas. No entanto, após sua vitória, a realidade econômica a forçou a adotar uma política conservadora, nomeando Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda, desmentindo as suas próprias promessas (BARÇA, 2014).

²²⁸ ANDERSON, 2020, p. 105

²²⁹ ANDERSON, 2020, p. 105

²³⁰ BUCCI, 2016, p. 146–148



aquelas que ocorreram durante seu mandato, mantinham o caráter performático dos protestos anteriores, mas se diferenciavam em aspectos importantes.

As manifestações de direita passaram por mudanças sensíveis entre o período do impeachment e os atos pró-Bolsonaro. Inicialmente, o foco estava na defesa do livre mercado e na redução do tamanho do Estado, materializando-se nas ruas por meio de faixas e cartazes que pediam o fim da intervenção estatal, o combate ao “Estado inchado” e a promoção de maior liberdade econômica. Os manifestantes frequentemente utilizavam ícones neoliberais e slogans que exaltavam o empreendedorismo, além de criticarem as políticas sociais associadas ao PT. As cores verde e amarelo, representativas da bandeira do Brasil, dominavam a estética visual, reforçando uma ideia de patriotismo atrelada a esses ideais liberais.

Figura 58 – Outdoor com mensagem pró-Bolsonaro em Chapecó, Santa Catarina, 2022. Fonte: Bolsonaro desvia da economia e enfatiza divisão ideológica (poder360.com.br).

Diversos materiais de divulgação como esses foram instalados em outras cidades do Brasil, como em Divino (MG), Franca (SP), Chapecó (SC) e Paranavaí (PR). Diferentemente de Moro, Bolsonaro foi além da retórica anticorrupção, explorando ressentimentos contra a política tradicional e ativando pautas culturais, como a defesa da família, críticas ao “marxismo cultural” e o nacionalismo, conquistando uma base conservadora. Sua linguagem simples e direta, aliada a uma postura de “líder forte”, criou uma conexão emocional que Moro, com seu discurso técnico e vinculação às instituições estatais, não conseguiu atingir. Enquanto Moro permaneceu distante e dependente de seu papel na Lava Jato, Bolsonaro construiu uma narrativa de *outsider*, captando uma base devota e polarizada.

Com a ascensão de Jair Bolsonaro, no entanto, essa estética foi “evangelizada”. Embora mantendo as cores das manifestações anteriores, a retórica mudou para um forte apelo aos valores tradicionais de “Deus, pátria e família”, retomando símbolos e dizeres típicos da ditadura militar. Essa, que seria uma “nova fase” das manifestações, passou a enfatizar temas como o conservadorismo moral, especialmente em pautas como o combate ao aborto e a defesa da “família tradicional”. Esse apelo religioso, sobretudo evangélico, tornou-se ainda mais central, com líderes religiosos influenciando diretamente o discurso e a mobilização dos manifestantes. Houve, portanto, um realinhamento das bandeiras: de uma ênfase econômica e liberal para uma defesa explícita dos valores religiosos e nacionalistas, agora com o forte respaldo das igrejas evangélicas.

O narcisismo, que havia permeado as manifestações anteriores, encontrou uma nova forma de expressão na idolatria a Bolsonaro. Nesse cenário, o narcisismo das massas e a idolatria se fundem, pois ambos se retroalimentam. A figura de Bolsonaro é projetada como um reflexo dos próprios anseios e frustrações dos manifestantes. Ele se apresenta como alguém “sem medo de dizer a verdade”, mas essa “verdade” é uma expressão dos valores conservadores que, desde 2003, haviam sido abafados publicamente no debate político, sobretudo em temas sensíveis como raça, gênero e sexualidade. A postura politicamente incorreta de Bolsonaro, abertamente racista, homofóbica e misógina, ressoa com um público que se vê representado nesses valores, muitos dos quais foram suprimidos nas esferas mais formais do discurso político. Esse paternalismo é central para entender o comportamento dos apoiadores: Bolsonaro se posiciona como o pai que protegerá seus “filhos” dos inimigos internos e externos, enquanto seus seguidores, narcisisticamente, projetam nele suas próprias imagens de poder e retidão.²³¹ O episódio da facada sofrida por Bolsonaro em Juiz de Fora, em setembro de 2018, reforçou essa dinâmica, elevando-o ao status de mártir e consolidando ainda mais a idolatria em torno de sua figura.

²³¹ ALMEIDA, 2019



Figura 59 – Jair Bolsonaro e apoiadores em ato em São Paulo, 2024. Fonte: Presenças e ausências no ato pró-Bolsonaro em São Paulo (mais.opovo.com.br).

O atentado sofrido por Bolsonaro durante a campanha marcou um ponto de virada estético e político, com desdobramentos que reverberam até hoje. Esse ato foi amplamente utilizado para reforçar sua imagem de líder atacado por forças opositoras, o que intensificou sua base de apoio, bem como exemplifica o uso da vitimização como estratégia política e a instrumentalização da violência para galvanizar os eleitores, especialmente em cenários polarizados.²³² Essa narrativa conectou-se ao forte apelo conservador e evangélico que resurgiram em manifestações subsequentes, mas agora com uma carga simbólica religiosa mais acentuada.

Se, por um lado, o narcisismo e o culto à imagem permanecem, o paternalismo de Bolsonaro se manifestou em uma imagem quase mítica, onde ele é venerado como uma figura inquestionável, mas ao mesmo tempo distante da complexidade das discussões políticas. O culto à imagem²³³ se dá de

Desde o início de sua campanha à presidência da República, a imagem de Jair Bolsonaro e de seus apoiadores evidencia uma preocupante sobreposição entre religião e política, em contradição com o princípio do Estado laico no Brasil. A camiseta usada por Michelle Bolsonaro, com os dizeres "ore pelo Brasil", simboliza essa fusão entre religiosidade e governo, sugerindo que questões de Estado e políticas públicas devam ser conduzidas por uma lógica religiosa. Esse tipo de manifestação ignora a diversidade de crenças que compõem a sociedade brasileira, além de reforçar um viés religioso que deveria estar distante da esfera política institucional. Outro elemento inquietante é a bandeira de Israel que Bolsonaro segura, remetendo à aliança simbólica com um país cujas políticas, especialmente em relação ao conflito com os palestinos, são alvo de severas críticas internacionais. Tal escolha não só reforça um discurso alinhado com o conservadorismo religioso, mas também sugere apoio a uma política externa complexa e controversa, marcando uma visão unilateral que não leva em consideração as inúmeras violações de direitos humanos denunciadas nesse contexto.

²³² BIERNATH, 2024

²³³ Maria Rita Kehl, em seu texto *O narcisismo primário e a falta de objeto*, utiliza a ideia da imagem no contexto do narcisismo primário, particularmente através da formação da autoestima baseada na identificação do sujeito com a imagem que o outro tem dele. Kehl explora como essa imagem idealizada, oferecida inicialmente pelos pais, molda a relação do sujeito com seu valor pessoal. A



Figura 60 – Multidão de apoiadores de Jair Bolsonaro em uma manifestação em Brasília, em 2019. Fonte: Qual é o saldo político das manifestações pró-Bolsonaro? (infomoney.com.br).

maneira tanto individual — com cada apoiador reafirmando sua identidade através do apoio a Bolsonaro — quanto coletiva, com os gestos, slogans e símbolos visuais repetidos em manifestações. Esse é o ponto em que a estética da política se entrelaça com a superficialidade do narcisismo moderno: uma forma de política que não mais busca o debate, mas sim a reafirmação constante de imagens e figuras que, como Bolsonaro, se tornaram ícones.²³⁴

Retomando Gilbert Durand, o imaginário é composto por imagens, símbolos e arquétipos que transcendem a lógica tradicional, funcionando como um campo de forças que molda a percepção humana. Nos protestos, essas imagens ganham

A imagem reflete o culto à figura de Jair Bolsonaro enquanto, ao mesmo tempo, se insere em um contexto maior em que as manifestações foram estrategicamente convocadas para defender o presidente e sua família de investigações que ameaçavam sua base de poder. As convocações para essas manifestações, feitas inicialmente pelo próprio ex-presidente, ocorreram em um período crítico, coincidente com as investigações do Ministério Público do Rio de Janeiro contra seu filho, o senador Flávio Bolsonaro. O caráter inicial das convocações nas redes sociais era direcionado contra o *establishment* político, representado por figuras como o então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e o STF, visto pelos apoiadores de Bolsonaro como instituições que “queriam derrubá-lo”. Essa estratégia serviu para mobilizar a base bolsonarista em torno de uma narrativa de resistência, alimentando a ideia de que Bolsonaro, como “mito”, está sendo injustamente atacado pelo sistema. Nesse sentido, as manifestações assumiram um caráter de defesa pessoal e familiar, utilizando o imaginário do líder autoritário e acima das críticas para justificar a perpetuação de sua figura como incontestável.

imagem, portanto, se torna uma construção inconsciente do desejo dos pais, que a criança internaliza como uma medida de seu valor, mantendo-a como um ideal a ser perseguido ou ressentido (KEHL, 2020, p. 34–45).

²³⁴ A afirmação pode ser exemplificada pelo fenômeno observado nas figuras de Bolsonaro e Pablo Marçal. Ambas utilizam a imagem e a construção de uma identidade política baseada mais na representação simbólica e visual do que em debates ou propostas concretas. Bolsonaro, por exemplo, ao se lambuzar de farofa e leite condensado, construiu uma imagem de proximidade com o “homem comum”, enquanto Marçal reafirma sua superioridade como coach de sucesso, ignorando a profundidade das questões políticas. Esses líderes se tornaram ícones que mobilizam seus seguidores com narrativas simplistas e visualmente carregadas, criando uma estética que reafirma a identidade do “vitorioso”, sem necessariamente promover o debate plural ou democrático. Esse tipo de liderança, como a de Marçal, é perigosa justamente porque promove a noção de uma política superficial e personalista, onde a imagem e o narcisismo prevalecem sobre o verdadeiro engajamento político, levando à deterioração do espaço público e do diálogo democrático (GRUNER, 2024).

força, vinculadas ao desejo de transformação e contestação. A relação entre mito e imaginário está profundamente ligada à forma como as narrativas sociais são construídas e vivenciadas. Mitos, enquanto representações arquetípicas, formam a base do imaginário coletivo e, nos protestos, essas narrativas podem ser reinterpretadas tanto para desafiar o poder estabelecido quanto para reafirmar hierarquias. Nesse sentido, regimes autoritários instrumentalizam o imaginário ao criar mitos que exaltam o poder, moldando a percepção coletiva por meio de símbolos que reforçam autoridade e ordem. Esses regimes utilizam o imaginário como ferramenta de controle, impondo uma estética autoritária que limita a pluralidade e cristaliza uma visão única de realidade. O poder, portanto, atua no campo simbólico, disputando a hegemonia do imaginário coletivo, pois controlar os símbolos é controlar a percepção do real. Quando os apoiadores de Bolsonaro o chamam de "mito", estão, na verdade, criando uma narrativa que o coloca como figura arquetípica, acima da crítica, dotada de uma aura que o distancia das instituições democráticas tradicionais, reforçando o caráter autoritário de sua imagem e criando uma ligação direta com seu poder pessoal e simbólico, que se sobrepõe às regras e à racionalidade política.

Nesse contexto, a estética das manifestações da direita política contrasta com uma tradição de protestos cujo foco está na coletividade e na luta por justiça social. Os atos que reivindicam direitos sociais e contestam injustiças são marcados por símbolos que ressaltam a resistência, como faixas, cartazes com palavras de ordem e megafones amplificando vozes coletivas. No entanto, o grande paradoxo das manifestações da direita é que, embora se apresentem como uma luta contra injustiças, essas "injustiças" são, na realidade, a percepção de perdas de privilégios. Em vez de lutar pela inclusão ou igualdade, esses movimentos frequentemente se mobilizam para manter posições sociais e econômicas que, no fundo, representam a preservação de estruturas desiguais. A retórica conservadora de que estão protegendo a liberdade ou a moralidade frequentemente mascara o fato de que seu verdadeiro objetivo é evitar que avanços sociais reduzam os privilégios que antes eram inquestionáveis.



Nos protestos progressistas, gestos como o punho erguido e a ocupação do espaço público são centrais, reforçando uma estética que se constrói na unidade e no desafio às estruturas de poder estabelecidas. Esses gestos simbólicos,

que historicamente estiveram associados à luta por direitos e justiça social, expressam uma resistência coletiva. No entanto, nos atos pró-impeachment e pró-Bolsonaro, muitos desses elementos tradicionais foram adaptados, mas com mudanças significativas que refletem o espírito de um novo tipo de engajamento, mais superficial e voltado para a performance visual. Essas manifestações, ao contrário de buscarem mudanças sociais profundas, tendem a enfatizar símbolos nacionalistas e conservadores, esvaziando o sentido coletivo de contestação.

Os símbolos que predominam nessas ações no espaço público — as camisas da seleção brasileira, a bandeira nacional, o hino entoado repetidamente — reforçam uma identidade nacionalista que, diferente dos protestos tradicionais, não se concentra em uma crítica estrutural ou na luta por direitos sociais, mas em uma reafirmação do *status quo* e da ordem. Esses elementos foram apropriados de forma ostensiva, criando um padrão estético que, apesar de recente, tem raízes em manifestações anteriores, como nas marchas de apoio à ditadura militar. A presença da bandeira do Brasil, em particular, que outrora era um símbolo de unidade em contextos esportivos ou cívicos, foi apropriada como um estandarte de apoio a Bolsonaro e, de certa forma, como um marcador de pertencimento a um movimento que se via como guardião da nação.

Nesse sentido, é importante destacar que a bandeira de uma nação, como principal símbolo de identidade coletiva, carrega em sua composição

◀ Figura 61 – Manifestante em ato no MASP organizado pelo Grupo de Ação em Memória às Vítimas da Covid-19. Fonte: PEDROSA; RJEILLE, 2022, p. 230

◀ Figura 62 – Bolsonarista em ação durante os acampamentos em Brasília ao final de 2022. Fonte: Ódio, oração e golpe: como funcionava o acampamento bolsonarista no QG (metropoles.com).

As duas imagens exemplificam uma reconfiguração simbólica nos gestos políticos. O punho erguido, tradicionalmente associado à luta coletiva por justiça e direitos sociais, como é visto na primeira foto, representa um gesto de resistência em nome de uma causa maior que o indivíduo. Esse gesto, usado em protestos progressistas, sinaliza a presença de um corpo que se coloca em função da coletividade, em busca de uma transformação social que beneficia a todos. Na segunda imagem, entretanto, o gesto de um bolsonarista apontando para a câmera reflete uma outra dinâmica simbólica. Aqui, o gesto não carrega a ideia de uma causa coletiva, mas é marcado por uma afirmação de poder individual e de imposição. É como se a mão apontada propusesse um confronto direto, sem o mesmo apelo à coletividade ou à justiça, mas sim à reafirmação de uma identidade individualista e autoritária.

elementos que dialogam com a história e as conquistas do povo que representa. Cores, formas e brasões são marcas que geralmente retratam vitórias e feitos de um determinado grupo social. Raimundo Coimbra sugere que a força de um símbolo nacional está diretamente relacionada à representatividade dos elementos culturais autóctones que ele incorpora.²³⁵ Esse debate tem sido particularmente relevante no Brasil nos contextos acima descritos, quando a bandeira brasileira começou a ser associada a um grupo político específico durante disputas eleitorais e manifestações de massa.

Ainda em 2002, durante as eleições daquele ano, o jingle do candidato José Serra, do PSDB, exaltava as cores da bandeira brasileira ao mesmo tempo em que repudiava o vermelho, cor associada ao PT e a Luiz Inácio Lula da Silva, seu principal adversário político.²³⁶ Essa apropriação das cores da bandeira brasileira representa uma instrumentalização estética que transcende o campo político e penetra o cotidiano. A exaltação das cores nacionais, especialmente o verde e amarelo, enquanto o vermelho é rejeitado, revela uma tentativa de simplificação visual das ideologias. Essa estratégia estética, intensificada nas manifestações pós-2013, transforma elementos visuais em marcadores de identidade política.

A ideia de uma “estética do cotidiano”, abordada no primeiro capítulo desse trabalho, se refere a como os símbolos visuais e narrativas políticas são apropriados, muitas vezes descontextualizados, e aplicados na vida cotidiana como parte de uma disputa pelo espaço público e pela politização da estética. A bandeira, ao ser exaltada por um grupo e associada a um determinado projeto político, assume um papel identitário no cotidiano urbano e nas manifestações, delineando fronteiras simbólicas e disputando a narrativa nacional. Nesse sentido, fixar uma bandeira do Brasil na porta de uma casa ou comércio, por exemplo, vai além de um gesto de patriotismo tradicional, mas trata-se, principalmente, de uma afirmação visual de alinhamento político e identitário. A bandeira, assim, torna-se uma marca de posição dentro da divisão política que se intensificou no Brasil nos últimos anos. Ao ser associada a um projeto específico, como o bolsonarismo, o ato de

²³⁵ COIMBRA, 2000, p. 124

²³⁶ MATTOS; CROITOR, 2002



Figura 63 – Manifestante segura bandeira do Brasil Império em protesto na Avenida Paulista, em São Paulo. Fonte: Qual o significado da bandeira do Brasil Império e por que ela foi apropriada por bolsonaristas (bbc.com).



Figura 64 – Bolsonaro utilizando uma reinterpretação da bandeira brasileira como manto. Fonte: "Golpe? Que golpe?", diz Bolsonaro sobre 8 de janeiro (sbtnews.sbt.com.br).

Ambas as imagens representam uma apropriação simbólica da bandeira nacional em diferentes versões, associadas ao bolsonarismo e ao resgate de símbolos históricos, em particular a bandeira do Brasil Império e a alteração da esfera azul da bandeira republicana para a imagem de Jair Bolsonaro. A bandeira imperial, vista na primeira imagem, remete a um passado idealizado, no qual apoiadores do ex-presidente associam o Império a uma era de suposta ordem e retidão, ignorando o contexto de escravidão e desigualdade que marcou o período. Ao utilizar esse símbolo, esses manifestantes tentam construir uma legitimidade histórica e mobilizam um imaginário nostálgico, que vincula o bolsonarismo a uma continuidade simbólica com os ideais de uma monarquia paternalista. Na segunda imagem, a bandeira republicana é alterada, substituindo o azul celeste com a inscrição "Ordem e Progresso" pela imagem de Jair Bolsonaro, destacando um culto à personalidade. Aqui, a bandeira é instrumentalizada, deixando de representar o conjunto da nação e passando a ser um símbolo de pertencimento a um projeto político específico. A apropriação da bandeira nacional por bolsonaristas reflete, portanto, não só uma afirmação política e ideológica, mas sobretudo um esforço de reconfiguração simbólica, onde a identidade nacional é atrelada a um líder específico.

exibi-la cria uma fronteira simbólica clara: quem a ostenta não está apenas demonstrando um suposto amor pela nação, mas também indicando apoio a uma visão política particular e revelando a cisão existente no imaginário coletivo brasileiro construído nos últimos dez anos.

Essa consolidação simbólica da bandeira teve início ainda em 2013. Segundo Luísa Portugal, a mídia tradicional, naquele ano, retratou os manifestantes como "jovens insatisfeitos com o cenário político nacional, que marcham pacificamente, muitas vezes envoltos na bandeira brasileira, carregando cartazes contra a corrupção e o governo".²³⁷

²³⁷ PRESSBURGER PORTUGAL, 2016, p. 57

Rapidamente associa-se as cores da bandeira brasileira à “maneira correta” de se manifestar, onde qualquer outro modo que destoe desse padrão estético comportamental seria classificado como radical, vândalo ou baderneiro. Diante disso, a releitura dos símbolos nacionais, principalmente a bandeira nacional, tem sido amplamente explorada nas manifestações culturais brasileiras. As escolas de samba do carnaval do Rio de Janeiro, por exemplo, têm assumido um papel de vanguarda ao recontextualizar a bandeira brasileira e os símbolos nacionais em seus desfiles, promovendo uma estética decolonial que valoriza as tradições indígenas e afro-brasileiras.²³⁸ Essa resignificação dos símbolos, que inclui novas cores e propostas gráficas, questiona a hegemonia cultural e aponta para a construção de uma identidade nacional mais plural e inclusiva.

A exposição *Histórias Brasileiras*, realizada pelo MASP em 2022 e com curadoria de Adriano Pedrosa e Lilia M. Schwarcz²³⁹, destacou a pluralidade das narrativas que formam a história do Brasil. Dividida em oito núcleos temáticos, o primeiro, *Bandeiras e Mapas*, explorou como símbolos nacionais, como a bandeira, são resignificados em diferentes contextos. Obras de artistas como Frederico Costa, Bruno Baptistelli e Cildo Meireles subverteram a bandeira brasileira para abordar questões de diversidade sexual, racial e críticas ao autoritarismo. Outro exemplo, o artista Desali, que utiliza buchas de lavar prato para reproduzir a bandeira, expõe o desgaste e a desconstrução desse símbolo. Ao ser retirada do pedestal oficial, a bandeira é colocada no chão, aproximando-a das lutas sociais e trazendo à tona suas contradições, em um gesto que denuncia a história de opressão que ela simboliza. Esse processo de “desmontagem” sugere que a bandeira, antes vista como intocável, pode ser reapropriada por aqueles que ela deveria representar, mas que ao longo do tempo foram excluídos de sua narrativa oficial.²⁴⁰ O uso de símbolos desgastados e desprovidos de suas cores vibrantes revela a necessidade de repensar os valores que ela sustenta, retirando-a do campo da oficialidade e colocando-a na concretude da vida cotidiana, onde as lutas por justiça social encontram espaço para novas interpretações.

²³⁸ MUSSA; SIMAS, 2023

²³⁹ PEDROSA; RJEILLE, 2022

²⁴⁰ RODRIGUES FILHO, 2020



Figura 65 – Bandeiras e mapas na exposição do MASP *Histórias Brasileiras*, em 2022. Fonte: *Histórias Brasileiras* (masp.org.br)



Figura 66 – *Bandeira nacional*, por DESALI, 2021. Fonte: Oficina São João (oficinasaojoao.net)

Os emblemas nacionais, como bandeiras e mapas, são símbolos centrais na construção de uma identidade coletiva, mas a arte contemporânea muitas vezes se apropria desses elementos para questionar e subverter seus significados originais. Em vez de serem vistos apenas como símbolos de unidade e pertencimento, esses emblemas são deslocados, transformados e ressignificados em obras que criticam questões políticas, históricas e sociais. Artistas contemporâneos utilizam a bandeira brasileira, por exemplo, para desafiar narrativas oficiais: mudam suas cores, inserem novos lemas e destacam grupos historicamente marginalizados. Cildo Meireles, Bruno Baptistelli, Abdias Nascimento e Desali, entre outros, subvertem a simbologia tradicional da bandeira para criticar tanto o passado colonial quanto a realidade política atual.

A obra de Desali, como outras intervenções artísticas, retoma a bandeira para expor as fragilidades de um símbolo que historicamente foi usado para mascarar as desigualdades estruturais do Brasil. Como observa Hélio Menezes ao tratar das obras de Jaime Lauriano²⁴¹, o avesso das bandeiras expõe as verdades ocultas do Estado e sua história.

²⁴¹ MENEZES, 2019

Assim, a bandeira passa a ser vista como um documento de barbárie, retomando a crítica de Walter Benjamin, onde cada símbolo cultural também é um reflexo das violências que sustentam sua existência.²⁴² A estética dessas novas bandeiras, ao expor suas fissuras, sugere a possibilidade de uma outra narrativa, que emerge não mais de um centro de poder, mas das margens.

Retomando a estratégia estética das manifestações pós-2013, nota-se a presença marcante de símbolos de poder e ordem: a polícia, muitas vezes vista como inimiga em protestos tradicionais, aqui é transformada em aliada, com manifestantes tirando selfies ao lado de policiais e militares. Esse gesto reflete uma inversão simbólica, onde a autoridade não é mais desafiada, mas exaltada como parte do espetáculo de reafirmação política. A estética do narcisismo, como mencionado anteriormente, se manifesta também na forma como o engajamento se dá: o ato de participar não visa tanto a transformação social, mas a autoafirmação e a criação de uma identidade visual coletiva. As redes sociais desempenham um papel crucial nesse processo, em que cada manifestação se torna um palco para a produção de imagens que circularão amplamente, alimentando a sensação de pertencimento e de estar do “lado certo” da história.

Essa apropriação simbólica dos elementos visuais e sonoros não é totalmente nova, mas a intensidade com que aparece nas manifestações pró-Bolsonaro é um fenômeno contemporâneo. O que antes era um engajamento político mediado por discursos críticos e pela tensão entre diferentes visões de mundo, agora se transforma em uma performance de adesão e veneração. Os rituais de repetição — o uso constante das mesmas cores, slogans e músicas — criam um ciclo contínuo de autoafirmação, onde o simples ato de estar presente e visível nas manifestações já configura, por si só, um ato político no ponto de vista dos participantes. O episódio da facada em Bolsonaro, por exemplo, rapidamente se converteu em um símbolo de martírio e resistência, reforçando ainda mais a construção de uma narrativa quase mítica em torno de sua figura. A facada, em vez de

²⁴² Nesse ensaio, o autor afirma que “não há documento da civilização que não seja também um documento de barbárie”. Ou seja, para Benjamin, cada símbolo ou documento cultural carrega consigo as marcas das violências e injustiças que possibilitaram sua existência e preservação, refletindo a dominação e os conflitos sociais subjacentes ao progresso histórico (BENJAMIN, 2020, p. 52–53).



Figura 67 – O presidente Lula durante o 59º Congresso da União Nacional dos Estudantes, em Brasília. Fonte: Esquerda tentará mostrar força nas ruas em meio à queda de popularidade de Lula (gazetadopovo.com.br), 2024.



Figura 68 – Manifestantes em apoio a Lula nas proximidades da Assembleia da República em Lisboa, Portugal. Fonte: Protestos antecedem fala de Lula no parlamento português (poder360.com.br), 2023.



Figura 69 – Jovens no *Carnalula*, uma ação festiva em apoio à candidatura de Lula, em Belo Horizonte. Fonte: Último domingo antes das eleições é marcado por manifestações em apoio a Lula (midianinja.org), 2022.

Quando se foca apenas no sensível, nas percepções imediatas sem uma análise crítica mais profunda, as diferenças estéticas entre os movimentos pró-Lula e pró-Bolsonaro podem parecer sutis. Ambos utilizam elementos visuais poderosos — como cores marcantes, gestos característicos e símbolos de identidade — que geram um sentimento de pertencimento imediato para os que compartilham desses signos. Essa simplificação estética ocorre porque esses sinais são captados antes de qualquer reflexão crítica, provocando reações emocionais rápidas. No entanto, a análise mais profunda dessas estéticas depende do conhecimento e da experiência prévia de cada indivíduo, o que torna as diferenças mais evidentes. Para alguém totalmente alheio ao contexto, as estéticas dos dois movimentos poderiam parecer similares em função e impacto visual. No entanto, a verdadeira distinção se revela ao se compreender os contextos políticos e simbólicos subjacentes, demonstrando que a estética está sempre vinculada à subjetividade e aos significados associados.

promover uma reflexão crítica sobre o ambiente de violência e divisão política no país, foi assimilada como mais um elemento de reafirmação da imagem de Bolsonaro como “salvador”, quase como se

tivesse ressuscitado, reforçando o paternalismo que permeia suas interações com seus apoiadores.

A estética, nesse sentido, lida com símbolos de forma paradoxal. Enquanto cria uma linguagem de pertencimento e identidade, ela também simplifica discursos políticos, transformando-os em uma comunicação visual superficial. Elementos como a bandeira, o verde e amarelo, e o louvor a Bolsonaro constroem uma imagem coletiva que elimina a crítica e promove o culto à personalidade. No caso de Bolsonaro, essa estética reforça uma política autoritária, onde o líder é visto como salvador, sustentando uma visão conservadora e excludente da sociedade. Por outro lado, o movimento em torno de Lula também utiliza símbolos fortes, como o vermelho e o logo do PT, mas sua estética está mais ligada a pautas de inclusão social e direitos trabalhistas. Embora a figura de Lula seja exaltada, o foco se mantém em propostas políticas de combate às desigualdades. Ainda que sejam contextos diferentes, ambos mostram como a estética tem o poder de simplificar debates e transformar o engajamento político em culto a uma liderança, deixando de lado a complexidade dos problemas sociais.

3.5 FORMA-LIMITE: A ESCALADA VIOLENTA EM BRASÍLIA

A sociedade brasileira carrega, de maneira muitas vezes velada, um profundo ressentimento que permeia suas relações sociais e políticas. Maria Rita Kehl, em suas análises, identifica esse sentimento como um elemento estrutural que influencia o comportamento coletivo no país. Segundo a autora, embora haja uma aparência de alegria e festividade, impulsionada pelo imperativo da cordialidade e pelo apelo a um “país pra frente”, o ressentimento se manifesta em ironias sutis, queixas constantes e na tendência de culpar um “outro” pelas mazelas sociais. O sujeito ressentido passa a ver o mundo como um lugar injusto, onde ele é constantemente prejudicado, o que pode criar uma postura de permanente antagonismo e desconfiança. Esse sentimento é resultado de uma dificuldade histórica em reconhecer-se como agente de mudança, fruto da já citada herança paternalista que mantém a população em posição de dependência frente às autoridades.²⁴³

A falta de enfrentamento dos traumas passados, como os crimes cometidos durante a ditadura militar, exemplifica essa dinâmica. Diferentemente de outros países latino-americanos que julgaram seus torturadores, o Brasil optou pelo esquecimento e pela anistia, reforçando um ambiente de tolerância com abusos atuais.²⁴⁴ Esse esquecimento impede a elaboração do luto coletivo e mantém o ressentimento latente, influenciando negativamente a capacidade de mobilização e de transformação social. O ressentimento, quando não reconhecido e elaborado, torna-se corrosivo, afetando, além do indivíduo, o tecido social. Ele alimenta uma visão distorcida da realidade, onde o sujeito se vê constantemente prejudicado e injustiçado, levando, em casos extremos, à violência. Esse sentimento pode ser instrumentalizado por movimentos populistas e extremistas, que canalizam a frustração coletiva em discursos de ódio e ações antidemocráticas.

Suely Rolnik, ao descrever como as forças capitalistas capturam e exploram as energias vitais e criativas dos sujeitos, transformando-as em ferramentas de dominação, ajuda a compreender como as manifestações pró-Bolsonaro exemplificam o desvio dessas energias de um potencial criativo transformador para

²⁴³ KEHL, 2020, p. 185

²⁴⁴ KEHL, 2020, p. 185–186

reações destrutivas e violentas. Em vez de promover mudanças positivas, essas manifestações expressam uma subjetividade alienada, que recorre à violência como resposta à frustração política.²⁴⁵ Esse poder das práticas destrutivas, especialmente em momentos de crise política e social, é sustentado por uma lógica que prioriza a crença emocional e simbólica em líderes ou ideais, deixando a racionalidade em segundo plano, como afirma Slavoj Žižek.²⁴⁶ Nesses contextos, os indivíduos se submetem a sacrifícios sem questionamento, aderindo a uma servidão voluntária em nome de uma missão percebida como "superior". Essa submissão emocional, que muitas vezes renuncia aos interesses pessoais e ignora a crítica racional, estabelece um vínculo entre o sujeito e o poder, em que a entrega emocional prevalece sobre a reflexão crítica.

Essa forma de subordinação, comumente vista em regimes fascistas, permite que o poder simbólico seja materializado através de atos e rituais que reforçam a lealdade e a devoção ao ideal ou líder.²⁴⁷ A ausência de racionalidade é não apenas ignorada, mas convertida em uma virtude dentro desse sistema, onde o questionamento seria visto como uma ameaça à coesão emocional do grupo. A crença absoluta no líder ou na causa torna-se o elemento central que organiza as ações dos seguidores, levando-os a praticar atos destrutivos e a se sacrificar em nome de uma causa que é percebida como inquestionável. Essas práticas refletem uma rejeição à complexidade e às soluções racionais, sendo substituídas por uma obediência cega a um poder que não precisa justificar suas demandas. Ao invés de debater ou buscar alternativas construtivas, os seguidores se mobilizam por meio de uma força emocional que é constantemente reforçada por rituais ideológicos, consolidando um ambiente em que o sacrifício e a violência se tornam ferramentas legítimas de expressão.

Nesse sentido, o ressentimento social, exacerbado pelo neoliberalismo, prende os indivíduos em uma lógica de impotência e frustração, onde as possibilidades de ação construtiva são bloqueadas. Dessa maneira, o sujeito ressentido, de acordo com Kehl, alienado de sua própria capacidade de agir politicamente,

²⁴⁵ ROLNIK, 2018, p. 39

²⁴⁶ ŽIŽEK, 2015, p. 26–27

²⁴⁷ ŽIŽEK, 2015, p. 29

torna-se vulnerável à manipulação que transforma sua energia em violência.²⁴⁸ A destruição, como nos ataques em Brasília em 2023, vem não como uma expressão de resistência criativa, mas como o reflexo de uma subjetividade capturada e esvaziada, incapaz de reconfigurar a realidade de forma positiva. Essa ideia se justifica sobretudo pelo fato de que Bolsonaro, ícone maior do grupo de pessoas que invadiu a capital federal, é, nas palavras de Kehl, “um dos mais escandalosos ressentidos contra a grande repercussão favorável ao trabalho da Comissão da Verdade”.²⁴⁹ Logo, atos criminosos como esses que ocorreram em Brasília podem ser pensando enquanto uma forma-limite desse ressentimento.

A forma-limite do ressentimento, manifestada nos ataques violentos em Brasília, representa o esgotamento de qualquer possibilidade de transformação construtiva, atingindo um ponto onde a energia vital do sujeito, já completamente capturada e manipulada, se expressa de forma destrutiva e autossabotadora. Trata-se de uma subjetividade que, em sua alienação, não encontra mais caminhos para reconfigurar sua realidade e, assim, recorre à violência como último recurso de expressão. Esse limite é marcado pela incapacidade de articular um projeto político criativo ou de resistência que, de fato, questione as estruturas de poder vigentes. Ao contrário, o sujeito ressentido, completamente imerso em um ciclo de frustração, é conduzido a destruir aquilo que ele julga ser o obstáculo à sua sobrevivência, sem perceber que está sendo utilizado como peça de uma engrenagem maior que perpetua sua própria impotência. A forma-limite do

²⁴⁸ KEHL, 2020, p. 161–162

²⁴⁹ KEHL, 2020, p. 204. Contextualizando: a Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada em 2011 com o objetivo de investigar violações de direitos humanos ocorridas durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985). A comissão focou principalmente em crimes como tortura, desaparecimentos forçados e execuções, cometidos por agentes do Estado. Embora o relatório final da CNV, publicado em 2014, não tivesse poder punitivo, ele foi uma importante ferramenta para o reconhecimento e a reparação simbólica das vítimas, promovendo a memória e a verdade sobre o regime militar. No entanto, o trabalho da comissão gerou reações adversas em setores ligados às Forças Armadas e aos defensores da ditadura. Um dos mais notórios críticos foi Jair Bolsonaro, então deputado federal, que expressou ressentimento em relação à repercussão positiva da CNV. Em 2014, durante uma audiência pública em Brasília sobre torturados e desaparecidos políticos, Bolsonaro homenageou o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, conhecido por ser um dos mais violentos torturadores da ditadura. Essa atitude foi uma tentativa de deslegitimar o trabalho da CNV e proteger a memória dos militares envolvidos na repressão, além de suscitar a questão sobre o receio de que figuras como Bolsonaro, que frequentemente exalta o regime militar, temam que esse processo de revelação possa eventualmente atingi-los diretamente (BARBA; WENTZEL, 2016).

Cf. cnv.memoriasreveladas.gov.br

ressentimento reflete, assim, a total submissão à impotência, onde a violência não é mais um meio, mas o fim em si mesma, consolidando a alienação e o vazio político.

Esse ciclo de ressentimento pode ser observado de maneira emblemática na gestão da pandemia de COVID-19 pelo governo Bolsonaro. Suas ações — ou a ausência delas —, deixando milhares de pessoas desassistidas, refletem a indiferença à vida humana como parte desse processo de violência.²⁵⁰ As políticas adotadas, como a negação da ciência e a demora na compra de vacinas, demonstram que a destruição, aqui, não é direcionada a um propósito político construtivo, mas sim uma manifestação final de impotência e alienação. A violência, neste caso, manifesta-se no abandono e na inação, consolidando-se também como um fim em si mesma, reforçando o ciclo de ressentimento e a perpetuação do caos sem a intenção de transformação social. Ou seja, a gestão da pandemia por Bolsonaro pode ser interpretada como uma manifestação desse ressentimento em escala governamental.

Para Žižek, o sujeito, ao se submeter a uma lógica autoritária, não age por convicção política genuína, mas por um gozo obscuro e autodestrutivo, uma forma de satisfação perversa em obedecer a uma lei que ele próprio não entende nem internaliza de maneira consciente. Segundo o autor:

A despsicologização significa que o sujeito se vê confrontado com uma cadeia significante inerte, não dialetizada, em que falta o bastamento, ou seja, que não capta o sujeito de maneira performativa: o sujeito preserva uma certa relação de exterioridade. Essa despsicologização, portanto, só faz destacar a exterioridade originária e irreduzível da ordem significante no sujeito; além disso, isso também explica a maneira como o discurso fascista capta e subjuga seus súditos: justamente, na medida em que ele é despsicologizado, sua lei adquire a forma de uma injunção não dialetizada, incompreendida, absurda, e surge como um texto que de modo algum permite ao sujeito reconhecer ali a riqueza afetiva de seus anseios, ódios, temores etc.²⁵¹

As pessoas que atacaram e violaram os prédios da Praça dos Três Poderes em Brasília podem ter agido sob a lógica descrita pela “despsicologização”. Isso significa que muitos dos indivíduos envolvidos nesses atos não necessariamente

²⁵⁰ BRUM, 2021

²⁵¹ ŽIŽEK, 2015, p. 31



foram capturados por um discurso emocional forte ou por uma paixão política autêntica, mas sim subjugados por uma ideologia que funcionava como uma imposição vazia. Esse discurso não estabeleceu uma conexão afetiva ou racional com os sujeitos, mas, mesmo assim, conseguiu exercer um poder sobre eles, levando-os a agir de maneira automática e alienada.

O que pode ter ocorrido é que, em vez de se sentirem emocionalmente engajados ou conscientes dos motivos reais por trás de suas ações, muitos desses indivíduos foram empurrados por uma "lei" social que lhes foi imposta sem que compreendessem plenamente o porquê. O discurso autoritário que cercava esses atos funcionava como um imperativo, uma ordem incompreendida, mas poderosa, que exigia deles um comportamento destrutivo e sem reflexão crítica. Eles estavam, de certo modo, desconectados da lógica interna e dos significados que deveriam legitimar suas ações, mas ainda

Figura 70 – Perfurações sofridas por *As mulatas*, de Di Cavalcanti, durante a invasão no Palácio do Planalto em Brasília. Fonte: Di Cavalcanti pintou a cara do Brasil, diz curadora em referência à ataque (em.com.br).

O ataque às obras de arte durante a invasão de Brasília em 8 de janeiro de 2023, como o esfaqueamento da tela *As Mulatas* de Di Cavalcanti, simboliza mais do que um ato de vandalismo desprovido de reflexão. Esses gestos revelam uma dinâmica insurrecional em que a destruição de símbolos culturais expressa a recusa de uma representação oficial da nação, especialmente aquela construída a partir da estética modernista de Brasília. A arte modernista no Brasil e, principalmente nesse contexto, a arquitetura de Oscar Niemeyer, pertenceram a um projeto de construção de uma identidade nacional inclusiva, mas que, para os bolsonaristas, não representa os "verdadeiros brasileiros". Ao destruir essas obras, os criminosos se opõem tanto à ideia de conciliação e progresso promovida pelo modernismo quanto ao seu caráter de ruptura e criação. Nesse contexto, a destruição não é um gesto irracional, mas um ataque consciente a um projeto estético de nação que os bolsonaristas rejeitam, reivindicando uma nova construção simbólica e estética, alinhada a um passado idealizado e a uma visão autoritária de nação, como a representada pelo uso da bandeira do Brasil Império, por exemplo.

assim obedeciam a essa força coercitiva. Eles seguiram as ordens, talvez por medo de exclusão ou simplesmente por estarem imersos em um ciclo de obediência cega, onde os rituais e a performance violenta pareciam justificar-se por si só, resultando em uma forma de ação alienada sem que eles sequer compreendam a profundidade daquilo que estão replicando.

Contudo, não cabe, nesse contexto, pensar em uma estética da violência ou da destruição. Ao abordar atos como os ataques em Brasília, qualquer tentativa de estetização se depara com uma barreira ética insuperável, uma vez que a pesquisa aqui se dedica a entender os processos de insurgência e resistência, e não a legitimar ou embelezar o caos. A violência que emerge dessa forma-limite do ressentimento, como dito, não carrega em si um potencial de transformação criativa ou emancipatória, mas apenas o vazio de uma subjetividade esvaziada e instrumentalizada. Ao se distanciar da ética, qualquer análise que busque estetizar esses atos corre o risco de neutralizar a gravidade de suas consequências e, pior, de transformar a destruição em um espetáculo, desconsiderando os danos reais que ela provoca e a manutenção das dinâmicas de opressão que alimentam tais explosões de violência.

A análise de Javier Cercas sobre o golpe fracassado de 1981 na Espanha, no qual setores militares tentaram derrubar a democracia recém-restaurada, mostra que esse golpe, ao invés de destruir o regime democrático, acabou fortalecendo-o. A tentativa de subversão gerou um efeito inesperado: despertou a opinião pública espanhola para o valor da democracia, até então subestimado ou negligenciado. Ao serem confrontados com a possibilidade real de perdê-la, a sociedade e as instituições se uniram em defesa do regime democrático, consolidando-o de forma mais robusta do que antes. No Brasil, o ataque às sedes dos três poderes, embora realizado em um contexto diferente e com motivações distintas, ecoa lições semelhantes. A tentativa de subversão liderada por extremistas, que buscavam desestabilizar o governo recém-eleito de Luiz Inácio Lula da Silva, fracassou em seus objetivos. Assim como na Espanha, o fracasso dos golpistas ressaltou a importância das instituições democráticas e mobilizou uma reação firme da sociedade e das autoridades. A resposta rápida das instituições brasileiras, aliada ao apoio internacional, foi fundamental para transformar uma crise em

um momento de reafirmação da democracia, fortalecendo-a em meio à adversidade.

A restauração das estruturas danificadas foi rápida e eficiente, como exemplificado pela reconstrução do plenário do STF em apenas três semanas, sob a liderança da ministra Rosa Weber.²⁵² Esse esforço não foi apenas físico, mas carregou um peso simbólico profundo: a reconstrução imediata dos espaços demonstrou a resiliência das instituições diante de uma tentativa de desestabilização. A mensagem transmitida foi clara: a destruição material não seria capaz de minar os princípios democráticos que sustentam o Brasil. No Senado, a pressa em restaurar as instalações também refletiu o compromisso com a continuidade institucional e a preservação da democracia. Embora vidros, obras de arte e móveis tenham sido destruídos, o foco na recuperação dos espaços simbolizou mais do que reparação material, reafirmação, sobretudo, de que os valores democráticos permanecem intactos.

Por mais que o sistema capitalista empurre a sociedade para uma aparente incapacidade de conceber novas formas de viver, ainda é possível vislumbrar um caminho que resista a essa captura. Contudo, é essencial reconhecer que essa narrativa não abrange todas as complexidades políticas e sociais envolvidas no evento. A continuidade da democracia não implica que ela funcione de maneira ideal, pois muitos problemas, como a desigualdade social, a falta de representatividade e a necessidade de reformas políticas, ainda persistem. Termos como “manutenção crítica da democracia”, “resistência institucional com desafios latentes” ou “afirmação da democracia diante de reformas necessárias” podem ser usados para reconhecer tanto o valor das respostas institucionais quanto a urgência de reformas para tornar o sistema democrático mais representativo e eficaz. Dessa maneira, mantém-se uma visão positiva sem ignorar os desafios que ainda precisam ser superados para aprimorar a qualidade democrática no Brasil.

²⁵² SANTI, 2024

3.6 CIDADE: PALCO DOS PROTESTOS E ESPAÇO DE DISPUTAS

A abordagem proposta neste trabalho não se concentra em cidades específicas nem busca generalizar para uma ideia fixa ou modelo universal de cidade. Como discutido no primeiro capítulo da tese, a complexidade e a diversidade das experiências urbanas tornam inviável a redução das cidades a um padrão homogêneo e, por isso, reitera-se que, nesse contexto, a cidade é tomada enquanto um espaço de eventos. Por isso, a atenção recai sobre os espaços públicos e as oportunidades de interação entre atores sociais e práticas culturais que ele pode oferecer. Esses espaços funcionam como arenas dinâmicas, onde encontros, confrontos e colaborações ocorrem entre diferentes agentes, tornando-se pontos nodais nas redes que constituem a vida urbana.

Os espaços públicos são, por essência, cenários onde práticas sociais se materializam, oferecendo aos atores — indivíduos, coletivos, movimentos sociais — um ambiente para a expressão de identidades, demandas e aspirações. A mediação nesses espaços, tanto física quanto simbólica, não é meramente instrumental; ela facilita a circulação de ideias, valores e significados. Essa circulação integra a própria dimensão espacial na negociação dos valores e posições, ou na partilha do sensível, como propõe Jacques Rancière. Ao compreender a cidade como um local de constante produção e reprodução, essa perspectiva faz sentido dentro da proposta de pesquisa, pois evidencia como as interações sociais moldam a dinâmica urbana ao longo do tempo. Exemplificar através de eventos específicos ajuda a esclarecer essas dinâmicas na prática, mas o foco está na compreensão mais ampla dos processos que moldam a cidade enquanto ideia em construção contínua. Essa visão está alinhada com a abordagem de Massimo Cacciari, que entende a cidade como um produto das dinâmicas capitalistas em sua constante reconfiguração — um processo em fluxo, permeado por forças econômicas, sociais e culturais que, juntas, tecem o espaço urbano.

Entretanto, para além da dimensão tátil da cidade, as redes sociais e o espaço virtual têm desempenhado um papel central na organização, divulgação e amplificação dos protestos contemporâneos. Muito se tem discutido sobre isso e no aprofundamento das insatisfações com a política de representação no Brasil. A tese de Manuel Castells sobre a “sociedade em rede” sugere que, na era da

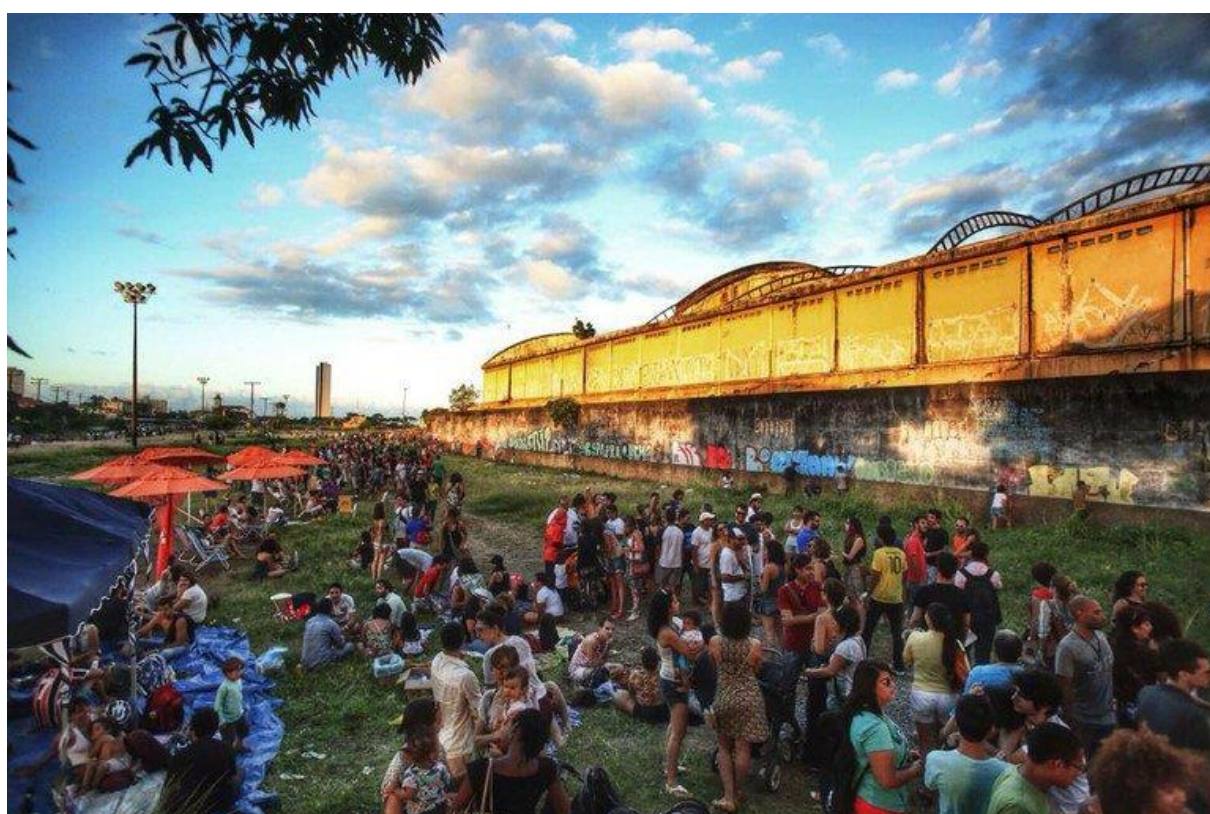
informação, a internet e as redes digitais conectam indivíduos de diferentes lugares, deslocando a centralidade do espaço físico para o “espaço de fluxos”, onde as relações e interações são organizadas em torno de redes globais de informação, conhecimento e comunicação, redefinindo a forma como as identidades políticas e sociais se configuram. No entanto, ele ressalta que essa transformação não elimina o papel do espaço físico, mas o reconfigura em um processo contínuo, no qual as cidades informacionais são moldadas pelas novas dinâmicas tecnológicas e de rede.²⁵³ Nesse sentido, Rafael de Souza sugere que, ao observar eventos políticos concretos, como os protestos de junho de 2013, a especificidade dos espaços urbanos desempenha um papel inegociável.²⁵⁴ A ocupação das ruas e praças mostra-se uma parte fundamental na construção das identidades políticas e na formação das práticas de protesto.

A ocupação de espaços públicos tornou-se uma tática central em várias cidades brasileiras, tendo raízes em movimentos anteriores, ganhando uma força emblemática em 2013, e revelando desdobramentos mais perigosos e polarizados nos anos seguintes. Esse movimento de ocupar o espaço, seja nas pequenas e médias cidades, seja nas avenidas principais das grandes metrópoles, como a Avenida Paulista em São Paulo, a orla de Copacabana no Rio de Janeiro ou a Esplanada dos Ministérios em Brasília, demonstra a importância do espaço físico como catalisador de práticas políticas.

Esses exemplos reforçam a ideia de que o espaço urbano é fundamental para a politização de identidades e para a formação de demandas coletivas. A cidade, enquanto lugar de encontro, não apenas acolhe essas interações, mas se torna o próprio campo de disputa entre atores diversos. A proximidade com os centros de poder, a disponibilidade de estruturas de comunicação e transporte e a configuração de áreas abertas proporcionam tanto precariedades quanto oportunidades, a depender de cada espaço, para a ação coletiva. Por isso, os espaços urbanos funcionam tanto como facilitadores quanto como obstáculos para eventos políticos. Ao mesmo tempo que expõem as carências e desigualdades, esses

²⁵³ CASTELLS, 2002, p. 488

²⁵⁴ SOUZA, 2019, p. 299



espaços abrem possibilidades e funcionam como um campo de disputa entre interesses divergentes, revelando a cidade como um terreno dinâmico onde se manifestam tensões e possibilidades de transformação.

Em 2013, no início das mobilizações populares estudadas aqui, as ruas assumiram um protagonismo inegável como o principal espaço de disputa política



no Brasil. A televisão, em especial o *Jornal Nacional*, dedicou grande parte de sua cobertura aos protestos, que dominaram os principais centros urbanos. O dia 20 de junho marcou o ápice das manifestações naquele ano, quando mais de 1,25 milhão de pessoas tomaram as ruas em 388 cidades. Essa visibilidade mediática refletiu o papel central das ruas como palco para o debate social e político, onde

diferentes grupos expressavam suas insatisfações. O espaço público, neste contexto, tornou-se um campo fértil para múltiplas disputas.

As pautas que emergiram ao longo dos anos seguintes anos variaram amplamente. Em 2013, o “Não vai ter Copa” trouxe à tona críticas à gestão dos megaeventos esportivos, enquanto em 2015 e 2016, o movimento “Fora Dilma” ganhou força, com manifestações massivas exigindo o impeachment da ex-presidente. Em 2018, o “#EleNão” veio como um movimento feminista de oposição a Jair Bolsonaro, refletindo o uso das ruas como espaço de resistência. Em 2019, os protestos estudantis, ou “Tsunâmi da Educação”, ocorreram em resposta aos cortes e congelamentos nas áreas de educação, ciência e tecnologia sob o governo Bolsonaro, reunindo estudantes e profissionais da educação em manifestações contra essas políticas. Além dessas, as ruas também foram palco para expressões que, por mais que se configurassem como manifestações artísticas, não carregavam em si potencial emancipatório.

Nos vídeos divulgados, a “dança do impeachment” apresenta uma coreografia simples, com passos repetitivos e sincronizados, que remete a uma atmosfera de Carnaval. Trata-se, entretanto, de uma manifestação contra o governo da ex-presidente Dilma Rousseff. Organizado pelo grupo “Consciência Patriótica” de Fortaleza, a dança e a música “Seja Patriota” se tornaram símbolos de protesto, com letras que evocam o uso de cores nacionais e palavras de ordem como “fora Dilma, fora

◀◀ Figura 71 – Ativistas do movimento Ocupe Estelita, no Recife, em uma tentativa de barrar a demolição dos galpões históricos. Fonte: O que o Ocupe Estelita ensina, dez anos depois (outraspalavras.net), 2024.

◀◀ Figura 72 – Ativistas do movimento Ocupe Estelita, no Recife, ocupando o espaço público em oposição ao projeto de gentrificação e especulação imobiliária chamado Novo Recife. Fonte: idem.

◀ Figura 73 – Intervenção com fumaça antifascista no escadão Marielle Franco, em São Paulo. Fonte: PEDROSA; RJEILLE, 2022, p. 240

◀ Figura 74 – Homenagens à vereadora carioca Marielle Franco na ocupação *Marielle Vive*, no Rio de Janeiro. Fonte: Acampamento “Marielle Vive”, do MST, faz homenagens à vereadora morta há um ano (brasildefato.com.br)

Além da ocupação do espaço urbano inerente aos protestos contemporâneos e dos acampamentos bolsonaristas no final de 2022, como ilustrado neste trabalho, outras ocupações importantes marcaram a história recente do Brasil, destacando-se o *Ocupe Estelita* e o acampamento *Marielle Vive*. Essas ocupações refletem lutas além do direito à moradia ou à cidade, incorporando demandas mais amplas por justiça social e combate à especulação imobiliária. O *Ocupe Estelita*, no Recife, confronta a apropriação do espaço público pelo capital imobiliário, ressignificando o uso do território urbano por meio de manifestações artísticas e reivindicações pela preservação do patrimônio e da memória coletiva. O acampamento *Marielle Vive*, organizado pelo MST, reforça a luta pela terra e pelo direito à habitação, inspirando-se no legado de Marielle Franco para resistir à especulação e ao agronegócio. Em ambos os casos, a ocupação do espaço público se torna uma ferramenta de resistência, solidariedade e construção de novas formas de pertencimento, conectando arte, política e mobilização popular. Essas ocupações evidenciam a disputa contínua entre interesses privados e o direito coletivo ao espaço urbano e ao território, transformando o espaço em um campo de batalha tanto simbólico quanto material.



Lula, fora PT".²⁵⁵ Apesar de seu apelo popular, essa manifestação artística reforça um discurso excludente, alinhado com a defesa de valores conservadores, afastando-se de uma arte que promove reflexão crítica e abertura para novas formas de pensar e transformar a realidade.

Além disso, outras formas de ocupação, como as "motociatas" de apoio a Bolsonaro, também ilustram essa reconfiguração do espaço público. Organizadas em diversas cidades, essas ações simbolizavam um outro tipo de manifestação de apoio, utilizando as ruas como cenário para exibir força e solidariedade ao ex-presidente. Esses eventos, ao lado de outras manifestações pró-Bolsonaro, como o "Bolsonaro eu autorizo" em 2021 e os atos de 7 de setembro, principalmente os de 2021 e 2022, indicam como o espaço urbano continuou sendo disputado também sob uma estética de conservadorismo. Contudo, na perspectiva desta pesquisa, nenhum evento representou de

Figura 75 – Coreografias criadas pelo grupo Consciência Patriótica em Fortaleza, em 2016. Fonte: Criadores da 'dança do impeachment' rebatem críticas: 'Música une pessoas no combate a comunismo e corrupção' (bbc.com).

*Seja patriota
Vem lutar por tua nação
Patriota verdadeiro
Vem pra manifestação!
Veste verde amarelo
Com determinação
Pra livrar nosso país
Dessa corrupção!
Grita forte brasileiro
Ê! Ê!
Fora Dilma! / Fora Lula! / FORA PT!*

A letra dessa música articula o discurso nacionalista e anti-corrupção ao convocar cidadãos a "vestirem verde e amarelo" como símbolo de patriotismo. As expressões "fora Dilma", "fora Lula", e "fora PT" deixam claro seu apelo contra figuras e partidos específicos, o que evidencia o alinhamento com um projeto político particular de oposição ao governo. Essa música reflete a tendência de apropriação dos símbolos nacionais, como as cores verde e amarela, para marcar uma identidade política, polarizando o conceito de patriotismo em torno de uma retórica anti-PT e associando esse patriotismo a uma postura de enfrentamento e "determinação" contra a corrupção, ainda que de forma simplista e direcionada.

maneira tão sensível a cisão política e social desse período quanto o “muro de Brasília”.

Para contextualizar, é necessário compreender que as manifestações, tanto a favor quanto contra o impeachment à época, assemelhavam-se a desfiles, ainda que algumas tivessem maior amparo policial, por assim dizer. O que Eugênio Bucci observa é que as ruas conquistadas não eram territórios de disputa real, mas espaços que os manifestantes já possuíam simbolicamente. As manifestações de 15 de março de 2015 revelaram uma face inconfundível sobre a desses eventos. Diferentemente de protestos que enfrentam resistência das autoridades, aquelas passeatas, protagonizadas por setores privilegiados da sociedade, não traziam qualquer tensão dramática. A relação amistosa entre policiais e manifestantes, vestidos de forma descontraída, assemelhava-se a uma confraternização corporativa, na qual as diferenças de hierarquia são temporariamente suspensas em um ambiente de camaradagem, como nas festas de fim de ano em empresas.²⁵⁶ Esse cenário estava desprovido de uma verdadeira emoção política, uma vez que, embora se tratasse de uma passeata, não havia ali qualquer oposição efetiva às estruturas que ordenam o espaço público.

Apesar da ausência de suspense ou emoção, essas manifestações tiveram um impacto decisivo, revelando o descontentamento da classe média com o governo de Dilma Rousseff e seu desejo de vê-la afastada do Palácio da Alvorada. As manifestações pró-governo, como as ocorridas em 13 de março, refletiam a mesma falta de vitalidade. Segundo Bucci, “eram procissões de funcionários de camiseta vermelha, com ar de quem estava lá a trabalho, com coreografias burocráticas e oficialistas”.²⁵⁷ O contraste entre a falta de espontaneidade das manifestações pró-governo e a apatia das manifestações pró-impeachment evidenciava que ambas careciam de algum poder de transformação efetiva.

O único fator que poderia ter injetado alguma tensão dramática nessas mobilizações seria o confronto direto entre os dois grupos, mas tal encontro foi impedido em todas as oportunidades nas quais poderia ocorrer, evitando assim

²⁵⁵ BARIFOUSE, 2016

²⁵⁶ BUCCI, 2016, p. 156–157

²⁵⁷ BUCCI, 2016, p. 157

possibilidades de violência física. Esteticamente, as manifestações, de ambos os lados, eram desprovidas de inovação, o que indicava uma perda gradual de força desses movimentos. Essa percepção se intensificou com o fracasso de novos protestos, como o ato de 7 de setembro de 2015.²⁵⁸ Na ocasião, o grupo de manifestantes em Brasília exibiu a boneca inflável “Pixuleca”, uma caricatura de Dilma. Eugênio Bucci completa:

Eles a chamaram de “Pixuleca”. O artefato, de treze metros de altura, era um balão de gás na forma de uma caricatura da chefe de Estado, com vestidinho vermelho e nariz de Pinóquio. Os fotógrafos, entre bocejos, cumpriram a sua parte. O balão de Dilma tinha a pretensão de ser uma crítica política divertida, satírica e engraçada, mas era apenas balofa em forma e conteúdo. A Pixuleca vinha para fazer par com o Pixuleco, lançado pouco antes: um boneco inflável em forma de um Lula estufado, com barba cinza, olhos abobalhados e roupa de presidiário. Este, sim, conseguiu gerar alguma indignação entre os aduladores do ex-presidente. O nome da coisa, Pixuleco, era tirado do termo carinhoso usado por um ex-tesoureiro do PT para se referir à propina que distribuía aos corruptos que subornava. O uso de um substantivo oriundo do léxico da ladroagem para caçoar da pessoa de Lula irritou a turma da camiseta vermelha. Houve incidentes de animosidades entre uns e outros, mas nada sanguinolento. Quanto à pobre Pixuleca, murchou tão logo fez o seu debut no feriado nacional.²⁵⁹

Entretanto, contrariando a aparente queda de engajamento nas manifestações durante 2015, no dia 13 de março de 2016, o Brasil presenciou a maior manifestação de sua história, com 3,6 milhões de pessoas ecoando o grito “Fora Dilma”. Esse evento marcou o início da queda inevitável da ex-presidente. Pouco tempo depois, no dia 17 de abril de 2016, a Câmara dos Deputados aprovou a admissibilidade do processo de impeachment, em uma sessão transmitida ao vivo que transformou o plenário em um espetáculo midiático. “O espetáculo burlesco se instalava no plenário da Câmara dos Deputados, onde representantes do povo invocavam Deus a cada voto, elogiavam torturadores, soltavam confetes, se abraçavam, eufóricos, e usavam a bandeira nacional como echarpe ou como capa de

²⁵⁸ A título de comparação, as manifestações de março de 2015 chegaram a reunir, segundo os organizadores, um milhão de pessoas. Nos atos de 7 de setembro de 2015, foram 15 mil (G1 JORNAL NACIONAL, 2015).

²⁵⁹ BUCCI, 2016, p. 157–158



Figura 76 – Bonecos representado Lula e Dilma numa manifestação em Brasília, 2015. Fonte: Protestos marcam desfile do dia da Independência em Brasília (psdb.org.br).

Figura 77 – Outra boneca com representação caricata da ex-presidente Dilma em João Pessoa, 2015. Fonte: Protesto pedindo impeachment de Dilma acaba em prisões de manifestantes (lickpb.com.br).

Figura 78 – Pato amarelo organizado pela Fiesp esteve presente em protestos contra a ex-presidente Dilma Rousseff em São Paulo, em 2016. Fonte: Após aumento de imposto, Fiesp recoloca pato amarelo na Avenida Paulista (poder360.com.br).



A imagem dos bonecos infláveis retrata caricaturas de figuras emblemáticas do PT, representando o ex-presidente Lula como um presidiário, com o número "13-171" em alusão ao código penal para estelionato, e a ex-presidente Dilma Rousseff, com o nariz alongado em uma referência à mentira. Esses elementos foram amplamente utilizados em manifestações contrárias ao governo do PT, especialmente durante os protestos pelo impeachment de Dilma Rousseff em 2016. No contexto dessas manifestações, a direita brasileira adotou uma estratégia visual fortemente carregada de símbolos e caricaturas, como o pato da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), que simbolizava a insatisfação com os impostos e o aumento da carga tributária. Essas figuras ajudaram a simplificar discursos complexos e a canalizar o ressentimento popular de forma visual e acessível, transformando figuras políticas em alvos de fácil identificação. O uso de caricaturas e elementos infláveis, como o "Pixuleco," permitiu que os manifestantes conectassem questões como a corrupção e a má gestão a figuras específicas, utilizando o humor e a sátira como ferramentas de mobilização. Essa estética visual ajudou a construir uma narrativa de oposição que reforçava o sentimento de indignação, promovendo uma polarização em torno de símbolos facilmente reconhecíveis e compartilháveis, simplificando o debate político.



Superman".²⁶⁰ Assim, no plenário, discursos inflamados e apelos religiosos tomaram o lugar da racionalidade política, transformando o processo em um verdadeiro palco de teatralidade pública.

²⁶⁰ BUCCI, 2016, p. 159



Do lado de fora do Congresso, os manifestantes se reuniram em lados opostos, divididos por uma cerca erguida para evitar o contato físico entre os grupos favoráveis e contrários ao impeachment, simbolizando uma nação

profundamente dividida. Enquanto os manifestantes expressavam suas posições políticas, o verdadeiro símbolo da divisão estava no muro que separava não apenas os espaços físicos, mas também as realidades sociais e políticas do Brasil. A partir de 12 de maio de 2016, com o prosseguimento do processo de impeachment de Dilma Rousseff pelo Senado, as manifestações continuaram, mas oscilaram entre ações pontuais de resistência e fracassos em recuperar o ímpeto inicial.²⁶¹

O muro, que não apenas separava fisicamente os manifestantes pró e contra o impeachment, incorporava algo muito mais profundo e complexo: a estratégia política de coalisão, o peemedebismo a que Marcos Nobre se refere. Este sistema, que articula as forças políticas em busca de manutenção do poder, não atua como um mediador neutro, mas sim como um filtro que bloqueia os avanços democráticos, capitalizando em todas as esferas e gerindo o sistema político através de uma lógica de troca de favores e interesses privados. Tal como o muro, esse "centrão" serve como um freio aos avanços democráticos. Esse sistema dispõe-se a garantir a governabilidade a qualquer custo, mas esse custo frequentemente inclui a paralisia de reformas estruturais e a perpetuação de um sistema que favorece elites políticas e econômicas. Assim, o "muro", em todas as suas vertentes, impede a

◀ Figura 79 – Grupos pró e contra o impeachment são separados por cercas na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, 2016. Fonte: Manifestantes pró-impeachment celebram resultado de votação no DF (g1.globo.com).

◀ Figura 80 – No primeiro plano da imagem, os manifestantes em apoio a ex-presidente Dilma. Os favoráveis ao impeachment estão atrás do muro, nessa perspectiva. Fonte: idem.

O que se viu em Brasília no dia da votação do impeachment, ou golpe, dependendo de qual lado da cerca se estava, foi a pacificação dos corpos, onde o espaço público, que deveria ser um campo de embate de ideias, foi violentamente neutralizado. O muro, além de sua barreira física e simbólica, feriu a própria essência agonista do espaço público, que, como sugere Chantal Mouffe, deve ser um local de confronto legítimo e produtivo. Diferente da obra *Tilted Arc* de Richard Serra, que provocava e envolvia os pedestres em uma relação crítica com o espaço ao seu redor, o muro em Brasília nada oferecia além da pura ruptura. Ele não promovia o diálogo, não sugeria possibilidades de interação ou de transformação, mas impedia qualquer forma de contestação, negando o caráter agonístico e democrático intrínseco ao espaço público. Nesse sentido foi, no máximo, suporte temporário para alguns cartazes.

²⁶¹ As manifestações em defesa de Dilma foram duramente reprimidas com muita violência. A repressão sistemática ajudou a esvaziar esses protestos, minando sua capacidade de recuperar o ímpeto inicial. Enquanto os atos contrários ao governo ganhavam força, muitas vezes contando com uma narrativa midiática favorável, as manifestações pró-Dilma, enfrentando crescente hostilidade, foram sufocadas, revelando a fragmentação política e o desequilíbrio de forças na disputa pelas ruas e pelo imaginário social.

mediação das forças polarizadas de forma a promover o diálogo democrático, mas mantêm o *status quo* em benefício de quem detém o poder, lucrando com as divisões e a inércia política.

Contudo, ao revisitar o documentário da UnBTV²⁶² sobre aquele dia, a pergunta que emerge é: será que os dois lados do muro, naquele dia, buscavam, no fundo, objetivos similares, mas expressados de formas diferentes? A divisão refletida nos atos, com um lado clamando pela saída do PT e o outro defendendo as instituições, pode sugerir que ambos os grupos desejavam mudanças no sistema, mas com finalidades aparentemente opostas. De um lado, o ódio ao PT — alimentado por anos de desgaste político e escândalos de corrupção — canalizava a frustração popular, enquanto o outro apelava à defesa das instituições democráticas, que, paradoxalmente, também estavam corrompidas pela mesma lógica do pemedebismo. Ambos os grupos, de certa forma, se viam traídos pelo sistema político, mas cada qual expressava sua indignação de maneira distinta, sem perceber que o verdadeiro obstáculo aos avanços democráticos não era o partido no poder, mas o sistema que garantia a perpetuação das elites e do controle centralizado das decisões.

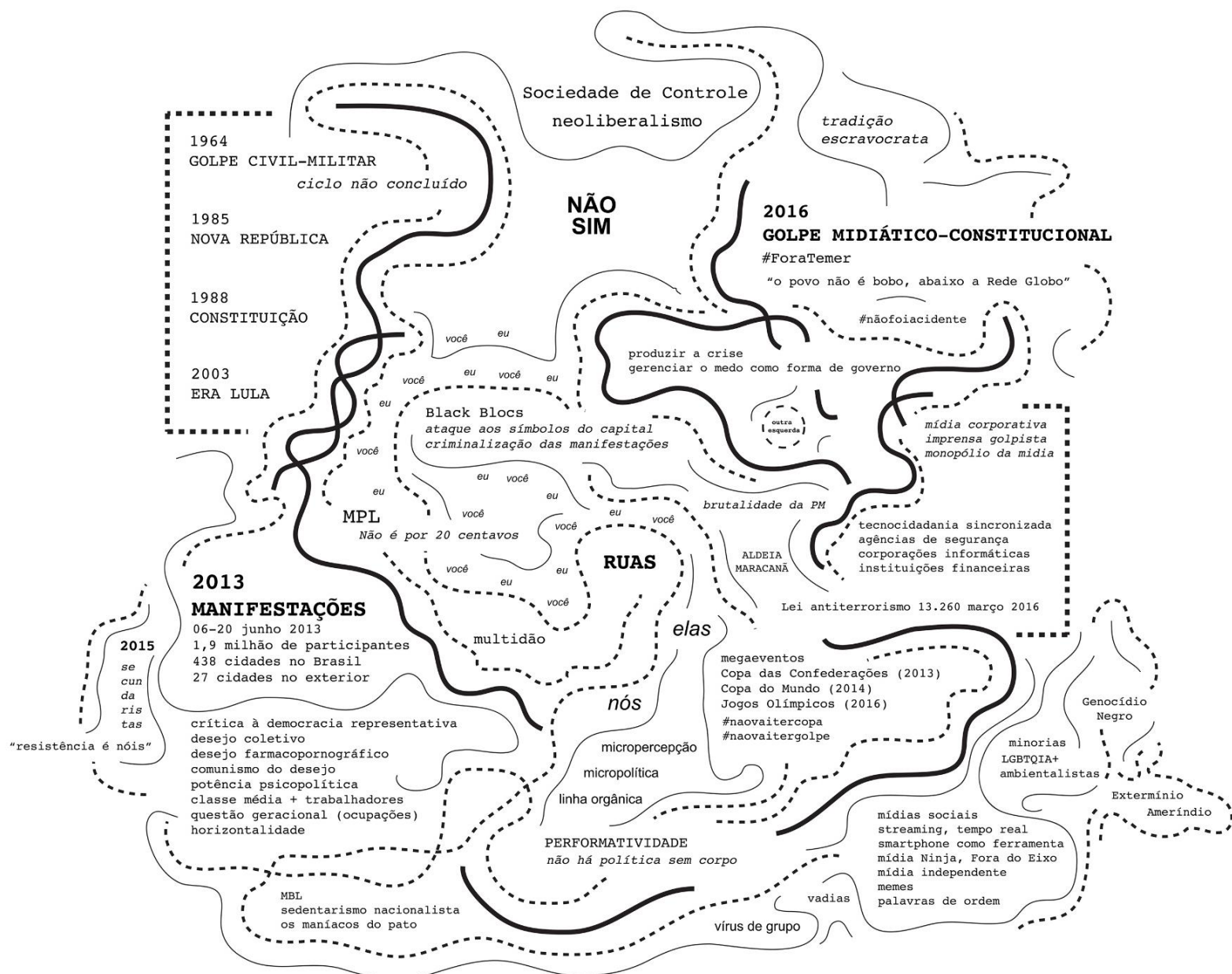
No entanto, o perigo dessa interpretação reside em igualar as duas forças políticas sem considerar as diferenças históricas e contextuais que cada uma representa. Naquele momento, os manifestantes pró-impeachment não se viam como conservadores, mas como agentes disruptivos, lutando por uma mudança que acreditavam ser necessária para “salvar” o país. Entretanto, essa retórica, embora aparentemente revolucionária, acabou por reforçar os interesses das elites, mantendo os privilégios e o controle sobre o sistema político intactos. Do outro lado, os manifestantes pró-Dilma, que direta ou indiretamente reforçavam o apoio ao PT, defendiam um partido que, apesar de suas contradições e de sua aliança com o presidencialismo de coalizão, ainda mantinha como foco principal as políticas sociais e, em menor medida, avanços em áreas como cultura e educação. Assim, igualar essas duas visões corre o risco de abrir espaço para o tão almejado

²⁶² UNBTV, 2024

“caminho do meio” que a direita utiliza como solução retórica para neutralizar a esquerda, preservando os privilégios que o Centrão historicamente defende.

Assim, as manifestações de 2015 e 2016 deixaram marcas duradouras no cenário político brasileiro, consolidando as cidades como espaços de disputa e expressão de forças sociais. Essas mobilizações, independentemente de sua substância, revelam as tensões sociais latentes e mostram como o espaço público se transforma em palco de batalhas simbólicas e materiais. O impacto dessas manifestações continua a influenciar as dinâmicas políticas do país, reafirmando o poder das ruas como arenas de confronto e contestação de poder.

CONCLUSÃO



Este trabalho não procurou fixar conceitos ou definir o que é uma estética urbana dos protestos. Ao contrário, trata-se de um exercício investigativo que buscou, ao longo do processo de pesquisa, possíveis respostas para os fenômenos observados no Brasil nos últimos 10 anos. A própria ideia de uma estética urbana, entendida aqui como um recurso que permite pensar a cidade a partir das possibilidades de subversão da sua dinâmica capitalista, é uma ferramenta analítica para compreender como os protestos disruptivos operam em favor de uma nova forma de apropriação do espaço público, tema desenvolvido neste trabalho. Em vez de apresentar respostas fechadas, a proposta foi refletir sobre essas

experiências e explorar as múltiplas camadas de significados entre cidade, política e estética.

Diferente das greves do século XIX, como discutido por Rancière em *Tempos Modernos*, que tinham como alvo a interrupção dos meios de produção industrial, as manifestações contemporâneas afetam diretamente o ritmo da cidade, operando como uma contralinguagem à sua narrativa. Ao ocupar ruas, praças e outros espaços públicos, os protestos suspendem o fluxo normal da vida urbana, criando uma pausa forçada no cotidiano que subverte as lógicas de trabalho, consumo e circulação. A cidade, enquanto espaço de eventos, segundo Massimo Cacciari, é tanto palco quanto personagem nessas ações. Cada protesto reorganiza temporariamente a cidade, transformando-a em um lugar de disputa política e social. Essa interação entre o espaço urbano e as ações de protesto faz com que a cidade seja mais do que um cenário: ela se torna uma arena viva onde as relações de poder, identidade e resistência são negociadas e reinterpretadas a cada nova ocupação ou intervenção.

Nesse sentido, os protestos que operam contra o que Rancière denomina de “dano” são ações que criam microterritorialidades disruptivas no cotidiano das cidades. Ao interferirem na cena urbana — entendida como o conjunto de interações visíveis entre corpos, símbolos e práticas que ocorrem nos espaços públicos e que refletem a organização social e política da cidade — essas manifestações, além de interromper o fluxo da vida cotidiana, transformam as relações de poder ao

◀ Figura 81 - Diagrama (manifestações) versão no. 3, 2016, por Ricardo Basbaum e João Camillo Penna. Fonte: PEDROSA; RJEILLE, 2022, p. 232 – 233

Este diagrama, elaborado pelos artistas Ricardo Basbaum e João Camillo Penna, apresenta um panorama visual das manifestações políticas no Brasil, especialmente no contexto de 2013 em diante, conectando eventos, atores e movimentos sociais em um formato fluido e orgânico. Ele destaca a relação entre diferentes períodos políticos, como o golpe civil-militar de 1964, a Nova República, e a era Lula, até chegar às manifestações de 2013 e o golpe midiático-constitucional de 2016. O uso de linhas sinuosas e não lineares parece sugerir um fluxo de ações, reações e interações entre os diversos grupos e eventos, em um contexto de disputa e resistência. Um ponto central no diagrama é o papel das ruas como um espaço de encontro e confronto entre diferentes forças, desde o MPL até o surgimento de grupos como os Black Blocs e o MBL. O diagrama também explora a relação entre mídia, política e violência policial, conectando as manifestações a processos de criminalização e repressão por parte do Estado, além de indicar a crescente importância das redes sociais e mídias alternativas, como Mídia Ninja e Fora do Eixo, na organização e disseminação das lutas. Além disso, o diagrama reflete sobre a performatividade política e a utilização dos corpos nas ruas como forma de expressão de resistência, destacando a horizontalidade e a micropolítica como formas de organização que desafiam as estruturas tradicionais de poder. Ao conectar o “nós” e o “eu” ao espaço das ruas, o diagrama sugere que a identidade política é moldada pela interação coletiva e individual no espaço público. Por fim, o diagrama oferece uma leitura crítica do neoliberalismo e da sociedade de controle, evidenciando o ciclo inacabado de lutas contra a herança autoritária e a tradição escravocrata. Ele também aborda as interseções entre raça, classe e gênero, com referências ao genocídio negro e ao extermínio indígena, bem como às lutas de minorias LGBTQIA+ e ambientalistas.

reconfigurar o uso e os significados dos espaços compartilhados ao desafiar as estruturas de poder que nele operam.

O protesto, quando entendido essencialmente como uma forma de ação disruptiva, também pode ser compreendido como um mecanismo de “desfamiliarização”²⁶³ do cotidiano. Esse termo remete à ideia de uma ruptura com o processo de captação e processamento preliminar pelos sentidos, o que transforma a maneira como enxergamos e experimentamos os espaços urbanos e as relações humanas. Quando um protesto ocorre, ele altera a rotina e as percepções habituais, tanto no seu tempo e espaço atuais quanto em outros, expondo as tensões e contradições que costumam passar despercebidas no fluxo ordinário da vida urbana. Ao interromper o cotidiano em um dado contexto, o protesto altera temporariamente a maneira como nos relacionamos com os espaços físicos, como uma praça ou uma rua, além de revelar outros olhares possíveis, tanto para os objetos presentes no local quanto para os atores que se posicionam politicamente. Um banco pode se tornar um palco, uma bandeira pode se tornar um estandarte, e uma presença específica pode se transformar em objeto de idolatria.

Isso significa que o protesto, em si, não pode ser tomando enquanto uma possibilidade estética do cotidiano como outra qualquer, mas como uma ruptura do próprio cotidiano, ou seja, da esfera da vida que engloba as atividades mais rotineiras e repetitivas, aquelas que garantem a sobrevivência e a manutenção da existência diária. Nesse momento, o protesto é estético porque opera nos regimes do sensível, uma vez que, ao se contrapor à regularidade, a previsibilidade e a limitação da liberdade criativa impostas pelo ritmo da cidade capitalista ele reorganiza as percepções e os sentidos, subvertendo as convenções firmadas que estruturam o espaço urbano e as interações sociais. Ou seja, o protesto quebra a inércia do cotidiano ao revelar tensões ocultas e criar outras formas de ocupar o espaço público, transformando-o em um campo de novas possibilidades sensíveis e políticas.

Isso, porém, não é uma tarefa fácil. A dimensão de controle exercida pelo capital é extremamente profunda, estendendo-se muito além das esferas

²⁶³ Como abordado neste trabalho em *Estética do cotidiano: sensorialidades e sociabilidades*, de acordo com Yuriko Saito

econômicas. Mesmo as manifestações que operam como ações disruptivas contra o sistema enfrentam dificuldades para compreender plenamente essa profundidade. Suely Rolnik argumenta que o capital não se limita a explorar as relações de produção, mas se apropria da própria pulsão de criação, tanto individual quanto coletiva. A força vital que impulsiona a criação de novas formas de existência, seus códigos culturais, suas representações e expressões, é transformada em combustível para o funcionamento contínuo do sistema capitalista. O capital, ao explorar essa pulsão criativa, transforma a própria essência da vida em um motor de sua lógica de acumulação. A exploração já não é apenas de caráter econômico, mas cultural, subjetiva e, de certa forma, até ontológica. Isso significa que o regime capitalista contemporâneo não se apropria apenas do trabalho e dos bens materiais, mas também da subjetividade humana — das formas de existir, sentir e agir no mundo. É nesse processo que o poder do capital se torna mais sutil e, ao mesmo tempo, mais difícil de combater. Sua capacidade de capturar e instrumentalizar a criatividade e a cultura torna a resistência um desafio ainda maior.

Ao explorar as representações culturais e as novas formas de vida que emergem da sociedade, o capital faz com que até as práticas contestatórias sejam absorvidas pelo próprio sistema. O que deveria representar uma ruptura ou uma oposição ao capital frequentemente acaba sendo cooptado por ele, transformando-se em mais uma mercadoria ou ferramenta de controle. Esse poder, portanto, se torna não apenas econômico, mas intrinsecamente cultural e subjetivo, explorando a essência da criatividade humana e utilizando-a como mais um mecanismo de perpetuação da ordem vigente.

Até 2013, os protestos no Brasil, especialmente a partir do século XX, eram compreendidos como uma gama de ações que iam desde ocupações pacíficas de instituições ou espaços públicos até atos de violência contra edifícios ou símbolos de poder, representando uma forma de contestação. Independentemente da tática empregada, aparentemente havia uma característica fundamental que atravessa essas manifestações: o respeito a um campo ético de disputa dentro das possibilidades capitalistas. Em outras palavras, mesmo quando os protestos recorrem à violência simbólica ou material, como a destruição de ícones de poder,

há uma lógica subjacente que busca confrontar estruturas de opressão e questionar o *status quo*, em vez de promover o caos pelo caos.

Na perspectiva desse trabalho, a estética desses protestos pode ser entendida como uma estética também urbana, mas não no sentido convencional de uma experiência sensorial agradável associada a espaços bem projetados e equipados, como praças arborizadas ou avenidas com mobiliário urbano de alta qualidade. A estética mencionada é a que Rancière trabalha na sua “partilha do sensível”, ou seja, uma estética que reorganiza os modos de ver, sentir e experimentar o espaço, rompendo com as normas que naturalizam a alienação e o controle.

Quando manifestantes atacam símbolos do capital, como ao quebrar a vitraça de um banco multibilionário ou ao incendiar uma estátua que exalta um colonizador em um espaço público, essas ações podem ser vistas, nesse sentido, a favor da criação de um novo regime sensível, que questiona a ordem estabelecida e desafia as narrativas de pacificação impostas pelas estruturas de poder. De acordo com Chantal Mouffe, a pacificação dos corpos é problemática porque ignora a natureza inerentemente conflituosa da política e das relações sociais. Para ela, a política é sempre um campo de disputa entre diferentes interesses e visões de mundo, e a tentativa de eliminar esses conflitos em busca de uma pacificação artificial resulta na repressão das vozes e demandas legítimas de grupos marginalizados. Isso gera uma falsa harmonia que, em vez de promover a democracia, enfraquece-a, pois impede o debate e a expressão de divergências essenciais para a transformação social.

Nesse sentido, se a cidade é entendida como um espaço de eventos, e esses eventos são constantemente mediados pela lógica capitalista, então a cidade contemporânea se configura como uma construção essencialmente orientada pelo capital. Ela funciona, em grande parte, sob a lógica especulativa do mercado, onde os espaços urbanos são moldados para maximizar o lucro, muitas vezes à custa da vida social e das necessidades humanas. O capitalismo busca pacificar os corpos ao impor uma rotina de previsibilidade, controle e alienação, transformando o espaço urbano em um ambiente onde a ordem e a normalidade servem para manter as relações de poder inalteradas. No entanto, quando um protesto agita os corpos no espaço urbano, sua intenção não é destruir a cidade, como



alguns poderiam interpretar ao ver, por exemplo, uma vidraça quebrada. O objetivo é muito mais profundo: trata-se de uma denúncia da condição alienante imposta pelo sistema capitalista. Ao interromper o fluxo regular da cidade, o protesto revela as contradições do capitalismo, expondo como a pacificação serve para esconder as tensões e desigualdades que permeiam a vida urbana.

Nessa perspectiva, é possível que um indivíduo se sinta mais impactado por uma estátua em chamas ou uma vidraça quebrada do que pelas injustiças e violências silenciosamente perpetuadas pelas instituições que essas imagens representam. A destruição de um símbolo do poder, como a estátua do Borba Gato em São Paulo ou um banco que recebeu incentivos tributários desproporcionais durante a pandemia, força um confronto com as contradições subjacentes da cidade, trazendo à tona as

Figura 82 – Estátua de Borba Gato incendiada na zona sul de São Paulo, em de 2021. Fonte: PEDROSA; RJEILLE, 2022, p. 222

A ação do coletivo Revolução Periférica ao incendiar a estátua de Borba Gato foi uma manifestação simbólica contra o legado de violência e opressão representado pelo bandeirante, visto como um agente do genocídio indígena e da escravidão negra. O grupo o defendeu como uma provocação necessária para questionar a preservação de figuras históricas opressoras enquanto heróis, ao invés de líderes como Zumbi dos Palmares. A prisão de alguns ativistas após o evento reforçou o caráter repressivo do Estado e sua perpetuação de uma elite política e militar que, desde os tempos coloniais, protege seus próprios interesses à custa das populações oprimidas. A luta organizada pelo grupo expressa uma resistência histórica das periferias contra a estrutura de poder e a herança colonial, destacando a necessidade de questionar os símbolos que moldam a narrativa nacional e reivindicar a verdadeira história daqueles que resistem à opressão.

camadas de dominação racial, econômica e social que sustentam a organização do espaço urbano.²⁶⁴ O protesto, nesse sentido, desestabiliza as narrativas hegemônicas e abre fissuras para que novas subjetividades e formas de vida urbana possam emergir.

Após 2013, as manifestações de esquerda começaram a perder parte de sua força, um reflexo das transformações no cenário político e social brasileiro que junho daquele ano trouxe consigo. Os movimentos que anteriormente protagonizavam as ruas, como os ligados à luta por direitos sociais e às pautas progressistas, passaram a enfrentar dificuldades em mobilizar grandes contingentes e em manter uma presença constante. O contexto de crise econômica e política, somado à ascensão de forças conservadoras e reacionárias, contribuiu para esse enfraquecimento. Como se não bastasse, os movimentos de esquerda que ainda se mantinham nas ruas voltaram suas atenções para a resistência ao avanço do conservadorismo e ao combate a reformas que comprometiam direitos historicamente conquistados, como as reformas trabalhista e previdenciária. No entanto, essas manifestações se concentravam mais em resistir a essas agendas do que em propor novas visões transformadoras de sociedade ou em reconquistar o protagonismo perdido. A energia que antes impulsionava a luta por mudanças estruturais foi, em muitos casos, canalizada para a defesa de direitos já estabelecidos e contra o desmonte do Estado de bem-estar social.

Simultaneamente, nos últimos anos, a direita brasileira tomou o controle do imaginário popular no que diz respeito às manifestações. Esse domínio se deu principalmente pela utilização recorrente de símbolos e elementos visuais facilmente reconhecíveis, como os bonecos infláveis de figuras políticas, danças coreografadas, carros de som com discursos inflamados, e a já icônica camiseta da Confederação Brasileira de Futebol. Essas manifestações contaram com o apoio de setores do aparato policial, o que garantiu uma sensação de legitimidade e segurança para os participantes. A repetição exaustiva desses símbolos e de outros elementos culturais criados ao longo dos protestos de direita formou uma identidade coletiva tão marcante que, mesmo em 2024, ainda é difícil dissociar a

²⁶⁴ SERVIÇOS E INFORMAÇÕES DO BRASIL, 2020

bandeira do Brasil e suas cores verde e amarela desses movimentos. Esse uso simbólico ressignificou o sentido da bandeira, que passou a ser associada a ideais de nacionalismo conservador e apoio a figuras autoritárias. O imaginário político e social brasileiro foi amplamente moldado por essas manifestações, o que transformou esses símbolos em marcas quase inseparáveis da narrativa política que a direita construiu para si mesma no período recente.

Como mencionado, a estética clássica dos protestos a qual esse trabalho se refere é, em grande medida, também uma estética urbana em que se acredita que a vida urbana deve resistir ao capital e a todas as conjunturas sociais de dominação, como machismo, o racismo e a LGBTfobia, por exemplo. Essas forças ainda atuam como ferramentas de controle e moldam a experiência urbana atual. As ações de protesto, ao atacar simbolicamente os dispositivos que sustentam a alienação e a opressão, criam outros campos de visibilidade e questionamento. Assim, essa estética urbana em particular não visa a harmonia ou a manutenção da ordem, mas a desestabilização de sistemas que consolidam desigualdades. Mouffe, em sua teoria do agonismo, reforça essa ideia ao sugerir que a cidade e os espaços públicos devem ser vistos como arenas de disputa, onde diferentes vozes e perspectivas se confrontam. Nessa perspectiva, o conflito e a dissidência são componentes essenciais da vida urbana, ou seja, a contralinguagem seria a real essência da linguagem urbana atual.

No entanto, é importante contrastar essa estética urbana com as manifestações que, em vez de questionarem o *status quo*, reforçam os dispositivos de controle e dominação. Nos casos em que se pedem a volta da ditadura militar ou o fechamento do STF, como visto em algumas manifestações da extrema direita no Brasil, temos o oposto dessa estética urbana disruptiva. Esses movimentos, marcados pelo ressentimento coletivo, transformam-se em motores para a radicalização e a exclusão, utilizando símbolos nacionais para esvaziar seus significados históricos democráticos e incorporá-los a uma narrativa autoritária. Quando esses símbolos são fixados, por exemplo, nas varandas de apartamentos ou nas fachadas de comércios, eles reforçam o oposto dessa estética urbana disruptiva, uma estética antiurbana. Esse regime sensível se configura na manutenção das disposições essenciais da cidade capitalista, ou seja, promovendo a pacificação

da vida urbana e a manutenção de uma ordem rígida que exclui a pluralidade e o confronto agonista defendido por Mouffe. Nesse cenário, os símbolos nacionais apropriados por esse conjunto de pressupostos hegemônicos deixam de representar a sociedade brasileira como um todo, reiterando as hierarquias de poder e impedindo a dinâmica transformadora da cidade como espaço de disputa e resistência.

Essa estética antiurbana mencionada age paradoxalmente em favor das forças de dominação que aparenta criticar. Um exemplo disso foram os ataques em Brasília em 2023. Na perspectiva desse trabalho, reitera-se que essas ações criminosas não são analisadas a partir de uma perspectiva estética, mas que esse termo é utilizado aqui como um mecanismo que possibilita pensar, nesse caso em específico, sobre as inconsistências e desconexões entre a ação e o sentido da ação. Esses atos, além de representarem um atentado à democracia e às instituições, utilizaram violência ostensiva com o objetivo de pacificar as demandas urbanas. Nesse contexto, pacificar refere-se à manutenção da ordem estabelecida, uma tentativa de suprimir qualquer transformação política. Insatisfeitos com a derrota de Bolsonaro, os criminosos buscaram um golpe para impedir a governabilidade de Lula. Os atos de destruição, neste caso, não buscavam romper com as estruturas de poder, mas, ao contrário, reforçar uma ordem que suprime a diversidade de vozes e a contestação legítima. Assim, enquanto a estética urbana disruptiva desafia o *status quo* e reivindica a pluralidade no espaço público, a estética antiurbana atua em favor de uma inércia política e social, onde apenas os interesses de grupos dominantes ganham visibilidade. Dessa forma, o uso da violência nesses atos antiurbanos, longe de ser uma forma de emancipação, torna-se uma ferramenta para perpetuar a subordinação e a invisibilidade das demandas populares e democráticas.

Bolsonaro, para muitos de seus apoiadores, assumiu o papel de “pai ideal” na sociedade brasileira, um líder messiânico que prometia resolver os problemas do país com autoridade e firmeza. Esse fenômeno não se origina de uma profunda recusa em reconhecer e lidar com uma herança política e cultural. O “pai ideal”, segundo Maria Rita Kel, é uma figura que preenche o vazio simbólico deixado por décadas de crise política e desilusão com as instituições. Nesse cenário, os

seguidores de Bolsonaro viam nele um salvador, capaz de restaurar a ordem e enfrentar os inimigos internos e externos, personificados pelo comunismo, pela corrupção e pelas elites políticas tradicionais. Entretanto, essa busca por um líder messiânico é uma armadilha que impede a verdadeira emancipação, pois reforça uma relação de subordinação e dependência que não questiona as estruturas de poder, mas as reforça.

A emancipação política e social não pode ser alcançada através da submissão a um líder paternalista. Pelo contrário, ela deve ser construída a partir do fortalecimento de laços horizontais entre os cidadãos, onde a ação republicana e a formação de coletivos democráticos são valorizadas. É fundamental superar o ressentimento que tem sido alimentado por esses movimentos, substituindo-o por uma prática política baseada na fraternidade e na colaboração. A verdadeira transformação da sociedade só pode ocorrer por meio da participação ativa e democrática, onde os cidadãos se reconhecem como protagonistas de sua própria história e não como vítimas que precisam de um "pai" para guiá-los.

A cisão política e social que ocorreu no Brasil durante essa última década foi, em grande parte, estetizada. Essa dicotomia alimenta o ciclo contínuo de entretenimento e produção midiática, convertendo os protestos e suas reações em mercadorias simbólicas, prontas para consumo nos veículos de comunicação, especialmente nas redes sociais. Esse fenômeno se insere diretamente no contexto que Guy Debord previu em *A Sociedade do Espetáculo*.²⁶⁵ Debord argumentava que o capitalismo havia atingido um estágio em que as relações sociais eram mediadas por imagens, e a mercadoria não mais se limitava ao objeto físico, mas também ao espetáculo que criava em torno de si. Ele acreditava que, com a ascensão da consciência revolucionária, as massas iriam romper com essa lógica espetacular, destruindo a alienação que o capitalismo impunha e tomando posse de sua própria capacidade produtiva e criativa.

No entanto, o que se observa no contexto contemporâneo, especialmente nas manifestações que se desenrolaram no Brasil entre 2013 e 2023, é o oposto dessa expectativa. Em vez de protestos que atuam como uma força revolucionária

²⁶⁵ DEBORD, 2007, p. 35

contra o capital, muitos deles acabam sendo absorvidos pelo próprio sistema espetacular que pretendem combater. Ao invés de serem um antídoto para o espetáculo, os protestos se tornam uma extensão dele. As imagens dos manifestantes, dos confrontos com a polícia, dos símbolos nacionais e dos atos de vandalismo se transformam em produtos de consumo para a mídia e as redes sociais, que os tratam como entretenimento. A crítica se dilui, e o que resta é a reprodução de uma mercadoria simbólica, de fácil circulação, que retroalimenta o ciclo de alienação.

Na era do espetáculo, tudo se torna imagem, e essa imagem é moldada, disseminada e consumida em um ciclo que beneficia o capital. As manifestações, sejam elas de caráter progressista ou conservador, são capturadas e transformadas em produtos de mídia que reforçam a lógica mercadológica. As imagens dos protestos, das bandeiras e dos bonecos infláveis, por exemplo, deixam de ser apenas símbolos de reivindicação ou resistência e passam a funcionar como mercadorias visuais. Elas são consumidas de forma descontextualizada, transformando-se em parte de um fluxo contínuo de entretenimento. O ponto central da análise de Debord, de que a sociedade do espetáculo transforma tudo em mercadoria, se aplica aqui de forma contundente. As manifestações de qualquer ordem acabam se tornando mais um elemento do espetáculo. O capital se apropria das imagens de resistência, as esvazia de seu conteúdo crítico e as transforma em um produto que reforça a permanência da ordem. Essa mercantilização da imagem, especialmente em um contexto de fragmentação política e social, é o que permite que o capital continue a operar de forma hegemônica, absorvendo até mesmo os atos que se propõem a desafiá-lo.

Isso pode ser exemplificado pelo impacto político das manifestações no Brasil após 2013 e nos anos subsequentes, que revelou-se, no mínimo, questionável. Embora esses movimentos tenham mobilizado grandes segmentos da população, eles não resultaram em mudanças políticas estruturais significativas, independentemente de sua orientação ideológica. O impeachment de Dilma Rousseff, por exemplo, já estava sendo articulado dentro das esferas políticas e institucionais, e dificilmente teria sido evitado ou acelerado exclusivamente pelas manifestações de rua. Esse processo, enraizado em disputas internas e arranjos de

poder, seguiu uma dinâmica própria, onde a pressão popular desempenhou um papel secundário. Da mesma forma, a eleição de Jair Bolsonaro, embora impulsionada por uma base de apoio ativa e visível nas ruas, foi menos influenciada pelos protestos e mais pelas dinâmicas das redes sociais, onde a desinformação e a propagação de *fake news* desempenharam um papel crucial. A insatisfação generalizada com o sistema político, alimentada pela narrativa de crise institucional e corrupção, encontrou nas plataformas digitais o ambiente ideal para se propagar. Nesse sentido, os protestos também expuseram a incapacidade do Estado de acompanhar as transformações comunicacionais e temporais que moldam a sociedade contemporânea.

Conforme argumentam Chantal Mouffe e Gilbert Durand, a luta política é, em essência, uma disputa pelo controle do imaginário, o espaço onde se constroem as narrativas que moldam a percepção coletiva da realidade. Esse controle do imaginário permite que indivíduos e grupos sociais articulem suas identidades e definam os limites do possível, do justo e do legítimo. Nos protestos, essa disputa pelo imaginário torna-se ainda mais acirrada, pois quem controla os símbolos e as narrativas controla também como a sociedade percebe o mundo ao seu redor. Rolnik observa que, nos períodos de convulsão social, mesmo com todas as dificuldades, há uma manifestação intensa da vida, capaz de despertar aqueles que resistem à passividade e à alienação impostas pelo capital. No entanto, essa energia vital, que poderia ser transformadora, é muitas vezes capturada pelo sistema, perpetuando a lógica de exploração.

Assim, no Brasil, um país marcado por tensões sociais latentes, essa disputa pelo imaginário e pela energia vital é evidente. As manifestações e os conflitos entre diferentes grupos evidenciam um estado contínuo de antagonismo. A luta antagonista entre visões opostas de mundo revela a profunda divisão do país, onde símbolos nacionais e narrativas políticas são instrumentalizados tanto por forças conservadoras quanto por movimentos progressistas. O maior desafio, no entanto, reside em evitar que a energia desses momentos de convulsão social, quando ocorrerem, seja absorvida pelo capital, tornando o potencial transformador dos protestos em mercadoria simbólica. A reflexão sobre novas estéticas dos protestos se faz urgente, buscando escapar da lógica de cooptação e

encontrando formas de resistência genuínas que possam, de fato, provocar mudanças estruturais na sociedade e no espaço urbano. Espero que esta pesquisa tenha contribuído nessa direção.

POST SCRIPTUM

Durante a elaboração desta tese, os eventos políticos e sociais que marcaram a história recente do Brasil forneceram um contexto em constante transformação. No dia 21 de novembro de 2024, véspera da defesa deste trabalho, a Polícia Federal indiciou formalmente o ex-presidente Jair Bolsonaro e outras 36 pessoas sob acusações de tentativa de golpe de Estado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e formação de organização criminosa.²⁶⁶ Esse acontecimento reafirma a relevância dos temas abordados neste trabalho, além de evidenciar a continuidade das tensões discutidas ao longo desta pesquisa.

O indiciamento, que inclui figuras proeminentes do governo Bolsonaro, como os generais da reserva Walter Braga Netto e Augusto Heleno, revelou os desdobramentos de uma conspiração articulada após as eleições de 2022, que buscava impedir a posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. As investigações apontaram para a disseminação coordenada de desinformação, ataques ao sistema eleitoral e tentativas de mobilizar apoio militar para concretizar um golpe de Estado. Além disso, relatos de planos que incluíam o assassinato de líderes políticos, como o presidente eleito e o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, sublinham a gravidade da ameaça enfrentada pelas instituições democráticas brasileiras.

A decisão de incluir este registro na tese não é fortuita. A proximidade do evento com a defesa deste trabalho simboliza a dinâmica histórica de um país onde rupturas e insurgências moldam tanto a política quanto a relação dos cidadãos com os espaços públicos. Embora o indiciamento não represente uma conclusão definitiva dos processos judiciais, ele reafirma o ponto de inflexão representado pelos eventos de 8 de janeiro de 2023 em um ciclo de confrontos políticos que teve início, em parte, com alguns episódios abordados nesta pesquisa. Este pós-escrito, portanto, reforça a relevância de compreender as dinâmicas de um momento histórico em que as tensões entre democracia, autoritarismo e insurgência permanecem intensas.

²⁶⁶ GORTÁZAR, 2024

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

ALMEIDA, Ronaldo De. **BOLSONARO PRESIDENTE: CONSERVADORISMO, EVANGELISMO E A CRISE BRASILEIRA**. *Novos estudos CEBRAP*, [S. l.], v. 38, p. 185–213, 2019. DOI: 10.25091/S01013300201900010010.

ALONSO, Angela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos - CEBRAP*, [S. l.], v. 37, n. 1, p. 49–58, 2017. DOI: 10.25091/S01013300201700040006.

ANDERSON, Perry. **Brasil à parte: 1964-2019**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

A.O. **Black bloc: a tática fugidia que desnorteia e assusta SP**. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/10/politica/1473461724_961425.html. Acesso em: 6 out. 2024.

ARIAS, Juan. **Por que o Brasil está contra a Copa?** 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/28/opinion/1390865170_116679.html. Acesso em: 5 out. 2024.

BARBA, Mariana Della; WENTZEL, Marina. **Discurso de Bolsonaro deixa ativistas 'estarecidos' e leva OAB a pedir sua cassação**. 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb. Acesso em: 10 out. 2024.

BARCA, A. J. **Dilma ataca e Marina se defende esperando o segundo turno**. 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/29/politica/1411988560_426652.html. Acesso em: 9 out. 2024.

BARIFOUSE, Rafael. **Criadores da "dança do impeachment" rebatem críticas: "Música une pessoas no combate a comunismo e corrupção"**. 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160311_danca_impeachment_rb. Acesso em: 10 out. 2024.

BBC NEWS BRASIL. **Por que Alexandre de Moraes mandou soltar Anderson Torres após quase 4 meses na prisão**. 2023a. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c10qrrv9j3po>. Acesso em: 24 out. 2024.

BBC NEWS BRASIL. **Pedaladas fiscais: o que TRF-1 decidiu no caso de Dilma?** 2023b. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cn37z5v89d4o>. Acesso em: 21 out. 2024.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2018.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de História: Edição Crítica, organização e tradução de Adalberto Müller e Márcio Seligmann-Silva, notas de Márcio Seligmann-Silva.** São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2020.

BIANCARELLI, André M. A Era Lula e sua questão econômica principal: crescimento, mercado interno e distribuição de renda. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [S. l.], p. 263–288, 2014. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i58p263-288.

BIERNATH, André. **Atentado contra Trump e facada em Bolsonaro em 2018: como os dois eventos se comparam.** 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c729vq8zn28o>. Acesso em: 9 out. 2024.

BORGES, Beatriz. **Os manifestantes tentam resgatar o espírito dos protestos de junho de 2013.** 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/05/16/politica/1400194753_481058.html. Acesso em: 5 out. 2024.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e história. *Em*: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). **Cidade: história e desafios.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BRUM, Eliane. **Pesquisa revela que Bolsonaro executou uma “estratégia institucional de propagação do coronavírus”.** 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-21/pesquisa-revela-que-bolsonaro-executou-uma-estrategia-institucional-de-propagacao-do-virus.html>. Acesso em: 23 out. 2024.

BUCCI, Eugênio. **A forma bruta dos protestos: Das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016.** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: Notas para uma teoria performativa de assembleia.** Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2018.

CACCIARI, Massimo. **A cidade.** Barcelona: Editorial Gustavo Gili SL, 2010.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2002.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2020.

CERCAS, Javier. **Anatomia de um instante.** Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2012.

CERTEAU, Michel De. **Invenção do cotidiano Vol. 1: Artes de fazer.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

COIMBRA, Raimundo Olavo. **A bandeira do Brasil: raízes histórico-culturais.** Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

COLETTA, Carla Jiménez, Heloísa Mendonça, Regiane Oliveira, Marina Rossi, R. D. **Mulheres quebram o jejum das ruas no Brasil com manifestações contra Bolsonaro.** 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/30/politica/1538270819_523141.html. Acesso em: 2 out. 2024.

COLOSSO, Paolo. **Disputas pelo direito à cidade: outros personagens em cena**. 2019. Doutorado em Filosofia - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. DOI: 10.11606/T.8.2019.tde-27072020-122357. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-27072020-122357/>. Acesso em: 18 set. 2024.

COMPROVA, Do Projeto. **O que foi a Operação Lava Jato**. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/o-que-foi-a-operacao-lava-jato/>. Acesso em: 9 out. 2024.

CONVERSAS: BRUNO TORTURRA E AS MOBILIZAÇÕES DE RUA DE 2013 PARA CÁ. Direção: [s.l: s.n.] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hQLFb-teuJPU>. Acesso em: 7 out. 2024.

CORDEIRO, Janaína Martins. A Marcha da Família com Deus pela liberdade em São Paulo: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964. *Revista de História, [S. l.]*, n. 180, p. 1–19, 2021. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.167214.

CRAVEIRO, Rodrigo. **Comunidade internacional condena o "Capitólio brasileiro"**. 2023. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/01/5064614-comunidade-internacional-condena-o-capitolio-tupini-quim.html>. Acesso em: 24 out. 2024.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 1**. São Paulo: Editora 34, 2000.

DURAN, Pedro. **Análise: 7 fatos sobre os sinais e recados sobre o ato pró-Bolsonaro em Copacabana**. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/pedro-duran/politica/analise-7-fatos-sobre-os-sinais-e-recados-sobre-o-ato-pro-bolsonaro-em-copacabana/>. Acesso em: 2 out. 2024.

DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica**. Lisboa, PT: Edições 70, 1993.

DURAND, Gilbert. **O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem**. Rio de Janeiro: Difel, 1999.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

FALCÃO, Tainá. **Após vídeos revelados pela CNN, Gonçalves Dias pede demissão do GSI**. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/apos-videos-revelados-pela-cnn-goncalves-dias-pede-afastamento-do-gsi/>. Acesso em: 24 out. 2024.

FERNANDES, Fernando Roque. O Regime civil-militar no Brasil e a opinião pública: da instauração à legitimação do golpe de 1964. *Revista Territórios e Fronteiras, [S. l.]*, v. 16, n. 1, p. 92–106, 2023. DOI: 10.22228/rtf.v16i1.1272.

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. **TSE dá ordens em série para derrubar grupos golpistas que se multiplicam nas plataformas**. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/11/tse-da-ordens-em-serie-para-derrubar-grupos-golpistas-que-se-multiplicacao-nas-plataformas.shtml>. Acesso em: 24 out. 2024.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Relembre atos de vandalismo durante as manifestações de junho de 2013**. 2023. Disponível em: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1768142876735032-black-blocs>. Acesso em: 5 out. 2024.

G1 DF. **Bolsonaristas radicais tentam invadir prédio da PF e incendeiam carros e ônibus em Brasília; vias são bloqueadas**. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/12/12/bolsonaristas-radicalis-depredam-carros-em-frente-ao-predio-da-policia-federal-no-df.ghtml>. Acesso em: 24 out. 2024.

G1 JORNAL NACIONAL. **Feriado de 7 de Setembro é marcado por desfiles e protestos no Brasil**. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/09/feriado-de-7-de-setembro-e-marcado-por-desfiles-e-protestos-no-brasil.html>. Acesso em: 25 out. 2024.

G1 RIO. **Cinegrafista atingido por rojão em protesto no Rio tem morte cerebral**. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02/cinegrafista-atingido-por-rojao-em-protesto-no-rio-tem-morte-cerebral.html>. Acesso em: 7 out. 2024.

G1 SP. **Junho de 2013, 10 anos depois: a direita que aproveitou a vitória do MPL e levou pautas conservadoras às manifestações**. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/06/15/junho-de-2013-10-anos-depois-a-direita-que-aproveitou-a-vitoria-do-mpl-e-levou-pautas-conservadoras-as-manifestacoes.ghtml>. Acesso em: 5 out. 2024.

GESTÃO URBANA SP. **Gestão Urbana SP**. , [s.d.]. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/piu-arco-tiete/>. Acesso em: 20 out. 2024.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GORTÁZAR, Naiara Galarraga. **La policía acusa formalmente a Bolsonaro, a dos generales y a 34 personas más de intento de golpe de Estado en Brasil**. 2024. Disponível em: <https://elpais.com/america/2024-11-21/la-policia-federal-acusa-formalmente-a-bolsonaro-a-dos-generales-y-a-34-personas-mas-de-intento-de-golpe-de-estado.html>. Acesso em: 9 dez. 2024.

GRAGNANI, Juliana. **"Não vamos parar": a reação de grupos bolsonaristas nas redes ao discurso de Bolsonaro**. **BBC News Brasil**, [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63480237>. Acesso em: 24 out. 2024.

- GRESPLAN, Jorge. **Marx: Uma introdução**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.
- GRUNER, Clóvis. **Pablo Marçal e a política como extensão da delinquência -**. , 2024. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/colunas/clovis-gruner/pablo-mar-cal-e-a-politica-como-extensao-da-delinquencia/>. Acesso em: 9 out. 2024.
- GUATTARI, Felix. **Caosmose**. São Paulo: Editora 34, 2012.
- GURR, Ted Robert. **Why Men Rebel**. Abingdon, GB: Routledge, 2015.
- HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018.
- HARVEY, David. **The New Imperialism**. New York, US: OUP Oxford, 2005.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HELLER, Ágnes. **Sociología de la vida cotidiana**. Barcelona, ES: Península, 1998.
- HELLER, Ágnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2016.
- HEYWOOD, Andrew. **Introducción a la teoría política**. Valência, ES: Tirant lo Blanch, 2016.
- INGLEHART, Ronald. **The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles Among Western Publics**. Princeton, US: Princeton University Press, 2015.
- IVO, Anete B. L. Questão social e questão urbana: laços imperfeitos. **CADERNO CRH, [S. l.]**, v. 23, n. 58, 2010.
- IVO, Anete B. L. A invenção do "social" e a normatividade das ciências sociais: dilemas clássicos e tendências contemporâneas. **Sociologia & Antropologia, [S. l.]**, v. 2, n. 3, p. 69–101, 2012. DOI: 10.1590/2238-38752012v234.
- IVO, Anete Brito Leal. **O poder da cidade: limites da governança urbana**. Salvador: EDUFBa, 2000.
- JASPER, James M. **Protesto: Uma introdução aos movimentos sociais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- JIMÉNEZ, Carla. **As ofensas a Dilma na abertura da Copa incendeiam a corrida eleitoral**. 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/06/14/politica/1402758083_793875.html. Acesso em: 5 out. 2024.
- KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.
- LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Atica, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2008.

LIMA, Isabelly Cristiany Chaves; LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. A Retórica do “cidadão de bem”, no discurso de Jair Bolsonaro - um presidenciável em construção. **Revista Periódicus**, [S. l.], v. 1, n. 12, p. 404–428, 2019. DOI: 10.9771/peri.v1i12.28636.

LIMA, Pedro Valente. **Autoridades brasileiras investigam eventual convivência da polícia nos tumultos - Renascença**. 2023. Disponível em: <https://rr.sapo.pt/noticia/mundo/2023/01/09/autoridades-brasileiras-investigam-eventual-convivencia-da-policia-nos-tumultos/315067/>. Acesso em: 26 out. 2024.

LÔBO, Cristiana. **Aécio e o “papo reto”**. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/platb/cristianalobo/2013/09/19/aecio-e-o-papo-reto/>. Acesso em: 9 out. 2024.

MAFFESOLI, Michel. **O Tempo das Tribos**. [s.l.] : Forense Universitária, 2014.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. O método da cena em Jacques Rancière: dissenso, desierarquização e desarranjo. **Galáxia (São Paulo)**, [S. l.], v. 47, p. e53828, 2022. DOI: 10.1590/1982-2553202253828.

MATTOS, Laura; CROITOR, Cláudia. **Tucano liga PT a troca da cor da bandeira**. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1810200217.htm>. Acesso em: 9 out. 2024.

MEMORIA GLOBO. **Mensalão: cronologia do caso**. 2021. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/mensalao/noticia/mensalao-cronologia-do-caso.ghtml>. Acesso em: 9 out. 2024.

MENEZES, Hélio. **Jaime Lauriano: contra a oficialidade**. **Revista seLect_ceLesTe**, 2019. Disponível em: <https://select.art.br/jaime-lauriano-contra-a-oficialidade/>. Acesso em: 9 out. 2024.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Dados revisados do déficit habitacional e inadequação de moradias nortearão políticas públicas**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/dados-revisados-do-deficit-habitacional-e-inadequacao-de-moradias-nortearao-politicas-publicas>. Acesso em: 29 set. 2024.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista de Sociologia e Política**, [S. l.], n. 25, p. 11–23, 2005. DOI: 10.1590/S0104-44782005000200003.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

MUSSA, Alberto; SIMAS, Luiz Antonio. **Samba de enredo: História e arte**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

NOBRE, Gabriel P.; ALMEIDA, Jussara M.; FERREIRA, Carlos H. G. Caracterização de bots no Twitter durante as Eleições Presidenciais no Brasil em 2018. **Brazilian Workshop on Social Network Analysis and Mining (BraSNAM)**, [S. l.], p. 107–118, 2019. DOI: 10.5753/brasnam.2019.6553.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento: Da abertura democrática ao governo Dilma**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NOBRE, Marcos. **Ponto-final: A guerra de Bolsonaro contra a democracia**. São Paulo: Todavia, 2020.

NOBRE, Marcos. **Limites da democracia: De junho de 2013 ao governo Bolsonaro**. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2022.

O GLOBO. **Lula decreta intervenção federal na segurança do Distrito Federal**. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/01/lula-decreta-intervencao-federal-no-distrito-federal.ghtml>. Acesso em: 26 out. 2024.

PALLAMIN, Vera. **Arte, cultura e cidade: aspectos estético-políticos contemporâneos**. São Paulo: Annablume, 2015.

PALLASMAA, Juhani. **Habitar**. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 2017.

PEDROSA, Adriano; RJEILLE, Isabella (ORG.). **Histórias Brasileiras: Catálogo**. São Paulo: MASP, 2022.

PRESSBURGER PORTUGAL, Luisa. **Política e estética da política na obra de Jacques Rancière: duas narrativas sobre as manifestações de 2013 no Brasil**. 2016. Mestre em Ciências Jurídicas - PUC RIO, Rio de Janeiro, 2016. DOI: 10.17771/PU-CRio.acad.27320. Disponível em: http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=27320@1. Acesso em: 9 out. 2024.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: Estética e política**. São Paulo: Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. O desmedido momento. **Serrote**, [S. l.], v. 28, p. 77–97, 2018. a.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**. São Paulo: Editora 34, 2018. b.

RANCIÈRE, Jacques. **Tempos modernos: Arte, tempo, política**. São Paulo: n-1 Edições, 2021. a.

RANCIÈRE, Jacques. **O Trabalho das imagens: Conversações com Andrea Soto Calderón**. Belo Horizonte: Chão da Feira, 2021. b.

RANCIÈRE, Jacques; JDEY, Adnen. **O método da cena**. Belo Horizonte: Quixote+DO, 2021. Disponível em: <https://quixote-do.com.br/produto/o-metodo-da-cena-e-book/>. Acesso em: 22 set. 2024.

REDAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Câmara emite parecer esclarecendo que artigo 142 da Constituição não autoriza intervenção militar - Notícias.** 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/667144-camara-emite-parecer-esclarecendo-que-artigo-142-da-constituicao-nao-autoriza-intervencao-militar/>. Acesso em: 24 out. 2024.

RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. Protesto político na América Latina: tendências recentes e determinantes individuais. *Opinião Pública*, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 188–216, 2015. DOI: 10.1590/1807-0191211188.

RODRIGUES FILHO, Fabio. **Retomar a bandeira do brasil (ou: nossa bandeira sempre foi vermelha) – Poéticas da Experiência.** , 2020. Disponível em: <https://www.poeticasdaexperiencia.org/2020/07/retomar-a-baneira-do-brasil-ou-nossa-badneira-sempre-foi-vermelha/>. Acesso em: 9 out. 2024.

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição: Notas para uma vida não cafetinada.** São Paulo: n-1 edições, 2018.

ROSSI, Amanda; CARNEIRO, Julia Dias; GRAGNANI, Juliana. #EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos. *BBC News Brasil*, [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acesso em: 2 out. 2024.

SAFATLE, Vladimir. **Quando as ruas queimam.** 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/24/opinion/1571927043_413656.html. Acesso em: 29 set. 2024.

SAFATLE, Vladimir. **Em um com o impulso.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022.

SAITO, Yuriko. Aesthetics of the Everyday. *Em*: ZALTA, Edward N.; NODELMAN, Uri (org.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy.** Summer 2024 ed. Palo Alto, US: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2024. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/sum2024/entries/aesthetics-of-everyday/>. Acesso em: 24 set. 2024.

SANTI, Maurício De. **8 de janeiro - Democracia Restaurada.** 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/reportagem-especial/2024/01/04/8-de-janeiro-democracia-restaurada>. Acesso em: 10 out. 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez Editora, 2018.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial.** São Paulo: Nobel, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SECCHI, Bernardo. **A cidade dos ricos e a cidade dos pobres.** Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2019.

SERVIÇOS E INFORMAÇÕES DO BRASIL. **Banco Central anuncia conjunto de medidas que liberam R\$ 1,2 trilhão para a economia.** 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2020/03/banco-central-anuncia-conjunto-de-medidas-que-liberam-r-1-2-trilhao-para-a-economia>. Acesso em: 25 out. 2024.

SHIMBO, Lucia; RUFINO, Beatriz. **Financeirização e estudos urbanos na América Latina.** Rio de Janeiro: Letra Capital Editora LTDA, 2019.

SILVA, Jacqueline Maria Da. **Sem infraestrutura e acesso à saúde, população periférica é mais prejudicada por variações no clima.** *Jornal da Unesp*, 2023. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2023/11/17/sem-infraestrutura-e-acesso-a-saude-populacao-periferica-e-mais-prejudicada-por-variacoes-no-clima/>. Acesso em: 29 set. 2024.

SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 1964.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

SOJA, Edward W. **Thirdspace: Journeys to Los Angeles and Other Real-and-Imagined Places.** New Jersey, US: Wiley, 1996.

SOJA, Edward W. **Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions.** New Jersey, US: Wiley, 2000.

SOREANU, Raluca. Lugar Comum – Estudos de mídia, cultura e democracia. **O que pode um rosto? O que pode um braço? O levante brasileiro e a nova estética do protesto**, [S. l.], n. 43, p. 22, 2015.

SOUZA, Rafael De. **Cenários de protesto: Mobilização e espacialidade no ciclo de confronto de junho de 2013.** 2019. Doutorado em Sociologia - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. DOI: 10.11606/T.8.2019.tde-12032019-123654. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-12032019-123654/>. Acesso em: 18 set. 2024.

SPOSATI, Aldaíza. Exclusão social abaixo da linha do Equador. **Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam.** São Paulo: Educ, [S. l.], p. 128–133, 1999.

TELES, Levy; GODOY, Marcelo. **Extremistas bolsonaristas articulavam invasão de sedes dos três Poderes nas redes desde 3 de janeiro.** 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/extremistas-bolsonaristas-articulavam-invasao-de-sedes-dos-tres-poderes-nas-redes-desde-3-de-janeiro/>. Acesso em: 26 out. 2024.

TORTURRA, Bruno. Revista Piauí. **Olho da rua: o plano da Mídia Ninja de estruturar uma rede editorial de fôlego foi implodido pela realidade**, [S. l.], n. 87, 2013. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/olho-da-rua/>. Acesso em: 7 out. 2024.

TURTELLI, Camila. **Ministro mostra obras de arte do Planalto destruídas por terroristas [08/01/2023]**. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/08/terroristas-destroem-obras-de-artes-no-planalto-mostra-ministro.htm>. Acesso em: 26 out. 2024.

UNBTV. **Documentário: O muro - processo de impeachment...** 2024. Disponível em: <https://eduplay.rnp.br/portal/video/193453>. Acesso em: 10 out. 2024.

UOL ELEIÇÕES 2018. **Em resposta ao #EleNão, apoiadores de Bolsonaro promovem atos pelo país**. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/09/30/manifestacoes-apoio-bolsonaro-varias-cidades-pais.htm>. Acesso em: 24 out. 2024.

VASCONCELOS, Pedro De Almeida. As metamorfoses do conceito de cidade. **Mer-cator**, [S. l.], v. 14, n. 4, p. 17–23, 2015. DOI: 10.4215/RM2015.1404.0002.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. [s.l.] : Editora Unesp, 2011.

ŽIŽEK, Slavoj. **Em defesa das causas perdidas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.